

Ricardo Luís Düren

**MAIS REAL QUE A REALIDADE: A OBRA *1808* E O USO DE ELEMENTOS
DA NARRATIVA LITERÁRIA PELO JORNALISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado, Área de Concentração em Leitura e Cognição, Linha de Pesquisa em Texto, Subjetividade e Memória, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Demétrio de Azeredo Soster

Santa Cruz do Sul

2013

Ricardo Luís Düren

**MAIS REAL QUE A REALIDADE: A OBRA 1808 E O USO DE ELEMENTOS
DA NARRATIVA LITERÁRIA PELO JORNALISMO**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado, Área de Concentração em Leitura e Cognição, Linha de Pesquisa em Texto, Subjetividade e Memória, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Dr. Demétrio de Azeredo Soster
Professor Orientador – UNISC

Dra. Eunice Piazza Gai
Professora Examinadora – UNISC

Dr. Luiz Gonzaga Motta
Professor Examinador - UnB

Santa Cruz do Sul

2013

*Aos que aceitam o desafio de dialogar
com a literatura em busca de novas
formas de fazer jornalismo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Patrícia e aos pequenos Ricardo Júnior, Isadora, Yasmin e Ágatha, pela compreensão pelas muitas horas em que não puderam contar com minha atenção.

Agradeço a meus pais, Luiz (in memoriam) e Virena, pelo precoce incentivo ao estudo e à leitura.

Agradeço ao Mestrado em Letras da UNISC pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa e à CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – pela concessão da bolsa de estudos.

Agradeço, particularmente, ao professor Demétrio, parceiro desde a monografia, na graduação, por ter prontamente aceitando este novo desafio, e pela paciência diante das muitas dúvidas deste mestrando.

RESUMO

Esta dissertação estuda complexificações que se estabelecem em decorrência do diálogo entre jornalismo e literatura, observando o que ocorre quando o jornalismo, embora previamente legitimado como transmissor da realidade, utiliza-se de artifícios da narrativa literária – particularmente, o efeito de real – para ampliar a legitimidade do seu discurso. Sob a ótica de Roland Barthes (1984), entende-se o efeito de real como um recurso literário empregado no texto com a função de conceder sensação de autenticação (ou veracidade) à narrativa, em decorrência da descrição detalhada de pormenores dos cenários onde transcorrem os fatos narrados. A pesquisa se dá pelo viés da narratologia e adota como corpus a obra *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes (2007), indexada como uma narrativa jornalística, na forma de livro-reportagem. Entende-se que o uso, no jornalismo, de artifícios literários, tais como o efeito de real, é componente gerador de novos sentidos, dentre os quais uma nova oferta, mais intensa, de legitimação.

Palavras-chave: Jornalismo, narrativa, literatura, efeito de real, autenticação.

ABSTRACT

This dissertation studies complexification which is established as a result of the dialogue existing between journalism and literature. It observes what happens when journalism, although it was previously legitimated as a reality transmitter, uses literary narrative artifices – especially, the effect of real – to enlarge the legitimacy of its speech. Through the scope of Roland Barthes (1984), it is recognizable that the effect of real is understood as a literary resource, used in the text, with the function of giving an authentication (or veracity) sensation to the narrative, because it uses a detailed description of each scenario where the reported facts happen. The research is carried out by narratological bias and adopts as corpus the 1808 writing: *How a mad queen, a fearful prince and a corrupt court deceived Napoleon and changed the History of Portugal and Brazil*, which was written by the journalist Laurentino Gomes (2007), and indexed as a journalistic narrative, having the shape of a book-report. It is understood that the use of literary artifices in journalism, such as the effect of real, is a component which may generate new meanings, and among them a new offer, more intense, of legitimization.

Key-words: Journalism, narrative, literature, effect of real, authentication.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 A ANÁLISE DA NARRATIVA: DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA AO JORNALISMO.....	14
1.1 A análise da narrativa na Antiguidade Clássica.....	15
1.1.1 A contribuição de Aristóteles.....	22
1.2 Do Formalismo Russo ao Pós-estruturalismo.....	28
1.2.1 O Pós-estruturalismo.....	35
1.3 A tripla <i>mimese</i> de Ricoeur.....	37
1.4 A análise da narrativa no jornalismo.....	41
1.4.1 A polifonia como constituinte de narrativas jornalísticas.....	49
1.4.2 A reportagem como narrativa em confluência com a literatura.....	53
1.4.3 Relações de proximidade com a literatura na história do jornalismo.....	56
2 O EFEITO DE REAL.....	63
2.1 O tratamento do real na literatura ficcional e no jornalismo	64
2.1.1 A questão da intencionalidade.....	72
2.2 O Realismo.....	78
2.2.1 A descrição realista.....	86
2.3 Os pormenores inúteis e o efeito de real	92
2.4 Novos realismos	100
3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	106
3.1 A análise pragmática da narrativa jornalística	110
3.2 Nossa metodologia de análise pragmática da narrativa jornalística.....	115
4 O EFEITO DE REAL NA OBRA <i>1808</i>	120
4.1 Contextualização da obra <i>1808</i>	121
4.2 Primeiro bloco: da situação de Portugal à viagem da corte.....	124
4.3 Segundo bloco: a chegada e a permanência da família real no Brasil	140
4.4 Terceiro bloco: a volta da família real e os fatores desta mudança	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS	192
ANEXO A – Texto encaminhado por Laurentino Gomes.....	200
ANEXO B – Entrevista com Laurentino Gomes	203

INTRODUÇÃO

Realizamos este trabalho movidos pelo interesse em torno das complexificações que emergem quando o jornalismo dialoga com a literatura, fenômeno que se faz mais visível quando determinadas narrativas jornalísticas empregam recursos literários. Tal simbiose entre jornalismo e literatura pode ser observada em certas reportagens jornalísticas, particularmente, em jornais, revistas e em livros-reportagem, que, pelo viés das técnicas da literatura, diferenciam-se dos textos informativos veiculados cotidianamente pela imprensa. Nestas narrativas jornalísticas diferenciadas, podem ser notadas, por exemplo, expressões mais comuns ao campo literário do que ao campo jornalístico, tais como diálogos, interjeições, a apresentação de pessoas reais como se fossem personagens literários, e uma metamorfose, onde o jornalista abandona a função – hegemônica no âmbito do jornalismo – de apenas relatar fatos de forma despersonalizada, para se converter em um narrador envolvido na história, dotado de opiniões e sentimentos.

Durante nosso estudo acerca destas complexificações, nos deparamos com um fenômeno que nos perturbou e que, em função disso, tornou-se nosso fio condutor neste trabalho. Observamos que, no diálogo com a literatura, determinados textos jornalísticos empregam recursos literários que visam conceder certo grau de veracidade à narrativa, por meio do que Roland Barthes (1984) chama de efeito de real. Como sugere o nome, o efeito de real envolve artifícios literários que provocam no leitor a sensação de estar diante de uma narrativa acerca de fatos verídicos, mesmo quando essa narrativa é ficcional.

A emergência do efeito de real ocorre pelo viés de certas descrições, de ambientes, cenários e personagens, que apresentam o que Barthes (1984), em um primeiro momento, classifica como pormenores inúteis, detalhes que, aparentemente, não transmitem novos significados no âmbito da narrativa. Para chegar a essa constatação inicial, Barthes (1984) tem em conta que, na literatura – particularmente, a que diz respeito à Escola Realista –, as descrições costumam operar de forma conotativa, como transmissoras de novos significados. Desta forma, a descrição do estado precário de uma casa, por exemplo, pode indicar ao leitor que os habitantes dessa moradia possivelmente vivem em condição de pobreza econômica, sem que essa informação seja revelada de forma literal pelo narrador.

Já no caso das descrições pormenorizadas estudadas por Barthes (1984) essa transmissão de novos significados não acontece. Tais descrições se apresentam, aparentemente, denotativas, em uma relação direta entre a representação gráfica (as palavras) e o referente (os objetos descritos), como se o narrador descrevesse determinado objeto pelo simples fato desse objeto existir no cenário onde se passa a história, em uma demonstração de fidelidade em relação a esse cenário. Porém, Barthes (1984) alerta que, em se tratando de literatura ficcional, esse objeto não existe – sequer o cenário tão detalhadamente descrito. O que surge disso, segundo ele, é uma sensação, junto ao leitor, de que esse cenário ricamente descrito é real. Assim, a descrição que, aparentemente, é denotativa, opera de forma conotativa, transmitindo como novo significado a autenticação da narrativa como um todo – tendo-se por autêntico, no caso, o que se apresenta como verídico.

Entendemos que a descrição pormenorizada nos moldes estudados por Barthes (1984) pode gerar efeito de real também no jornalismo. A constatação se apoia, em parte, nos apontamentos de Jaguaribe (2007), que estuda o fenômeno em narrativas contemporâneas, inclusive, jornalísticas. Conforme a autora, a descrição detalhada, ao mesmo tempo em que gera efeito de real, naturaliza o leitor ao ambiente descrito, provocando uma sensação de veracidade. Acreditamos que esse efeito de naturalização, vinculado ao efeito de real, também ocorre quando a narrativa jornalística, ao descrever ambientes reais, o faz de forma pormenorizada, elencando detalhes que não transmitem ao leitor nenhum outro significado aparente, além do próprio, e que não se vinculam ao desdobrar dos eventos narrados. Ou seja, quando o jornalista descreve objetos, aparentemente, tão somente porque eles estão no cenário onde transcorrem os fatos.

Porém, nos intriga o emprego do efeito de real pelo jornalismo, visto tratar-se, o jornalismo, de uma prática discursiva que se apresenta previamente legitimada como transmissora do real. Concordamos com Resende (2009b), para quem o jornalismo se encontra na posição de legítimo transmissor da verdade não só por deter a tecnologia de transmissão do discurso, mas também porque é aceito como legítimo pela sociedade. Portanto, nesta pesquisa procuramos verificar o que emerge quando a narrativa jornalística, já aceita pelo leitor como um texto que remete ao real, ainda apresenta recursos literários que geram sensações de autenticação e veracidade.

Realizaremos essa análise pelo viés da narratologia, como é chamado o estudo da narrativa, que busca “[...] descrever de forma sistemática os códigos que estruturam a narrativa, os signos que esses códigos compreendem, ocupando-se, pois, de forma geral,

da dinâmica de produtividade que preside à enunciação dos textos narrativos” (REIS, LOPES, 1988, p. 79). Nossa opção pela narratologia deve-se a seu caráter interdisciplinar, visto que, conforme Reis e Lopes (1988), estabelece relações com outras áreas de estudo, tais como a literatura, a linguística e mesmo a teoria da comunicação. Portanto, conforme os autores, pela narratologia é possível analisar, além de textos literários, outras práticas narrativas, dentre as quais o cinema, a história em quadrinhos e a narrativa jornalística, justamente nosso foco de pesquisa.

Adotaremos como corpus de pesquisa, para a realização de nossa análise, o livro-reportagem *1808, como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes (2007). A obra relata e contextualiza a fuga da família real portuguesa para a América do Sul, entre 1807 e 1808, e os eventos políticos e sociais ocorridos ao longo dos 13 anos em que a corte permaneceu no Brasil colonial antes do retorno para a Europa. Composto por 29 capítulos, além de introdução, o livro *1808* é resultado de mais de dez anos de investigação jornalística, período em que foram consultados mais de 150 livros e documentos históricos, tanto no Brasil quanto em Portugal e Estados Unidos, conforme informa o próprio Gomes (2007) no prefácio. O relato se dá por meio de uma narrativa que, como pretendemos demonstrar, agrega recursos jornalísticos e literários, o que torna a obra pertinente para a pesquisa a que nos propomos.

Natural de Maringá (PR), Laurentino Gomes é formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná, com pós-graduação em Administração pela Universidade de São Paulo. Ao longo da carreira jornalística, foi repórter e editor do jornal O Estado de S. Paulo e da revista Veja, e foi diretor da Editora Abril. Em 2008, conquistou o Prêmio Jabuti, considerado o mais importante prêmio literário do Brasil, nas categorias Melhor Livro Reportagem e Livro do Ano de Não Ficção, com a obra que analisamos nesta pesquisa.

Também é autor da obra *1822, como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado* (2010), que aborda as circunstâncias que envolveram a Independência do Brasil e que conquistou o Prêmio Jabuti, como Livro do Ano de Não Ficção, em 2011. Atualmente, o autor está pesquisando a história da Proclamação da República no Brasil, para um terceiro livro, que se chamará *1889*, conforme o próprio Gomes (2012a) revelou, ao ser entrevistado, via e-mail, para esta pesquisa.

Contextualizaremos com mais detalhes a obra *1808, como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil* (2007) no decorrer do nosso quarto capítulo, dedicado à análise empírica da obra. Antes, buscaremos aporte teórico que possibilite nosso estudo e, posteriormente, formataremos uma metodologia que viabilize a análise da obra com intuito de verificar o que emerge do emprego de recursos literários geradores de autenticação pela narrativa jornalística.

Desta forma, em nosso primeiro capítulo nos propomos a sistematizar a evolução do estudo da narrativa, desde a Antiguidade Clássica até sua aplicação ao jornalismo. Por meio desse retrospecto, pretendemos mostrar como se deu a evolução da narratologia, buscando a compreensão acerca da aplicação dessa área de estudo ao caso do jornalismo, fenômeno que é recente. Entendemos que, ao longo desta revisão teórica, poderemos apresentar linhas de pensamento e conceitos advindos do estudo da narrativa que, posteriormente, aplicaremos em nossa pesquisa. Também buscaremos demonstrar porque classificamos o texto jornalístico como uma forma de narrativa e, visto esse ponto, observar de que forma a narratologia vem sendo empregada em recentes pesquisas voltadas ao jornalismo.

Iniciaremos esta revisão teórica abordando o advento dos estudos literários entre os gregos, passaremos pelas críticas de Platão à arte da imitação e, então, ingressaremos nas contribuições de Aristóteles para o estudo da narrativa. Depois, estudaremos linhas de análise literária e da narrativa contemporâneas que fornecerão subsídios à nossa pesquisa, sendo elas o Formalismo Russo, o Estruturalismo e o Pós-estruturalismo. Também buscaremos lastro teórico em Paul Ricoeur (1994), entendendo que esse autor fornece um esquema basilar para a compreensão de como a narrativa se configura; e então chegaremos à questão da narratologia aplicada ao jornalismo. Ao final do capítulo, faremos um breve retrospecto das principais fases históricas do jornalismo, buscando demonstrar que, embora o estudo de textos jornalísticos pelo viés da narratologia seja recente, as relações de diálogo entre o jornalismo e a literatura existem, pelo menos, desde o século XVIII.

Em nosso segundo capítulo, abordaremos o efeito de real sob a ótica de Barthes (1984) e também de autores que discordam e concordam com seus apontamentos, tais como Compagnon (1999) e Todorov (1984). Para viabilizar esta revisão teórica, estudaremos antes como se dá o tratamento do real na literatura e no jornalismo, abordando, dentre outros temas, a questão da objetividade e os questionamentos a este

paradigma; bem como a diferenciação entre ficção e não ficção pelo viés da intencionalidade, método proposto por Searle (1995). Posteriormente, ingressaremos no estudo da escola literária chamada de Realismo, cujas descrições pormenorizadas intrigaram Roland Barthes e o levaram a analisar como se dá a emergência do efeito de real. Concluiremos o capítulo oferecendo uma revisão acerca das narrativas contemporâneas que adotam a estética do Realismo.

O terceiro capítulo se destina à formatação de uma metodologia que utilizaremos na fase empírica da pesquisa. Seguindo o caminho que iniciamos ao contextualizar a evolução da narratologia, pretendemos empregar uma metodologia que possibilite a análise do texto jornalístico pelo viés do estudo da narrativa. Para tanto, faremos uma revisão teórica em torno da *Análise pragmática da narrativa jornalística*, procedimento analítico formulado por Luiz Gonzaga Motta (2007). Porém, como o método sugerido por Motta (2007) destina-se, em um primeiro momento, à análise de notícias jornalísticas dispersas, veiculadas em diferentes datas por diferentes veículos de comunicação, iremos propor uma adaptação metodológica voltada ao nosso objeto de análise, no caso, uma narrativa integral e linear.

Por ocasião da revisão teórica sobre a *Análise pragmática da narrativa jornalística*, também estudaremos como determinados recursos jornalísticos, chamados por Motta (2007) de estratégias de objetivação, agem na geração de efeito de real. Visto este ponto, vamos elaborar uma tabela que possibilitará elencar, a partir da obra que adotamos como corpus de análise, trechos onde Gomes (2007) emprega recursos jornalísticos e/ou recursos literários para gerar o efeito de real. O objetivo deste procedimento é observar de que forma estes recursos, jornalísticos e literários, atuam na autenticação da narrativa, facilitando a verificação do que emerge do fenômeno.

A transposição de trechos do livro para nossas tabelas ocorrerá por ocasião da fase empírica da pesquisa, no quarto capítulo. Na ocasião, também aprofundaremos a contextualização do livro-reportagem de Laurentino Gomes (2007), na medida em que realizaremos outros procedimentos sugeridos por Motta (2007), tais como identificar os conflitos existentes na narrativa, verificar como são construídas as personagens e observar se há significados de fundo na obra, dentre outros.

Após este procedimento, ingressaremos em nossas considerações finais. Neste momento, voltaremos nossa atenção aos efeitos decorrentes do emprego de estratégias de objetivação jornalísticas e de recursos literários na geração de efeito de real, buscando verificar o que emerge da aplicação dos últimos em uma narrativa que, além

de contar com recursos próprios (jornalísticos) para gerar autenticação, já se encontra previamente legitimada como transmissora do real. Na ocasião, utilizaremos também uma escala de domínio das vozes narrativas sugerida por Motta (2012), que possibilitará identificar da onde partem as vozes dominantes e, portanto, determinantes para a geração de certos efeitos no âmbito da narrativa jornalística que analisamos.

Construiremos esta argumentação final dialogando também com recentes pesquisas realizadas por Soster (2009, 2011 e 2012) que estudam a emergência de complexificações em narrativas jornalísticas, decorrentes de novas relações de dialogia que jornalismo e literatura têm firmado na contemporaneidade. Na ocasião, buscaremos mostrar que tais complexificações ocorrem hoje no âmbito de uma sociedade que se comunica em rede – via internet –, na qual os dispositivos jornalísticos, como integrantes de um mesmo sistema, se influenciam mutuamente e, assim, se modificam; mas são também influenciados por elementos geradores de sentidos advindos de outros sistemas – como o literário.

1 A ANÁLISE DA NARRATIVA: DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA AO JORNALISMO

Este primeiro capítulo consiste em uma tentativa de sistematizar a evolução da narratologia, entendida como a análise da narrativa, com intuito de criar um lastro teórico que possibilite o estudo da aplicação, no jornalismo, de artifícios literários – particularmente, do efeito de real, dispositivo empregado no texto literário com a função de conceder autenticação à narrativa, em decorrência, principalmente, da descrição detalhada de pormenores. Desta forma, faremos uma revisão de como se deu o desenvolvimento da análise da narrativa, desde o Período Clássico Grego até os recentes estudos que aplicam a análise da narrativa ao texto jornalístico. Ao longo deste retrospecto, apresentaremos linhas de pensamento de determinados momentos do estudo da narrativa, bem como conceitos advindos dessas linhas que poderão ser aplicados ao estudo proposto por esta pesquisa. A opção por uma revisão teórica neste formato se deve à intenção de mostrar como se deu o desenvolvimento do estudo da narrativa em determinados momentos-chave de sua história, de forma a fazer compreender como ocorre, atualmente, a aplicação de tal estudo também à análise de textos jornalísticos, tanto os que dizem respeito às notícias curtas e cotidianas quanto os mais profundos, atemporais e com narrativas semelhantes às da literatura.

Iniciaremos pelo estudo da narrativa no Período Clássico, onde abordaremos a evolução da análise desde o advento das técnicas retóricas de oratória até a visão aristotélica em torno do texto artístico. Em seguida, a revisão seguirá o desenvolvimento de três linhas de análise modernas interligadas, sendo elas o Formalismo Russo, o Estruturalismo e o Pós-estruturalismo, onde buscaremos compreender como se deu a evolução entre uma linha de pesquisa e outra.

Em um terceiro momento, abordaremos a análise da narrativa proposta por Paul Ricoeur, entendendo que esse filósofo de vocação hermenêutica fornece uma visão primordial para a compreensão do processo narrativo, conforme tentaremos demonstrar. A questão da narrativa jornalística, bem como a discussão acerca de se considerar ou não o conteúdo jornalístico como uma forma de narrativa, serão tema da parte final do capítulo. Na ocasião, se demonstrará também que a análise do conteúdo jornalístico sob o prisma da narratologia é uma opção acadêmica recente, contemporânea, muito embora a existência de textos jornalísticos dotados de narrativas convergentes com as narrativas literárias seja um fenômeno que ocorre no jornalismo desde o século XVIII.

1.1 A análise da narrativa na Antiguidade Clássica

Esta revisão do estudo da narrativa no Período Clássico culminará nos apontamentos e termos advindos de Aristóteles, tendo em vista que tanto o pensamento quanto a terminologia aristotélica foram retomados e estudados, direta ou indiretamente, pelos demais teóricos da narrativa nos séculos seguintes, até a contemporaneidade. Para chegar até os estudos aristotélicos, entretanto, faz-se pertinente uma apresentação da origem dos estudos literários entre os gregos, o que remonta, segundo Zilberman (2008), ao século V a.C.. Conforme a autora, no período surgiram as técnicas de oratória, reflexo do interesse grego pelo emprego do discurso como estratégia de persuasão. Tal interesse levou os gregos a avançarem nos estudos acerca do uso das expressões linguísticas, gerando também análises voltadas aos textos artísticos. É com Aristóteles que surge uma divisão mais clara entre o estudo de técnicas de oratória, na Retórica, e o estudo da palavra como expressão artística, na Poética.

Conforme Reboul (2004), a retórica tem origem judiciária e surgiu em meados de 465 a.C. na Sicília grega, após a guerra civil, quando cidadãos passaram a reclamar bens despojados pelos inimigos. Em uma época em que não existiam advogados, os próprios litigantes precisavam apresentar seus argumentos. Segundo Reboul, para auxiliá-los, surgiu no período uma coletânea com exemplos práticos de argumentações que poderiam ser apresentadas aos juízes. O texto é atribuído a um discípulo do filósofo Empédocles chamado Córax e a um discípulo desse, chamado Tísias. Córax é considerado também o autor da primeira definição de retórica, entendida por ele como uma forma de criar persuasão.

Para Reboul (2004) a retórica pode ser definida como a técnica de persuadir pelo discurso, entendendo por discurso a produção verbal e por persuasão o ato de levar o ouvinte a acreditar em algo através da argumentação e da oratória. Essa, por sua vez, diz respeito à forma como os argumentos são apresentados no discurso, envolvendo principalmente, inflexões de voz e gestos (no caso do discurso oral) e emprego e disposição de determinadas palavras com função de ornamentar o texto, especialmente as metáforas.

A técnica retórica foi levada da Sicília para Atenas, segundo Reboul (2004), por Górgias, outro discípulo de Empédocles. Com Górgias, a retórica evoluiu de instrumento meramente judicial à qualidade de texto estético, voltado não só a persuadir, mas também a impressionar a plateia pelo uso da linguagem. Até então, os

gregos consideravam como expressão artística verbal apenas a poesia, ao passo que a prosa se restringia aos textos e diálogos puramente funcionais. Através de Górgias, o grego conheceu um discurso que chegou a ser comparado, em termos estéticos, à poesia. Já o poder persuasivo da retórica gorgiana foi demonstrado através do Elogio de Helena – um dos três fragmentos que restaram de Górgias¹.

Zilberman (2008) afirma que, através desse discurso, o orador convenceu um auditório formado por gregos acerca de qualidades de Helena de Tróia, personagem mítica odiada na Grécia². Chamados de sofistas, os primeiros professores de retórica – como Górgias – enfrentaram a resistência de outros mestres, dentre os quais, Platão. O filósofo procurou demonstrar que o discurso eloquente, embora persuasivo, poderia ser enganador. Zilberman (2008) observa que, ao desenvolver sua teoria, Platão se debruçou não apenas sobre discursos de oratória, mas também sobre poemas. Portanto, além de atacar os sofistas, Platão também atingiu os poetas, chegando a sugerir, na República, que um estado, para ser ideal, não deveria aceitá-los.

Na obra, Platão (1996) afirma que a poesia destrói a inteligência dos ouvintes. O antídoto, segundo ele, seria o conhecimento sobre o que considerava a *verdadeira natureza* do discurso poético. Para Platão (1996), a poesia é degradante por estimular, no leitor ou ouvinte, o lado emocional de sua personalidade, considerado por ele inferior em relação ao lado racional. Diz o filósofo que o poeta

[...] instaura na alma de cada indivíduo um mau governo, lisonjeando a parte irracional, que não distingue entre o que é maior e o que é menor, mas julga, a cerca das mesmas coisas, ora que são grandes, ora que são pequenas, que está sempre a forjar fantasias, a uma enorme distância da verdade. (PLATÃO, 1996, p. 470).

Na República, percebe-se que o principal argumento de Platão (1996) contra os poetas diz respeito à imitação, ou seja, à *mimese*³. Para expressar seu argumento, o

¹ Os outros são *Do ser ou da natureza* e *Defesa de Palamedes* (Lima, 2003).

² Helena, segundo Zilberman (2008), era um nome que provocava aversão na Grécia por ser considerada a responsável pela Guerra de Tróia, conflito que provocou a morte de soldados e heróis gregos. Conforme a mitologia, a guerra teve início após o rapto de Helena, esposa do rei grego Menelau, por Páris, príncipe de Tróia, que por ela se apaixonou. Lima (2003), ao estudar os argumentos de Górgias no Elogio de Helena, elenca dois que são apresentados pelo sofista como equivalentes: a possibilidade de Helena ter sido raptada à força ou de ter sido persuadida por Páris a acompanhá-lo. A persuasão, para Górgias, seria tão poderosa quanto a violência: Helena estaria indefesa tanto diante de um quanto de outro.

³ De acordo com Zilberman (2008), ao chamar de imitação o discurso ficcional dos poetas, Platão introduziu na raiz da Teoria da Literatura o termo *mimese* (ou *mímesis*), que também será empregado por Aristóteles e por membros das demais áreas de estudo da narrativa que se seguiram. Para Platão, como se demonstrará, *mimese* tem sentido pejorativo, ao significar uma imitação que se distancia da verdade.

filósofo emprega a metáfora da cama e compara a poesia à pintura, esta, também considerada uma forma de imitação. Platão (1996) afirma que o artista, ao reproduzir uma cama em uma pintura, está imitando uma cama produzida por um artífice, o qual, por sua vez, já havia manufaturado o objeto a partir da verdadeira cama, ou da ideia original de cama, esta, advinda de inspiração divina. Assim, a pintura e, conseqüentemente, a poesia, na condição de formas de *mimese*, estariam duas vezes longe da verdade, com o agravante de apresentarem apenas um lado dos objetos ou ações que imitam – no caso da cama, apenas o lado que aparece aos olhos do pintor e que ele reproduz na tela.

Segundo Pereira (1996), o livro X da República, no qual Platão apresenta a metáfora da cama e intensifica seus ataques à poesia, pode ser considerado um adendo aos primeiros capítulos da obra. A autora afirma existirem suposições de que os primeiros apontamentos de Platão sobre a poesia, nos livros II e III, tenham despertado críticas contra o filósofo, que contra-atacou no livro X. A constatação de ter ocorrido polêmica em decorrência da crítica platônica se deve, principalmente, à importância da poesia, na Grécia Antiga, como forma de transmissão da cultura. Destaca-se, nesse contexto, a poesia atribuída a Homero, tida como uma das principais formas de transmissão cultural do período e duramente atacada por Platão.

Para a compreensão da importância da poesia homérica na cultura grega, bem como para se obter uma noção do impacto das críticas de Platão sobre ela, é pertinente uma revisão acerca de como a poesia operava no sentido de transmitir e perpetuar os mitos. Costa (2000) afirma que é por meio dos mitos, aqui entendidos como um conjunto de narrativas compartilhado por uma sociedade, que se forma a cultura desse grupo, ou seja, a sua identidade coletiva. Os indivíduos, portanto, se integram ao grupo a que pertencem por meio do compartilhamento dessas narrativas, que são repetidas de forma ritualística – as formas narrativas religiosas ou mágicas são prova desta função integradora.

Scholes e Kellogg (1977) preferem a palavra em grego *mythos* para se referirem às narrativas tradicionais integrantes da cultura de um grupo. O *mythos*, portanto, envolveria não só as histórias sacras, mas também a lenda, a ficção folclórica e o poema épico. Na Grécia Antiga, a poesia homérica seria, dessa forma, um conjunto de narrativas míticas recontadas mediante o respeito à tradição.

A opção dos autores pela expressão narrativa, ao se referirem à poesia de Homero, merece aqui algumas considerações. Paz (1982) classifica a narrativa como uma forma

de prosa, discurso que independe de ritmo – ao contrário do que ocorre com a poesia –, mas que exige obediência a regras artificiais de coerência. Assim, a prosa é linear, seguindo em direção a determinada meta, ao passo que a poesia, na qualidade de rítmica, é circular, capaz de se repetir e se recriar. Nesta, as imagens se sucedem, em fluxo e refluxo, mediante as leis do ritmo e seguindo a divagação, ou seja, o pensamento livre do poeta. Na prosa, o pensamento não estaria livre, mas racionalmente condicionado às regras de coerência. No entender de Paz (1982), a construção do prosador é artificial por fugir de uma tendência natural da linguagem ao ritmo, que se observa na existência da música – e não da prosa – em todos os povos primitivos.

Diante do exposto, pode-se chegar a dúvidas sobre como categorizar os versos homéricos – seriam eles poesia ou uma narrativa mítica em versos, aceitando-se que, conforme Paz (1982), o verso não é exclusividade da poesia?⁴ Para dar seguimento a esta análise, mostra-se pertinente seguir os estudos clássicos e adotar a divisão das obras literárias em três grandes gêneros. Segundo Culler (1999), são eles a poética (ou lírica), que engloba a poesia, conforme o conceito de Paz (1982); o drama (que equivale ao teatro), e a épica (ou narrativa), onde “[...] o narrador fala em sua própria voz, mas permite aos personagens falarem na deles” (CULLER, 1999, p. 75).

A definição apresentada por D’Onofrio (1995), no quesito Epopeia, também auxilia a compreender esse conceito, que, conforme o autor, serve de classificação à obra de Homero. De acordo com D’Onofrio (1995), a palavra epopeia descende do termo grego *épos*, que significa narração, mas também era usada para designar um verso chamado de hexâmetro, que costumava ser empregado em poemas longos que relatavam histórias protagonizadas pelos heróis míticos, tema que é característico da poesia épica. D’Onofrio (1995) apresenta a epopeia como sinônimo de poesia épica, ao mesmo tempo em que admite que a epopeia, com o passar do tempo, passou a ser considerada uma forma de narrativa.

É com essa visão que diversos teóricos da literatura, inclusive Aristóteles, atribuem à poesia épica o status de narrativa. Vale citar, a título de exemplo, que em seus estudos sobre a passagem da cultura oral à escrita na Grécia Antiga, Havelock⁵,

⁴ Paz (1982) observa que Aristóteles diferenciou Homero de Empédocles, filósofo grego que escrevia suas lições em versos. Para Aristóteles, apenas o primeiro seria, portanto, poeta. Desta forma, poema – entendido como texto em verso – não é sinônimo de poesia.

⁵ O estudo de Havelock sobre a transição da cultura oral à escrita na Grécia, fenômeno que tem ligação com as críticas de Platão a Homero, voltará a ser abordada mais adiante. Consecutivamente se demonstrará que a narrativa épica, entendida pelo autor como um repositório de informação cultural, perdeu força como modo de pensamento justamente por conta do desenvolvimento da escrita.

como bem salienta Mungioli (2002), apresenta a *Ilíada* e a *Odisseia*, de Homero, como heranças de uma civilização avançada, que empregava a narração como um modo de pensamento. A palavra narração também é empregada por Todorov (1970), ao observar, especialmente no caso da *Odisseia*, a existência de várias narrativas dentro de uma narrativa. A constatação se deve ao fato de a *Odisseia* englobar histórias que o personagem Ulisses vai narrando a outros personagens.

Cabe aqui salientar que a nossa pesquisa não se propõe a buscar um consenso em torno da discussão sobre a existência ou não de elementos da narrativa na poesia. Entretanto, entendemos que, para se compreender a importância dos poemas épicos na Antiguidade, é pertinente seguir a citada tradição dos gêneros e reconhecer tais textos como formas narrativas de um período onde os teóricos não sugeriam maiores distinções entre o que seria gênero narrativo e não narrativo. Concordamos, também, com Scholes e Kellogg (1977), segundo os quais a construção da narrativa sob a forma de versos era uma estratégia para facilitar a memorização dos mitos, em uma época onde a cultura ainda tinha por base a transmissão oral.

Segundo os autores, a composição dos poemas atribuídos a Homero possivelmente ocorreu muito antes que o uso da escrita fosse difundido na Grécia Antiga. Eles citam os estudos do pesquisador de poesia épica Milman Parry, que detectou o excessivo emprego de fórmulas tanto na *Ilíada* quanto na *Odisseia*. Parry batizou de fórmulas os conjuntos de palavras regularmente empregados sob as mesmas condições métricas e constatou que as narrativas homéricas destoavam, em função dessa característica, em comparação com os poemas atribuídos a poetas escritores, esses, voltados à produção de versos originais e sem tantas repetições. As fórmulas, na conclusão de Milman Parry, seriam o indicativo de uma composição oral, visto que os poetas orais provavelmente teriam dificuldades de compor se não fosse por um conjunto de fórmulas convencionais em sua tradição.

Já ao estudar cantadores contemporâneos de poesia oral⁶, Parry constatou que, mesmo quando imaginam estar repetindo uma narrativa, tais artistas estão criando novos textos, mantendo apenas as mesmas fórmulas e a história tradicional. Supondo que o mesmo ocorria durante o período da tradição oral na Grécia Antiga, Scholes e Kellogg (1977) afirmam que Homero não foi um único poeta, mas uma tradição que

⁶ O estudo ocorreu na antiga Iugoslávia, onde se manteve, tanto entre cristãos quanto muçulmanos, a tradição do canto da poesia oral, acompanhada de um instrumento musical de uma só corda chamado *gusle* (Scholes e Kellogg, 1977).

congregava cantadores, cada um deles com atos de criação únicos, mas embasados nas mesmas fórmulas e mitos⁷.

Os cantadores eram, portanto, os responsáveis pelo compartilhamento e perpetuação do *mythos* e, desta forma, mantinham a identidade coletiva grega. Mesmo com a inserção da escrita na Grécia, a transmissão mítica oral se manteve ao longo dos séculos VIII, VII e VI a.C.. Para Scholes e Kellogg (1977), a necessidade do complicado emprego de lousas ou entalhes em pedras para escrever, no período, sugere a existência de um sistema educacional e de uma cultura não baseados na escrita. Os poetas orais, no período, eram considerados mestres e exerciam uma atividade nobre.

Lima (2003) acrescenta que a repetição das poesias era tida como uma ação de caráter mágico-religioso, na medida em que a memória, na visão da Antiguidade, mais do que suporte da perpetuação das histórias, era considerada uma potência religiosa, uma bênção da deusa *Mnemosýne*⁸ e uma capacidade de “[...] entrar em contato com o outro mundo” (LIMA, 2003, p. 32).

A queda dos poetas na escala cultural ocorreu, segundo Scholes e Kellogg (1977), após um período de disseminação da escrita pela Grécia. A narrativa escrita, conforme os autores, surgiu no hemisfério ocidental mantendo as características da tradição oral. De início, os temas continuaram sendo os heroicos, como na epopeia homérica, e a fidelidade ao *mythos* foi mantida. Entretanto, ainda na Antiguidade surgiram narrativas que já não seguiam os mitos, o que se refletiu no aparecimento de duas novas formas narrativas opostas: as empíricas e as ficcionais.

Scholes e Kellogg (1977) explicam que “[...] a narrativa empírica substitui a fidelidade ao *mythos* pela fidelidade à realidade” (SCHOLES e KELLOGG, 1977, p. 8), de forma que pode ser entendida como uma narrativa não ficcional⁹. A narrativa

⁷ Segundo os autores citados, não há clareza acerca de como as narrativas orais atribuídas a Homero passaram à forma escrita, sobrevivendo, em parte, até os dias atuais. A hipótese é que foram ditadas por algum cantador a um escriba, possivelmente a pedido de um colecionador.

⁸ Deusa grega da memória.

⁹ Entendemos que Searle (1995) fornece uma conceituação pertinente sobre não ficção e ficção. Conforme o autor, a não ficção é uma narrativa subordinada a regras pragmáticas e semânticas, tais como compromisso com a verdade, crença nessa verdade por parte do emissor e possibilidade de oferecer evidências ou razões que a comprovem. A não ficção seria, portanto, uma asserção, uma afirmação verdadeira. Por sua vez, o autor de ficção finge fazer uma asserção. Entretanto, segundo Searle (1995), o faz sem o propósito de enganar, visto compartilhar sua intenção com o destinatário. O que define, portanto, a distinção entre ficção ou não ficção é a intencionalidade do autor em termos que realizar uma asserção ou fingir realizar uma asserção. Retomaremos com mais profundidade os apontamentos de Searle (1995) no próximo capítulo, onde propomos o conceito de intencionalidade como uma forma de diferenciar narrativas jornalísticas e literárias.

empírica se subdivide em dois componentes: o histórico e o mimético¹⁰. O componente histórico está vinculado ao passado verdadeiro de um fato, em contraposição à versão mítica desse evento. Já o componente mimético não está vinculado à verdade de um fato passado, mas a verdades ligadas às sensações e ao meio ambiente do presente, exigindo do autor sensibilidade sociológica e psicológica.

Por sua vez, a narrativa ficcional se liberta tanto do compromisso com a tradição quanto do compromisso com o real empírico. A atenção do autor não está focada no mundo externo, mas na plateia, a quem pretende agradar. Portanto, não almeja a verdade, mas a beleza. Aqui também surge uma divisão entre dois componentes, citados por Scholes e Kellogg (1977): o romântico e o didático. No primeiro prevalece o adorno linguístico, a beleza narrativa; ao passo que o segundo prioriza o conteúdo voltado ao ensino de moral e de bons costumes. Os pesquisadores observam, entretanto, que em dado momento as narrativas ficcionais adotaram características tanto da fábula (componente didático) quanto do romance, e supõem que a união dos componentes visava concentrar forças contra críticos da imitação, dentre os quais, Platão.

Ciente da importância da poesia homérica na transmissão da cultura e do saber entre as gerações gregas, Platão (1996) direciona sua crítica a Homero e questiona se o poeta teria, de fato, conhecimento para embasar as informações que surgem a partir de seus poemas, dentre as quais, questões envolvendo a administração de cidades e estratégias de comando de exércitos. Na República, Platão questiona: “[...] se Homero fosse, na realidade, capaz de educar os homens e de fazê-los melhores, como pessoa que podia não ser imitador, mas bom conhecedor destas matérias, não criaria inúmeros discípulos que o honrassem e estimassem [...]?” (PLATÃO, 1996, p. 462).

Havelock (1996), conforme salientam Coelho e Bulhões (2005), observa que a intenção de Platão seria gerar uma inversão no sistema educacional grego, substituindo a poesia pela filosofia na função de propagar a cultura e o conhecimento. O filósofo percebeu que, com a disseminação da escrita, a memória do poeta perdia sua função como espécie de arcabouço cultural. Havelock (1996) sintetiza essa constatação ao afirmar que

[...] entre Homero e Platão, o método de armazenamento começou a se alterar quando as informações foram postas em alfabeto e, conseqüentemente, a visão suplantou a audição como o principal órgão destinado a esse objetivo. Os resultados finais da alfabetização não se mostraram na Grécia senão quando, no limiar da era helenística, o

¹⁰ O uso da expressão mimético por Scholes e Kellogg (1977) exige cuidado, para se evitar confusão com a expressão *mimese* empregada por Platão, essa, entendida como uma imitação distante do real.

pensamento conceitual alcançou certa fluência e seu vocabulário se tornou mais ou menos padronizado. Platão, vivendo no centro dessa revolução, antecipou-a e tornou-se seu profeta. (HAVELOCK, 1996 apud COELHO e BULHÕES, 2005, p. 3).

Neste contexto, o ataque de Platão se foca na imitação, na visão de Lima (2003), porque o filósofo busca um ensino não mais voltado ao afeto – que reside no lado irracional do indivíduo, como afirma o filósofo –, mas sim, voltado ao racional. Como demonstrado nesta revisão, o filósofo também se preocupa com a distância que afirma existir entre a imitação e a verdade. Sua preocupação ao estudar o assunto, supõe Lima (2003), não é com a elaboração de uma teoria geral da arte, mas com a elaboração de uma nova pedagogia¹¹.

Em linhas gerais, a postura crítica de Platão, entretanto, não era nova entre os gregos. Mesmo antes de Sócrates (mestre de Platão), Xenófanes, racionalista e empirista, já questionava a credibilidade das narrativas atribuídas a Homero e Hesíodo. Scholes e Kellogg (1977) citam também as ideias de Heródoto, que escrevia sobre a história grega, e de Tucídides, autor de textos acerca do contemporâneo da época. Ambos desacreditavam as narrativas tradicionais, que combinavam eventos e personagens históricos com míticos, gerando ficção. Tratavam-se, portanto, de autores para os quais apenas o real tinha validade. Seu estilo de redação, mais objetivo e despreocupado em relação à forma estética, também se diferenciava em relação aos dos autores ficcionais. Coube a Aristóteles, discípulo de Platão, retomar a importância da *mimese* em termos de representação de uma história ficcional, no âmbito da narrativa.

1.1.1 A contribuição de Aristóteles

De acordo com Zilberman (2008), veio de Aristóteles a proposta de não estudar, sob o mesmo prisma, discursos retóricos e manifestações poéticas. Na Retórica, Aristóteles apresenta as técnicas discursivas utilitárias, voltadas ao convencimento e ao elogio por meio da oratória. Em outra obra, a Poética, o filósofo aborda as obras artísticas onde prevalece a *mimese*, ou seja, a representação de ações e eventos. A

¹¹ Lacoste (1986) tem uma interpretação mais amena em relação à postura de Platão. Para Lacoste (1986), a preocupação do filósofo surgiu em decorrência de obras de arte ilusionistas que existiam na sua época. Seriam, principalmente, pinturas que, por meio de jogos de cores, da reprodução de sombras e de sua profundidade, eram capazes de confundir, gerando a ilusão de serem reais. No entender de Lacoste (1986), a *mimese* que Platão condena consiste no ilusionismo causado por certas obras de arte, as quais geram prazer ao criar sentimento de real e, assim, desviam o indivíduo da atividade intelectual que conduz às verdadeiras realidades.

presente pesquisa, na medida em que se interessa pela narrativa, se debruçará, a partir deste ponto, sobre o estudo de questões que dizem respeito à Poética.

Lima (2003) observa que Aristóteles, ao contrário de Platão, não via problemas no legado mítico-religioso grego. Dessa forma, enquanto Platão se preocupou em transferir o sistema pedagógico grego do estágio mítico para o filosófico, Aristóteles preferiu tratar deuses e mitos como matéria-prima para as manifestações artísticas. A Poética, por sua vez, é uma obra de cunho escolar, voltada a alunos interessados na arte da imitação, abordando principalmente a tragédia e a poesia épica – entendidas pelo filósofo como formas narrativas. Na Poética, Aristóteles lançou fundamentos que, ao longo dos séculos seguintes, serviram de base para o estudo da literatura.

Para Aristóteles (2004), a imitação não tem o caráter negativo apontado por Platão. Pelo contrário, na Poética, o autor sustenta que, além de dar prazer, a imitação é uma forma de conhecimento:

[...] imitar é natural nos homens desde a infância e nisto diferem dos outros animais, pois o homem é o que tem mais capacidade de imitar e é pela imitação que adquire os seus primeiros conhecimentos. [...] Todos sentem prazer nas imitações. Uma prova disto é o que acontece na realidade: as coisas que observamos ao natural e nos fazem pena agradam-nos quando as vemos representadas em imagens muito perfeitas. (ARISTÓTELES, 2004, p. 42).

Para Genette (1973), a imitação, em Aristóteles, é mais abrangente em relação a Platão. Com base do Livro III da República, Genette (1973) conclui que, para Platão, a imitação só acontece, no âmbito da narrativa, quando o autor atribui a narração a algum personagem, ou seja, finge ser o personagem que narra. Dessa forma, a *lexis* (maneira de dizer) poderia ser dividida em *mimese* e *diegesis* – termo que diz respeito, para Platão, à narrativa simples, onde o autor-narrador se apresenta como tal. Já para Aristóteles a imitação envolve tanto a *mimese* quanto a *diegesis* platônicas. Para esse filósofo, a narrativa advinda do autor-narrador é, portanto, também uma forma de imitação.

Fazendo uma comparação entre a compreensão de Platão e a de Aristóteles quanto ao valor da imitação, Lima (2003) observa que o segundo liberta a *mimese* da rigidez platônica de exigência da verdade. Por outro lado, Aristóteles subordina a *mimese* a uma avaliação de valor dependente da catarse. A *katharsis*, conforme Valente (2004), é uma palavra de dúbia interpretação, mas que pode representar, no caso da Poética, uma espécie de purificação do indivíduo, que ocorre através das emoções advindas da

apreciação da *mimese*. Lima (2003) apresenta interpretação equivalente, ao acolher a visão de Düring (1966) sobre o assunto:

[...] o prazer específico da tragédia está no efeito sobre o espectador ou leitor: ele sente que alcançou um equilíbrio interno; presenciou o espantoso e comovente e por fim também vivenciou como o conflito foi solucionado. A equidade foi praticada; o herói deve sofrer, mas moralmente está reabilitado. (DÜRING, 1966 apud LIMA, 2003).

Antes de se abordar como se dá, na ótica de Lima (2003), a valoração da imitação por meio da catarse, torna-se necessário entender que Düring (1966), ao citar a reabilitação do herói, se refere ao desenrolar, na narrativa, da peripécia (*peripeteia*) e do reconhecimento, conceitos aristotélicos que merecem atenção. Conforme a Poética, a peripécia consiste em uma transformação de determinada situação em seu extremo oposto – o que parece ser bom, fruto de uma ação bem intencionada, se transforma em infortúnio, ou o contrário. A complexidade do conceito convida ao emprego de um exemplo, citado pelo próprio Aristóteles na Poética.

Aristóteles (2004) apresenta como narrativa carregada com peripécia a história de Édipo Rei, de Sófocles. Édipo, ao ouvir do oráculo de Delfos que estava fadado a matar seu pai e a se casar com a própria mãe, se afasta da família, em Corinto, tentando escapar à profecia. Durante sua peregrinação, mata Laio, e, em Tebas, casa-se com Jocasta, tornando-se rei. É pela boca de um mensageiro que Édipo descobre que Políbio e Mérope, de Corinto, eram seus pais adotivos, sendo Laio e Jocasta seus pais verdadeiros. Aristóteles observa que tanto Édipo quanto o mensageiro causaram desgraça mediante ações bem intencionadas – o primeiro, ao tentar escapar de seu triste destino; e o segundo ao revelar que Políbio não era o verdadeiro pai de Édipo¹².

O estudo da ironia, embora mais recente, auxilia a entender a peripécia, desde que aceitemos que a peripécia possa vir a ser classificada, conforme sugere Muecke (1982), como uma ironia de eventos. Diferente da ironia verbal – que ocorre na expressão linguística, quando o falante diz uma coisa querendo expressar outra –, a ironia de eventos consiste em uma espécie de ironia do destino, onde fenômenos alheios à vontade do personagem revertem suas ações contra ele próprio. Muecke (1982) cita como exemplo a expulsão de Coriolano do Império Romano. A medida, que visava

¹² O mensageiro foi de encontro a Édipo por ocasião da morte de Políbio, e se apressou em revelar a Édipo que o falecido não era seu pai verdadeiro e que, dessa forma, estaria afastada a possibilidade de a profecia se concretizar através de um incesto contra Mérope.

afastar um inimigo e trazer tranquilidade ao reino, gerou um efeito bem oposto: a expulsão empurrou Coriolano ao encontro dos Volscos, inimigos dos romanos. A aliança entre o adversário banido e os Volscos causou a destruição de Roma. Não à toa, alguns tradutores da Poética, conta Muecke (1982), substituíram a expressão *peripeteia* por ironia – embora a segunda fosse usada por Aristóteles significando a dissimulação autodepreceativa. Para Muecke (1982), tal inversão de circunstâncias possibilita ao autor “[...] ver o mundo como um palco irônico” (MUECKE, 1982, p. 35).

Já o reconhecimento envolve a passagem da ignorância para o conhecimento. Em Sófocles, Édipo enfrenta o reconhecimento a partir das palavras do mensageiro. Aristóteles defende, justamente, que os mais belos reconhecimentos são aqueles que decorrem da peripécia. Nesse sentido, conforme Lima (2003), Düring entende que o herói sofre com o reconhecimento, mas está moralmente reabilitado, na medida em que a narrativa mostra que suas intenções são boas. Tal conjunto de fenômenos, no interior da narrativa, mais do que provocar prazer, comove o espectador ou leitor, gerando a catarse, cuja intensidade pode ser vista como parâmetro à qualidade da *mimese*.

Lima (2003), entende que, na concepção de Aristóteles, a catarse pode ser canalizada para o bem. É nesse sentido que o autor sugere a existência de uma subordinação, na visão aristotélica, da *mimese*, que não precisa dar lugar à verdade e ao racional – como sugeria Platão –, mas deve servir como geradora de catarses capazes de estimularem o indivíduo a vencer a apatia. As paixões despertadas pela arte seriam como os “[...] venenos de que os médicos se servem para recuperar a saúde” (LIMA, 2003, p. 73); poderiam ser libertas, mas, ao mesmo tempo, dominadas e canalizadas a metas positivas. A narrativa, portanto, não estaria subordinada à verdade, mas à ética¹³.

Essa contextualização, necessária para se entender a visão aristotélica da subordinação da *mimese*, possibilitou a revisão de outros conceitos importantes do filósofo, como o de narração-imitação, peripécia, reconhecimento e catarse. Entendemos que tal revisão pode contribuir para a compreensão da visão regrada de Aristóteles sobre a arte narrativa, demonstrando porque a Poética viria a ser encarada, mais tarde, como um *manual* sobre esse tema. Além disso, acreditamos que determinados conceitos de Aristóteles também podem ser aplicados no estudo da narrativa jornalística, foco desta pesquisa.

¹³ Lima (2003) salienta que aceitar seu ponto de vista implica aceitar também que a catarse, de fato, age sobre o espectador. Segundo ele, outros autores, como Gerald Else, entendem que a catarse se restringe ao palco, servindo como nome técnico às ações dos atores cuja função é demonstrar ao público que o herói, embora desgraçado, não tinha más intenções.

Retornando ao âmbito do estudo aristotélico da narrativa ficcional, entendemos ser conveniente ressaltar ainda que, para Aristóteles, a narrativa de qualquer peripécia, ou mesmo de uma história desprovida de peripécia, deve seguir uma certa coerência, a verossimilhança. Dessa forma, acreditamos que o conceito de verossimilhança merece uma abordagem na medida em que diz respeito a uma regra à qual, na visão de Aristóteles, a narrativa está subordinada. Assim, o estudo da verossimilhança também fornece lastro para a compreensão da análise aristotélica da narrativa. Além disso, entendemos que a verossimilhança também tem vínculos com o efeito de real, tema do capítulo 2, de forma que a revisão acerca do conceito de verossimilhança fornecerá ainda subsídios para o estudo que será realizado mais adiante.

D’Onofrio (1995) conceitua a verossimilhança na narrativa ficcional por meio de uma distinção entre verossimilhança interna e verossimilhança externa à obra. A interna diz respeito à coerência da história narrada, onde causas e efeitos devem apresentar coerência. Já a verossimilhança externa se relaciona às regras de bom-senso e de opinião comum, preexistentes em relação à obra, que garantem caução ao fato narrado. Portanto, verossimilhança não significa respeito às regras da física, posto que a ficção comporta narrativas sobre temas fantásticos e sobrenaturais.

Aristóteles (2004) demonstra entender a verossimilhança dessa maneira ao afirmar, na Poética, que “[...] deve preferir-se o impossível verossímil ao possível inverossímil” (ARISTÓTELES, 2004, p. 96). Para o filósofo, a *diegesis* pode trabalhar o fantástico, o fisicamente impossível, desde que respeitando as regras de coerência e a lógica do pensamento. Entretanto, salienta que o impossível verossímil deve se restringir à narrativa épica, na medida em que não poderia ser representada no teatro.

Concordamos com Gancho (1991) no que diz respeito à verossimilhança garantir credibilidade à narrativa justamente por estabelecer uma organização lógica dos fatos no interior do enredo. Para a autora, mesmo sabendo que os fatos da narrativa ficcional não ocorreram de forma real, o leitor atribui credibilidade ao relato ao constatar que os eventos apresentam um desencadeamento lógico, onde “[...] cada fato tem uma causa e desencadeia uma consequência” (GANCHO, 1991, p. 10).

Para Aristóteles (2004), não só a progressão de um fato ao outro – onde deve haver uma relação de causa e efeito –, mas as próprias ações dos personagens devem ser guiadas pela verossimilhança. Assim, as ações que o personagem realiza precisam condizer com seu *caractere*, entendido como caráter, personalidade; bem como devem ter sentido em termos de intencionalidade. As ações, portanto, não devem ser gratuitas

ou incondizentes com a bondade, maldade ou inteligência dos personagens agentes. Dessa forma, um personagem bondoso que, sem motivo explicitado na narrativa, realiza uma maldade, contribui para tornar a história inverossímil. Da mesma forma, o personagem não pode adotar *conscientemente* uma atitude que o conduza a um fim oposto ao seu objetivo. Optamos aqui pelo emprego da palavra “conscientemente”, vale destacar, entendendo que a peripécia, há pouco conceituada, consiste justamente em o personagem chegar a um fim diferente do desejado, mas de forma inconsciente, por meio de algum erro na execução de seu plano ou pela influência de fatores externos a ele. A construção da narrativa dotada de peripécia exige, portanto, o desencadeamento dos eventos e ações de forma verossímil.

Finalizando a revisão dos apontamentos de Aristóteles, vale destacar que os conceitos desse filósofo acerca da arte narrativa, bem como de outros autores do Período Clássico que propuseram regras para a narrativa artística, para o drama, a poesia e a Retórica, predominaram no âmbito dos estudos literários, segundo Imbert (1986), até os séculos XVIII e XIX. O autor observa, entretanto, que durante esse período tais estudos sofreram uma quase estagnação, ao longo da Idade Média, quando a escassa crítica artística esteve voltada às alegorias de cunho religioso. De acordo com Imbert (1986), o estudo foi retomado a partir do Renascimento, novamente com a adoção dos conceitos advindos do Período Clássico.

Conforme Imbert (1986), os manuais clássicos começam a cair em desuso, entre os estudiosos, no século XVIII, em decorrência do entendimento de que não deveria ser analisada a aplicação de regras na composição literária, e sim, a realidade histórica em que cada obra foi concebida, bem como a expressão de emoções e ideias por parte do autor. Compartilha-se no período a ideia de que cabe ao autor não seguir regras que não sejam as do seu gênio individual. Esse entendimento se intensifica no século XIX, quando os estudos da literatura passam a ser cada vez mais influenciados pelo Romantismo – escola literária e artística voltada à emoção e à subjetividade, que reage ao racionalismo renascentista.

De acordo com Zilberman (2008), a partir do entendimento de que a criação artística independia de regras, o “[...] foco da análise literária passou a ser uma ciência que não fosse reguladora, como a Poética, nem pragmática, como a Retórica” (ZILBERMAN, 2008, p. 11). Esta ciência, que teve como base os estudos realizados desde o Período Clássico, mas que privilegiou o gênio do autor ao invés de regras de composição, recebeu o nome de Teoria da Literatura. Conforme Zilberman (2008), a

partir do século XX a Teoria da Literatura se expandiu e começaram a surgir diferentes linhas de análise literária. Dentre estas, optamos por abordar o Formalismo Russo, o Estruturalismo e o Pós-estruturalismo, entendendo que tais linhas estabelecem marcos na evolução da análise literária contemporânea. Assim, pretendemos, através desta revisão, contextualizar como se deu o processo evolutivo da análise da narrativa ao longo do século passado.

1.2 Do Formalismo Russo ao Pós-estruturalismo

Teixeira (1998) relaciona o início do Formalismo Russo ao ensaio *A arte como procedimento*, escrito em 1917 por Vítor Chklovski, onde este sugere que a arte tem por finalidade a busca pela desautomatização e pelo estranhamento, entendido como o sentimento de surpresa que surge no indivíduo diante daquilo que lhe é novo e foge dos padrões com os quais está habituado. Para Chklovski (1971), seus contemporâneos viviam em um estágio de automatização, entendida como a aplicação de sistemas voltados a agilizar as ações cotidianas, tais como o diálogo entre os indivíduos, a leitura e o aprendizado. A automatização envolveria, na escrita, o emprego de abreviaturas, por exemplo, e nas relações humanas, a adoção de sistemas que agilizam os contatos¹⁴. A automatização, para Chklovski (1971), levaria o indivíduo a realizar as ações cotidianas de forma rápida e mecânica, ou mesmo, inconsciente; privando-se de visualizar os objetos e ações de forma mais profunda.

A arte, conforme Chklovski (1971), seria capaz de quebrar o processo de automatização, oferecendo ao homem algo inédito, imprevisto e impressionante. A partir dessa constatação, o autor entendeu pela existência de diferenças entre a linguagem poética – ou seja, literária – e a linguagem cotidiana, dotada de automatizações. Assim, aplicando-se técnicas semânticas, sintáticas e fonológicas ao texto, diferentes em relação às empregadas no linguajar cotidiano, obtém-se um texto artístico, literário¹⁵ e capaz de causar estranhamento, ou seja, de surpreender e

¹⁴ Eagleton (2003) acrescenta que no período em questão, de forte expansão industrial, o discurso predominante estava voltado à ciência, à burocracia, ao comércio e à publicidade, levando os críticos literários a acreditar que a linguagem atravessava um período de crise profunda.

¹⁵ Nesse ponto, pode-se entender melhor o conceito de literatura. Culler (1999) observa que procurar diferenciar textos literários de não literários é uma atividade complexa, mas salienta, entretanto que uma das características primordiais da literatura está na organização da sua linguagem, que é diferente em relação à linguagem comum ou utilizada para outros fins. Trata-se de uma linguagem que se coloca em primeiro plano, chamando a atenção para si mesma e podendo, dessa forma, também ser vista como um objeto estético.

impressionar o indivíduo. Chklovski (1971) entende que, para causar tais efeitos, o discurso poético deve também ser mais obscuro, de difícil interpretação. Assim, enquanto o discurso automatizado visa facilitar e agilizar a comunicação, o poético exige tempo e esforço para sua interpretação.

Tal pressuposto faz de Vítor Chklovski, conforme Teixeira (1998), pioneiro no estudo da literatura a partir da abordagem linguística, entendida como uma análise focada na própria linguagem. Para entender as considerações de Chklovski como uma mudança de prisma, pode-se reafirmar que, antes do Formalismo Russo, interessavam à pesquisa literária, advinda da linha romântica, apenas questões externas ao texto das obras, como a vida dos autores, suas escolas literárias e contextos históricos e culturais. É o que aponta D’Onofrio (1995) ao referir-se ao formalista russo Vladimir Propp, outro pioneiro na análise literária focada na estrutura do texto ao invés de em questões exteriores à obra em si. No entender de Propp, uma narrativa, entendida como obra de arte, tem vida independente em relação a sua época e, mesmo, ao autor. Dessa forma, sua análise não se atém às informações externas, devendo se concentrar nos elementos linguísticos, e nas relações entre eles, que constituem a narrativa.

Propp estudou a narrativa sob a ótica da existência de determinadas funções exercidas pelos personagens, tendo função como palavra equivalente à ação. Analisando cem contos maravilhosos¹⁶, o formalista concluiu que “[...] os personagens [...], por mais diferentes que sejam, realizam frequentemente as mesmas ações” (PROPP, 1984, p. 26), entendendo assim que as funções são grandezas rígidas, ao contrário do meio no qual elas ocorrem na história narrada. Com tal entendimento, Propp elencou 31 funções – tais como o afastamento do personagem do lar, a realização de uma transgressão por ele, a luta do herói contra um agressor – que dão sequência narrativa aos contos.

A identificação das 31 funções deu origem à obra *Morfologia do Conto Maravilhoso*, escrita por Propp em 1928 e considerada, segundo Mungiolli (2002), a marca do início do estudo sistemático da narrativa, sob o prisma de suas estruturas. Reis e Lopes (1988) explicam que Propp constatou a existência de um plano de organização global da narrativa – no caso, um plano das ações funcionais que poderia ser estudado conforme o mesmo modelo analítico, independente de qual fosse o texto narrativo em

¹⁶ De acordo com D’Onofrio (1995), o conto maravilhoso, ou popular, é uma forma de narrativa que surgiu ainda na fase oral dos povos, sendo, portanto, considerado uma forma de transmissão de cultura. Tais contos abordam costumes e folclores de cada povo e transmitem valores morais, onde o bem sempre vence o mal. O conto maravilhoso não tem autor definido, tampouco faz referência aos períodos históricos ou lugares onde ocorrem os fatos narrados.

questão. É a tal constatação que se deve o conceito de *estrutura*, entendido, conforme os autores, como o conjunto de relações entre os elementos que exercem determinadas funções no âmbito da narrativa. A estrutura seria, portanto, a rede de interdependência existente entre estes elementos, os quais, organizados, formam o todo da narrativa. Reis e Lopes (1988) observam que o conceito de estrutura, embora descendente da identificação das funções por Propp, foi cunhado pelos integrantes do Círculo Linguístico¹⁷ de Praga, que teve entre seus membros o linguista Roman Jakobson.

De acordo com Eagleton (2003), é a partir das pesquisas de Jakobson que se inicia a transição do Formalismo Russo para o Estruturalismo. Jakobson foi líder do grupo formalista chamado Círculo Linguístico de Moscou, criado em 1915; e posteriormente membro do Círculo Linguístico de Praga, grupo fundado em 1926, na capital da República Tcheca, que congregava teóricos do Estruturalismo. Tais estudiosos entendiam, em concordância com o Formalismo, que os textos deveriam ser estudados como objetos autônomos, e não como reflexo da realidade exterior. Entretanto, aprofundaram, em relação aos estudiosos russos, o olhar sobre mudanças de significado das palavras que podem ocorrer no texto literário. Eagleton (2003) observa que Jakobson se debruçou sobre a questão, entendendo que no texto artístico é modificada a relação habitual entre o signo e o seu referente. Dessa forma, na linguagem artística, a palavra não é meramente um elemento empregado na comunicação, mas um objeto dotado de qualidades próprias na medida em que desloca a atenção do receptor, não para o emissor ou para sua finalidade, mas para si própria.

Neste ponto, mostra uma relação entre as visões de Vítor Chklovski e Roman Jakobson no que diz respeito ao estranhamento causado pelo texto poético em função das mudanças de significado das palavras, na comparação com o uso cotidiano da língua. Conforme Eagleton (2003), Roman Jakobson se debruçou sobre a metáfora, onde um signo é trocado por outro, o qual, no âmbito da obra, transmite significado semelhante ao substituído – paixão, por exemplo, transforma-se em chama. Estudou também a metonímia, na qual um signo é associado a outro – asa substitui avião. Assim, o texto poético e outras formas textuais artísticas transmitem significado, não usando as palavras conforme a técnica automatizada e cotidiana, mas por meio de combinações que envolvem semelhanças e associações entre os significados originais dos signos.

¹⁷ Os círculos linguísticos eram grupos que reuniam pesquisadores interessados no estudo da linguagem e da literatura.

Teixeira (1998) salienta que Chklovski e Jakobson também concordam, por outro lado, que o entendimento do objeto como arte, ou do texto como artístico, depende da percepção do leitor sobre o fenômeno, bem como fica ameaçado pelo desgaste das formas estranhas e desautomatizadas, que podem tornar-se corriqueiras com o uso e o passar do tempo.

Assim, existe um relativismo da percepção do objeto artístico, que Jakobson (1971) expõe ao analisar o vocábulo realismo¹⁸. Conforme Jakobson (1971), o termo em questão diz respeito a obras que aspiram à reprodução fiel da realidade, buscando o máximo de verossimilhança – aqui entendida como semelhança com a verdade referencial. Entretanto, Jakobson (1971) entende que, na medida em que autores buscam se filiar a um modelo tradicionalmente aceito como realista, podem incorrer na criação de clichês e, assim, acabar se distanciando da realidade almejada. Por outro lado, um escritor revolucionário que incorpore à língua deformações acentuadas, como forma de atingir o realismo fugindo dos clichês e das formas verbais antes consideradas artísticas, mas ora desgastadas pelo uso, também pode não obter o efeito desejado entre críticos e leitores mais conservadores.

A partir das transições decorrentes do aprofundamento do método analítico, advindas de Jakobson e de seus colegas do Círculo Linguístico de Praga, o Estruturalismo começou a se desenhar, interessado, conforme Culler (1999), em entender como as estruturas intrínsecas ao texto – cujo estudo começou no Formalismo – agiam sobre o leitor. Culler (1999) alerta que, embora com interesse parecido, o Estruturalismo se diferencia em relação à Fenomenologia, que também pode ser considerada uma linha de análise do texto. A Fenomenologia buscava entender os efeitos do texto sobre o leitor observando o próprio leitor, a forma como sua experiência de vida e suas expectativas interferiam na interpretação textual. Era, portanto, uma ciência da subjetividade. Por sua vez, o Estruturalismo muda o foco do leitor para o texto, tentando entender o que existe, nas estruturas textuais, que gera determinados efeitos sobre o indivíduo – sem, entretanto, se preocupar com ele. Como afirma Eagleton, o “[...] Estruturalismo escandalizou o mundo literário com sua indiferença pelo indivíduo” (EAGLETON, 2003, p. 148).

¹⁸ Neste ensaio, Jakobson (1971) observa que a classificação de um texto como realista se dá de três formas principais: o autor o considera realista, os críticos o consideram realista ou o autor pertence à escola literária do século XIX chamada de Realista. Jakobson (1971) alerta para o modo dúbio e impreciso com que o termo é empregado pelos teóricos da literatura.

De acordo com Eagleton (2003), a origem do Estruturalismo também está vinculada à metodologia de Ferdinand de Saussure, considerado fundador da Linguística Estrutural, o estudo das estruturas inerentes à linguagem, e também da Semiótica, a ciência interessada nos signos e códigos que possibilitam a comunicação. Dentre os pontos em comum entre o trabalho de Saussure e o Estruturalismo está a convicção de que as análises do material linguístico devem ser realizadas de forma independente em relação ao desenvolvimento histórico da língua.

Convém salientar que Saussure (1995) não ignora a interferência de eventos históricos, bem como de características geográficas, no desenvolvimento das línguas. O autor reconhece que fatos políticos, como processos de colonização ou outras relações entre países, geram alterações significativas nas línguas das nações envolvidas. Entretanto, acredita que o estudo desses fenômenos não deve influenciar a análise do material linguístico em si. Saussure (1995) defende a divisão do estudo linguístico em linguística interna (interessada no texto) e linguística externa (interessada nos fatores políticos, históricos e geográficos que interferem no desenvolvimento da língua). Para Saussure (1995), tal divisão se faz necessária por uma questão metodológica. Enquanto a linguística externa pode ser estudada levando em conta pormenores diversos, aleatoriamente elencados, a linguística interna deve se subordinar a sistemas metodológicos, visto que “[...] ela não admite uma disposição qualquer” (SAUSSURE, 1995, p. 31).

Além disso, Saussure (1995) mantém o olhar sobre a tipologia que forma a palavra, sem se interessar pelo referente, ou seja, ao ser ou objeto ao qual a palavra se refere. O autor observa que os signos remetem a referentes por questões meramente arbitrárias, de forma que um mesmo objeto é referenciado por palavras diferentes em diferentes línguas, ou seja, não há relações entre o aspecto físico de uma palavra e seu referente. Desta forma, como explica Imbert (1986), Ferdinand de Saussure e estruturalistas que o seguiram entendiam que era possível estudar o efeito dos textos com base no significante (o lado físico, tipológico, da palavra), sem levar em conta o significado (o conceito, o referente). Sob esta ótica, exemplifica Imbert (1986), um poema poderia ser analisado a partir de sua construção gramatical, sem que fosse levado em conta o significado que o poeta pretendia transmitir.

Na mesma linha de pensamento, a questão do valor estético também é colocada à parte na análise sugerida por Ferdinand de Saussure. Partindo da proposta saussureana, mesmo a Linguística contemporânea evita se dedicar à crítica literária, conforme Imbert

(1986), por se interessar no código, nos sinais e nas regras gramaticais que os interligam, sem entrar no problema da riqueza estética do texto. Sob esse aspecto, podemos notar um distanciamento em relação ao pensamento de Vítor Chklovski, antecessor dos formalistas, que se preocupava com o aspecto artístico do texto que o diferencia em relação às formas comunicativas automatizadas.

Outros fundamentos do Estruturalismo podem ser encontrados, conforme aponta Eagleton (2003), na pesquisa antropológica de Claude Lévi-Strauss sobre os mitos, os já citados conjuntos de narrativas compartilhados por uma sociedade. Lévi-Strauss constatou que mitos aparentemente diferentes tinham, em comum, as mesmas estruturas – nota-se, nesse ponto, a proximidade de sua constatação com a do formalista Vladimir Propp, que detectou as mesmas funções dos personagens em sua análise dos contos maravilhosos. Para Lévi-Strauss os mitos poderiam ser analisados a partir das relações estruturais.

Convém salientar que, a partir da constatação de Propp e Lévi-Strauss acerca das estruturas em comum, tanto entre os contos maravilhosos quanto nos mitos, surge a concordância de que é possível manter o foco sobre uma forma universal que compõe as diferentes narrativas. Trata-se de um entendimento que viabilizava a análise da narrativa sob o prisma de suas estruturas – e que diz respeito à Narratologia, como veremos a seguir.

Desta forma, o Estruturalismo pode ser entendido como uma linha de análise literária interessada nas estruturas que mantêm interligados os elementos que, – cada uma exercendo alguma função – agem em conjunto no interior da obra, provocando efeitos no leitor. Esse leitor, entretanto, não interessa à análise, assim como também não interessa o contexto externo da obra. Conforme Eagleton (2003), o Estruturalismo preconiza que a análise da estrutura pode ser realizada em diferentes obras, independentemente da atribuição de valores literários às mesmas. Além disso, não se interessa, necessariamente, pela história em si.

Indicativo disso pode ser encontrado nas palavras de Tzvetan Todorov (1970), segundo o qual

[...] a análise estrutural terá sempre um caráter essencialmente teórico, nunca descritivo. [...] O objetivo de tal estudo nunca será a descrição de uma obra concreta. A obra será sempre considerada a manifestação de uma estrutura abstrata, da qual ela é apenas uma das realizações possíveis; o conhecimento dessa estrutura será o verdadeiro objetivo da análise estrutural. (TODOROV, 1970, p. 80).

Segundo Eagleton (2003), foi no interior do Estruturalismo que surgiu o conceito de Narratologia como ciência focada no estudo das narrativas. Até então, embora o estudo da narrativa estivesse inserido nas análises de texto literário, era desprovido de uma identificação específica. De acordo com o autor, a Narratologia surgiu no momento em que os estruturalistas passaram a generalizar o modelo sugerido por Lévi-Strauss, ou seja, começaram a estudar mais textos narrativos – além dos mitos – com a visão de que todos apresentavam as mesmas estruturas.

Mantendo, portanto, a linha de pesquisa inspirada em Saussure e no Formalismo Russo, o Estruturalismo seguiu, ao menos em sua essência, o estudo da linguagem de forma objetiva e dissociada em relação ao indivíduo e ao contexto, contrariando os apontamentos de Mikhail Bakhtin. Crítico dos formalistas e da linguística saussureana, Bakhtin não via o signo como mero integrante de estruturas funcionais do texto e defendia mais atenção das pesquisas linguísticas ao indivíduo e ao contexto social. Na interpretação de Eagleton (2003), Bakhtin entendia a linguagem como um campo de luta ideológico, onde o signo era o veículo material da transmissão de ideologia, através do qual grupos sociais conflitantes tentavam se impor. Neste âmbito de luta histórica, a língua teria um caráter heterogêneo, com significações que se alternam conforme o momento e o contexto.

Zilberman (2008) acrescenta que Bakhtin chamou a atenção para o caráter dinâmico do texto, que é dotado de pluralismo de expressões e de códigos. Dessa forma, Bakhtin voltou o foco para a polifonia, entendida como a presença de falas diversas no interior de um texto aparentemente uniforme; e para o hibridismo, uma espécie de “mestiçagem linguística”, entendida por Zilberman (2008) como a presença, no texto, de elementos de diferentes origens sob o aspecto cultural.

Apesar de ignorar tais questões, o Estruturalismo teve, na avaliação de Eagleton (2003), o mérito de conceder um caráter científico à análise literária. Na opinião do autor, com o Estruturalismo os textos literários deixaram de ser encarados de maneira subjetiva ou mesmo supersticiosa, como se contivessem “alma” ou uma “essência vital”, e passaram a ser vistos como produtos da linguagem cujos mecanismos poderiam ser desvendados, estudados e classificados. Por outro lado, Eagleton (2003) também observa que as leis rígidas e universais sugeridas pelo Estruturalismo se opunham aos sistemas de significação humanos, que não são estáveis, variando conforme a cultura e o transcurso da história, como sugere Bakhtin. A falha estruturalista, na avaliação de Eagleton (2003), foi ignorar propositalmente a

existência de um mundo externo, para possibilitar o estudo do assunto de seu interesse, colocando o referente à parte para se debruçar apenas sobre as estruturas de significação.

1.2.1 O Pós-estruturalismo

O entendimento de que as regras estruturalistas eram insuficientes para uma análise da narrativa, como aponta Eagleton (2003), tiveram influência no surgimento do Pós-estruturalismo. De acordo com Culler (1999), o advento do Pós-estruturalismo está relacionado à constatação da impossibilidade de se conceber um sistema estrutural coerente e completo, visto que tais sistemas estariam em constante mudança. Vincula-se também ao entendimento acerca da importância do homem e de sua bagagem de conhecimento para a produção e interpretação do texto.

Tal constatação pode ser obtida a partir de Roland Barthes, linguista de transição entre o Estruturalismo e o Pós-estruturalismo. Eagleton (2003) percebe que tendências pós-estruturalistas já podem ser notadas nos textos atribuídos à fase estruturalista de Barthes, onde ele “tempera” sua teoria com conceitos advindos de outras linhas de pesquisa.

De fato, no ensaio *Introdução à análise estrutural da narrativa*, Barthes (1973) dá crédito a Propp e demais formalistas russos por estruturarem a narrativa, aceita a existência de funções que compõem a narrativa e defende a adoção de um modelo para a análise estrutural; entretanto, admite que tal modelo deve servir como um ponto de partida, da onde o pesquisador deverá se aprofundar em direção às particularidades do texto, onde encontrará mostras da “[...] pluralidade das narrativas, sua diversidade histórica, geográfica, cultural” (BARTHES, 1973, p. 21). No mesmo trabalho, também concorda quanto à importância de se analisar como se processa a interpretação do leitor, mas admite que, nesse primeiro momento, deixava a questão à parte por falta de mais estudos anteriores sobre o assunto.

É na sua fase pós-estruturalista que Barthes, no entender de Eagleton (2003), admite com maior ênfase o papel do leitor, não mais como consumidor, mas como produtor. Barthes, embora observando que não se pode aceitar grandes distorções em relação ao significado do texto, reconhece, entretanto, a possibilidade de o leitor ou crítico encontrar significados particulares por ocasião de sua interpretação pessoal do

texto. Portanto, o texto deixa de ser visto como uma estrutura para ser encarado como um processo aberto de estruturação.

Tadié (1992) também observa que Barthes, ao mesclar Linguística e análise da literatura, se opôs ao estudo objetivo da linguagem, entendendo que na língua opera a subjetividade dos indivíduos. A língua teria, portanto, sentidos múltiplos. Entretanto, tal diversidade de sentidos, conforme a interpretação de Tadié (1992) a respeito de Barthes, estaria ainda ligada à forma como o texto se apresenta, ou seja, a sua estrutura.

Além de Barthes, outro teórico de transição ao Pós-estruturalismo que buscou dar importância às questões ligadas ao receptor foi Gérard Genette. Segundo Tadié (1992), Genette também praticou a análise estruturalista da narrativa, sugerindo a aplicação de um método de análise único aos textos, entendendo que a narrativa em geral podia ser analisada a partir de um caso particular. Indo além, entretanto, Genette defendeu, entre outros pontos, que o narratário deveria ser alvo de análise, tendo como narratário não somente o interlocutor do narrador, mas também o leitor real¹⁹. De acordo com Tadié (1992), Genette tinha em conta também a existência do que chamava de leitor envolvido, entendido como a ideia do autor acerca do seu possível leitor – ideia essa, podemos acrescentar, que tenderia a influenciar o autor.

Optaremos por retomar o estudo de Barthes e Genette no segundo capítulo, onde será abordado o efeito de real e suas ligações com o jornalismo. Barthes será alvo de estudo justamente por apresentar o conceito de efeito de real, ao passo que Genette nos interessa por analisar a funcionalidade, na narrativa, da descrição – que vemos como geradora de novos sentidos, dentre os quais, o efeito de real. Por ora, entendemos que o debate em torno da importância da análise do papel do destinatário da narrativa, identificada nesta revisão sobre o Pós-estruturalismo, convida ao estudo também da visão hermenêutica de Ricoeur a respeito do fenômeno.

¹⁹ De acordo com Reis e Lopes (1988) o narrador é o emissor do discurso pelo qual a história é veiculada, o qual não deve ser confundido com autor. Enquanto o narrador é uma entidade fictícia, o autor é o indivíduo real. D’Onofrio (1995) explica que o narrador é “um personagem de ficção em que o autor se metamorfoseia” (D’ONOFRIO, 1995, p. 54), mas cujos sentimentos e opiniões, no caso do texto ficcional, não coincidem necessariamente com os do escritor. Assim, enquanto o autor é um elemento externo à intriga e pertence a dado momento histórico, o narrador é parte da obra e, ao mesmo tempo, dotado de autonomia em relação à realidade exterior à narrativa. Segundo Reis e Lopes (1988), a mesma regra vale para o narratário, o qual, segundo esses autores, não pode ser confundido com o leitor de uma obra. O narrador se dirige a um presumível narratário quando conta a história e, inclusive, interrompe o relato de uma ação em prol do acréscimo de determinadas informações contextualizantes, que já podem ser, inclusive, de conhecimento do leitor real. Tadié (1992), no entanto, nos parece demonstrar que tem interpretação diferente ao afirmar que “Genette também se volta ao narratário [...] que é o destinatário da narrativa – na narrativa ou fora dela” (TADIÉ, 1992, p. 255).

1.3 A tripla mimese de Ricoeur

Embora Paul Ricoeur não pertença a nenhuma das linhas de análise da narrativa anteriormente conceituadas – Formalismo, Estruturalismo e Pós-estruturalismo –, acreditamos que sua busca hermenêutica por compreender o funcionamento das narrativas e, assim, compreender mais sobre o próprio homem, fornece um entendimento pertinente a respeito de como a narrativa se configura, em um processo que envolve não só a história em si ou o discurso do narrador, mas também o indivíduo que se apresenta como destinatário dessa história narrada.

Desta forma, ao contrário de formalistas e estruturalistas, e em concordância com Bakhtin, Ricoeur (1994) acredita que uma análise sobre a narrativa deve focar não só o texto, mas também os referentes – o mundo que precede esse texto –, bem como o destinatário – no caso, o leitor ou ouvinte. Mais do que fatores a serem considerados pelo analista, os referentes e o destinatário são, para Ricoeur (1994), protagonistas no processo de criação da narrativa. O entendimento de que existe, para Ricoeur (1994), esse protagonismo de referentes e leitores, se evidencia quando o autor dissecou o ato narrativo em três partes, às quais batizou de *mimese I*, *mimese II* e *mimese III*. Intercaladas pelo texto (*mimese II*), que cumpre o papel de mediador, a *mimese I* e a *mimese III* dizem respeito, respectivamente, ao mundo preexistente e à reconfiguração da narrativa que ocorre por ocasião da leitura ou audição.

Antes de se explicitar como ocorre, sob a ótica ricoeurana, a configuração da narrativa através da tríplice mimese, convém salientar que tal estudo de Ricoeur torna-se pertinente nesta revisão teórica em função do entendimento, também advindo do autor em questão, de que referentes e leitores ou ouvintes participam não só da criação da narrativa ficcional, como também da narrativa dita histórica, a qual pode ser conceituada como aquela que tem pretensão de relatar um fato real, ocorrido no passado – conceito esse dentro do qual se pode situar também o texto jornalístico. Aceitamos, portanto, que o estudo de Ricoeur acerca de como se processa a criação da narrativa também pode ser empregado na análise da narrativa jornalística, constatação que se reforça na medida em que, como se demonstrará mais adiante, tal opção de análise já é colocada em prática por teóricos do estudo do jornalismo. Assim, a abordagem da tríplice mimese fornece lastro para a compreensão de análises que aplicam essa teoria a

conteúdos noticiosos, bem como, por si só, leva ao entendimento de como as narrativas se formam independentemente de gêneros.

Desta maneira, o entendimento de que os mesmos processos regem a configuração tanto da narrativa ficcional quanto da jornalística advém da tentativa de Ricoeur de colocar no mesmo plano o estudo da narrativa ficcional e do estudo da narrativa histórica. Concordamos, neste âmbito, com a interpretação de Barbosa (2006) acerca dos apontamentos de Ricoeur. Para a autora, as distinções entre tais formatos são mais convenções culturais do que algo decorrente de supostas particularidades narrativas de um ou de outro. Barbosa (2006) afirma que Ricoeur busca passar por cima de tais distinções entre diversos gêneros narrativos, adotando como mote a tentativa de identificar uma unidade entre tais gêneros, ou seja, características fundamentais do ato narrativo, independentemente de ser ele ficcional ou não ficcional.

Pode-se dizer que, no entendimento de Paul Ricoeur, mesmo para o relato histórico mais distante dos gêneros tidos como literários, torna-se inviável a existência de uma estruturação que não seja a forma narrativa. Tal constatação decorre do próprio conceito de narrativa de Ricoeur (1994), que a entende como uma produção semântica na qual está posta a síntese de uma intriga sob uma unidade temporal. A produção semântica equivale à geração de significado através da linguagem, ao passo que a intriga, sob a ótica de Ricoeur (1994), diz respeito ao enredo, entendido como um agenciamento dos eventos que, através dessa geração de significado, são contados – narrados – de um indivíduo a outro ou outros. Desta forma, a intriga abrange ações, circunstâncias, objetivos e as consequências, desejadas ou não, decorrentes destas ações. Ainda conforme Ricoeur (1994), o agenciamento desses componentes da intriga se apresenta, na narrativa, dentro de uma unidade temporal, um limite cronológico que concede à narrativa começo e fim.

Assim, como observa Barbosa (2006), Ricoeur entende o relato histórico como uma narrativa na medida em que ele envolve ações humanas – mesmo que tidas como reais – que se desenvolvem, no âmbito da intriga, mediante circunstâncias e objetivos no interior de um espaço temporal. Sob, essa ótica, portanto,

[...] a história é sempre a história dos homens que são portadores, agentes, vítimas das forças, das instituições, das funções, dos lugares onde estão inseridos. E é nesse sentido que ela não pode romper com a narração, já que seu objeto é a ação humana que implica agentes, finalidades, circunstâncias e resultados. (BARBOSA, 2006, p. 141).

Barbosa (2006), em sua interpretação de Ricoeur, acrescenta que a história também não deixa de ser, assim como a ficção, uma obra da imaginação. Isso porque o passado real, ao qual o discurso da história se refere, já não existe mais – justamente por ser passado. Na história, entra em cena um autor que usa de sua imaginação para construir uma intriga com base em documentos que remetem ao passado e que – pode-se acrescentar – concedem ao texto a legitimidade de algo que faz referência ao real, o que, nesse ponto, pode diferenciá-lo do ficcional sob a ótica de seu conteúdo, não sob a ótica da narrativa. O que existe, no caso da história, é uma narrativa que faz uma referência *indireta* ao passado real. Indireta, conforme Barbosa (2006), justamente porque remete a um passado que já não mais existe, mas que é rerepresentado em uma narrativa embasada em referentes ao real e disposta na forma de uma intriga pela mente criativa do autor.

Por outro lado, Barbosa (2006) também observa existir em Ricoeur o entendimento de que o ficcional, por sua vez, também está, de certa forma, atrelado ao real. O ficcional, assim como a história, adota o mundo real e a experiência e o tempo humanos como referentes. O que o autor ficcional faz é, com base nesse mundo dito real, tentar criar uma narrativa que, conforme as já citadas convenções culturais, é apresentada ao receptor como não real. Tal receptor, vale retomar, participa da construção dessa narrativa, assim como o faz o texto e o mundo real, este, na qualidade de referente.

Neste ponto, pode-se ingressar no conceito da tripla mimese, o qual busca fazer entender, justamente, como referente, texto e leitor atuam em conjunto na configuração da narrativa. A palavra *mimese* é empregada por Ricoeur (1994) conforme o conceito aristotélico de imitação/representação. Para o autor, a *mimese* coexiste no interior da narrativa com a intriga, cuja função é o de regente da *mimese*.

Ricoeur (1994) apresenta a *mimese I* como a base pré-narrativa, ou seja, o mundo concreto, pré-existente, que serve de referência ou pano de fundo à narrativa. Trata-se, portanto, do referente, que, como já visto, diz respeito tanto à narrativa histórica quanto à ficcional. Equivale a afirmar que gira em torno da *mimese I* o conhecimento da mente produtora da narrativa acerca do mundo real e da ação humana, os quais Ricoeur (1994) cita ao afirmar que

[...] imitar ou representar a ação, é primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua *semântica*, com sua *simbólica*, com sua *temporalidade*. [...] A literatura seria incompreensível para sempre se não

viesses a configurar o que, na ação humana, já figura. (RICOEUR, 1994, p. 101, v. 1. Grifo nosso).

Percebe-se, aqui, que valores éticos e morais do homem, na medida em que integram o conteúdo preexistente, também entram em cena na prefiguração que concebe a *mimese I*. Ricoeur (1994) reforça tal constatação a partir da Poética de Aristóteles, onde observa a distinção que o filósofo grego faz entre os *melhores* e *piores* homens, representados pelos atores, respectivamente, na tragédia e na comédia. Tal distinção pressupõe o compartilhamento antecipado de valores entre o autor da peça e sua plateia.

Por sua vez, a *mimese II* surge justamente a partir da intriga, da organização da tessitura formada pela diversidade de incidentes que, juntos e logicamente dispostos dentro de um espaço temporal humano, compõem a narrativa. Na qualidade de mediadora, a *mimese II* vem servir como um elo entre a *mimese I* e a *mimese III*, esta, entendida como o momento em que a narrativa chega a seu destinatário – o leitor, ouvinte ou espectador –, concluindo seu percurso. O destinatário é também protagonista, pois age reconfigurando o texto. Ricoeur (1994) afirma ocorrer, a essa altura, a “[...] intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor” (RICOEUR, 1994, p. 110, v. 1).

Notamos, a partir da afirmação de Ricoeur, a aceitação da existência de um outro mundo – o do indivíduo, o qual se apresenta diante da narrativa já munido de um conjunto de informações e sentimentos que acumula na memória ao longo de sua vida. Neste aspecto, pode-se acrescentar ainda que o mundo do leitor também está fincado no mundo real, que lhe serve de referente. Portanto, é possível entender que o leitor ou ouvinte, mesmo antes de concluir a reconfiguração da narrativa por ocasião da *mimese III*, já apresenta como lastro o seu conhecimento acerca do mundo real, agente da *mimese I*. Assim, mundo real e mundo individual já se encontram relacionados. É através de uma força intermediária – que pode ser chamada de intriga, texto e/ou *mimese II* – que referente e destinatário, em conjunto com essa instância mediadora, formarão uma narrativa, a qual poderá ser ficcional ou não conforme a convenção adotada em cada caso.

Sob este aspecto, Ricoeur (1994) apresenta uma constatação que transcende a questão da estrutura do texto, a qual tanto interessava a formalistas e estruturalistas. A já citada reconfiguração do texto, que ocorre quando se fecha o ciclo das três mimeses, no ato da leitura, mostra-se como um fenômeno complexo e sugere que os efeitos da narrativa sobre o leitor não se explicam apenas por sua estrutura textual, mas também

por fatores externos a ela (*mimeses I e III*). Sugere também que tanto esses efeitos quanto a própria interpretação do texto e de seu sentido podem variar conforme o leitor ou ouvinte, na medida em que também variam as informações e sensações contidas na memória de cada indivíduo. Aceita-se, portanto, a possibilidade de que um mesmo texto pode gerar diferentes narrativas para diferentes agentes da leitura.

Tal entendimento mostra-se pertinente, como já citado, para o estudo do jornalismo sob o prisma da análise da narrativa, questão que será agora abordada.

1.4 A análise da narrativa no jornalismo

A análise de conteúdos jornalísticos sob o prisma da análise da narrativa é recente no âmbito dos estudos acadêmicos do jornalismo. Indicativo disso pode ser encontrado em Resende (2007), segundo o qual o estudo acadêmico do jornalismo se concentra, principalmente, na questão da técnica de produção de conteúdo jornalístico e nas técnicas de discurso, englobando assim, por exemplo, o uso prático de tecnologias e a aplicação de regras discursivas e de códigos de ética; mas sem contemplar o estudo da narrativa. O autor atribui tal opção acadêmica a lógicas de mercado que situaram o jornalismo em um campo à parte em relação à literatura, no qual se preza pela transmissão objetiva dos fatos que são noticiados – questão que será retomada mais adiante. Além disso, Resende (2007) entende também que tal opção seria uma forma de simplificação do estudo acadêmico, mantendo-o linear, pois o foco sobre a narrativa o complexificaria ao exigir uma análise transdisciplinar, agregando, no entender do autor, conceitos da Linguística, Sociologia e Antropologia, entre outras disciplinas. Resende (2007) defende a criação, no meio acadêmico jornalístico, do que chama de um tripé, que englobaria as técnicas produtivas e as discursivas, mas também a análise da narrativa.

Atualmente observamos a existência de estudos do texto jornalístico a partir do prisma da narrativa, particularmente, nos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Dentre os autores que abordaremos a seguir, três deles – Motta, Resende e Soster – são integrantes da SBPJor.

Para chegar a estes estudos do jornalismo sob a ótica da análise da narrativa, seguiremos, inicialmente, os passos de Sodré (2009), que parte das considerações de Walter Benjamin acerca da inexistência de narrativas no âmbito do jornalismo para, posteriormente, sugerir um outro ponto de vista em torno da questão. Com isso, não

pretendemos contrapor ou negar a validade das ideias de Benjamin, mas sim, seguir a linha de pensamento apresentada por Sodré (2009), como forma de compreender o ponto de vista desse. Tanto que, mais adiante, retomaremos os conceitos de Walter Benjamin sob a ótica de Resende (2005 e 2009a), autor que, em parte, concorda com o pensamento benjaminiano sobre a questão.

Benjamin (1987), não encontrava a autoridade inerente a um narrador nas produções textuais contemporâneas, bem como não via como narrativas as múltiplas e fragmentadas informações divulgadas pelo jornalismo. O conceito de autoridade, no pensamento de Benjamin (1987), remete à antiga narrativa oral, onde o conhecimento era transmitido aos membros do grupo por indivíduos que tinham experiência, entendida como resultado de muitos anos de vida. A *experiência*, para Benjamin (1987), difere em relação à *vivência*, essa, entendida como resultado de uma revelação decorrente de um acontecimento atípico ou mesmo extraordinário, como é o caso dos temas que interessam aos jornais. Causou estranheza a Benjamin (1987) que os jovens soldados, ao retornarem da guerra – que bem pode ser encarada como uma vivência –, vinham desprovidos de capacidades narrativas.

Seria, portanto, a longa experiência de vida que conferia ao indivíduo autoridade para narrar e, dessa forma, compartilhar conhecimento com os demais integrantes de sua comunidade. A partir da narrativa oral, os membros de um grupo trocavam experiências e, assim, mantinham uma cultura sólida. A escrita inibiu o ato de narrar, no entender de Benjamin (1987), na medida em que criou um distanciamento entre os indivíduos participantes – no caso, escritor e leitor – impossibilitando o intercâmbio entre as partes. O fenômeno, portanto, não seria moderno, mas resultando ainda do advento do romance. O romancista seria, inclusive, um indivíduo isolado e, na maioria das vezes, desprovido da experiência, a qual surgiria não só do viver, mas também do compartilhamento de sabedoria que ocorre por ocasião da narrativa oral.

O produto jornalístico, por sua vez, destoaria ainda mais em relação à narrativa, no entender de Benjamin (1987), por tratar apenas do banal e do momentâneo, renegando a experiência. Para Benjamin,

[...] a informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. (BENJAMIN, 1987, p. 204).

Já para Sodré (2009), o que ocorreu não foi a extinção da narrativa por ocasião da escrita, mas sim, uma profunda alteração na forma como se processa a transmissão de conhecimento através da narrativa. No caso do romance, conforme Sodré (2009), o processo já não ocorre por meio do compartilhamento de experiências em uma comunidade, mas de reflexões individuais tanto do autor quanto do leitor, cuja subjetividade é provocada pelo texto. Sodré (2009) entende que “[...] a narrativa romanesca, na medida em que se foi desenvolvendo como arte sutil, pôde tornar-se um vasto painel dos matizes sociais e psicológicos implicados na história narrada” (SODRÉ, 2009, p. 193).

Conduzindo o foco de análise do romance para o jornalismo noticioso, Sodré (2009) observa mudanças de valor no conteúdo. Enquanto o romance se destaca por sua densidade simbólica, a prática da informação noticiosa é valorada pela transparência, reforçada pelo discurso de isenção pelo qual o jornalismo objetivo se apresenta. Aqui, o conteúdo surge não a partir da experiência do narrador, como ocorre por ocasião da narrativa oral, mas de uma multiplicidade de relatos.

Para Sodré (2009), a narrativa acontece, no jornalismo, na medida em que nela existe um agente que relata uma história, entendida como uma série de acontecimentos protagonizados ou experimentados, dentro de índices de coerência espacial e temporal, por alguns atores, os quais podem ou não serem humanos. Como a narração não exige, necessariamente, linearidade no desenrolar da história²⁰, mesmo uma notícia redigida no formato da pirâmide invertida²¹ pode ser considerada uma narrativa. Conforme Sodré (2009), a pirâmide invertida e o relato jornalístico linear não se distinguem como, respectivamente, forma não narrativa e forma narrativa, mas como diferentes formatos narrativos – os quais, ao nosso ver, podem ser encontrados entre diferentes gêneros jornalísticos²².

²⁰ Sodré (2009) lembra que Horácio, inclusive, se opunha à linearidade na narrativa. O poeta e filósofo romano recomendava que o autor principiasse sua narrativa pelo meio da história, expondo inicialmente os fatos centrais da intriga ao ouvinte.

²¹ A pirâmide invertida é uma forma de apresentação da notícia onde os fatos são dispostos por ordem decrescente de importância. Concebida com vistas a acelerar o processo produtivo, a pirâmide invertida agiliza a edição, permitindo que, na falta de espaço físico para todo o texto, sejam suprimidos os últimos parágrafos.

²² Segundo Bakhtin (1992), no âmbito do estudo do discurso, os gêneros são classificações que englobam tipos relativamente estáveis de enunciados, esses, entendidos como formas (orais ou escritas) de utilizar a língua, que variam conforme as diferentes condições e finalidades comunicacionais. Desta forma, os gêneros de discurso são tão variados quanto o são as atividades da comunicação humana. Bakhtin (1992) ressalta que, embora os enunciados possam revelar traços estilísticos individuais, advindos da subjetividade de seus autores, existem vínculos entre gênero e estilo discursivo, onde um determinado gênero discursivo possui um estilo apropriado a sua função comunicativa; e esse estilo passa a ser um dos

Entendemos que o formato ao qual Sodré (2009) se refere quando aborda a notícia apresentada mediante a aplicação da pirâmide invertida predomina na esfera do gênero jornalístico chamado de informativo, ao passo que o relato jornalístico linear diz respeito a outros gêneros. Por isto, mostra-se propícia uma breve conceituação dos gêneros jornalísticos, que facilitará a compreensão em torno de como surgem e se apresentam outros formatos de narrativa jornalística que diferem do tradicional modelo da pirâmide invertida. A pertinência desta contextualização se reforça visto a nossa intenção de avançar o foco, passando do estudo da análise da narrativa jornalística informativa para o estudo da análise de narrativas jornalísticas diferenciadas em relação a esta primeira; e vinculadas a outros gêneros.

Em Marques de Melo e Assis (2010)²³ são elencados cinco gêneros jornalísticos que, conforme as pesquisas acadêmicas, são praticados atualmente no Brasil: informativo, opinativo, utilitário, interpretativo e diversional. O gênero informativo é aquele onde se busca a transmissão de informações de forma isenta e objetiva. Baseia-se no paradigma da objetividade²⁴, que diz respeito justamente à prática jornalística que visa a transmitir informações destituídas de opinião, e costuma se apresentar sob o formato da pirâmide invertida. Já o opinativo diz respeito a textos onde são expostas, de forma explícita, opiniões do autor ou do veículo jornalístico. Vale citar que a apresentação clara do texto como opinativo também está relacionada ao paradigma da objetividade, na medida em que a explicitação de tal conteúdo como de opinião busca diferenciá-lo do conteúdo informativo.

elementos que interferem na diferenciação do gênero em questão de outros tipos de enunciado. No caso do jornalismo, a classificação dos conteúdos textuais em diferentes gêneros jornalísticos, segundo Marques de Melo (2003), consiste em um ponto de partida para o estudo das peculiaridades de cada um desses conteúdos, da onde se pode evoluir, inclusive, para a análise de outras questões (sociais, econômicas) que dizem respeito à práxis jornalística.

²³ Organizada por José Marques de Melo e Francisco de Assis, a obra *Gêneros jornalísticos do Brasil* (2010) reúne artigos de mais pesquisadores e atualiza os estudos da questão dos gêneros realizados por Marques de Melo no início da década de 1980. Na época, o autor propôs uma classificação nova em relação à sugerida por Luiz Beltrão, pioneiro no estudo dos gêneros jornalísticos no Brasil. Beltrão sugeria a divisão do fazer jornalístico em três grandes categorias: jornalismo informativo, jornalismo interpretativo e jornalismo opinativo. Por sua vez, Melo constatou que, na década de 1980, predominavam no Brasil apenas o jornalismo informativo e o opinativo. Tal conclusão, que embasou sua tese de livre docência, originou o livro *A opinião no jornalismo brasileiro* (1985), cuja versão mais recente data de 2003 e leva o título *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos do jornalismo brasileiro*. Já a obra de 2010 contempla as demais formas de narrativa jornalística que se desenvolveram após a abertura política no Brasil, especialmente desde o início da década de 1990 até o início do século XXI. Vale citar que se trata de uma pesquisa em evolução, como demonstram os estudos de Lia Seixas acerca dos gêneros jornalísticos na era da internet, que culminaram na criação, em 2009, do Grupo de Pesquisa em Gêneros Jornalísticos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (**Intercom**).

²⁴ O conceito será retomado mais adiante.

Por sua vez, o gênero utilitário tem a função de orientar o receptor, auxiliando-o, inclusive, a tomar decisões. Também é conhecido por jornalismo de serviço e se presta a tirar dúvidas relativas ao dia a dia, abrangendo informações como a previsão do tempo, horários do cinema e teatro, cotações financeiras, resultados das loterias, tabelas de preços e telefones úteis, entre outros. Já o gênero interpretativo diz respeito ao conteúdo jornalístico que, indo além de contar um fato – como faz o gênero informativo – o contextualiza, aprofundando a informação por meio da apresentação de causas e consequências do fato noticiado.

O diversional, conforme Assis (2010), visa proporcionar entretenimento²⁵ ao receptor por meio de narrativas que apresentam contornos estéticos semelhantes aos da literatura, mas onde o jornalista-autor mantém o compromisso com a veracidade da informação. Envolve, portanto, narrativas não ficcionais, mas semelhantes aos textos literários. Sob essa ótica, constata-se uma dualidade do gênero diversional, que busca oferecer entretenimento e, ao mesmo tempo, informar.

Entendemos, entretanto, que a expressão diversional diz respeito não apenas à diversão, mas também à diversidade de informações que podem ser abordadas pelas narrativas desse gênero. O próprio Assis (2010) reconhece a existência de paralelos entre o gênero diversional e os chamados *fait divers* (fatos diversos, em francês), termo adotado pela teoria do jornalismo para classificar as narrativas jornalísticas que despertam o interesse dos leitores, mesmo sem possuírem ligação com os fatos recentes, e considerados importantes, que dão origem ao noticiário cotidiano. A inexistência da obrigatoriedade de vínculos entre essas narrativas e os fatos recentes, ao nosso entender, contribui para ampliar sua diversidade.

Tal constatação se reforça se retomarmos os estudos de Marques de Melo do início dos anos 1980, quando o autor, embora sem reconhecer a existência do gênero diversional no Brasil, observa haver, no âmbito da academia de jornalismo norte-americana, a tendência a atribuir caráter diversional – e distinto em relação às esferas informativa e opinativa – aos textos classificados como *feature*. Marques de Melo (2003) conceitua o *feature* como uma narrativa jornalística de interesse humano, que atrai por ser pitoresca ou comovente²⁶. Nota-se, novamente, que se tratam de narrativas

²⁵ Marques de Melo (2003) e Assis (2010) alertam que não podem ser consideradas como jornalísticas determinadas formas de entretenimento que, paradoxalmente, são encontradas em jornais, no rádio e na televisão, tais como jogos de palavras-cruzadas, contos, filmes e musicais.

²⁶ Antecessor de Marques de Melo no estudo dos gêneros, Beltrão (1969 apud Marques de Melo, 2003) sugere que as narrativas acerca de situações de interesse humano podem ser enquadradas como um gênero

diversificadas, na medida em que independentes dos fatos recentes e considerados jornalisticamente importantes.

O gênero diversional nos interessa particularmente em função da proximidade estética entre as narrativas jornalísticas relacionadas a este gênero e as narrativas literárias, conforme citado anteriormente. Marques de Melo (2003) afirma que uma das principais características do conteúdo diversional é sua forma romanesca, ou seja, semelhante à do romance literário. Retomaremos essa questão mais adiante, ao abordarmos as características da reportagem, formato jornalístico, muitas vezes de narrativa linear, que diz respeito, principalmente, aos gêneros interpretativo e diversional.

Antes, entretanto, seguiremos o debate que começamos com Benjamin (1987) e Sodré (2009), acerca de haver ou não narrativa no âmbito do jornalismo, mantendo, inicialmente, o foco no gênero informativo, da pirâmide invertida. Entendemos que o estudo da questão, a partir deste ponto, é pertinente porque diz respeito a um gênero jornalístico que, embora mais distante do estilo da narrativa literária, é o mais comum na práxis jornalística.

Referindo-se a tal formato jornalístico, Motta (2004), afirma que “[...] esse tipo de notícias constitui a essência do jornalismo diário, contrapõe-se à ficção e nega qualquer parentesco com a literatura e as artes” (MOTTA, 2004, p. 2). Ele observa que tal gênero é caracterizado também pela fragmentação, aqui entendida como resultado do montante de várias notícias, curtas ou extensas, sobre mesmos ou diversos assuntos, que se oferecem de forma diária para leitores, ouvintes ou telespectadores. O autor defende que, apesar dessas características, tal formato jornalístico pode ser estudado sob a ótica da análise da narrativa.

Motta (2004) busca demonstrar que o jornalismo contemporâneo, mesmo se apresentando de forma fragmentada, configura-se como forma narrativa quando chega ao destinatário. O autor não embasa sua constatação, necessariamente, em análises das estruturas intrínsecas ao texto, em estilos ou gêneros textuais, mas sim, na aplicação dos conceitos de Ricoeur ao produto jornalístico. Desta maneira, conclui que o conteúdo jornalístico se converte em narrativa ao passar pelos três estágios miméticos sugeridos

autônomo, chamado por ele de história de interesse humano e pertencente à categoria do jornalismo informativo. Marques de Melo (2003), entretanto, entendia na época que a história de interesse humano não seria um gênero autônomo, mas uma forma narrativa do jornalismo informativo. Hoje, vale ressaltar, Marques de Melo aceita a história de interesse humano como um formato que pertence ao gênero diversional.

pelo filósofo francês, culminando, portanto, na reconfiguração promovida pelo leitor, ouvinte ou telespectador.

Para explicitar seu ponto de vista, Motta (2004) inicialmente contrapõe o conceito de narração, entendida, portanto, como a síntese de uma ação no interior de um espaço temporal, ao conceito de descrição, que diz respeito à representação de um momento estático. Motta (2004) observa que, embora encontrando os dois formatos no conteúdo jornalístico, a descrição parece prevalecer, neste formato, sobre a narração. O jornalismo busca descrever com precisão os fatos, tentando não deixar espaços para o imaginário, que costuma entrar em ação por ocasião da narrativa tradicional. Nesse ato descritivo, o jornalista-autor se coloca à parte, dando voz apenas aos personagens (ou fontes da informação), convertendo-se, assim, em um “mediador discreto”. Entretanto, como antecipamos, para Motta (2004 e 2006) a constatação de haver narração na prática jornalística não reside nas qualidades intrínsecas ao texto, e sim, no “[...] movimento entre a pré-figuração, a configuração e a refiguração do ciclo pragmático autor-obra-leitor, que pode ser capturada, como nos sugere Ricoeur, através da interpretação de acontecimentos jornalísticos desde a ótica do leitor” (MOTTA , 2006, p. 55).

Para Motta (2004 e 2006), no âmbito da pré-figuração (*mimese I*) o jornalismo se apresenta como intermediador não só dos fatos cotidianos, mas dos valores éticos e morais preexistentes no universo cultural onde está inserido. Através desta mediação (*mimese II*) realizada pelo conteúdo jornalístico, o destinatário reconfigura (*mimese III*) a representação dos fatos, reinterpretando-os ao mesmo tempo em que compartilha dos valores sociais que incidem tanto sobre ele quanto sobre o jornalista-autor. Cabe salientar que o processo não envolve uma única notícia, mas várias, que, inicialmente fragmentadas no campo da mediação, se fundem na reconfiguração, onde o leitor busca conexões entre as unidades de informação com auxílio de sua memória. Assim, por meio da reconfiguração, que envolve também interpretações e conexões, o protagonista da *mimese III* transforma um grupo difuso e fragmentado de notícias em narrativas²⁷, que o ajudam a se localizar dentro de sua cultura e no tempo, auxiliando-o a compreender o mundo. Portanto,

[...] é desde o ponto de vista reconfigurador da recepção e desde um pano de fundo cultural, ético e moral que podemos reconstituir episódios fragmentados das notícias diárias em narrativas coerentes, que podemos

²⁷ Motta (2006, p. 56) também usa a expressão “acontecimentos jornalísticos” para se referir às significações integrais advindas da reconfiguração de notícias fragmentadas e de narrativas sobrepostas.

reconstituir intrigas e histórias cuja significação está muito além dos conteúdos proposicionais. É do ponto de vista da cultura, a meu ver, que o jornalismo se configura como narrativa da contemporaneidade. (MOTTA, 2006, p. 55).

Sob esse aspecto, Motta (2006) defende que o jornalismo, na qualidade de gerador de narrativas contemporâneas, também gera cognição. Assim como sugere Aristóteles, referindo-se à *mimese*, Motta acredita que o homem compreende por meio da narrativa – inclusive, a jornalística.

Motta (2009) deixa isso nítido ao revelar que entende a narrativa, inclusive a midiática²⁸, como uma forma de experimentação da realidade. Para chegar a tal conclusão, inicialmente coloca à parte a visão estruturalista, a qual é limitada por entender a narrativa apenas sob a ótica de uma obra estruturada em si mesma, sem levar em conta a existência de uma ação – a enunciação – no ato de narrar. Por outro lado, se inspira em uma visão pragmática segundo a qual a narrativa compõe realidades, ao transformar em signos imagens até então restritas ao imaginário. Sob essa ótica, é através da narrativa que o conteúdo imaginário passa a existir e se torna, também, constituinte e organizador da realidade. O aspecto organizador da narrativa reside em sua capacidade de agrupar, de forma lógica, incidentes dispersos. Através das narrativas, ficcionais ou não, o indivíduo ordena seu mundo, suas experiências.

O autor, entretanto, vai além da visão pragmática ao apresentar a hipótese de que “[...] as narrativas são formas de experimentação sucessivas e permanentes da realidade cotidiana” (MOTTA, 2009, p. 8). Para seguir seu raciocínio, Motta (2009) se embasa na teoria da textura geral da experiência, de Isaia Berlin, e nas ideias de Roger Silverstone acerca do papel da mídia como formadora de parte desta textura. Berlin, conforme Motta (2009), entende a textura geral da experiência como resultado das experiências corriqueiras do indivíduo, o qual, neste processo, sente, reflete, imagina e interage com outros indivíduos. Silverstone, por sua vez, afirma que os indivíduos também buscam e filtram referências da mídia.

Portanto, para Motta (2009), as narrativas proliferam na mídia, através do jornalismo, das novelas e filmes, dos textos veiculados na internet. Tal proliferação da

²⁸ Midiático é o que diz respeito à mídia, entendida como o conjunto de práticas de comunicação que engloba jornais, rádios, televisão e internet.

narrativa se deve justamente à sua importância como forma de proporcionar ao homem experimentação de mundo. As narrativas

[...] constituem a textura da experiência, permitem instituir o mundo, a política, a economia, as ciências, as religiões. Sobrepõem-se umas às outras, interatuam, são continuamente postas à prova, refeitas e substituídas por novas narrativas. São esboços instáveis e provisórios que refazemos sem cessar. Emaranhado de mantos que constitui a textura social e recobre a vida de sentidos, modelos éticos e estéticos, enredos, personagens com os quais nos identificamos ou rejeitamos. (MOTTA, 2009, p. 9).

Para o autor, a narrativa jornalística pode ser entendida como um caso exemplar de experimentação da realidade, na medida em que possibilita ao indivíduo aprender, de forma rápida, sobre a complexidade do mundo. As narrativas jornalísticas configuram essa complexidade em enredos coerentes, a colocam à prova, refletem sobre ela. “Elas explicam, ensinam, instituem o mundo” (MOTTA, 2009, p. 10).

1.4.1 A polifonia como constituinte de narrativas jornalísticas

Por sua vez, Resende (2009a) entende que o texto jornalístico se constitui em narrativa especialmente quando apresenta “brechas” em seu discurso, que possibilitam um diálogo com o público. Tais brechas, entretanto, seriam relativamente raras no discurso jornalístico. Para se compreender tal ponto de vista, pode-se partir da constatação de que o autor concorda com alguns apontamentos de Walter Benjamin. Resende (2005) entende que, para Benjamin, o romance cria uma confusão entre autor e narrador, na qual não fica nítida a origem de julgamentos presentes na obra. O leitor, ao se deparar com determinado julgamento no interior do romance, não sabe se tal opinião pertence ao autor ou ao narrador, o qual, como já visto, também é personagem. Como o destinatário desconhece ao certo com quem dialoga, quebra-se a relação dialética que, para Benjamin (1987), configura a narrativa, entendida como troca de experiências. Para Resende (2005), a dúvida em torno da questão que envolve autor e narrador se acentua no texto jornalístico²⁹, visto que o jornalista não se apresenta nem como um autor, nem como um narrador. O jornalista, no caso, costuma se mostrar como alguém que apenas retrata o real de maneira isenta, escrevendo mediante a aplicação de técnicas preestabelecidas em manuais e legitimado pelo discurso da objetividade.

²⁹ Entende-se que tal constatação se refere ao gênero informativo, que costuma ser apresentado mediante textos de formato impessoal, ou seja, que não apresentam vínculos com seu autor.

Resende (2009b) concorda com Michel Foucault (1996), segundo o qual a aceitação do discurso como verdadeiro depende da legitimação do sujeito falante. Ou seja, para a maior parte dos indivíduos, os critérios para aceitar um discurso como verdadeiro dependem mais de *quem* fala do que do conteúdo do discurso em si. Segundo Foucault (1996), o status social é um dos fatores que tornam determinado indivíduo um falante legitimado perante os demais. Portanto, quanto mais elevado o status do indivíduo, mais legitimidade ele tem para expressar suas ideias.

Já o jornalismo, no entender de Resende (2009b), se mostra legitimado tanto por deter a tecnologia de transmissão de discurso quanto por ser aceito como legítimo pelas demais instituições. Desta forma,

[...] cremos ou fingimos crer na ideia de que a verdade ali está, seja porque o lugar de representação do acontecimento é institucionalmente legitimado ou porque aquele que profere o discurso, na figura empírica do sujeito que fala, tem credibilidade; ainda que às vezes possamos dele duvidar, vale dizer, por razões quase sempre de natureza ideológica. (RESENDE, 2009b, p. 5).

No entender de Resende (2009a), a legitimação do discurso jornalístico passa por sua autoafirmação como verdadeiro, na medida em que é calcado no paradigma da objetividade. Ao mesmo tempo, a opção por este paradigma, no âmbito do gênero informativo, mantém o texto jornalístico engessado, atrelado a regras técnicas – como a da pirâmide invertida – que não abrem grandes espaços ao formato narrativo, tampouco ao diálogo com o público.

As brechas a que o autor se refere, e que concedem ao conteúdo jornalístico o status de narrativa, são pontos no texto do jornalista que permitem a livre participação do leitor em termos de interpretação, onde as respostas não estão dadas justamente porque o jornalista admite que não as tem. Trata-se de um jornalista que, nesse momento, abdicou da posição legitimada de detentor da verdade, abrindo espaço para um diálogo com seu destinatário. Assim, “[...] o processo dialógico que se estabelece em uma narrativa como essa é decisivo para fazer deste um texto vivo, porque aberto a significações outras que não somente as que derivariam do olhar de um jornalista-deus” (RESENDE, 2009a, p. 39). Já o texto objetivo, por outro lado, não abre essas brechas de diálogo por não revelar a existência de dúvidas por parte do jornalista, impedindo, assim, a participação do leitor na construção da notícia.

Para ilustrar suas considerações, Resende (2009a) apresenta o trecho de uma reportagem de Kennedy Alencar, repórter do jornal Folha de São Paulo, enviado a

Islamabad em 2001. Nela, o jornalista relata uma entrevista com um jovem paquistanês chamado Salahuddeen Khalid, preso por ocasião dos conflitos contra o grupo islâmico Taleban. Conforme a reportagem, durante a entrevista, o jovem Khalid disse que apoia os atentados terroristas e o assassinato de norte-americanos. Entretanto, em seu texto, Alencar faz o leitor desconfiar que a entrevista pode ter sido uma farsa:

[...] No imaginário do mundo ocidental, Khalid é a encarnação perfeita de um extremista. Além das declarações de dar orgulho ao mulá Omar, o líder do Taleban, possui a aparência de um fundamentalista. Tem a barba longa, com os fios enrolados na ponta. Professor de história islâmica, usa óculos pretos, com aros grossos e grandes. Fala de um jeito calmo e seguro, que lembra as cenas das raras entrevistas de Bin Laden repetidas na TV. No entanto, esse personagem ideal do ponto de vista jornalístico provavelmente é uma farsa. “Está errado”. Terminada a entrevista, quando a Folha fica sozinha com Khalid por menos de dez segundos, ele diz uma frase que lança dúvidas sobre tudo o que falou e que mostra que ele pode ter sido usado como peça de propaganda da Aliança do Norte para demonizar o Taleban: “A entrevista está errada”. (ALENCAR, 2001 apud RESENDE, 2009a, p. 36-37).

Trata-se de um texto que concede ao leitor a possibilidade de uma interpretação, a chance de julgar a veracidade das palavras de Khalid e mesmo de divagar a respeito da existência de um imaginário no mundo ocidental que vê o Taleban de determinada maneira. Alencar abre mão de se apresentar como um dono legitimado da verdade e não fornece um julgamento definitivo acerca da entrevista; pelo contrário, revela e divide suas incertezas. Suas impressões, a partir daí, dialogam com a subjetividade do leitor.

Resende (2009a) entende, portanto, que o texto jornalístico se converte plenamente em narrativa quando abre tais espaços de diálogo. Sua constatação não se embasa apenas no entendimento da narrativa como troca de experiências, de Walter Benjamin, mas também nos conceitos de polifonia e dialogia de Mikhail Bakhtin. Resende (2009a) afirma que, para Bakhtin, a polifonia é a existência de múltiplas vozes que se manifestam no texto, inclusive a do próprio leitor. Nesse ponto se constata a dialogia, entendida como um diálogo entre texto e leitor. Através das brechas no discurso, que consistem em perguntas não respondidas pelo autor, o leitor dialoga com o texto, chegando a diversas interpretações e formações de sentido próprias.

Para possibilitar tal dialogia, o jornalista deve, portanto, trocar o posto de interlocutor objetivo da verdade pelo de observador e narrador dos fatos que observa. É o que Resende (2009a) sugere ao afirmar que

[...] o jornalista, como um dos protagonistas do ato, quando se reposiciona no lugar do humano, cria possibilidades de encontro. Articulando-se no tecido da vida, ele deixa, através do texto, de ocupar o lugar de dono da lei, para tornar-se um observador, tanto quanto o é aquele para quem escreve. Ainda que seja dado ao primeiro o privilégio da escrita, ele não faz sua a voz do outro e nem se propõe, tão somente, a parafrasear suas fontes, como acontece com o texto jornalístico que nada mais faz do que obedecer as regras do discurso dado como legítimo. (RESENDE, 2009a, p. 38).

Enfim, para Resende (2004), há outras formas de narrar, distintas em relação às reconhecidas como legítimas nos jornais. O autor não deixa de considerar como narrativas aquelas que, tradicionais e embasadas na legitimidade do jornalismo, não abrem grandes possibilidades de diálogo com o leitor. Entretanto, as considera *atrofiadas*, se colocadas em comparação às narrativas polifônicas, onde surgem inúmeras vozes – de personagens, do jornalista, do leitor. Na medida em que a polifonia decorre não só das brechas deixadas pelo jornalista, mas também dos múltiplos personagens aos quais ele dá voz, tem-se um jornalismo ampliado, que não transmite uma única verdade, mas várias verdades.

Neste ponto, há concordância com Medina (1996), para quem a excelência no jornalismo passa pela polifonia. Para a autora, cabe ao repórter ir às ruas em busca desta multiplicidade de relatos, sem se contentar com um número escasso de fontes de informação. Tal busca deve ocorrer, segundo Medina, porque o mundo social contemporâneo é plural em termos de falas, repleto de opiniões e pontos de vista diversos.

Medina (1996) afirma que outro desafio do jornalista consiste em construir uma narrativa que contemple a polifonia captada nas ruas. A autora não acredita que seja possível transmitir ao leitor a citada complexidade do mundo atual por meio de notícias redigidas maquinalmente, conforme os moldes tradicionais, focados na objetividade e no imediatismo, este, entendido como a tentativa de responder de forma rápida – e superficial, pode-se acrescentar – à ânsia por informações do público. O viés sugerido por Medina (1996) para a concretização de uma narrativa que transmita a complexidade da polifonia existente nos fatos é o da estética encontrada na literatura. A estética do texto literário seria, portanto, um guia para auxiliar o jornalista a fugir das fórmulas prontas.

Tais narrativas fazem um percurso diferente do realizado pelas notícias tradicionais, onde o fato principal está em primeiro plano, como prevê a técnica da pirâmide invertida. Seguindo o mote literário, as narrativas avançariam de forma linear,

contemplando a polifonia nesse percurso e culminando na informação primordial sobre o fato – a qual, pode-se sugerir, surge de forma subjetiva, na interpretação de cada leitor. Seria, portanto, uma narrativa que contextualiza o fato, apresenta os personagens de forma humanizada – também os contextualizando no meio social – e que respeita e revela, inclusive, as diferentes formas de expressão verbal, entendidas como as diversas expressões populares, regionais e/ou culturais.

A contextualização também deve se expandir para as questões ligadas ao tempo e ao espaço. O tempo, argumenta Medina (1996), não é apenas cronológico, mas humanamente subjetivo, enquanto o espaço não se restringe a coordenadas cartográficas e a endereços numéricos, mas é dotado de características que variam conforme tais coordenadas. A adoção da literatura como guia, sugerida por Medina (1996), remete a uma narrativa que, bela sob o aspecto estético, seja capaz de, além de contemplar a complexidade dos fatos e da polifonia, atrair o leitor para si, incentivando-o a percorrer o texto mesmo sendo ele complexo.

1.4.2 A reportagem como narrativa em confluência com a literatura

Destacados esses pontos, torna-se pertinente, no andamento desta revisão teórica, observar que Medina (1996), ao se referir às narrativas jornalísticas polifônicas, contextualizantes e estéticas, chama-as de reportagem. Entendemos que o objetivo da autora com o uso dessa expressão seja fazer referência justamente a uma prática jornalística que, como já citado, apresenta-se nos gêneros jornalísticos interpretativo e diversional.

Bulhões (2007) explica que a reportagem é uma forma mais desenvolvida da notícia sob os aspectos de quantidade e qualidade da informação e de estrutura textual. Segundo o autor, a reportagem é um conteúdo jornalístico que ultrapassa o simples anunciar de determinado acontecimento – como faz a notícia tradicional – e que contextualiza e detalha os fatos, apresentando suas causas e consequências. Referindo-se à forma de obtenção de lastro para a confecção da reportagem, o autor afirma que ela se dá através da “[...] apuração laboriosa das informações, por meio de entrevistas e da consulta de diferentes versões” (BULHÕES, 2007, p. 45), ou mesmo através do testemunho ocular do próprio repórter no local onde ocorrem as ações a serem relatadas. O autor cita como um marco da consolidação da reportagem a Guerra Civil Americana (1861-1865), quando jornalistas foram aos campos de batalha com objetivo, justamente,

de presenciar e relatar os conflitos. No Brasil, um marco parecido, segundo Bulhões (2007), são as reportagens de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos (1897), encaminhadas para o jornal *A Província*³⁰.

No âmbito do texto, Bulhões (2007) situa a reportagem como o formato jornalístico que mais permite a forma narrativa, entendida pelo autor como o relato do desdobrar das ações dos personagens. Neste aspecto, Bulhões (2007) situa a narrativa da reportagem como a mais próxima, dentre os formatos jornalísticos, da estética típica da narrativa literária. Para o autor, embora legitimado como discurso do real, o jornalismo entra em confluência com a literatura através da reportagem.

Sodré e Ferrari (1986), embora sem se aventurarem a fundo no estudo da narrativa, situam a reportagem como “[...] uma extensão da notícia e, *por excelência* a forma-narrativa do veículo impresso” (SODRÉ e FERRARI, 1986, p. 11, grifo nosso). A opção pelo grifo na expressão dos autores deve-se ao entendimento de ambos que mesmo nas notícias cotidianas existe a narração de um fato. Deve-se também à nossa concordância de que há uma excelência da narrativa jornalística no formato de reportagem, entendendo que neste formato a linguagem adquire uma forma artística. Convém citar, entretanto, que a reportagem não se restringe ao formato impresso, também existindo em televisão, rádio, e mesmo na internet.

Em sua obra conjunta, Sodré e Ferrari (1986) trazem, a título de exemplos, várias reportagens dotadas de narrativas semelhantes às literárias, dentre as quais selecionamos *Esse boi é meu*, de Roberto Freire, publicada em março de 1967 na revista *Realidade*. Trata-se de uma reportagem sobre o abate de gado em Feira de Santana, na Bahia. Logo na abertura, o texto se apresenta diferente em relação às notícias informativas redigidas conforme o formato da pirâmide invertida:

Quatro horas da manhã: João veste-se, Rosa prepara o café, os filhos ainda dormem. São seis, mulatos como os pais, deitados na cama larga, em todas as direções.

– Tive aquele sonho hoje de novo – diz ele apertando o cinturão.

Ao vestir a camisa de pano de saco, ela rasga nas costas. Rosa a apanha e vai remedá-la junto ao lampião. João abaixa-se para pegar a faca e o amolador, debaixo da cama. Para um instante, olhando o rosto dos meninos. Sente um amolecimento no peito e nas ideias, parecido com o que sentiu por Rosa antes do casamento. (FREIRE, 1967 apud SODRÉ e FERRARI, 1986).

³⁰ Euclides da Cunha é autor de *Os sertões*, obra da Literatura Brasileira que narra o conflito de Canudos.

Sodré e Ferrari (1986) observam a proximidade da narrativa de tal reportagem em relação a de um conto literário. Interpretam que Freire, com objetivo estético, particulariza a ação que interessa à reportagem a partir de um único personagem, no caso, João. Para os autores, através da narrativa das ações desse personagem, o jornalista insere no texto de forma dissimulada os dados informativos que dizem respeito ao tema abordado na reportagem.

Soster (2011)³¹ afirma existir, na opção por uma narrativa focada em determinado sujeito da ação, uma alteração conceitual onde a fonte, entendida como o indivíduo que presta as informações ao jornalista, se converte em personagem. Entendendo que o personagem é um elemento linguístico que exerce uma função no âmbito da narrativa, Soster (2011) observa que há uma intencionalidade na adoção dessa alteração conceitual pelo jornalista. A intenção em se usar um personagem está no fato de que esse, apresentado como tal, contribui para humanizar o texto, revelando mais detalhes acerca de si mesmo do que quando apresentado apenas como fonte – como ocorre no caso do jornalismo mais objetivo, de gênero informativo, pode-se acrescentar. Além disso, o personagem “[...] serve como ‘bioindicador’ da presença de outros elementos da narrativa literária naquele contexto, caso do narrador e do narratário” (SOSTER, 2011, p. 9).

Também se nota, no fragmento de *Esse boi é meu*, a existência de um ritmo narrativo e de beleza estética no texto, que, desta maneira, se destaca em relação a notícias que seguem fórmulas tradicionais do jornalismo. Percebe-se ainda a existência da contextualização, citada por Medina (1996), em torno da condição social do personagem. A camisa de pano de saco, que se rasga e é costurada, e o fato de os seis filhos dormirem em uma única cama, indicam ao leitor que João é um homem monetariamente pobre, sem que seja necessário apresentar tal informação de forma explícita ao leitor – como possivelmente ocorreria em uma notícia tradicional e imediatista.

³¹ Nesse trabalho, Soster (2011) estuda a reconfiguração que revistas jornalísticas impressas adotam como forma de se diferenciarem em relação aos demais dispositivos comunicacionais existentes no âmbito da sociedade atual, dotada de alta tecnologia e que dialoga em rede, por meio da interação do homem com máquinas interconectadas via internet. No entender do autor, a reconfiguração faz com que as revistas, além de se diferenciarem, passem a oferecer novos vínculos em termos de significado. Aprofundaremos ao final de nossa pesquisa a visão de Soster (2009, 2011 e 2012) sobre as complexificações decorrentes do diálogo entre jornalismo e literatura na contemporaneidade.

A ênfase à presença de características da narrativa literária na reportagem jornalística, nesta revisão teórica, deve-se ao entendimento de que a obra a ser analisada em nossa pesquisa possa ser classificada como uma grande reportagem. Paralelamente, deve-se também ao já citado entendimento de que existe, na reportagem jornalística, narrativa por excelência. Entendemos que é na reportagem, particularmente, de gênero diversional, que o formato narrativo se mostra de forma mais clara, dentre os conteúdos jornalísticos, bem como mais próximo da estética literária.

Cabe salientar que, embora o estudo de conteúdos jornalísticos sob o prisma da análise da narrativa, mais nítido em Resende e Mota, seja uma opção recente no meio acadêmico jornalístico, a reportagem e a existência de relações de proximidade entre jornalismo e narrativa literária – ou mesmo, com a literatura – são bem mais antigos, como será demonstrado a partir do próximo subcapítulo. Nele também abordaremos o já citado paradigma da objetividade, contextualizado-o em termos de desenvolvimento do fazer jornalístico.

1.4.3 Relações de proximidade com a literatura na história do jornalismo

Héris Arnt (2001) denota relações de proximidade entre literatura e jornalismo a partir da presença de escritores de ficção trabalhando no interior de redações de jornal, especialmente no século XIX, quando os jornais passaram a se expandir impulsionados pelas tecnologias de impressão advindas da Revolução Industrial³². Para a autora, a publicação de textos produzidos pelos escritores e dotados de moldes literários e estéticos tornou os jornais mais atraentes e também favoreceu sua expansão. Por outro lado, nesse mesmo período histórico a influência da literatura sobre o jornalismo sofreu um revés, também relacionado à Revolução Industrial e seu decorrente desenvolvimento econômico, que levou o jornalismo a adotar o paradigma da objetividade.

Para entender o processo que envolve o paradigma da objetividade, convém uma revisão da história do desenvolvimento do jornalismo, particularmente, das fases chamadas por Marcondes Filho (2000) como *primeiro jornalismo*, *segundo jornalismo* e *terceiro jornalismo*³³. A primeira fase, que o autor situa entre 1789 e a metade do século

³² Período que inicia em meados do século XVIII, em que a produção de bens e produtos começa a passar do estágio artesanal para o mecanizado, em função, dentre vários fatores, da invenção do motor a vapor. Nesta fase, consolida-se o sistema capitalista.

³³ Marcondes Filho (2000) também cita o *quarto jornalismo*, que é o atual. Esse começou na década de 1970 com a expansão dos serviços de assessoria de imprensa, cujos conteúdos institucionais se misturam

XIX, teve origem na Revolução Francesa³⁴, quando a burguesia empregou os jornais para atacar a aristocracia e o estado. No período, os jornais, impulsionados pelos ideais iluministas e pela queda dos antigos regimes – e de seus aparatos de censura –, transformaram-se em eficientes difusores de ideologias políticas e também do conhecimento que, antes, estava restrito à Igreja e à nobreza. Marcondes Filho (2000) afirma que o primeiro jornalismo foi de caráter político-literário e movido por interesses ideológicos e pedagógicos; sem que houvesse intenção de lucro com a empresa jornalística.

Entretanto, na maior parte do planeta, o caráter político dos jornais não resistiu ao novo modelo capitalista advindo da Revolução Industrial. Conforme Marcondes Filho (2000), o desenvolvimento de novas tecnologias de impressão – capazes de atender à demanda em expansão de pessoas alfabetizadas – fez com que as empresas jornalísticas da metade do século XIX realizassem grandes investimentos em maquinário. Para cobrir os gastos, tornou-se necessário abandonar o caráter partidário, que restringia a venda do jornal a um público específico, possibilitando a comercialização a mais indivíduos, independentemente de suas preferências políticas. Além de saldar os gastos com as novas máquinas, a medida possibilitou maiores lucros e consolidou os jornais como empresas capitalistas. Tal período diz respeito, conforme Marcondes Filho (2000), ao segundo jornalismo.

Lage (1993) observa que o desenvolvimento capitalista decorrente da Revolução Industrial também ocasionou o surgimento da publicidade³⁵, que veio a se transformar na principal fonte de renda dos jornais. Ao mesmo tempo, a publicidade se tornou mais um obstáculo à continuidade do jornalismo partidário, na medida em que a divulgação de alguma ideologia poderia afastar determinada classe de anunciantes. Amaral (1996) cita também a influência das agências de notícias, que surgiram antes da metade do século XIX com objetivo de comercializar aos jornais textos noticiosos. Tais agências

e se confundem, nos jornais, com o material produzido pelos jornalistas. Hoje, o quarto jornalismo também se apresenta nas redes (internet), ao mesmo tempo em que é influenciado por elas e pelas formas interativas que também geram e difundem notícias, independentemente da participação de jornalistas no processo. O acesso à internet, a multiplicidade de informações e a rapidez com que circulam em rede obrigaram os jornalistas a se adaptarem a este novo meio, priorizando a agilidade na produção de notícias e atuando como “peças acopláveis a qualquer sistema de produção de informações” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 36).

³⁴ Revolução protagonizada pelas massas populares e pela burguesia ascendente, que começou em 1789 e derrubou o regime absolutista na França. Teve influência do Iluminismo, movimento cultural europeu do século XVIII voltado à busca pelo conhecimento científico, que se opunha aos abusos de poder do estado, e ao clero, principal pilar da monarquia.

³⁵ No caso, a veiculação de anúncios nos jornais, mediante pagamento, para divulgação de produtos e serviços.

optaram pela neutralidade, para ampliar o número de empresas jornalísticas clientes. Outro fator citado por Amaral (1996) foi a reação que o próprio público passou a demonstrar diante de textos partidários. Conforme Amaral (1996), os próprios leitores se cansaram de ler textos com ataques aos inimigos políticos dos jornais.

Com isso, o segundo jornalismo é aquele no qual a práxis jornalística adota o paradigma da objetividade. Sponholz (2009) entende a objetividade como “[...] a adequação de uma representação à realidade” (SPONHOLZ, 2009, p. 18). No caso, realidade é o fato ocorrido, enquanto representação é o relato jornalístico. Para a autora, a objetividade reside na existência de concepções de verdade no interior da relação entre a realidade primária (o fato ocorrido) e a realidade midiática (a representação).

Amaral (1996), entretanto, nota que as adequações dos jornais ao paradigma da objetividade, por ele entendido como a tentativa de transmissão da informação com imparcialidade e isenção, também influenciou a forma como a notícia passou a ser apresentada ao leitor. O autor ilustra o fenômeno citando o depoimento de Lincoln Steffens, jornalista norte-americano que viveu na época da transição para o jornalismo objetivo:

[...] Os repórteres tinham que redigir maquinalmente os fatos [...], sem preconceito, sem cor e sem estilo: tudo a mesma coisa. Humor ou qualquer sinal de personalidade em nossas matérias eram apanhados, rejeitados e suprimidos. (STEFFENS, 1931 apud AMARAL, 1996, p. 32).

Schudson (2010) cita uma queixa parecida, feita por Julius Chambers, jornalista da mesma geração de Steffens. Referindo-se a como deveria ser montado um texto noticioso na época, Chambers ironiza: “[...] Fatos, fatos; nada além dos fatos. Tanta ervilha em tantas porções; tanto melão em tantos galões” (CHAMBERS, 1921 apud SCHUDSON, 2010, p. 95). As afirmações de Steffens e Chambers sugerem que os jornais perderam não só o perfil político-ideológico que mantinham desde a queda dos antigos regimes como também o estilo estético de narrativa semelhante ao da literatura, herdado dos escritores – e considerado por Chklovski (1971) como indicador de arte literária.

No entanto, conforme Schudson (2010), na década de 1890 ainda foi possível observar a existência de dois formatos jornalísticos convivendo de forma paralela nos Estados Unidos. O autor distingue os dois formatos classificando um deles como de ideal literário e o outro como de ideal da informação. O primeiro formato englobava textos que visavam, além de narrar a notícia, possibilitar uma experiência estética através da leitura. Já o outro seguia a rígida cartilha da objetividade, buscando a transmissão isenta da informação, tentando excluir qualquer resquício de subjetividade

do repórter. Impulsionado pelo jornal Times, de tom conservador e voltado a assuntos de cunho comercial, o modelo objetivo se consolidou entre leitores da alta classe econômica, enquanto o formato literário – tido por essa classe abastada como menos confiável – atendeu ao gosto das camadas mais populares, que entendiam o jornal como uma forma de entretenimento. Na avaliação de Schudson (2010), o tom adotado pelo Times foi considerado jornalisticamente superior por atender ao interesse informativo justamente da classe que, por sua força econômica, dominava a sociedade.

O início do século XX traz consigo, segundo Marcondes Filho (2000), o advento do terceiro jornalismo, período fortemente influenciado pelo pessimismo decorrente das crises econômicas. Conforme o autor, para as empresas jornalísticas o período foi de expansão e de criação dos monopólios jornalísticos, capazes de imprimir milhares de jornais. A prática jornalística, entretanto, refletiu o desencanto da época: não era engajada, não questionava os políticos e não se preocupava em incentivar a evolução para uma sociedade melhor.

Schudson (2010) também cita o pessimismo do período, que, no seu entender, influenciou jornalismo. De acordo com o autor, é nesta fase – particularmente, na segunda e terceira décadas do século XX – que se consolidou a objetividade jornalística. O período, antecedido pela I Guerra Mundial e marcado pela crise econômica, era de descrença em relação à democracia e ao sistema de mercado, sentimento que se agravou entre os jornalistas com o advento das ações intensas de relações públicas, nos governos e empresas, e da propaganda de guerra. Servindo como intermediários entre os jornalistas e as organizações governamentais e privadas, os indivíduos que praticavam a atividade de relações públicas passaram a ser vistos com desconfiança, na medida em que poderiam distorcer informações capazes de prejudicar interesses dessas instituições para as quais trabalhavam. Por distorção, entende-se a apresentação de informações que destoam em relação à verdade que lhes serve de referente, com um discurso voltado a atenuar a real gravidade dos fatos. A propaganda de guerra, bem como a utilizada pelos regimes ditatoriais na Alemanha e Itália, também passou a ser vista como uma forma de engodo.

A desconfiança dos jornalistas diante da distorção intencional dos fatos gerou, entre eles, uma busca pela especialização. Segundo Schudson (2010), repórteres passaram a se especializar em áreas específicas, como agricultura e economia, entendendo que assim poderiam compreender melhor os fatos e não cair em distorções. Em decorrência disso, passaram a interpretar, conforme seu conhecimento específico, os fatos que pretendiam noticiar, e transmitiam aos leitores suas impressões a respeito

desses fatos. O jornalismo interpretativo, decorrente de tal iniciativa dos repórteres, foi encarado como uma forma de levar o leitor a compreender a complexidade do mundo moderno, onde um incidente ocorrido em determinado país poderia ter, por exemplo, consequências em outro.

Por outro lado, a reportagem dotada de interpretações do repórter passou a gerar preocupação em determinados setores do jornalismo, na medida em que era carregada de subjetividade. Schudson (2010) cita Walter Lippmann como um dos líderes da classe jornalística mais preocupados em retomar a busca pela objetividade. Para Lippmann, os repórteres deveriam trabalhar mediante uma metodologia científica que os permitisse colocar à parte seus pré-julgamentos. Schudson (2010) ressalta que o paradigma objetivo foi motivo de longos debates entre os teóricos do jornalismo, visto que boa parte via a objetividade como um ideal inalcançável, entendendo ser impossível ao repórter colocar sua subjetividade à parte.

Trata-se de uma discussão que continua até hoje. Para Bulhões (2007), por exemplo, o real – que o jornalismo objetivo busca transmitir –, ao ser recontado pelo jornalista, é submetido a um “caleidoscópio de versões” e, desta forma, acaba influenciado também por relações sociais e econômicas.

Por outro lado, Sponholz (2009) defende que a objetividade pode ser atingida mediante a adoção de técnicas adequadas de investigação, como a constante busca pela confirmação ou negação de diferentes versões que chegam ao jornalista. A autora admite que se trata de um desafio, mas entende que a busca pela objetividade deve ser posta como uma meta aos jornalistas. “Quando se assume a postura de ‘objetividade-não-existe’, coloca-se em dúvida qualquer esforço despendido em descobrir algo sobre a realidade” (SPONHOLZ, 2009, p. 10).

Schudson (2010) observa que, ao mesmo tempo em que se consolidou, na década de 1930, a aceitação da impossibilidade de se excluir a subjetividade do texto jornalístico, também se fortaleceu a busca pela objetividade. Para o autor, tal paradoxo foi consequência da necessidade, entre os jornalistas, de tentar ignorar suas desconfianças e decepções diante das crises da modernidade. Na opinião dele, “[...] os jornalistas passaram a acreditar na objetividade, na dimensão em que o fizeram, porque queriam, precisavam, foram forçados pela aspiração humana comum a buscar uma fuga de suas próprias convicções profundas acerca de dúvida e direção” (SCHUDSON, 2010, p. 187).

A objetividade, entretanto, não suprimiu as narrativas jornalísticas semelhantes à literatura, tampouco as reportagens interpretativas. De acordo com Schudson (2010), a

crítica à objetividade e o exercício da interpretação pelos repórteres voltaram a ganhar força nos anos 1960, novamente como reflexo de questões externas ao jornalismo. Se nos anos 1920 e 1930 o jornalismo sofreu influência da sensação de falta de boas expectativas quanto ao futuro da humanidade, nos anos 1960 foi influenciado pelo que Schudson (2010) chama de cultura crítica, caracterizada principalmente pela desconfiança em relação aos governos. O advento de tal cultura nos Estados Unidos, segundo o autor, está relacionado ao número maior de jovens que ingressavam no ensino superior, aliado a situações que despertavam contrariedade junto a esse público mais erudito, como a guerra do Vietnã, os conflitos raciais e os assassinatos de cunho político – como os de John Kennedy e Martin Luther King.

Inseridos nesta cultura crítica, os jovens jornalistas dos anos 1960 desconfiavam das notícias que os governos divulgavam à imprensa, ao mesmo tempo em que também atacavam a opção pela objetividade. Segundo Schudson (2010), tais repórteres entendiam que a notícia mais parcial era justamente aquela que se apresentava sob o formato objetivo, na medida em que, desprovida de interpretações ou questionamentos, meramente reproduzia a visão da realidade transmitida pelos governos ou demais detentores do poder. A postura favorável a reportagens interpretativas, destes jovens jornalistas, foi bem recebida por donos de jornais, que viam neste gênero jornalístico um filão a ser explorado como forma de atrair o público, no âmbito da concorrência que começava a se estabelecer com a televisão.

De acordo com Schudson (2010), os ataques à objetividade desse período também deram novo vigor à tradição literária no jornalismo. O autor ressalta que “[...] a tradição literária tem raízes profundas no jornalismo” (SCHUDSON, 2010, p. 218), afirmação com a qual concordamos entendendo que o primeiro jornalismo teve caráter literário, além de político. Nos anos 1960, entretanto, o formato jornalístico semelhante ao literário, reforçado pela rebelião contra a objetividade e pela adesão de novos adeptos, ganhou um nome: New Journalism.

Segundo Wolfe (2005), o New Journalism envolvia jornalistas que, mesmo sem conhecimento acadêmico sobre o assunto, empregavam técnicas de narrativa realista, termo que, conforme conceituamos anteriormente, diz respeito a obras literárias que buscam transmitir uma reprodução fiel da realidade. Dessa forma, tais jornalistas produziam textos sobre fatos ou situações não ficcionais, mas com descrições detalhadas de cenários, personagens e diálogos, mediante aplicação de estratégias narrativas dos

romancistas. Conforme Wolfe (2005), os adeptos do New Journalism trabalhavam com a ideia de produzir texto jornalístico para ser lido como se fosse um romance literário.

Retornando à questão dos gêneros, torna-se pertinente citar que Marques de Melo (2003) relaciona o New Journalism ao jornalismo diversional. No seu entender, “[...] a natureza diversional desse novo tipo de jornalismo está justamente no resgate das formas literárias de expressão que, em nome da objetividade, [...] foram relegadas a segundo plano, quando não completamente abandonadas” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 34). Para o autor,

[...] O interesse do leitor por essas produções jornalísticas está menos na informação em si, ou seja, na essência do fato narrado, do que nos ingredientes de estilo a que recorrem os seus redatores, despertando o prazer estético, em suma, divertindo, entretendo, agradando. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 34).

Entendemos que a constatação de Marques de Melo (2003) se ajusta não só ao caso do New Journalism, mas também aos demais formatos de narrativa jornalística de gênero diversional e/ou dotadas de contornos estéticos semelhantes aos da literatura. Tal entendimento se deve justamente à constatação, que buscamos demonstrar nesse último subcapítulo, da existência de uma tradição de narrativa literária no desenvolvimento do jornalismo, tradição essa que o New Journalism seguiu.

Esta retomada teórica do desenvolvimento histórico do jornalismo fecha, aqui, o estudo sobre a análise do jornalismo sob o prisma da narrativa, o que, por sua vez, conclui a revisão teórica da análise da narrativa do Período Clássico ao contemporâneo. Acreditamos que esta revisão teórica da evolução da Narratologia forneceu lastro para o estudo da aplicação de artifícios literários – como o efeito de real –, bem como para a análise, que será realizada mais adiante, do emprego desta estratégia narrativa pelo jornalismo. Vale ressaltar que a abordagem em torno do efeito de real, recurso literário estudado, particularmente, por Roland Barthes, foi propositalmente adiada durante a revisão acerca do Pós-estruturalismo a fim de ser aprofundada a partir de agora.

Antes de avançar ao capítulo seguinte, entretanto, acreditamos ser pertinente apontarmos o conceito de narrativa com o qual iremos trabalhar, embasados pelo conteúdo teórico até aqui apresentado. Entendemos por narrativa o relato de ações, ficcionais ou não ficcionais, realizadas ou sofridas por personagens, que ocorrem dentro de determinado espaço de tempo.

2 O EFEITO DE REAL

Concluída nossa revisão acerca da evolução da análise da narrativa, ingressaremos agora no estudo do efeito de real. Trata-se de um artifício literário que nos interessa de forma particular, na medida em que nos intriga a sua aplicação em narrativas jornalísticas. Como antecipamos em nossa introdução, entendemos que o efeito de real é um dispositivo literário dotado de uma função: a de criar junto ao leitor uma sensação de autenticação da narrativa. O que nos intriga, particularmente, é o emprego deste artifício literário no jornalismo, prática já legitimada como transmissora da realidade e, portanto, já dotada de autenticação no que diz respeito às relações entre as suas narrativas e os fatos ditos reais que, através delas, são informados ao público.

Para entendermos de que forma o efeito de real se apresenta e exerce sua função no âmbito da narrativa, estudaremos a análise que Roland Barthes (1984) faz deste artifício literário. A opção por esse autor de transição entre o Estruturalismo e o Pós-estruturalismo se deve à constatação de que o próprio Barthes (1984) se apresenta como um pioneiro na análise do fenômeno, servindo de ponto de partida para autores e críticos posteriores. Cabe ressaltar que Barthes (1984) analisa o efeito de real a partir de determinadas descrições de ambientes e personagens, mais comuns em textos vinculados à estética realista, o que nos aponta para a necessidade de estudar também a escola literária chamada de Realismo, abordando seu contexto histórico e suas peculiaridades.

Portanto, antes de chegarmos ao estudo do efeito de real, buscando entender como ele se mostra na narrativa, estudaremos o advento do Realismo e, posteriormente, uma característica do texto realista que Barthes (1984) relaciona ao efeito de real: a descrição pormenorizada de cenários e personagens. Muito embora a descrição, mesmo a pormenorizada, não seja exclusividade do Realismo, podendo apresentar-se em outras escolas literárias, entendemos que a revisão das características do Realismo é uma forma de facilitar a compreensão do efeito de real sob a ótica de Barthes (1984), visto que é sobre essa escola que o autor se debruça em suas análises.

Seguindo nosso intuito de também fornecer uma contextualização em torno da narrativa realista, na parte final deste capítulo estudaremos ainda o emprego de estéticas realistas na contemporaneidade. Com isso, buscaremos demonstrar que a narrativa realista, muito embora vinculada primordialmente a autores do século XIX, apresenta-se também na forma de conteúdos contemporâneos – inclusive no âmbito do jornalismo.

Estudaremos também que surgiram novas formas de efeito de real a partir da adoção da estética realista pelo conjunto de práticas de comunicação chamadas de mídia (jornais, rádios, televisão e internet).

Porém, antes de ingressarmos no estudo do advento do Realismo, faremos uma revisão acerca de como jornalismo e literatura abordam o real, entendido como tudo o que diz respeito ao mundo empírico, exterior às narrativas, mas ao qual as narrativas fazem referência. Entendemos que compreender de que forma a literatura e o jornalismo fazem referência ao real é também uma forma de encaminhar o estudo da aplicação do efeito de real tanto em um quanto no outro.

2.1 O tratamento do real na literatura ficcional e no jornalismo

Ao analisar pontos de convergência entre jornalismo e literatura, Bulhões (2007) aponta, inicialmente, duas distinções fundamentais entre ambos. Uma delas diz respeito ao uso da linguagem. Conforme o autor, no jornalismo a linguagem costuma ser empregada de forma pragmática, visando tão somente comunicação, ou seja, é encarada como um meio através do qual determinadas informações são transmitidas de forma clara e precisa. Já na literatura, a linguagem não é considerada meio, mas matéria: ela costuma ser empregada de forma a chamar a atenção do público para si mesma, na medida em que se apresenta de forma diferente em relação a seu uso cotidiano.

Trata-se de uma característica da literatura também observada pelos formalistas russos, e que diz respeito ao emprego da linguagem, em literatura, com desvios em relação ao seu uso na comunicação do dia a dia, visando proporcionar ao leitor uma experiência estética. Como vimos no primeiro capítulo, Chklovski (1971), antecessor do Formalismo Russo, atribuía literariedade à linguagem que surpreende o indivíduo ao se diferenciar em relação ao uso automatizado da língua³⁶.

Para exemplificar como pode se dar o uso particular da língua na literatura, Bulhões (2007) cita um trecho do conto *A volta do marido pródigo*, do livro *Sagarana*, de Guimarães Rosa, o qual também reproduziremos abaixo:

Nove horas e trinta. Um cinorro tilinta. É um burrinho, que vem sozinho, puxando o carroção. Patas em marcha matemática, andar consciencioso e

³⁶ Retomaremos a visão dos formalistas mais adiante, quando abordaremos a relativização em torno do emprego do termo realismo.

macio, ele chega, de sobremão. Para, no lugar justo onde tem de parar, e fecha imediatamente os olhos. (ROSA, 1977, p. 69).

Bulhões (2007) observa que, no trecho, Guimarães Rosa realiza operações com a linguagem gerando um jogo de sonoridades, com uso de rimas (trinta/tilinta, burrinho/sozinho) e de aliteração (marcha matemática) que concedem ritmo e remetem ao som do burrinho em marcha. Portanto, não interessa ao autor do texto aqui reproduzido informar sobre a existência de um burrinho que caminha – como poderia ocorrer caso a marcha do animalzinho fosse parte de uma notícia jornalística, – mas sim, proporcionar uma experiência estética por meio dessas operações no emprego da linguagem. Tal característica, segundo Bulhões (2007), faz com que o texto literário seja insubstituível. Para usufruir a experiência estética do texto literário, não basta ler sinopses da obra literária. Um resumo pode até servir como relato da história narrada, mas sem proporcionar a experiência estética dos jogos de linguagem do texto original.

O mesmo não acontece, geralmente, com o jornalismo. Bulhões (2007) afirma que um texto jornalístico sobre determinado fato poderia, na maioria das vezes, ser reescrito ou substituído por outro, sobre o mesmo fato, sem prejuízos à função primordial do texto jornalístico: a de transmitir informação. O autor observa que o uso pragmático da língua, no jornalismo, está vinculado ao paradigma da objetividade, que diz respeito à tentativa de transmissão da informação de forma clara, precisa e isenta. Conforme estudamos no primeiro capítulo, o surgimento do paradigma da objetividade, por ocasião do segundo jornalismo, fez com que boa parte dos jornais evitasse o emprego da linguagem de forma semelhante ao da literatura.

Convém citar, porém, que embora a prática jornalística dita objetiva seja hegemônica, não representa uma totalidade no campo do jornalismo. Como buscamos demonstrar ao final do capítulo anterior, o primeiro jornalismo tinha perfil literário e as características dessa fase foram mantidas, embora em menor grau, até a contemporaneidade. No primeiro capítulo vimos também que Bulhões (2007) nota confluências entre jornalismo e literatura na prática da reportagem³⁷, que muitas vezes se apresenta sob a forma narrativa – que diz respeito ao relato do desdobrar das ações dos personagens – e possibilita ao jornalista o uso da língua mediante o emprego de um estilo individual, diferente em relação ao uso pragmático da língua comum ao jornalismo objetivo.

³⁷ Na ocasião, vimos que a reportagem é uma forma mais desenvolvida da notícia, que contextualiza e detalha os fatos, apresentando suas causas e consequências.

Sodré (2009) afirma que o uso da linguagem, no jornalismo, de forma semelhante ao da literatura, consiste em uma estratégia do jornalista para agradar ao leitor; e emprega a expressão “retoricamente ficcional” para se referir à construção linguística dos textos literários, bem como dos textos jornalísticos que apresentam um jogo de linguagem semelhante ao dos literários. Tal expressão deriva do entendimento de que o escritor ou jornalista, nesses textos específicos, realiza a “[...] invenção de uma nova linguagem no interior de uma mesma língua comum” (SODRÉ, 2009, p. 165), ou seja, cria construções linguísticas diferentes em relação ao uso cotidiano da língua. Contudo, o autor faz uma ressalva: o retoricamente ficcional não equivale a fictício, que diz respeito à invenção de histórias pelo escritor. Desta forma, o jornalismo pode ser retoricamente ficcional, mas não fictício³⁸.

Este ponto de vista nos conduz a outra distinção entre literatura e jornalismo, a qual relaciona-se à postura de um e outro diante do real. Trata-se de uma distinção que nos interessa particularmente na presente análise porque evidencia uma grande dicotomia entre literatura e jornalismo no tratamento do real, tema deste subcapítulo. Conforme Bulhões (2007), enquanto o jornalismo se apresenta como um transmissor de informações sobre fatos que ocorreram no mundo real – exterior ao texto –, a literatura tende para o ficcional, ou seja, para narrativas acerca de fatos criados, inventados pelo autor. Desta forma, o jornalismo se mostra como uma testemunha do real, ao passo que a literatura, embora muitas vezes partindo de elementos que existem no mundo real – tais como ambientes, objetos, costumes e crenças –, costuma recriar novas realidades, oferecendo narrativas ficcionais.

Assim, a literatura, quando ficcional, diz respeito ao conceito de mimese oferecido por Aristóteles (2004), ou seja, é uma forma de imitação, uma representação de ações e eventos. Bulhões (2007) salienta – em concordância com Aristóteles (2004) – que, quando inserida no campo da literatura, a narrativa pode transgredir a racionalidade, contando eventos fantásticos e impossíveis segundo as leis da física, tais como os contos de fadas e as histórias com personagens que têm força sobre-humana, capacidade de voar ou poderes mágicos. Não há, portanto, compromissos de veracidade.

A relação entre o jornalismo e a busca pela transmissão de informações sobre o mundo real conduz, novamente, à questão do paradigma da objetividade. Como afirma Sodré (2009), foi com o aparecimento do formato jornalístico comercial no século XIX

³⁸ Contudo, mais adiante veremos que o jornalismo pode apresentar narrativas ficcionais, no âmbito da crônica.

– ou segundo jornalismo, como também podemos chamar – que surgiu uma dicotomia mais clara entre literatura e jornalismo, posto que o jornalismo passou a adotar um discurso de objetividade na transmissão de informações acerca do real, enquanto na literatura prevalecem a ficção e a subjetividade do autor. Porém, Sodré (2009) afirma que a objetividade consiste em uma estratégia retórica “[...] destinada a garantir ao discurso do jornalista um reconhecimento de neutralidade ou isenção frente à realidade descrita” (SODRÉ, 2009, 143), ou seja, o discurso da objetividade pode ser entendido como uma maneira pela qual o jornalismo se apresenta neutro, fiel aos fatos que narra e destituído de subjetividades. Tal entendimento remete aos questionamentos, que também estudamos no capítulo anterior, à crença na possibilidade de o jornalismo ser, de fato, objetivo.

Entendemos que, embora buscando se diferenciar da literatura negando a influência da subjetividade, o conteúdo jornalístico é construído mediante interferências da subjetividade do repórter e, desta forma, desvia-se em relação ao que prega o discurso da objetividade que remete ao segundo jornalismo.

Podemos acrescentar que mesmo no âmbito da pesquisa científica duvida-se da possibilidade de o cientista captar o real do mundo empírico sem sofrer influências de sua própria subjetividade ou de valores externos a ele. Demo (2002), por exemplo, afirma que o homem não acessa diretamente a realidade empírica, mas sim, acessa uma realidade interpretada por ele mesmo³⁹ e, desta forma, reconstruída. Segundo o autor, “[...] sempre há algum nível de construção por parte do sujeito e algum nível de discrepância *inevitável* entre a realidade e como a pensamos” (DEMO, 2002, p. 33, grifo nosso). Nessa construção, interferem não só a subjetividade própria do indivíduo, mas toda uma cadeia de valores preexistentes na cultura e já dotada de julgamentos sobre o real. À ciência, segue o autor, cabe reconhecer esse limite e entender que, por maior que seja o grau de metodologia aplicado, uma teoria científica nunca é uma reprodução fiel da realidade, mas uma simulação.

No caso do jornalismo, Hall (1999) apresenta uma explicação que ajuda a entender como a subjetividade do jornalista, aliada a questões político-sociais, interfere na representação dos acontecimentos e gera novas realidades simbólicas. O autor descreve que o trabalho do jornalista consiste, basicamente, em ordenar na forma de discurso

³⁹ Tal interpretação, segundo Demo (2002), é um fenômeno biológico inerente ao ser humano, cujo cérebro está condicionado a, entre outras ações, simplificar a apreensão da realidade externa, facilitando sua assimilação.

acontecimentos que se apresentam dispersos no mundo empírico. O jornalista, portanto, ordena e interpreta os acontecimentos conforme suas concepções de como é o real e a estrutura social que compõe a realidade.

As concepções do jornalista costumam estar relacionadas ao que Hall (1999) classifica como ponto de vista consensual em uma sociedade, ou seja, o conjunto de concepções, interesses e valores que, conforme se acredita no meio social, seriam compartilhados pela sociedade. Entretanto, tal crença ignora a existência de pontos de vista conflitantes e acaba privilegiando a visão do grupo social que, por ser dominante, consegue impor seu pensamento. Hall (1999) afirma que, desta forma, o jornalismo não só reinterpreta e ordena os fatos empíricos sob um único olhar, como também contribui para a manutenção do ponto de vista considerado consensual e que interessa à classe social dominante. Ressalta que tal postura do jornalismo não se deve a possíveis ligações de subordinação a este grupo social, mas ao acolhimento da forma de enxergar o real, sugerida por esta classe como sendo um consenso.

Outro fator que, conforme Hall (1999), faz com que o jornalismo recrie o real é a seleção de notícias, procedimento onde são privilegiados os eventos que, segundo o julgamento dos jornalistas, são considerados importantes. Desta forma, eventos que não são selecionados deixam de se tornar notícia e, em uma sociedade que toma conhecimento acerca do real pela mediação dos aparatos de comunicação, não ganham o status de eventos reais. Ou seja, são eventos reais cuja ocorrência é desconhecida – como se não tivessem ocorrido.

Podemos acrescentar que este processo não sofre influências apenas da subjetividade do jornalista, mas também do que Traquina (1999) chama de constrangimentos organizacionais do jornalismo. Tratam-se de regras, explícitas e implícitas, existentes no interior dos veículos de comunicação, que regem as decisões tomadas pelos jornalistas. Conforme o autor, tais regras, que também podem ser chamadas de política editorial, são aprendidas pelos jornalistas ao longo da permanência em determinado veículo de comunicação, mediante uma sucessão de punições perante o desrespeito a essas regras e de recompensas pelo respeito a elas.

A política editorial, conforme Traquina (1999), está vinculada à rotina de produção de notícias em tempo exíguo, o que é comum à maioria dos veículos de comunicação. Ela fornece critérios de importância que agilizam a seleção de notícias, ou seja, a escolha rápida do que “merece” ser noticiado dentre acontecimentos diversos. Dentre tais critérios estão a atribuição de importância a determinadas regiões

geográficas e fontes de informação, bem como a atualidade dos acontecimentos. Desta forma, o veículo prioriza na escolha do que será noticiado, por exemplo, eventos recentes ocorridos em regiões consideradas importantes, ou ações e pronunciamentos de indivíduos cujo status ou função social lhes concede caráter de importância.

Wolf (1999) apresenta cinco classes de critérios empregados no processo de seleção das notícias, também chamados de valores-notícia. A primeira classe é a dos *critérios substantivos*, que dizem respeito aos graus de importância do evento e se definem conforme uma escala de valores (política editorial) que leva em conta o nível hierárquico dos envolvidos (autoridades políticas e indivíduos de status social mais alto são considerados mais importantes), o número de indivíduos envolvidos, a influência do fato em outros eventos que venham a ocorrer e o impacto que o fato, transformado em notícia, terá sobre a sociedade. Tal impacto está vinculado ao sistema de valores da sociedade, à carga dramática do evento e ao que ele tem de insólito, bem como à proximidade do acontecimento em relação à região onde está o público do veículo de comunicação – presume-se que, quanto mais próximo ocorre o evento, maior será o impacto.

Já os *critérios relativos ao produto* envolvem a viabilidade técnica de transformar determinado evento em notícia, o que pode variar conforme a capacidade operacional do veículo de comunicação. Desta forma, questões como a necessidade e possibilidade de o jornalista percorrer uma grande distância para acessar as informações, ou o tempo disponível para tanto, interferem na seleção das notícias. Os *critérios relativos ao meio de comunicação* estão vinculados à disponibilidade de material jornalístico a respeito do fato que atenda às necessidades de diferentes tipos de veículos. Por exemplo, a existência de gravações de imagens é um critério que influencia na escolha de um fato a ser noticiado em televisão.

Por sua vez, os *critérios relativos ao público* são adotados mediante a imagem que os jornalistas ou a empresa jornalística têm acerca de seu público. Portanto, o jornalista seleciona a notícia presumindo – em um processo que, muitas vezes, é subjetivo – quais as preferências e necessidades dos leitores, ouvintes ou telespectadores. Wolf (1999) cita, por fim, os *critérios relativos à concorrência*, que envolvem expectativas recíprocas entre meios de comunicação concorrentes. Trata-se de um processo de seleção de notícias onde o jornalista, evitando ficar para trás em relação aos concorrentes, opta por noticiar determinado fato presumindo que os demais veículos farão o mesmo. Nota-se que esse critério, ao padronizar a seleção de notícias entre

diferentes veículos, contribui para a hegemonia de determinados acontecimentos, que assim entram mais facilmente para o grupo de fatos tidos como reais em uma sociedade. Por outro lado, tais critérios também privilegiam certos eventos mediante o valor de exclusividade, ou seja, os jornalistas priorizam os acontecimentos sobre os quais apenas eles têm informações.

Convém aqui observarmos que, com esta breve revisão, não temos a pretensão de aprofundar a teoria do *newsmaking*, como é chamado o estudo da aplicação dos valores-notícia. Nosso objetivo é sugerir que a seleção dos eventos a serem noticiados pode ser entendida como uma forma de o jornalismo, ao influenciar a apreensão do real em uma sociedade na qual é mediador, criar uma nova realidade. Também não temos a pretensão de contemplar todas as teorias que embasam as críticas ao paradigma da objetividade, apenas demonstrar que fatores como a subjetividade do jornalista ou a política editorial do veículo de comunicação fazem com que a prática jornalística seja considerada, ao invés de mera transmissora do real, uma instância que, em parte, o recria.

No âmbito do entendimento de que o jornalismo interfere no real, acreditamos ser pertinente estudarmos também o conceito de acontecimentos segundos, ou meta-acontecimentos, sugerido por Rodrigues (1999). Tal conceito advém do entendimento de que a notícia jornalística sobre determinado acontecimento torna-se, ela própria, um novo acontecimento. Isto porque, conforme o autor, o texto jornalístico também age, não só na medida em que busca informar, mas ao conceder notoriedade aos fatos que noticia. Trata-se, portanto, de um discurso perlocutório, ou seja, que não só comunica como também produz algo novo.

No caso do discurso jornalístico, esse algo novo pode ser entendido como a notoriedade e a ampliação do alcance que a ação inicial adquire, por conta da segunda ação, chamada de meta-acontecimento. Dessa notoriedade outros novos efeitos e reações podem surgir entre o público. Sob este aspecto, o jornalismo não cria novas realidades unicamente de forma simbólica, através de narrativas dotadas de componentes que destoam em relação à verdade, mas também as cria no mundo empírico, interferindo no rumo dos acontecimentos reais.

Benetti (2010) aponta três situações em que o jornalismo é também uma forma de acontecimento: “[...] 1) ao tratar de fenômenos capazes de gerar a sensação de experiência compartilhada; 2) ao organizar a experiência temporal do homem contemporâneo; 3) ao produzir supostos consensos” (BENETTI, 2010, p. 154). A sensação de experiência compartilhada decorre da veiculação, pela mídia, do que a

autora chama de *eventos fascinantes*, entendidos como fatos que, pelo seu teor impactante, fazem com que os leitores, ouvintes ou telespectadores compartilhem das mesmas emoções catárticas. São exemplos “[...] os casamentos que remetem aos contos de fadas, os crimes familiares, as mortes inesperadas que geram rituais compartilhados de luto, as superações impressionantes que permitem a catarse coletiva [...]” (BENETTI, 2010, p 155). O compartilhamento de emoções decorrentes da divulgação jornalística de eventos fascinantes, inclusive de fatos históricos que estão ocorrendo naquele momento, gera nos indivíduos a sensação de estarem também participando desses incidentes, através de seu luto ou de sua exultação. Tais sentimentos são também acontecimentos – os quais, por sua vez, são mobilizadores a ponto de gerar outros novos acontecimentos.

A organização da experiência temporal, que faz do jornalismo um acontecimento, envolve a geração subjetiva, entre os indivíduos, de noções de passado, presente e futuro com base nos eventos que são noticiados. Assim, os períodos são conhecidos, pelos grupos de indivíduos, com base nos eventos amplamente noticiados que os comoveram. Benetti (2010) cita, dentre vários exemplos, que o ano de 1994 é, para os brasileiros, o ano da morte do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna e, para os britânicos, 1997 é o ano da morte da princesa Diana Spencer, a Lady Di. Para os americanos, 2001 é o ano do atentado às torres gêmeas, em Nova York. Tais notícias se transformam em formas de demarcação temporal, através das quais os indivíduos se situam no tempo. Sob essa ótica, passado e futuro são, respectivamente, o que precedeu e o que vem após um acontecimento marcante que está sendo noticiado agora – no presente.

A produção de supostos consensos pelo jornalismo segue a linha do que sugere Hall (1999) a respeito da falsa crença de que uma sociedade compartilharia dos mesmos interesses e valores. Para Benetti (2010), o jornalismo se guia pelo *paradigma positivo*, espécie de entendimento segundo o qual a história costuma transcorrer de maneira tranquila e linear. Sob a ótica deste paradigma, as rupturas da linearidade são fatos anormais, acontecimentos a serem noticiados. Trata-se, conforme a autora, de uma visão que ignora situações que, embora críticas, são consideradas comuns por terem se incorporado ao cotidiano, sem interferirem na impressão de linearidade da história, tais como a fome e as desigualdades sociais. Percebidos como ordinários e comuns, tais fenômenos sociais não ganham o status de acontecimento.

Segundo Benetti (2010), o jornalismo seleciona o que será notícia mediante esse olhar positivo, presumindo que ele é um consenso na sociedade e ignorando outras percepções sobre o contexto social. Este mesmo olhar guia o jornalismo no

estabelecimento de padrões de condutas tidas como consensualmente adequadas para o momento contemporâneo. A própria seleção de notícias, com base na crença de que a ruptura remete ao anormal, legitima sua visão acerca dos padrões que devem ser considerados normais. O jornalismo, assim, adquire poder normativo, definindo quais são os valores contemporâneos e os legitimando⁴⁰; tornando-se, portanto, também um acontecimento.

Contudo, não pretendemos, com a exposição destes pontos de vista a respeito de como o jornalismo cria novas realidades – não só empíricas, mas, particularmente, simbólicas –, apresentá-lo como equivalente à literatura ficcional. Temos, portanto, uma questão em aberto. Vimos que o jornalismo, muito embora se apresente, na maioria das vezes, legitimado pelo discurso da objetividade, sofreu, ao longo de sua história, influências da literatura, bem como é influenciado pela subjetividade do jornalista e pelos outros fatores que apresentamos há pouco. Diante desta questão, entendemos que uma forma de compreender de forma pouco mais clara a distinção entre o jornalismo e a literatura no tratamento do real passa pela questão das intencionalidades, tanto de jornalistas quanto de escritores de literatura ficcional.

Tal questão nos remete ao estudo de Searle (1995), o qual nos ajuda a compreender o que possibilita a existência de narrativas ficcionais, que se distinguem em relação às narrativas não ficcionais. Muito embora nosso estudo esteja mais focado em autores ligados à análise da narrativa e ao jornalismo, entendemos que é possível adotar uma postura transdisciplinar e apreender conceitos de Searle (1995), mesmo sendo ele um autor mais voltado ao estudo sob a ótica da linguística. Trata-se de uma opção que adotamos em função da pertinência dos conceitos oferecidos por Searle (1995) diante da complexidade da questão que estamos abordando.

2.1.1 A questão da intencionalidade

Para ingressarmos no estudo de Searle (1995) se torna necessário, antes, termos claro que, quando buscamos uma distinção entre jornalismo e literatura no que tange ao tratamento do real, a literatura em questão é aquela que nos oferece um conteúdo ficcional. Afinal, como salienta o autor, referir-se à literatura não significa tratar exclusivamente de narrativas ficcionais, pois a classificação de um conteúdo como

⁴⁰ Benetti (2010) salienta, porém, que o jornalismo não é uma forma de conhecimento autônomo, que gera novos valores e os difunde. O jornalismo se ancora em pontos de vista preexistentes.

literário não se define pela existência de ficção. Searle (1995) afirma que há, também, narrativas ficcionais que podem não ser entendidas como literatura, enquanto que há narrativas não ficcionais que podem ser consideradas literárias. Searle (1995) diz que não há nenhum traço específico em comum, entre as obras literárias, capaz de distingui-las das consideradas não literárias; e faculta à opinião do leitor a possibilidade de atribuir ou não a característica de literariedade a determinada obra⁴¹.

Portanto, em nosso estudo de Searle (1995), empregaremos os conceitos de não ficcional e ficcional. O que preocupa Searle (1995), particularmente, é entender como o discurso ficcional é possível, na medida em que é paradoxal: por um lado, mantém os significados ordinários das palavras⁴², por outro, quebra as regras que relacionam essas palavras a seus referentes empíricos, visto que tais referentes, na verdade, não existem fora do texto.

Para acompanharmos a análise de Searle (1995), precisamos ter em conta o conceito de asserção. Por asserção se entende uma afirmação discursiva que o falante ou autor emite se comprometendo com uma regra essencial: a existência de verdade na proposição expressa, atrelada à possibilidade de se comprovar essa existência de verdade por meio de evidências empíricas disso. Portanto, um texto jornalístico geralmente pode ser entendido como uma asserção, na medida em que o jornalista se compromete a estar expressando a verdade e dispõe de evidências que comprovam a veracidade de suas afirmações.

Searle (1995) observa que, no caso da narrativa ficcional, as afirmações discursivas são construídas da mesma forma que na asserção, visto que é mantida, mesmo no âmbito do ficcional, a relação ordinária entre os signos e seus referentes empíricos, ou seja, entre as palavras e os objetos, locais, indivíduos etc. aos quais elas remetem. Entretanto, nesse caso não há o compromisso com a veracidade, tampouco preocupação com a evidência. Diante disso, Searle (1995) conclui que o autor de ficção, em sua narrativa, encena estar realizando asserções. Portanto, a narrativa ficcional envolve fingir, imitar a realização de asserções.

No entanto, Searle (1995) afirma que esse ato de fingir não consiste em enganar o leitor, visto que a ficcionalidade envolve um acordo extralinguístico entre autor e

⁴¹ Neste ponto, podemos, novamente, retomar o entendimento dos formalistas russos, que viam literariedade no uso da língua que se difere em relação ao uso cotidiano e automatizado.

⁴² Searle (1995) reconhece a possibilidade de os elementos do discurso adquirirem um significado diferente do usual, como no caso da metáfora. Porém, observa que isso não é condição do texto ficcional, visto que tanto a metáfora pode estar presente no texto não ficcional quando o texto ficcional pode ser construído inteiramente de forma literal.

público, segundo o qual ficam suspensas as regras que exigem compromisso com a veracidade e preocupação com a evidência. Como esse acordo não é explícito, cabe ao leitor ou crítico levar em conta a intencionalidade do autor ao escrever, ou seja, se ele está optando por realizar asserções ou por fingir realizar asserções. Fora isso,

[...] não há nenhuma propriedade textual, sintática ou semântica, que identifique um texto como uma obra de ficção. O que faz dele uma obra de ficção é, por assim dizer, a postura ilocucionária que o autor assume em relação a ele, e essa postura é definida pelas intenções ilocucionárias que o autor tem quando escreve ou compõe o texto, da maneira que seja. (SEARLE, 1995, p. 106).

Searle (1995) também afirma, por outro lado, que no discurso ficcional nem todas as referências ao mundo exterior à obra são fingidas. O autor, na composição do enredo ficcional, tem a possibilidade de fazer referência a lugares que realmente existem, o que ocorre na maioria das narrativas ficcionais. Portanto, muitos personagens criados realizam as ações que compõem a intriga em ambientes, cidades ou países que existem de fato no mundo empírico. Tais personagens também podem aparecer inseridos no âmbito de eventos históricos, tais como regimes ou guerras, que realmente ocorreram. Além disso, o autor pode ainda emitir, em meio ao texto, trechos discursivos onde revela sua opinião acerca de fatos ou mesmo atitudes do personagem, o que também pode ser considerado como uma asserção não fingida.

O grau do compromisso do autor com essas referências empíricas é o que costuma definir distinções entre diversos tipos de obras literárias. Searle (1995) cita como exemplo os contos de fadas, caracterizados pela quase totalidade de asserções fingidas, em contraposição aos romances naturalistas, que, conforme estudaremos a seguir, apresentam elevado grau de referência ao mundo empírico. Observa também que, no caso das narrativas dotadas de asserções verdadeiras, a aceitabilidade do leitor em relação à veracidade destes conteúdos está condicionada à coerência – ou verossimilhança – nas relações entre essas asserções e os referentes empíricos. Entretanto, afirma que tais relações também estão subordinadas à intenção do autor em termos de realizar asserções verdadeiras ou fingidas.

Entendemos que, ao abordar a questão da intencionalidade do autor, em termos de realizar asserções verdadeiras ou fingidas, Searle (1995) nos auxilia a compreender como é possível a construção de narrativas ficcionais e como tais narrativas podem também se apresentar em diferentes graus de ficção – variando mediante o emprego

tanto de asserções fingidas quanto verdadeiras em relação às referências empíricas, variação esta que também está subordinada às intenções do autor. Nos auxilia também a firmarmos uma distinção mais clara entre a narrativa ficcional e a não ficcional, dentro da qual observamos que se enquadra, na maioria dos casos⁴³, o jornalístico.

Desta forma, transferindo nosso foco de análise da literatura ficcional para o jornalismo, temos, portanto, que o discurso jornalístico, particularmente, o objetivo, consiste em asserções onde o autor assume o compromisso com a existência de verdade na proposição, bem como está munido de evidências acerca desta proposição. Este formato jornalístico, decorrente do segundo jornalismo, busca se apresentar, portanto, como um discurso sem espaços para asserções “fingidas”, mesmo que inseridas entre asserções verdadeiras, como pode ocorrer na literatura.

Porém, convém salientar que, muito embora o jornalismo objetivo tenha conquistado hegemonia a partir do século XIX, existe a possibilidade de o jornalismo fazer uso de asserções “fingidas”, em situações em que a intencionalidade do jornalista é conhecida pelo leitor, mediante o acordo extralinguístico entre autor e público do qual nos fala Searle (1995). Entendemos que o fenômeno se mostra de forma mais clara na crônica. Atualmente, observamos que autores como David Coimbra e Luis Fernando Veríssimo – para nos restringirmos a exemplos de autores gaúchos – escrevem narrativas ficcionais em crônicas veiculadas em jornal ou em outros veículos jornalísticos sediados na internet. Coimbra, que escreve para o jornal Zero Hora, e Veríssimo, hoje escrevendo para Zero Hora, O Globo e O Estado de S. Paulo, são autores que mesclam ficção e não ficção, em textos onde narrativas ficcionais são geralmente empregadas como forma de emitir uma opinião sobre um fato ou situação real.

Exemplo disso pode ser observado no texto *Algumas pessoas têm sorte*, de David Coimbra (2012). Nele, o autor narra a história de Máximo, notadamente um personagem ficcional, mas que é apresentado como um amigo de infância do autor que sempre teve muita sorte e êxito em suas atividades. No âmbito da narrativa ficcional, Coimbra (2012) afirma ter reencontrado Máximo recentemente e ter estranhado a tristeza no tom de voz do velho amigo, aparentemente infeliz por atuar como proctologista. Ao fim do texto, Coimbra (2012) invoca um personagem real – o

⁴³ Optamos pela expressão “na maioria dos casos” porque, como veremos a seguir, há situação em que o autor-jornalista realiza asserções fingidas de forma intencional.

ex-jogador de futebol Ronaldo Nazário – para expor sua opinião sobre como o homem deve lidar com a sorte:

[...] o encontro com Máximo me fez concluir que a sorte pode se esgotar. Por isso, o homem ungido pela sorte deve aproveitá-la intensamente. Por isso Ronaldo Nazário está certo quando casa em castelos, descasa, namora com modelos estonteantes, casa de novo, tem filhos, tudo isso sem se apoquentar com remorsos ou considerações morais. Tem sorte, esse Ronaldo Nazário. Tem mais é que sorvê-la com gosto. Enquanto dure. (COIMBRA, 2012).

A existência de asserções fingidas e não fingidas no exemplo citado mostra que a crônica, enquanto conteúdo também jornalístico, apresenta-se como uma exceção no âmbito do jornalismo objetivo e mostra de que o jornalismo também pode lidar com a ficção. Desta forma, entendemos ser pertinente uma breve conceituação em torno da crônica.

Beltrão (1980) define a crônica como “[...] a forma de expressão do jornalista/escritor para transmitir ao leitor seu juízo sobre fatos, ideias e estados psicológicos pessoais e coletivos” (BELTRÃO, 1980, p. 66). Trata-se, conforme o autor, de um texto onde o jornalista, fugindo do padrão objetivo do noticiário, compõe um texto subjetivo, emotivo e criativo⁴⁴. Na crônica, segue Beltrão (1980), o jornalista apresenta um relato que envolve temas atuais e cotidianos, por meio de uma narrativa semelhante à literária, ao mesmo tempo em que expõe suas opiniões a respeito destes temas, muitas vezes, através da sátira. Assim, a crônica é entendida como um gênero jornalístico opinativo, não só por Beltrão (1980), mas também por pesquisadores da área do jornalismo que o seguiram, particularmente, Marques de Mello (2003 e 2010).

Coutinho (1995) afirma que a crônica possibilita ao autor uma forma de se utilizar dos fatos diferente em relação ao noticiário jornalístico. Ele argumenta que, enquanto no jornalismo o objetivo principal costuma ser o de noticiar um fato, na crônica o fato é “[...] meio ou pretexto, de que o artista retira o máximo partido, com as virtuosidades de seu estilo, de seu espírito, de sua graça, de suas *faculdades inventivas*” (COUTINHO, 1995, p. 305, grifo nosso). Para Coutinho (1995), a crônica tem natureza literária, na medida em que é fruto da imaginação criadora do escritor, cujo objetivo é proporcionar prazer estético a seu público.

⁴⁴ Segundo Beltrão (1980), a publicação de crônicas entrou em recesso nos jornais durante o período de implementação da objetividade – que aqui chamamos de segundo jornalismo –, porém, retornou mais tarde em atendimento à ânsia dos leitores por textos menos impessoais em relação às notícias.

Sodré (2009), por sua vez, vê a crônica como um “meio caminho” entre jornalismo e literatura. Trata-se, segundo ele, de um gênero sem limites muito claros em termos de conteúdo e formato de texto, o que concede certa margem de autonomia ao autor. O tema, afirma Sodré (2009), muitas vezes é menos importante no âmbito da crônica do que o uso de diferentes jogos de linguagem – o que, como vimos anteriormente, é também uma característica da literatura.

Nota-se que o ponto de vista de Sodré (2009), com relação ao tratamento do fato pela crônica, é parecido com o de Coutinho (1995) – para ambos, o fato é um pretexto que o cronista emprega para construir um texto diferenciado, artístico e, portanto, dotado de características literárias. Tais características textuais, somadas à liberdade inventiva que, conforme os autores citados, é proporcionada pela crônica, a distingue em relação aos textos jornalísticos objetivos – distinção que se reforça na medida em que, como citamos há pouco, observamos a existência de narrativas ficcionais no âmbito de crônicas veiculadas em jornal.

Porém, nos demais gêneros jornalísticos, particularmente, nos noticiosos, observamos por parte do jornalista intenções de realizar asserções verdadeiras, muito embora influenciado por sua subjetividade e demais fatores que interferem na construção da notícia, que anteriormente citamos. Desta forma, retomando Searle (1995), entendemos que existe, no caso do jornalismo (à exceção de determinadas crônicas), intencionalidade de fazer referência ao real. Portanto, é este o pacto que o jornalismo firmou com o público e é para tanto que está legitimado.

Como afirma Gomes (2000), o jornalismo é uma prática que mantém seu caráter testemunhal, no qual se fundamenta, em parte, sua legitimidade como transmissor do real. Legitimado, o jornalismo se enquadra entre as instituições que, conforme afirma Foucault (1996), têm um discurso aceito como verdadeiro pelo público, independentemente do conteúdo deste discurso.

Neste ponto, retornamos ao nosso problema de pesquisa: se o jornalismo, embora sem a capacidade de atingir a verdade empírica – como toda a ciência –, está legitimado como testemunha do real, o que emerge quando ele se utiliza de recursos que são empregados na ficção para conceder autenticação à narrativa? Dentre tais recursos literários, destacamos o efeito de real, que estudaremos a partir de agora. Para chegar a ele faremos antes uma revisão teórica acerca do Realismo e de uma característica desta escola literária que está relacionada ao surgimento do efeito de real na narrativa, no caso, a descrição detalhada.

2.2 O Realismo

Conforme já antecipamos, o conceito de efeito de real que utilizaremos nesta pesquisa, por apresentar o fenômeno como um recurso literário voltado a disfarçar o processo de ficcionalização e gerar autenticação, é o sugerido por Roland Barthes (1984). Constatando que Barthes (1984) se debruça sobre a narrativa realista para estudar o efeito de real, entendemos ser necessária uma retomada teórica em torno do termo realismo, que diz respeito, como já vimos no capítulo anterior, às obras que aspiram à reprodução fiel da realidade, especialmente as vinculadas à corrente literária dita realista, cujo ápice se deu no século XIX. Tratam-se, como veremos, de narrativas caracterizadas pela descrição pormenorizada de cenários, hábitos e personagens. Acreditamos que, partindo do Realismo como escola literária, podemos compreender a estética realista na qualidade de opção de forma narrativa, independentemente de escolas ou épocas.

Isso porque, conforme nosso entendimento, a narrativa dotada de características realistas, embora mais ostensiva na escola literária chamada de Realismo, está presente em todas as correntes literárias; ao mesmo tempo em que a identificação de textos como realistas ou não realistas é bastante relativa. Podemos embasar tal constatação nos apontamentos de autores ligados ao Formalismo Russo. Um deles é Roman Jakobson (1971), que, conforme vimos no primeiro capítulo, observa existir certo relativismo na concepção de determinados objetos ou textos como artísticos – ou como realistas. Jakobson (1971) atribui ao observador de determinado objeto, ou ao leitor de determinado texto, a possibilidade de o entender ou não como uma obra de arte – a qual é conceituada, segundo Chklovski (1971), como produto que surpreende o indivíduo ao se mostrar diferente em relação aos padrões automatizados com os quais ele está habituado, conforme vimos ao estudar o advento do Formalismo Russo.

Neste âmbito, Jakobson (1971) acrescenta que a concepção do objeto como arte, por parte do indivíduo, vê-se ameaçada pelo desgaste das suas formas. Assim, uma forma textual que, antes, surpreendia o leitor pelo seu ineditismo, perde tal capacidade com o passar do tempo, visto que o leitor vai se habituando a ela. Daí o relativismo, entre diferentes leitores, na concepção do texto como arte. No caso da narrativa realista, como já vimos, também ocorre este processo de relativização vinculado ao olhar do leitor. Como observa Jakobson (1971), enquanto a narrativa realista tradicional pode ser encarada, a partir de seu desgaste, não mais como realista, mas como uma repetição de

clichês, uma narrativa dotada de um realismo revolucionário, que busque fugir dos clichês, pode não ser aceita como realista por uma classe mais conservadora de leitores.

Já a presença de características realistas em todas as correntes literárias é apontada por Tomachevski (1971), outro integrante do Formalismo Russo. Segundo Tomachevski (1971), tanto o leitor ingênuo (leigo) quanto o crítico, muito embora cientes da ficcionalidade da obra, exigem verossimilhança, ou seja, coerência entre causas e efeitos e com o senso comum, conceito que remete ao estudo aristotélico da narrativa, conforme vimos no capítulo anterior. No entendimento do autor, mesmo

[...] sabendo do caráter inventado da obra, o leitor exige, entretanto, uma certa correspondência com a realidade e vê o valor da obra nessa correspondência. Mesmo os leitores conhecedores das leis de composição artística não podem libertar-se psicologicamente desta ilusão. (TOMACHEVSKI, 1971, p. 187).

Segundo Aristóteles (2004), Tomachevski (1971) ressalta, entretanto, que tal exigência de vínculos entre a obra ficcional e a realidade, independente de correntes literárias, não impede a composição de textos acerca de histórias improváveis ou mesmo fantásticas, desde que regidas pela verossimilhança. Buscando atender a esse anseio do leitor pelos vínculos com a lógica do real, cada corrente literária, segundo Tomachevski (1971), mantém as características realistas, mesmo buscando destruir a tradição da corrente anterior. Como veremos mais adiante, o fenômeno se mostra presente também na contemporaneidade, onde características realistas continuam sendo exploradas não só em obras literárias, mas também em conteúdos da mídia. Portanto, conforme afirmamos anteriormente, ao optar pelo Realismo como forma de compreender a estética realista, seguimos a trilha deixada por Barthes, que focou seus estudos nesta escola literária.

Desta forma, estudaremos agora o Realismo, corrente literária do século XIX que surge se apresentando como uma estética de oposição ao Romantismo. Como aponta D'Onofrio (2002), o Romantismo já havia representando uma ruptura em relação ao antecessor, o Classicismo, que vigorou principalmente entre o início do século XV e a primeira metade do século XVIII e preconizou valores estéticos advindos dos manuais literários do Período Clássico, como os aristotélicos. Enquanto o Classicismo defendeu a objetividade – através da perfeição da *mimese* em relação ao objeto real –, o emprego de regras fixas de composição, a busca pela beleza através do equilíbrio e da sobriedade; o Romantismo optou pela subjetividade nas descrições, pela liberdade em

relação a manuais e pela prevalência do sentimento sobre a razão, esta, até então valorada pelos classicistas.

A transição do Classicismo ao Romantismo está vinculada, conforme D’Onofrio (2002), ao clima político de liberalismo da segunda metade do século XVIII, cujo marco foi a Revolução Francesa. A queda dos antigos regimes e a ascensão da burguesia teve reflexos até mesmo nos protagonistas das obras ficcionais: enquanto na literatura classicista os heróis são nobres, cavaleiros ou soberanos, todos com características superiores, no Romantismo os protagonistas são “[...] jovens da classe média ou popular que amam, odeiam, traem, lutam para subir na vida” (D’ONOFRIO, 2002, p. 332). A liberdade política se tornou também liberdade literária, na medida em que os autores abandonaram as regras rígidas de composição textual e o compromisso com a verossimilhança, em troca da liberdade estética e do entendimento de que a literatura nascia do sonho, da imaginação e, mesmo, da embriaguês⁴⁵.

A mudança de paradigma promovida pelo Romantismo viria a influenciar as escolas que o seguiram e que, inclusive, se opuseram à escola romântica, como é o caso do Realismo. Conforme Watt (1984) a quebra das regras do Classicismo possibilitaram que os autores se libertassem não só das fórmulas rígidas de composição narrativa, mas também dos enredos tipicamente clássicos, geralmente vinculados aos mitos e às fábulas. Com o fim do Classicismo, os escritores puderam se aventurar por novos temas, possibilitando que a intriga se desenvolvesse entre sujeitos e circunstâncias específicas, à escolha do autor, o qual não estava mais obrigado a seguir os temas tradicionais.

Conforme Watt (1984), os autores pós-clássicos, embora desfrutando da liberdade em relação às regras de composição, passaram a se preocupar com o tempo e o espaço físico em suas narrativas. Até então, o espaço temporal onde se desenvolviam as narrativas era abstrato e independente de momentos históricos extraficcionais. Este quadro de despreocupação em relação ao tempo começa a mudar ao fim do século XVII, em decorrência das pesquisas científicas relacionadas ao tempo e do incremento do estudo da história no período. Desta forma, os autores passaram a dar certa atenção a

⁴⁵ Como vimos no capítulo anterior, o abandono dos manuais clássicos e a crença na plena liberdade artística teve influência também na análise da narrativa, que também colocou à parte os estudos do período clássico para se concentrar mais no gênio individual de cada autor. Como sugere Eagleton (2003), é com os formalistas russos e, principalmente, com o Estruturalismo, que a análise da narrativa retomará, já no século passado, o caráter científico.

peculiaridades dos diferentes momentos históricos e, também, com o transcurso do tempo na vida cotidiana. Surgem, nas narrativas, relações causais que seguem a lógica do relógio. O espaço também passa a ganhar descrições e divisas territoriais, diferentemente de muitas narrativas clássicas, que transcorriam sem grande relação com a geografia.

Já no século XIX, o avanço da tecnologia e das ciências naturais, e a crítica contra a burguesia – cujos ideais pregados na Revolução Francesa deram lugar a um sistema econômico desigual –, influenciaram também as artes plásticas e a literatura, culminando no advento do Realismo. Segundo Moisés (2004), nas artes plásticas o pioneiro foi o pintor Gustave Courbet, ao passo que os primeiros grandes autores realistas foram Charles Baudelaire, com o livro de poesias *As Flores do Mal* (1857), e Gustave Flaubert, com *Madame Bovary* (1857), romance de forte crítica ao estilo de vida burguês.

Conforme Moisés (2004), no campo da ciência uma das principais influências sobre a arte, que levaram ao advento do Realismo, veio da Filosofia Positivista do francês Augusto Comte, focada exclusivamente nos fenômenos concretos, que podiam ser submetidos à análise e experimentação. Nesse momento histórico marcado pela crença na ciência, na precisão e no concreto, e de negação à metafísica e à subjetividade, o Realismo surgiu oferecendo oposição ao ideal romântico calcado na imaginação, no devaneio, na fantasia e no sentimentalismo.

Ainda no âmbito científico, D’Onofrio (2002) cita a influência das filosofias deterministas e evolucionistas sobre a literatura. O determinismo embasou o entendimento de que os eventos são regidos por leis físicas e químicas – não pela vontade divina – enquanto que o comportamento humano é decorrente do momento histórico e das características sociais do ambiente onde o homem vive, aliado a sua herança genética. Já o evolucionismo decorre principalmente dos estudos do inglês Charles Darwin e da sua obra mais famosa, *A origem das espécies* (1859), onde o cientista demonstra que as espécies se apresentam adaptadas ao meio onde vivem pela seleção natural – a extinção dos não adaptados – e não por obra divina.

Moisés (2004) afirma que essa nova visão de mundo oferecida pelo avanço científico, ao mesmo tempo em que inibiu a subjetividade na literatura, mudou a forma como os autores apresentavam seus personagens, os quais perderam o caráter autônomo que tinham nas obras românticas e se tornaram submissos às leis da física e da química,

ou mesmo, joguetes à mercê dos eventos decorrentes do meio ambiente ou de sua própria genética. Desta forma,

[...] o Homem deixava assim de ser o centro do Universo e medida para todas as coisas, como pedia o Romantismo egolátrico, para se transformar numa engrenagem do mecanismo cósmico e natural, com funções análogas às das outras peças, pertencentes ao reino animal, vegetal ou mineral. (MOISÉS, 2004, p. 16).

Bersani (1984) também salienta a existência de um intenso determinismo que age sobre a personalidade dos personagens realistas. Segundo o autor, na narrativa realista as ações devem apresentar uma coerência com a psicologia dos agentes. Por sua vez, este lado psicológico dos personagens, detalhadamente estruturado pelo escritor realista, tem correspondências com o ambiente social onde os indivíduos da narrativa vivem. Ou seja, para o autor realista, o ambiente, condicionado pela hierarquia social, molda a personalidade do indivíduo e o conduz a determinadas ações.

Para Moisés (2004), o determinismo embasado em questões sociais também está vinculado à visão política dos autores realistas. Conforme o autor, se na esfera científica a literatura assimilou a crença no valor do experimento e do concreto, no campo da política sofreu influências do descontentamento da população das classes economicamente inferiores perante as práticas capitalistas do período que seguiu à Revolução Industrial. Conforme Moisés (2004), aderiram ao Realismo autores republicanos ou mesmo socialistas, descontentes com os rumos da economia individualista e avessos à monarquia, ao clero e à burguesia – cuja ascensão havia influenciando o advento do Romantismo.

De acordo com Moisés (2004), para os autores realistas, a literatura deveria ser uma forma de arte engajada, uma “[...] arma de combate, voltada para a transformação do corpo social, tendo em vista um limite de perfeição calcado nas conquistas da Ciência” (MOISÉS, 2004, p. 16). Por isso, a narrativa realista costuma se passar em períodos contemporâneos ao autor e nas zonas urbanas, onde vive a burguesia, cujos hábitos são expostos pelo escritor realista como forma de crítica.

Já no Brasil, porém, as narrativas realistas também abordaram a vida e as agruras do homem no ambiente rural. Conforme Coutinho (1995), o Realismo brasileiro, que surgiu na penúltima década do século XIX sob influência do Realismo europeu⁴⁶,

⁴⁶ De acordo com Coutinho (1995), o Realismo chegou ao Brasil concomitantemente às teorias de ordem positivistas e o darwinistas, as quais, como vimos, tiveram influência na origem do Realismo francês. Tais teorias também ganharam adeptos no Brasil, onde se difundiram, particularmente, nos meios

seguiu duas direções em termos de ambientação das narrativas. Uma delas diz respeito à chamada corrente social, com temas urbanos e contemporâneos ao autor, a exemplo do Realismo europeu. A outra corrente, chamada de regionalista, abordou a melancolia e as dificuldades da vida rural, com descrições que realçavam o lado inóspito do ambiente interiorano, bem como a linguagem e demais características e hábitos dos habitantes do campo. Nessas obras, as descrições, sempre detalhadas, coincidem com as características das diferentes regiões brasileiras onde se passam as narrativas.

Entretanto, apesar da mudança de ambiente, o Realismo regionalista manteve a aparente preocupação com a condição humana, também presente nas narrativas urbanas. De acordo com Coutinho (1995), a crença no determinismo se manifesta, nas narrativas regionalistas brasileiras, através de descrições que sugerem que as dificuldades impostas pela terra moldam o caráter do homem do campo. Conforme o autor, tratam-se de narrativas carregadas de um sentimento de pessimismo, onde o homem aparece impotente perante as forças da natureza. Portanto, a narrativa regionalista, no Brasil, também representou uma ruptura em relação à romântica, na qual o campo era retratado de forma bucólica e sentimental, com belas paisagens rurais servindo de pano de fundo às paixões dos personagens.

Retornando à questão do Realismo europeu, convém observarmos, por outro lado, a existência de discordâncias quanto à visão do Realismo como uma escola literária que procurou reproduzir fielmente a realidade como forma de denunciar suas carências e gerar mudanças sociais favoráveis às classes economicamente inferiores. Jameson (1995) sugere a hipótese de que o Realismo, como fruto da passagem do sistema feudal para o capitalista, pode ter servido também como componente de uma mudança cultural que adaptou os indivíduos à nova fase histórica. Tal adaptação, conforme Jameson (1995), passou pela criação de novas realidades, às quais os indivíduos tiveram que se ajustar, gerando um fenômeno social no qual a vida imitou a arte, e não o contrário.

Essas “novas realidades” envolveriam material social, hábitos e, mesmo, acontecimentos. Sob este prisma, o Realismo serviu à mudança cultural capitalista, “[...] para *desprogramar* os sujeitos treinados para o mundo antigo” (JAMESON, 1995, p. 169, grifo no original), no caso, o mundo feudal. Sob essa ótica, pode-se entender que a obra realista, ao descrever a miséria de operários das fábricas e dos moradores

acadêmicos. Além do Realismo de origem francesa, também teve grande influência no surgimento de narrativas realistas brasileiras a chegada de obras do escritor português Eça de Queiroz. Em Portugal, a transição do Romantismo para o Realismo começou cerca de 15 anos antes em relação ao Brasil. A primeira obra realista brasileira, segundo o autor, é *O mulato*, de Aluísio de Azevedo, de 1881.

suburbanos das cidades, estaria legitimando a existência desta condição social e levando os indivíduos a se adaptarem a ela.

Bersani (1984) tem opinião parecida. Para ele, a descrição realista da sociedade, mesmo quando aborda suas carências, apresenta-a como uma engrenagem organizada. No entender desse autor, o escritor realista, embora se colocando como mero observador da realidade, deixa a imaginação agir estruturando em diferentes camadas sociais um ambiente humano que, na realidade exterior à obra, é desagregado e confuso. Ou seja, em sua crítica da sociedade, o escritor realista a descreve mediante uma ordem artificial, que ele mesmo cria.

Para Bersani (1984), o fenômeno estaria ligado à necessidade de o texto descrever os fenômenos sociais e suas relações com os indivíduos de forma verossímil, visto que a perturbação da ordem tornaria a narrativa menos realista. Desta forma, “[...] a literatura realista e naturalista oferece constantemente à sociedade, que parece ser julgada tão severamente, o conforto de uma visão sistemática de si própria e a segurança de um sentido estruturado” (BERSANI, 1984, p. 63).

Krause (2011), por sua vez, também sugere uma visão do Realismo menos otimista, por assim dizer, em relação à apresentada por Moisés (2004). Krause (2011) foca o olhar sobre a tentativa realista de se apresentar como real – escondendo seu aspecto ficcional – e entende que esta seria uma estratégia comercial, ou seja, uma forma de vender livros e garantir o sustento do autor. Para Krause (2011), o Realismo seguiu a mesma trilha do Romantismo, ou seja, quis agradar à burguesia. “[...] Ambos os estilos, buscando seduzir o leitor menos refinado, já que passam a depender de um público consumidor, fingem que não fazem ficção, que ‘dizem a verdade’” (KRAUSE, 2011, p. 18). No entender de Krause (2011), a proximidade da obra com o real é um ingrediente que, ainda hoje – assim como o foi no século XIX, podemos acrescentar –, agrada ao leitor, seja porque o leitor sente que o autor percebe a realidade como ele percebe, seja por manter uma postura conservadora, avessa a dúvidas e ambiguidades.

Podemos avaliar a visão de Krause (2011), a respeito do interesse comercial do autor realista, a partir da pesquisa desenvolvida por Meyer (1996) sobre o romance-folhetim do século XIX. Os folhetins consistiam em narrativas ficcionais publicadas em partes, em edições de jornais, que posteriormente podiam ser transformadas em livros, pela reunião dos capítulos, dependendo do sucesso comercial demonstrado pela venda dos periódicos. De acordo com Meyer (1996), o folhetim se transformou em um negócio lucrativo tanto para escritores quanto donos de jornais. A técnica de terminar

cada capítulo de forma a despertar a curiosidade do leitor para o capítulo seguinte – na edição seguinte do jornal –, aliada ao baixo preço dos jornais, fez com que o folhetim fosse muito procurado, inclusive, pelas classes de menor poder aquisitivo, alavancando as empresas jornalísticas.

Meyer (1996) cita o exemplo do escritor Eugène Sue (1804-1857), que passou a escrever romances de folhetim como forma de manter um luxuoso estilo de vida. Mesmo após aderir ao socialismo, continuou buscando modelos de narrativa que pudessem atrair a atenção do leitor e garantir boas vendas, até encontrar no estilo realista um formato narrativo que atendeu a seu intento. Para inspirar-se na composição de cenários realistas, repletos de cheiros, sons e sombras, Sue vestia-se de operário e perambulava, munido de um bloco de anotações, pelos bairros pobres de Paris, desconhecidos pela burguesia, ou mesmo, considerados perigosos. É em tais bairros que se passam as narrativas de Sue, repletas de descrições acerca das condições de miséria da população operária – que torna-se admiradora e consumidora das histórias produzidas por ele.

Meyer (1996) considera Eugène Sue um escritor que fez da literatura “uma arma de combate” (p. 81) ao mesmo tempo em que manteve o caráter mercantilista de sua obra. Tal ambiguidade, observa a autora, acompanhou todo o romance de folhetim do século XIX. Por um lado, a denúncia da miséria humana presente nessas narrativas gerou certos avanços sociais, como por exemplo o advento de leis, na França, que beneficiaram crianças consideradas bastardas e mulheres vítimas da opressão dos maridos. O baixo custo dos folhetins também ampliou a leitura e a alfabetização entre as classes populares. Mas, por outro lado, Meyer (1996) também apresenta tais narrativas como uma façanha da burguesia, que explorou um rentável mercado literário ao mesmo tempo em que legitimou a visão de que é apenas no seio das classes pobres que ocorrem crimes e barbáries, conforme narravam muitos desses textos publicados na forma de folhetim.

Enfim, apontamentos como o de Krause (2011) e Meyer (1996) sobre a rentabilidade financeira da narrativa realista sugerem o motivo que pode ter levado escritores a optar por tal estética e a produzir textos onde a ficção é disfarçada pela impressão de real. Não pretendemos, entretanto, alongar a discussão em torno da motivação ideológica do Realismo – se a intenção desses autores seria protestar contra a realidade social, adaptar o indivíduo a ela ou apenas fazer da narrativa realista uma fonte de renda. Trabalhamos com a hipótese de que a intenção primeira do efeito de real

é conceder autenticação à narrativa – intenção que pode vir seguida de segundas intenções, como as hipóteses acima sugerem. No entanto, o que buscamos até aqui, inclusive com a apresentação destas hipóteses divergentes, foi uma contextualização acerca do surgimento do Realismo, para então chegarmos as suas peculiaridades narrativas, particularmente em relação à descrição de personagens e cenários.

2.2.1 A descrição realista

Nesta retomada sobre o início do Realismo, bem como na apresentação de ideias antagônicas em torno de seu papel na sociedade do século XIX, citamos a importância dada pelo autor realista às descrições de ambientes, hábitos e personagens. Neste subcapítulo, veremos que esta descrição realista pode ser entendida como um recurso narrativo empregado para a transmissão de significados. A descrição de um ambiente suburbano, por exemplo, pode servir como indicativo da miséria do personagem que vive neste ambiente; e mais adiante justificará porque tal personagem – conforme a lógica determinista do Realismo – adotará certas atitudes movido por uma personalidade forjada neste habitat precário. Optamos por deixar para mais adiante, portanto, a abordagem da visão bartheana acerca do papel da descrição realista na geração do efeito de real.

Entendemos que, para o estudo da descrição realista, podemos inicialmente apresentar um conceito de descrição que nos possibilite ver sua importância no âmbito da narrativa. Para tanto, optamos por recorrer ao pós-estruturalista Gérard Genette, que estuda o papel da descrição na *mimese*. Genette (1973) afirma que toda narrativa, mimética ou não ficcional, comporta, em diferentes proporções, tanto representações de ações e acontecimentos quanto representações de objetos, lugares e personagens. A segunda forma representativa consiste na descrição. Comparando a narrativa de ações e a descrição, Genette (1973) entende que a distinção mais latente entre as duas formas textuais diz respeito ao tempo. Enquanto a representação de ações ocorre dentro de uma lógica cronológica, a descrição surge em momentos estáticos, sendo, portanto, de ordem mais contemplativa.

Para Genette (1973), é possível conceber uma descrição pura, desprovida de qualquer elemento narrativo, aqui entendido como representação de ações ou eventos, mas não há como ocorrer uma narrativa desacompanhada de descrição. O autor entende que a referência a qualquer objeto ou personagem em uma narrativa já configura uma

descrição, de forma que, não havendo como narrar uma ação sem a presença de personagens ou objetos, não há como narrar sem descrever. Por outro lado, é possível descrever indivíduos e objetos estáticos, sem que para isso seja necessário a narração de ações.

Convém observarmos que, muito embora aceitando os apontamentos de Genette (1973), a descrição que nos interessa é aquela onde, indo além de fazer simples referência a determinado objeto ou indivíduo, o narrador informa certos detalhes deste elemento. Portanto, entendemos como descrição a referência onde o ser ou objeto referenciado pelo narrador é, de fato, descrito, ou seja, apresentado mediante a citação de suas características físicas – forma, cor, volume, adereços – ou mesmo psicológicas, no caso da descrição de seres humanos. Assim, a descrição possibilita que o público tenha condições de imaginar o indivíduo ou objeto descrito, de forma semelhante ao que propõe o narrador.

No âmbito desta referenciação acerca de características físicas e psicológicas, Genette (1973) atribui duas funções à descrição. A primeira seria de ordem decorativa, coincidindo com a visão que a retórica apresenta em relação a este conceito. Para a retórica, a descrição equivale a um ornamento do discurso, a uma pausa na narrativa em favor do estético. A outra função é de ordem explicativa e simbólica. Por função simbólica, Genette (1973) entende a descrição que fornece ao leitor elementos que revelam, por exemplo, traços da personalidade dos personagens. Isso pode ocorrer por meio da representação detalhada, através do texto, de suas fisionomias, roupas e objetos pessoais. O emprego simbólico da descrição, talvez não tão perceptível nos textos classicistas, ficou mais evidente a partir do romance, especialmente o de caráter realista.

Ingressando nesta questão mais específica, e retomando o ponto de vista de Moisés (2004), vemos que a crença realista no rigor científico, aliada à sua *suposta* intenção de denunciar a hipocrisia burguesa e as carências sociais por meio da Literatura, fizeram com que o Realismo adotasse um estilo de narrativa que, conforme o autor, privilegia as descrições metódicas em detrimento do enredo. Assim,

[...] a narrativa alonga-se, arrasta-se, num andamento passado, pois não interessa o entrecho mas o pormenor, físico ou moral, que forneça o retrato da coletividade. [...] Desprezada a hipótese de a realidade apresentar alogicidade ou imprevistos, o romancista divisa-a como palco onde tudo se pode conhecer graças aos princípios científicos, subordinados ao apelo da Razão. (MOISÉS, 2004, p. 25).

Para Moisés (2004), portanto, a descrição detalhada de pormenores ligados aos cenários onde os fatos narrados acontecem, dos hábitos ou mesmo das características físicas ou psicológicas dos personagens, atitude vinculada ao senso de observação científica dos autores realistas, é também uma forma de conceder ao leitor um retrato da sociedade onde tais personagens estão inseridos.

D’Onofrio (2002) sugere, neste aspecto, uma significativa distinção entre o paradigma clássico e o realista. Contrariando Aristóteles, para quem o enredo era o componente mais importante da narrativa, o escritor realista valoriza mais a descrição de cenários e personagens, justamente por entender que tais características condicionam as ações dos indivíduos – ou seja, não haveria enredo independente de características ambientais e psicológicas que condicionem os personagens a atuar nele de determinada maneira. Retoma-se, neste âmbito, a crença realista no determinismo, onde o ambiente (devidamente descrito), molda o caráter do personagem (que também é descrito em detalhes) e o leva a adotar determinadas atitudes. Seguindo as regras de verossimilhança, tais atitudes devem se justificar pela personalidade do personagem, a qual se justifica pelo ambiente onde ele vive. Daí a existência de previsibilidade na narrativa realista, onde os desfechos são guiados pelo determinismo e, desta forma, podem ser antecipados com auxílio das descrições.

Bersani (1984) afirma que, assim como a descrição de cenários e personagens, a narrativa de determinadas ações, também descritas nos mínimos detalhes, consiste em uma estratégia adotada pelo autor realista como forma de transmitir ao leitor informações sobre a personalidade dos agentes. Assim, “[...] as palavras mais cotidianas, os gestos mais banais, os episódios mais insignificantes, submetem-se de boa vontade a uma disciplina que exige que sejam palavras, gestos e episódios reveladores” (BERSANI, 1984, p. 53).

Podemos entender, desta forma, que a narração de determinada atitude banal e habitual por parte de um personagem é componente da sua descrição, levando o leitor a compreender, conforme a lógica determinista, outras ações do personagem, essas, dotadas de maior importância no transcurso da intriga. Isso porque, conforme Bersani (1984), o enredo realista se desenvolve seguindo uma coerência entre as ações dos personagens e suas características psicológicas, as quais, por sua vez, apresentam diferentes peculiaridades conforme a hierarquia social dos agentes. Assim, para que os motivos das ações da intriga adquiram contornos de verossimilhança e sejam compreendidos pelo leitor, o lado psicológico dos personagens é rigorosamente

estruturado pelo escritor e transmitido com auxílio da descrição de seu ambiente, de sua aparência e de suas ações habituais.

Hamon (1984) aponta outra situação recorrente na literatura realista, na qual uma ação banal surge no texto como forma de possibilitar uma descrição. Ele cita como exemplo o ato de um personagem que, durante a narrativa, fecha uma janela. A ação, sem maiores consequências para o andamento do enredo, seria uma forma de inserir no texto, de forma justificada perante a exigência de coerência na narrativa, descrições do ambiente que rodeia essa janela – inclusive, da própria janela.

Tamanha valoração dos pormenores dos cenários – como uma simples janela, móveis ou insignificantes adereços – é, em nosso entender, a característica que levou Jakobson (1999)⁴⁷ a classificar o texto realista como uma narrativa marcada pela predominância da sinédoque, forma de metonímia⁴⁸ onde o escritor faz referência a determinado objeto citando uma parte dele – como na expressão ficar sem teto, que equivale a ficar sem casa. Para Jakobson (1999), a descrição detalhada de determinado pormenor no cenário onde transcorre a intriga é uma sinédoque na medida em que visa transmitir ao leitor uma ideia geral de como é este cenário e seus habitantes, assim como a descrição de um cenário pode indicar como é o ambiente social que o circunda. Podemos acrescentar que, em função dessa abordagem metonímica, o escritor realista mantém sua visão em determinados aspectos da sociedade que lhe interessam – geralmente, os mais críticos – e que concedem à narrativa a impressão de totalidade, muito embora o olhar do autor não contemple o todo da realidade.

Em suas considerações, Jakobson (1999) salienta que, ao mesmo tempo em que mantém seu caráter metonímico, o texto realista evita a metáfora, antes empregada pela escola romântica. Portanto, para Jakobson (1999), trata-se de um discurso denotativo e referencial, no qual as palavras são empregadas conforme seus significados convencionais, onde as expressões têm ligação direta com seus referentes externos ao texto.

No entanto, a descrição realista, conforme Hamon (1984), costuma se utilizar de figuras comparativas. Neste caso, determinado objeto, devidamente identificado pelo autor, é comparado a outro, parecido, facilitando ao leitor reconhecer seus formatos.

⁴⁷ Neste trabalho, o formalista russo faz um estudo linguístico a partir da afasia, patologia que afeta o emprego da linguagem, levando o indivíduo a apresentar dificuldades em selecionar e combinar palavras.

⁴⁸ A metonímia é uma figura de linguagem na qual uma palavra substitui outra mediante uma relação de semelhança entre seus significados. Assim, a palavra espada, por exemplo, pode substituir a palavra exército.

Para Hamon (1984), tais comparações são uma forma de “duplicar” a informação, de forma a potencializar a capacidade de o leitor identificar com clareza como são os objetos aos quais o narrador se refere.

Hamon (1984) salienta ainda que, sob a ótica realista, o mundo é completamente descritível e repleto de materiais que podem ser inventariados. Já as descrições realizadas pelos autores realistas advêm das suas próprias observações sobre cenários reais, como sugere a crença desses escritores na observação científica, bem como o exemplo das aventuras de Eugène Sue pelos bairros pobres de Paris, conforme citado por Meyer (1996). Tal constatação se reforça a partir dos apontamentos de Emile Zola (1995), escritor ligado ao Naturalismo, corrente do final do século XIX que descende do Realismo. Entendemos que as observações deste autor são pertinentes, no âmbito do estudo da descrição realista/naturalista, na medida em que reforçam a crença na observação rigorosa como forma de possibilitar a reprodução fiel de personagens, hábitos e lugares.

Conforme Moisés (2004), no Naturalismo se acentua a confiança em determinismos hereditários e do meio ambiente, bem como na necessidade de observação e de submeter os fatos ao rigor científico. Sob o aspecto narrativo, a descrição naturalista também é mais centrada no concreto e abrange determinados detalhes que, muitas vezes considerados repugnantes, não eram descritos nem mesmo pelos autores realistas.

Focados no real, os naturalistas ampliaram ainda mais a crítica à subjetividade e à imaginação, conceitos valorizados pelo Romantismo. Zola (1995) afirma que “[...] o mais belo elogio que se poderia fazer a um romancista, outrora, era dizer: ‘Ele tem imaginação’. Hoje, esse elogio seria visto quase como uma crítica. [...] A imaginação já não é qualidade mestra do romancista” (ZOLA, 1995, p. 23). Na opinião do autor, tal qualidade mestra do escritor é seu senso de real, que ele define como sendo a capacidade de sentir a natureza e representá-la sem deformações. Para Zola (1995), portanto, o bom escritor não é o criativo em termos de imaginar ficções, mas aquele que tem boa capacidade de observar e descrever a realidade.

A produção de uma obra realista/naturalista, no entender de Zola (1995), passa antes pela pesquisa de campo. O autor defende que o escritor deve conhecer *in loco* as realidades que pretende descrever. Dessa forma, se o autor pretende escrever um romance que se passa em um teatro, precisa antes frequentar o teatro, entrar no camarim, conversar com os artistas, reunir documentos que tratam do assunto. Já a

redação, para Zola (1995), não prescinde de metáforas ou outras alegorias. O texto pode ser árido, direto, até mesmo mal escrito sob o aspecto estético, desde que, em suas descrições, retrate fielmente a realidade, demonstrando o senso de real do autor.

Bulhões (2007) compara a metodologia de pesquisa e descrição defendida por Zola com a de um repórter. Acrescenta que, assim como a literatura, o jornalismo do século XIX também passava por transformações influenciadas pela crença no concreto advinda das descobertas científicas, aliada à substituição, nos jornais, do caráter político pelo objetivo, conforme estudamos no capítulo anterior. Portanto, escritores e repórteres do período saíram às ruas em busca de informações para embasar tanto obras literárias quanto textos jornalísticos, captando fatos e cenários como se fossem câmaras fotográficas.

Convém citar que a crença do Naturalismo em determinismos ambientais e hereditários, mais intensa em relação ao que se observou no Realismo, foi vista com reservas por autores realistas – inclusive, no Brasil. Coutinho (1995) afirma que a maioria dos autores brasileiros do período evitou o que ele chama de “[...] compromissos exagerados com a ciência e a biologia determinista” (COUTINHO, 1995, p. 195), o que fez com que o Naturalismo brasileiro não fosse além da década de 1880, enquanto o Realismo acompanhou a mudança de século. Conforme o autor, o que houve no Brasil foi reflexo de fenômeno parecido, ocorrido na França, onde o Realismo predominou no período e prevaleceu ao Naturalismo.

Porém, o método de observação defendido por Zola (1995), bem como sua comparação com os procedimentos jornalísticos, reforça, ao nosso entender, a constatação acerca do valor atribuído por realistas e naturalistas à descrição do real. Neste subcapítulo, constatamos existir um entendimento a respeito da funcionalidade da descrição como transmissora de significados vinculados, por exemplo, a condições sociais, determinismos e modos de pensar diversos entre diferentes hierarquias sociais. Entretanto, como veremos a seguir, Roland Barthes sugere a existência de uma outra função exercida pela detalhada descrição realista: o mascaramento do caráter ficcional da narrativa.

2.3 Os pormenores inúteis e o efeito de real

Para entendermos de que forma esse mascaramento da ficção ocorre, conforme a visão de Roland Barthes, é preciso, antes, compreendermos a que tipo de descrição este linguista se refere em seu estudo do efeito de real. Barthes (1984) concorda que, de forma geral, a descrição realista procura transmitir determinados significados – como foi apontado pelos autores estudados no subcapítulo anterior. Entretanto, conforme Barthes (1984), existe, no âmbito da narrativa realista, a descrição de determinados detalhes que não acrescentam significados e que, em função disso, eram entendidos pelos críticos estruturalistas como pormenores supérfluos ou inúteis.

Visando facilitar a compreensão acerca destes pormenores e sua posterior identificação na obra que serve de corpus a esta pesquisa, optamos por apresentar um dos exemplos citados por Barthes (1984) em seu ensaio *O efeito de real*, texto publicado pela primeira vez em 1968 e que nos servirá de espinha dorsal para o estudo que aqui apresentamos. No ensaio, Barthes (1984) recorre à descrição da sala da residência de madame Aubain, personagem do romance *Um coração singelo*, do autor realista Gustave Flaubert⁴⁹. O pesquisador observa que, em meio à descrição do ambiente onde vive a patroa de Felicidade, o narrador cita que “[...] um velho piano suportava, sob um barômetro, uma pilha piramidal de caixinhas e de cartões” (FLAUBERT, 1987, p. 10).

Barthes (1984) concorda que tanto o piano quando as caixas com cartões transmitem significados, cumprindo a função simbólica apontada em nosso subcapítulo anterior. Segundo ele, a presença de um piano na sala é mostra do status burguês de madame Aubain, ao passo que a pilha de cartas denota uma certa desordem e, ao mesmo tempo, certa prosperidade da proprietária da casa. O que intriga Barthes (1984), entretanto, é o barômetro. Ele afirma que, aparentemente, “[...] nenhuma finalidade justifica a referência ao barômetro, objeto que não é nem incongruente nem significativo e não participa, portanto, à primeira vista, da ordem do notável” (BARTHES, 1984, p. 88). O autor se debruça sobre este tipo de pormenor, típico da descrição realista, que parece não ter utilidade alguma à transmissão de significados no âmbito da narrativa.

Apresentando-se como um precursor no estudo destes pormenores supérfluos como geradores de efeito de real, Barthes (1984) afirma que eles foram deixados à parte

⁴⁹ A obra narra a história de Félicité (ou Felicidade, na tradução do francês), a criada de personalidade simples e inocente que dedica a vida a servir madame Aubain.

ao longo das pesquisas estruturalistas justamente por apresentarem esse caráter aparentemente inútil. Na medida em que tais detalhes não contribuía, em termos de função, para a estrutura da narrativa, não receberam atenção dos pesquisadores vinculados ao Estruturalismo. Por sua vez, Barthes (1984), conforme nossa interpretação, inquieta-se com a presença destes pormenores supérfluos, aos quais classifica de escandalosos, justamente na medida em que estão presentes no interior da narrativa sem apresentar utilidade funcional aparente.

Para Rancière (2009), Roland Barthes se debruçou sobre a questão movido pelo entendimento estruturalista de que todos os componentes da narrativa devem exercer alguma função. De acordo com Rancière (2010), a análise estruturalista não aceitava a presença de um elemento supérfluo e, desta forma, precisou atribuir a ele um lugar e um estatuto no interior da estrutura narrativa. Desta forma, o Estruturalismo, ao entrar em conflito com o detalhe inútil da descrição realista, estaria retomando críticas mais antigas, que Flaubert sofrera de analistas contemporâneos seus, os quais também se mostravam incomodados com seu excesso de descrições. Tais apontamentos, segue Rancière (2010), descendiam ainda da análise clássica da narrativa, segundo a qual a obra de arte seria composta por uma estrutura onde todas as partes cumpriam determinada função na constituição do todo.

Barthes (1984) faz alusão à análise da narrativa na Antiguidade, ao retomar certos aspectos clássicos em seu estudo dos pormenores, abordando, inicialmente, a descrição na retórica de gênero epidítico. Diferente do gênero judiciário da retórica, o epidítico não visava o convencimento, mas sim, buscava conquistar a admiração do auditório através da beleza das descrições apresentadas pelo orador, o qual geralmente homenageava, com seu discurso, heróis ou pessoas falecidas. Nesse caso, a descrição detalhada era entendida como um aparato estético do texto. Da mesma forma, certas descrições realistas teriam certo caráter estético, no entender de Barthes (1984), na medida em que apresentam ao leitor as cidades e demais cenários de forma estanque, como se fossem pinturas. Portanto, quando a serviço do belo, a descrição, mesmo sem funcionalidade estrutural aparente, estaria justificada.

Porém, Barthes (1984) logo ressalta uma característica do Realismo que, inclusive, o diferencia consideravelmente em relação à retórica epidítica: a preocupação em fazer referência direta ao real. Enquanto os oradores epidíticos descreviam seus heróis ou mortos sem estarem submissos ao compromisso com o real, os escritores realistas

tenham no real um limitador, que os impedia de ingressar no campo da fantasia durante suas descrições.

No caso dos pormenores inúteis, a descrição não só deixa de ingressar em um universo fantasioso, como também apresenta os objetos ou ambientes descritos mediante uma relação direta entre signo e referente, sem deixar espaços aparentes para novas formas de significado decorrentes da descrição – como ocorre em outras descrições realistas cuja funcionalidade é mais facilmente identificada, como no caso do piano de madame Aubain, por exemplo. Desta forma,

[...] a “representação” pura e simples do “real”, a relação nua “do que é” (ou foi) surge assim como uma resistência ao sentido; esta resistência confirma a grande oposição mítica do vivido (do vivo) e do inteligível; basta recordar que, na ideologia do nosso tempo, a referência obsessiva ao ‘concreto’ (naquilo que retoricamente se pede às ciências humanas, à literatura, aos comportamentos) é sempre equiparada como uma máquina de guerra contra o sentido, como se, por uma exclusão de direito, o que vive não pudesse significar – e vice-versa. (BARTHES, 1984, p. 93).

Neste aspecto, o autor compara o texto realista com o discurso da história. Desde a Antiguidade Clássica, interessa ao discurso histórico apenas o que aconteceu, o real concreto, a descrição dos lugares como realmente são, ao passo que a prosa ficcional, conforme atesta Aristóteles (2004), se apresentava mediante padrões de verossimilhança. Barthes (1984) observa que a descrição realista, entretanto, não se contenta com o verossímil, visto que a aplicação da verossimilhança é relativa, estando subordinada a entendimentos tanto do autor quando do leitor. O verossímil é o que poderia ter acontecido e, assim, situa-se em caráter de dependência em relação à opinião do público – que pode discordar quanto à coerência do que é narrado. A descrição realista, entretanto, opõe-se ao verossímil conforme esse conceito clássico, apresentando-se não como o que pode ser, mas como o que é, da mesma forma em que se apresenta o discurso histórico.

Entendemos que essa comparação do texto realista com o histórico é pertinente, no âmbito desta pesquisa, na medida em que também autoriza a comparação de ambos com o texto jornalístico, nosso foco de análise. Assim como o historiador, o jornalista também se apresenta com intenção – como nos aponta Searle (1995) – de narrar o real. O próprio Barthes (1984) inclui a reportagem jornalística, juntamente com as exposições de objetos antigos e o turismo em monumentos e locais históricos, no grupo de manifestações que demonstram não só a necessidade humana de acesso a um real

concreto, mas também que “[...] o ‘real’ tem a reputação de se bastar a si próprio, que é suficientemente forte para desmentir qualquer ideia de ‘função’ [...] e que o *ter estado lá* das coisas é um princípio suficiente da palavra” (BARTHES, 1984, p. 94, grifo no original). Mais adiante, veremos que a estética realista se mantém na contemporaneidade, inclusive em produções jornalísticas, o que também, ao nosso ver, legitima nossa intenção de aplicar no texto jornalístico o conceito de efeito de real apresentado por Barthes (1984) em sua análise do texto realista.

Visto esse ponto, torna-se necessário, para compreendermos o conceito de efeito de real, retomarmos a questão da relação direta entre signo e referente, a qual, como vimos há pouco, ocorre por ocasião da existência dos pormenores tidos como inúteis na descrição realista. Essa relação direta, aparentemente, exclui a possibilidade de desenvolvimento de novas formas de significado nessa descrição específica, a qual, como aponta Barthes (1984), apresenta-se, assim, inteiramente denotativa. O autor observa, entretanto, que a narrativa realista se desenvolve por vias ficcionais – afinal, tratam-se de histórias ficcionais – de forma que esse pormenor inútil, na verdade, não faz referência direta a algo real, mas significa algo real. Quando o texto de Flaubert cita o barômetro de madame Aubain, não está descrevendo um barômetro real, mas significando um barômetro. Portanto, para Barthes (1984), a descrição ficcional do pormenor inútil não é denotativa, mas conotativa. Ou seja,

[...] suprimido da enunciação realista como significado de denotação, o “real” volta como significado de conotação. Porque no próprio momento em que se considera que esses pormenores denotam diretamente o real, o que fazem realmente, sem que seja dito, é significá-lo. (BARTHES, 1984, p. 95).

O que advém dessa inversão – onde o que é conotativo se apresenta como denotativo ao leitor –, conforme Barthes (1984), é a *ilusão referencial*.

Tento em vista que, em seu ensaio, Barthes (1984) não conceitua a ilusão referencial, optamos por um breve estudo da interpretação que Riffaterre (1984) tem do funcionamento do fenômeno, em artigo onde aborda a poesia realista. Retomando uma questão já estudada pelos Formalistas Russos, o autor salienta que as palavras, enquanto formas gráficas, representam seus referentes reais conforme convenções, não existindo nenhuma relação natural (física) entre signos e referentes. Entretanto, o signo cumpre o papel de preencher a ausência do referente real durante o processo comunicativo e

satisfaz o leitor, que “enxerga” o real através dessa representação, como se, de fato, houvesse uma ligação direta e livre de outros significados entre signo e referente.

A ilusão referencial, conforme Riffaterre (1984), consiste nessa ilusão que é enxergar a realidade – inclusive, uma realidade moldada pela ficção – a partir de sua representação gráfica, fenômeno que também é influenciado pela significação que o leitor, querendo ou não, atribui ao texto. No caso, a significação é entendida como a criação de novos sentidos, diferentes em relação ao referente direto, como ocorre no piano que conota o status burguês de madame Aubain. Riffaterre (1984) salienta que essa ilusão, que ele entende como um fenômeno literário, ocorre junto ao leitor, durante sua interpretação da narrativa.

No caso do pormenor inútil, que aparentemente não abriria brechas para novas significações, a não ser a ligação direta com o próprio referente, a ilusão referencial ocorre justamente porque o signo está posto de forma a parecer que apenas denota um referente real – ao invés de conotar um referente fictício, como, de fato, ocorre. Como afirma Barthes (1984), “[...] a própria carência de significado em proveito do referente transforma-se no próprio significante do realismo” (BARTHES, 1984, p. 96). O resultado disto é a produção, junto ao leitor, de uma sensação de estar, de fato, diante de uma narrativa real, fenômeno que Barthes (1984) chama de efeito de real.

É devido a tal fenômeno que Todorov (1984), ao interpretar os apontamentos de Barthes, sugere que o pormenor do discurso realista, na verdade, tem uma função: a de camuflar sua própria existência como ficção e de dissimular suas próprias regras. Trata-se de uma narrativa que, ao mostrar-se pormenorizada, com detalhes que aparentam não ter significado além do próprio, pretende se fazer passar por transparente, concedendo ao leitor a impressão de estar diante, de fato, do real, do vivido. Conforme Todorov (1984), o que surge no texto como apenas um pormenor inútil é o que “transporta de fato uma mensagem essencial: a de uma autenticação do resto.” (TODOROV, 1984, p. 11).

Eagleton (2003) acredita que Barthes via a questão do efeito de real também sob um prisma político. Para Eagleton (2003), Barthes entendia que o emprego do efeito de real seria, de certa forma, mal intencionado, na medida em que buscava, através da autenticação da narrativa realista, naturalizar o leitor com a realidade social descrita nas obras e, assim, fazê-lo aceitar tal realidade⁵⁰. Eagleton (2003) observa que Barthes usa a

⁵⁰ Notamos, neste aspecto, proximidade com o pensamento de Jameson (1995), expresso anteriormente, segundo o qual o Realismo foi uma forma de naturalizar o indivíduo ao novo sistema capitalista.

expressão *signo saudável* para classificar aquele que chama a atenção para sua condição de artificialidade, não procurando se passar por natural; enquanto o signo realista seria doentio ao apagar sua condição de signo e alimentar a ilusão, junto ao leitor, de estar percebendo a realidade sem a mediação do texto.

Convém citarmos, entretanto, a existência de pontos de vista discordantes em relação às conclusões de Roland Barthes. Rancière (2009), por exemplo, além de relacionar as intenções de Barthes à necessidade estruturalista de encontrar funcionalidade nos elementos da narrativa, relaciona o pormenor a uma espécie de metáfora política no âmbito do Realismo. Cita que, para parte da crítica do século XIX, o pormenor seria uma manifestação de democracia presente no interior da narrativa, onde os detalhes são dispostos de forma igualitária, mesmo quando parecem insignificantes para a intriga. Tal disposição estaria em consonância com os tipos de personagens que aparecem nos romances realistas, pessoas cujas vidas poderiam ser consideradas também insignificantes sob o olhar de indivíduos de classes sociais mais favorecidas. A essa crítica Rancière (2009) acrescenta sua visão, mais complexa. Segundo ele, o excesso na descrição realista seria uma demonstração do excesso de paixões e do excesso de devaneio da classe plebeia.

Compagnon (1999) sugere uma crítica à visão bartheana do efeito de real, inicialmente, contestando que o barômetro de madame Aubain seja, de fato, um pormenor inútil. Observa que a história de Félicité se passa na Normandia, região da França de clima instável e com propensão a chuvas, o que possibilita relacionar o barômetro à preocupação com o tempo. Portanto, não haveria, no caso do barômetro, uma tentativa de simular uma denotação direta entre signo e referente, mas sim, haveria uma nova forma – e ostensiva – de significado conotativo. Partindo dessa observação, Compagnon (1999) coloca sob suspeita a existência de pormenores inúteis, conforme os descritos por Barthes, na narrativa realista.

A interpretação de Compagnon (1999) é que Barthes, ao falar em produção de efeito de real, quer levar a crer que ocorre, ao invés de uma relação entre signo e referente, uma “alucinação” junto ao leitor durante esse processo, gerando a ilusão da presença do objeto. Descrevendo assim o fenômeno, Barthes pretenderia sustentar que, na verdade, nunca existe relação denotativa entre signo e referente, mesmo quando a descrição aparenta se mostrar dessa forma.

A intenção barthiana, segundo Compagnon (1999), seria reforçar o entendimento estruturalista segundo o qual os signos, na literatura, nunca fazem referência direta ao

real externo às obras – motivo pelo qual o Estruturalismo sequer se preocupou com o mundo exterior ao texto. Tal visão estruturalista leva em conta que, na literatura, as ligações entre signo e referente são montadas mediante convenções literárias, ou seja, o mundo é descrito conforme regras preestabelecidas. Assim, o que existe não é a descrição do real, mas de uma forma de entendimento do real, bem como não haveria relação entre signo e referente, mas apenas relações entre signos.

No entanto, entendemos que, mesmo aceitando-se visões discordantes em relação às intenções de Barthes (1984) em seu estudo, é possível considerar o efeito de real como gerador de naturalização à narrativa. Para tanto, nos apoiamos em Jaguaribe (2007), que emprega também a análise do efeito de real bartheano em estudos acerca de expressões contemporâneas na arte e na mídia⁵¹. No entender da autora, o efeito de real é, de fato, um mecanismo da narrativa capaz de mascarar seu caráter ficcional.

Enquanto Compagnon (1999) argumenta que Barthes teria sugerido um efeito de “alucinação” gerado pelo efeito de real, Jaguaribe (2007) oferece uma expressão que nos parece mais adequada: naturalização. Para a autora, a descrição pormenorizada de cenários, ao mesmo tempo em que gera o efeito de real, ambientaliza – ou naturaliza – o leitor à narrativa e, dessa forma, gera a sensação de credibilidade em relação aos fatos narrados. Tal ponto de vista fica claro quando a autora afirma que

[...] o “efeito de real” do romance realista é obtido por detalhes que dão credibilidade à ambientação e caracterização dos personagens. Assim, a descrição da casa burguesa contém a menção de objetos que não estão diretamente associados à trama, mas que sugerem o que deveria estar contido num lar burguês, daí [...] a inclusão dos objetos de refinamento francês na sala de estar de Quincas Borba quando ele buscava ascender socialmente. (JAGUARIBE, 2007, p. 27).

Jaguaribe (2007) ressalta que a descrição detalhada, como a da casa de Quincas Borba⁵², é, em um primeiro plano, uma forma de construir um cenário mimético que, em concordância com o real, ou com o senso comum sobre o real, ganha contornos de verossimilhança e é aceito pelo público, que desta forma, deposita credibilidade na narrativa. A descrição verossímil, em conjunto com o efeito de real estudado por Barthes (1984), contribuiriam para o Realismo “[...] mascarar os próprios processos de ficcionalização e, assim, garantir ao leitor-espectador uma imersão no mundo da

⁵¹ Abordaremos a estética contemporânea do realismo na mídia no subcapítulo seguinte.

⁵² Vale citar que, embora Machado de Assis, autor de Quincas Borba, seja considerado um autor realista pela tradição literária brasileira, não há unanimidade quando a isso entre os pesquisadores. Krause (2011) é um dos autores contemporâneos que não consideram Machado de Assis um autor realista.

representação que, entretanto, contivesse uma análise crítica do social e da realidade” (JAGUARIBE, 2007, p. 27).

A transcrição acima evidencia a concordância de Jaguaribe (2007) em relação a duas formas de interpretar a estética realista aparentemente antagônicas. Uma delas, conforme a própria autora, é aquela que entende o Realismo como uma tentativa de captar e transmitir as crises da sociedade por meio da observação e descrição dessa engrenagem social, da opressão, do consumismo incentivado pela burguesia, dos dilemas e angústias de indivíduos anônimos inseridos nesse mundo que – ao contrário da visão romântica – é desencantado. Trata-se de um ponto de vista que legitima o Realismo como uma forma de denunciar a crise social buscando uma sociedade mais justa. A outra corrente é aquela que vê o Realismo como mais uma convenção estilística mediante a qual a realidade é reconstruída. Conforme essa linha de análise, a estética realista consiste em um conjunto de regras que dita como o mundo real deve ser representado e que oferece artifícios para ocultar seu processos ficcionais.

Para Jaguaribe (2007), por um lado o Realismo se constitui, de fato, como um agrupamento de códigos que regem a representação da realidade e que, por meio do efeito de real, mascara a existência da ficção em seus conteúdos. Mas, por outro lado, é justamente através destes códigos e artifícios narrativos que a estética realista naturaliza o leitor ao contexto social a que se propõe a denunciar, oferecendo assim uma visão crítica do real dotada de verossimilhança. Pode-se dizer que, através da verossimilhança decorrente de seus códigos e técnicas narrativas, o Realismo se potencializa como estética interessada na mudança social.

Já no âmbito da contemporaneidade, Jaguaribe (2007) tem reservas quando à forma como a estética realista é empregada pela mídia para a construção de realidades, como veremos no subcapítulo a seguir. Entendemos que, até aqui, possibilitamos a compreensão de como, a partir da descrição detalhada – particularmente, a de caráter realista –, o efeito de real opera gerando, junto ao leitor, um forte sentimento de autenticação em relação à narrativa.

2.4 Novos realismos

Para finalizar este capítulo, entendemos ser pertinente uma breve revisão acerca da estética realista contemporânea, tendo em vista que, como afirma Jaguaribe (2007), atualmente se desenvolveram novas formas de efeito de real. O fenômeno, segundo a autora, decorre do que ela chama de uma saturação de imagens realistas, promovida pela confluência de diferentes mídias – jornais, televisão, rádio e internet. Adiantamos, entretanto, que o principal objetivo desta revisão final é concluir nossa contextualização sobre a estética realista, posto que nos debruçaremos, por ocasião da pesquisa empírica, no conceito de efeito de real vinculado à descrição realista explicitado no subcapítulo anterior.

Conforme Moisés (2004), a reação à objetividade do Realismo e do Naturalismo do século XIX veio com o Simbolismo, corrente literária que vigorou até o início da década de 20 do século passado. Tal escola procurou retomar e acentuar os ideais românticos, redescobrando a metáfora e a subjetividade. Foi além, jogando também com diferentes cores e formas gráficas, transmitindo mensagens dúbias e obrigando o leitor a “adivinhar” as intenções do autor.

No entanto, como salienta Moisés (2004), o Simbolismo se mostrou incapaz de barrar o avanço das estéticas realistas pelo século XX, como mostra o exemplo brasileiro do romance social dos anos 1930, caracterizado pelo apreço à verossimilhança e à descrição da realidade histórica e social. Dentre outros exemplos, D’Onofrio (2002) cita o Realismo Socialista e o Realismo Crítico (ou Neo-realismo), ambos considerados estéticas realistas do século XX e voltados à representação de problemas sociais – a diferença entre ambos é que o primeiro se vinculava ao ideal socialista, ao passo que o segundo buscava representar os problemas sociais sem compromissos com ideologias políticas.

Atualmente, há certo predomínio da estética realista na literatura brasileira, como constatou Gai (2012) em um estudo recente. Após a leitura dos dez romances finalistas do Prêmio Jabuti de Literatura, a partir de 2003, a autora concluiu que maioria das obras privilegiava a perspectiva realista. Para Gai (2012) as narrativas brasileiras contemporâneas guardam fortes heranças do Realismo do século XIX e no Neo-realismo do século XX, privilegiando as preocupações sociais, o universo burguês e a luta pela sobrevivência, muitas vezes, sob o enfoque determinista.

Gai (2012) concorda que se trata de um realismo diferente em relação aos dos séculos anteriores, visto que as crenças de caráter social já não são as mesmas – consequência das próprias mudanças sociais que ocorreram no período, podemos acrescentar. Por outro lado, defende que a gênese realista continua a mesma, o que pode ser notado na visão metonímica pela qual a realidade é apresentada nessas obras. Como vimos em Jakobson (1999), trata-se de um olhar que toma parte pelo todo, não contemplando todos os aspectos do real. Para Gai (2012), a observação metonímica do realismo atual está focada no crime, no sujo, na pobreza e na exploração, fornecendo ao leitor uma visão do contemporâneo como um período de intensa degradação.

Porém, a autora acredita que a preferência por esse enfoque, herdado dos antigos realistas e naturalistas, é indicativo da persistência dos problemas sociais na realidade brasileira. Portanto, essas narrativas podem ser encaradas como “[...] uma literatura engajada, no sentido de que o que vem retratado também vem denunciado; e a escolha dos espaços e personagens não deixa dúvidas quanto ao estranhamento social a que tais obras pretendem referir-se” (GAI, 2012, p. 40).

A preocupação com as carências sociais entre os realistas contemporâneos brasileiros também é ressaltada por Schollhammer (2011). Para o autor, o realismo contemporâneo mantém, sob o aspecto da denúncia social, as raízes do Realismo do século XIX. Entretanto, a descrição fria e que se fazia crer desprovida de subjetividades do primeiro Realismo dá lugar a uma narrativa mais sensível, subjetiva e humana. A busca por novos padrões estéticos narrativos, diferentes em relação ao texto que se pretendia fazer passar por uma fotografia, típico do Naturalismo, consiste, segundo Schollhammer (2011), em uma tentativa dos escritores contemporâneos de se destacarem em meio aos conteúdos da mídia, os quais também empregam a estética do realismo.

Para compreendermos este fenômeno, precisamos ter em conta que, na atualidade, o avanço científico – mais especificamente, o voltado ao desenvolvimento tecnológico – também exerce influência sobre a estética realista. Desta vez, entretanto, não se trata de uma influência restrita ao campo do pensamento, como foi a crença dos antigos realistas e naturalistas no rigor científico e nas novas descobertas, mas uma influência física, na qual a tecnologia se torna meio por onde a estética realista se manifesta. Como observa Jaguaribe (2007), os novos realismos se manifestam por meio de imagens, na fotografia, no cinema e, atualmente, na realidade virtual da internet.

Tratam-se, na opinião de Jaguaribe (2007), de recursos tecnológicos que, por ofertarem a imagem dos fatos, intensificam no receptor a sensação de estar diante da realidade. Entretanto, a narrativa realista que se manifesta através dessas tecnologias acaba tendo de competir pela atenção do público, na medida em que a sociedade contemporânea, que emprega a mediação tecnológica como forma de aproximar o indivíduo do real, encontra-se saturada de imagens. Tem-se “[...] um mundo de realidades em disputa” (JAGUARIBE, 2007, p. 41).

A expressão realidades em disputa diz respeito ao entendimento da autora de que o material midiático apresentado ao público como um real concreto é, muito além de uma representação do real, uma criação de novas realidades. Fazendo eco a Jameson (1995), Jaguaribe (2007) acredita que mesmo o realismo do século XIX, embora bem intencionado na opinião da autora, fabricava realidades, na medida em que seguia convenções que ditavam como o “real” deveria ser representado. Apesar disso, conforme Jaguaribe (2007), os romances do período concederam legitimidade ao Realismo e tornaram-no uma forma avalizada de interpretação e transmissão do real. Atualmente, segue a autora, a estética realista é amplamente utilizada pela mídia como estratégia de apreensão e divulgação da “realidade” – ou de “realidades”.

Em outro texto, Jaguaribe (2010) afirma que a estética realista se tornou uma espécie de pedagogia da realidade, expressão que diz respeito ao “[...] o uso de estéticas realistas em várias modalidades e expressões como meio de ilustrar retratos da realidade contemporânea de uma forma legível para espectadores ou leitores” (JAGUARIBE, 2010, p.2). Portanto, além da legitimação, a legibilidade – que se manifesta através da clareza de textos diretos e acessíveis ao leigo, bem como do predomínio do senso comum – faz do realismo uma forma de apreensão do real. A autora acrescenta ainda o caráter de forte entretenimento que a mídia adiciona à narrativa realista, o que coloca um grande público em contato com esse caráter dito pedagógico.

Piccinin (2012), em artigo onde estuda o realismo no cinema brasileiro contemporâneo, afirma que a opção pela estética realista como forma de apreensão da realidade também se deve à proximidade com o real, atribuída a essa forma narrativa. A autora ressalta, entretanto, que nenhuma forma narrativa – inclusive o Realismo – tem capacidade de acessar e recontar fielmente o real, visto que todo o recontar exige uma reestruturação subjetiva dos fatos por parte do narrador, cuja possibilidade de acessar o real também está à mercê de limitações. Porém, sua maior aproximação com a realidade fez com que a estética realista se convertesse na forma de narrativa tida como a mais

legítima para representar a sociedade, dentre inúmeros discursos frágeis que permeiam a contemporaneidade. A autora se refere a discursos frágeis entendendo que o período atual já não dispõe das narrativas fincadas em crenças absolutas, como ocorreu na Era Moderna. O período contemporâneo é marcado por mudanças intensas e velozes, que impedem a criação de lastros capazes de sustentar os discursos ou mesmo de possibilitar que essa sociedade consiga se interpretar.

No âmbito da mídia, o emprego da estética realista como forma de apreensão da realidade acaba gerando um certo distanciamento em relação à verdade empírica. Conforme Jaguaribe (2007), a concorrência entre onipresentes aparatos midiáticos, cada qual disputando a atenção do público para sua forma de mostrar o real – visto que o real é encarado, no âmbito midiático, como um produto a ser consumido – gera, narrativas que, ao mesmo tempo em que se mostram cada vez mais carregadas de realismo, são também espetacularizadas, dotadas de exageros.

Para Schollhammer (2011), esse realismo do escândalo e da espetacularização, difundido pela mídia, tornou-se estéril por conta do seu emprego abusivo, e já não produz efeitos mobilizadores. Diante disso, o caminho encontrado pelos escritores realistas contemporâneos para se destacarem, segundo Schollhammer (2011), passa pela preocupação com a estética do texto, através do emprego de novos estilos narrativos. É o caso, por exemplo, da incorporação de linguagens populares aos textos – gerando, ao nosso ver, efeitos como a quebra da narrativa tradicional, desgastada pelo uso, que, como observa Jakobson (1971), acaba se convertendo em clichês. Passa também, como já citado, pela narrativa mais carregada de interpretações e subjetividades, diferentemente da frieza das narrativas descritivas do século XIX.

Piccinin (2012) observa o mesmo fenômeno complexificador em sua análise das recentes produções cinematográficas. Conforme a autora, percebe-se, nessas produções, bricolagens entre razão e imaginação, a ponto de não haver mais clareza quanto à fronteira entre ficção e não ficção. Os exemplos estão em documentários que apresentam eventos ditos reais com uso de recursos ficcionais e em filmes que, embora de ficção, inserem atores representando personagens reais em ambientes reais.

Jaguaribe (2007) apresenta também um outro ingrediente das estéticas realistas contemporâneas, nesse ambiente de disputa entre diferentes visões do real gerado pela mídia. Segundo a autora, determinadas expressões artísticas de estética realista, particularmente no âmbito do cinema e da literatura, buscam mostrar sua visão acerca das carências sociais contemporâneas através do que Jaguaribe (2007) chama de choque

do real, o qual seria uma nova forma de efeito de real, muito embora atuando em conjunto com ele.

De acordo com Jaguaribe (2007), enquanto o efeito de real, nos moldes bartheanos, busca autenticar a narrativa por meio da descrição pormenorizada, o choque de real visa provocar no leitor ou expectador uma descarga catártica, decorrente da gravidade do evento narrado. Jaguaribe (2007) salienta, entretanto, que o antigo efeito de real se mantém na narrativa, como fiador do fato dramático que gera o choque. Portanto, apesar da intensidade gerada pela informação chocante, não se perde a tangibilidade do enredo. Desta forma, enquanto o efeito de real intensifica a sensação de realidade, o choque de real potencializa esta sensação interferindo no lado emotivo do leitor ou espectador.

Interpretando os apontamentos de Jaguaribe (2007), Salomão (2005)⁵³ atribui ao choque de real a capacidade de desestabilizar a noção de realidade por meio da intensidade da representação dramática. Segundo ele,

[...] O choque do real é essa descarga intensa que tira o espectador da passividade. Colocado diante de uma situação factual que emerge da ficção, repensa ele a sua relação com a imagem, pois o que lhe foi apresentado ultrapassa os limites da fabulação. Trata-se de algo que faz o espectador parar e refletir, por ser “real demais” para ser aceito como representação. No entanto, está plenamente incorporado à narrativa ficcional. (SALOMÃO, 2005, p. 17).

Jaguaribe (2007) afirma que o choque do real tornou-se alternativa para fotógrafos, cineastas e escritores realistas que buscam se distinguir em relação a produção midiática, carregada de espetacularização e exageros. Para a autora, o choque também tem o poder de mobilização, desestabilizando a neutralidade do expectador frente as mazelas sociais. Entretanto, corre os mesmos riscos das narrativas tradicionais, podendo se desgastar por conta da sua repetição.

Cabe ainda observar que o realismo atual não é pioneiro em proporcionar um choque catártico em seu público. Gai (2012) assinala que Faubert, por exemplo, também chocou seus contemporâneos, chegando a ser acusado judicialmente por ofensa à moral após a publicação de *Madame Bovary*. Porém, não pretendemos, nesta pesquisa, ingressar no debate sobre o fato do choque causado pela estética realista não ser um

⁵³ O autor foi orientando de Beatriz Jaguaribe no curso de mestrado da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ocasião em que estudou as manifestações realistas do cinema contemporâneo.

fenômeno contemporâneo, sob risco de nos distanciarmos de nosso foco de estudo, que é o emprego do efeito de real nos moldes bartheanos. Nosso objetivo principal, com este subcapítulo sobre os realismos contemporâneos, foi fornecer uma contextualização em torno dos rumos tomados pela estética realista, visando complementar a revisão que abordou seu advento e nos ajudou a entender como se processa a descrição realista – a qual consideramos uma peça-chave na compreensão do efeito de real.

Por outro lado, também percebemos que, por meio do estudo da estética realista contemporânea, pudemos verificar a intensidade com que ela se apresenta atualmente, trazendo consigo heranças do Realismo do século XIX, como a atenção às mazelas sociais e o emprego do efeito de real – mesmo que na qualidade de coadjuvante com o choque de real. Posto isso, entendemos que podemos começar a abrir caminho em direção à fase mais empírica do nosso trabalho, explicando, no capítulo seguinte, a metodologia de pesquisa que empregaremos.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Entendendo que nossa análise do emprego de recursos literários em narrativas jornalísticas pode ser realizada mediante a aplicação de determinadas metodologias de pesquisa, neste capítulo vamos expor o conjunto de métodos que utilizaremos para tanto. Nossa opção metodológica recai sobre a aplicação da análise da narrativa ao conteúdo jornalístico, de forma que pretendemos seguir a trilha que vai da análise clássica e culmina na aplicação da narratologia ao jornalismo, conforme contextualizamos em nosso primeiro capítulo.

Com intuito de expor a metodologia de pesquisa que iremos empregar, inicialmente vamos listar as três grandes divisões de categorias de pesquisa, distintas conforme seus objetivos, para então justificar nossa opção por uma delas. Segundo Gil (2002), as pesquisas se distinguem, conforme seus objetivos, em descritivas, explicativas e exploratórias.

As descritivas têm por objetivo a descrição de determinadas características do objeto de estudo. Na pesquisa descritiva o cientista costuma empregar questionários ou mesmo sua própria observação para estudar, por exemplo, as características de um grupo – sua distribuição por idade ou sexo, escolaridade, crenças, condições de saúde ou de habitação, – bem como para analisar relações entre essas variáveis. Assim, o cientista interessado em verificar, ainda a título de exemplo, relações entre nível de escolaridade e preferências político-partidárias, pode iniciar seu estudo pela descrição dessas variáveis no âmbito de determinado grupo social.

As pesquisas explicativas buscam identificar fatores que determinam ou interferem na ocorrência de determinados fenômenos. Dessa forma, o cientista busca explicar porque certo fenômeno acontece. No caso das ciências naturais, as pesquisas explicativas se valem dos experimentos. Entretanto, Gil (2002) observa que raramente podem ser empregados experimentos em ciências sociais. Devido à complexidade das pesquisas explicativas é comum, conforme o autor, que o ponto de partida para estas seja pesquisas descritivas ou exploratórias, cujo conceito veremos agora.

Embora as pesquisas explicativas, mais complexas, possam surgir como continuidade de pesquisas descritivas ou exploratórias, deixamos por último o conceito de pesquisa exploratória justamente porque nossa opção de estudo recai sobre o emprego desta. Assim, pretendemos demonstrar porque, em nosso trabalho, a pesquisa exploratória nos parece a mais pertinente dentre as três. Entendemos que os objetivos da

pesquisa exploratória coincidem com nossos, sendo eles “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Como pretendemos aprimorar hipóteses que nos ajudem a compreender o emprego de artifícios literário-ficcionais em narrativas jornalísticas, optamos pela pesquisa exploratória, visto que um dos objetivos desse método de pesquisa é justamente “[...] o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41).

O entendimento em torno do conceito e aplicação da pesquisa exploratória, a nosso ver, pode passar também pela compreensão dos procedimentos que são adotados, no âmbito dessa forma de pesquisa, para a coleta de dados. Segundo Gil (2002), são eles o levantamento bibliográfico, as entrevistas e a análise de exemplos. Dentre os três procedimentos, nos interessam particularmente o levantamento bibliográfico e a análise de exemplos, tendo em vista que nos propomos a aplicá-los em nossa pesquisa. Desta forma, acreditamos que, ao conceituar tais procedimentos, acrescentamos dados ao conceito de pesquisa exploratória ao mesmo tempo em que explicamos e justificamos a opção metodológica que será aplicada em nosso trabalho.

Entendemos que o levantamento bibliográfico e a análise de exemplos dizem respeito, respectivamente, à pesquisa bibliográfica e ao estudo de caso, que, segundo Gil (2002), são classificações que distinguem diferentes tipos de pesquisa conforme os procedimentos técnicos utilizados. Portanto, conceituaremos a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso como formas de apuração que possibilitam, por meio de seus procedimentos técnicos, a realização de uma pesquisa que, em função de seus objetivos, é exploratória.

A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2002) é desenvolvida com emprego de material já elaborado, encontrado em artigos científicos ou livros, os quais se dividem em livros de leitura corrente (com textos técnicos, científicos ou mesmo de diferentes gêneros literários) e livros de referência (que fornecem a rápida obtenção das informações requeridas, tais como dicionários, enciclopédias ou até catálogos que remetem a livros de leitura corrente). Gil (2002) atribui à pesquisa bibliográfica a vantagem de possibilitar ao pesquisador o acesso indireto a uma gama de dados mais ampla em relação ao que ele poderia pesquisar diretamente. Desta forma, o cientista pode reunir informações inicialmente dispersas.

Stumpf (2006) observa que a acumulação do conhecimento humano se dá através do estoque de material escrito. Desta forma, torna-se necessário ao pesquisador acessar

o material escrito que diz respeito a sua área de interesse, através da pesquisa bibliográfica, para verificar que conhecimentos já existem sobre o assunto que ele pretende investigar. Trata-se, portanto, de uma forma de conhecer o que já foi descoberto pelo homem na área que interessa ao pesquisador, evitando, inclusive, que ele empregue esforços em problemas cuja solução já tenha sido encontrada, ou mesmo em metodologias que se mostraram infrutíferas em tentativas anteriores de aplicação. Assim, conforme a autora, a pesquisa bibliográfica é imprescindível como base para o trabalho científico.

Em nosso trabalho, aplicamos a pesquisa bibliográfica no primeiro capítulo com o objetivo de sistematizar a evolução da análise da narrativa, desde a Antiguidade Clássica até a contemporaneidade, procurando criar um lastro teórico que possibilite nossa intenção de, através da análise da narrativa, estudar o emprego de artifícios literários na narrativa jornalística, – particularmente, o emprego do efeito de real no jornalismo. Posteriormente, no segundo capítulo, obtivemos, mediante a pesquisa bibliográfica, um conceito de efeito de real e um entendimento de como o fenômeno se processa através da descrição de pormenores no âmbito da narrativa. A pesquisa bibliográfica também nos possibilitou, ainda no segundo capítulo, uma contextualização em torno do advento da estética realista e uma revisão acerca de formas que ela apresenta atualmente, o que nos interessa na medida em que a descrição de pormenores está particularmente vinculada ao Realismo. Neste terceiro capítulo buscamos, igualmente através da pesquisa bibliográfica, uma metodologia pertinente para chegarmos a nossos objetivos, bem como uma classificação de nossas técnicas de pesquisa embasada nos procedimentos que nos propomos a adotar.

Vistos esses pontos, podemos ingressar agora no conceito de estudo de caso. Segundo Gil (2002), o estudo de caso consiste no estudo profundo de um objeto, ou poucos objetos, possibilitando seu detalhado conhecimento. Ou, como afirmam Goode e Hatt (1969) em seu manual sobre pesquisas sociais, o estudo de caso é uma forma de pesquisa que considera uma unidade como sendo o todo, ou seja, “[...] é um meio de organizar os dados sociais preservando o *caráter unitário do objeto social estudado*” (GOODE e HATT, 1969, p. 422, grifo no original).

Acreditamos que as narrativas também podem ser estudadas como objetos sociais. Concordamos com Motta (2007), que entende a narrativa – inclusive, a jornalística – como uma atividade sociocultural guiada pelas pretensões do narrador. Esse narrador é, portanto, um sujeito social, inserido em uma cultura, que constrói significados através

da narrativa procurando atingir determinados objetivos junto a seus ouvintes ou leitores – também sujeitos sociais. Desta forma, o estudo de caso, aplicável à análise de objetos e/ou fenômenos sociais, pode ser empregado na análise de narrativas.

Conforme Goode e Hatt (1969), o estudo de caso é um procedimento tradicionalmente considerado qualitativo, ou seja, mais focado em descrever as qualidades do fenômeno ou objeto investigado do que suas quantidades. Desta forma, no estudo de caso o cientista se debruça sobre um ou poucos fenômenos, objetos, sociedades, culturas, etc. para, como afirma Yin (2005), buscar responder a seu problema de pesquisa em situações onde o analista tem pouco ou nenhum controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em um fenômeno contemporâneo inserido em algum contexto.

Entendemos que estas são justamente as condições em que nos encontramos em nossa pesquisa. Buscamos entender o que emerge quando o jornalismo usa artifícios literários para autenticar seu discurso, direcionando nosso olhar sobre um objeto específico – a obra *1808, como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes (2007) –, objeto este que está inserido em determinado contexto e não sofre nossa interferência.

Gil (2002) alerta, entretanto, para os riscos de generalização implícitos no estudo de caso. Segundo ele, a análise de um único caso pode não ser consistente o suficiente para que se generalize as conclusões obtidas – ou seja, para que se entenda que os fatores descobertos estejam relacionados a outros casos, semelhantes ao analisado. Porém, observa que o propósito desse procedimento de pesquisa não é a produção de conhecimento preciso, mas sim, “[...] proporcionar uma visão global do problema ou identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 2002, p. 55). Portanto, trata-se de um procedimento que não oferece conclusões precisas, mas possibilita a formação de hipóteses sobre o fenômeno estudado.

Yin (2005) tem opinião parecida. Para ele, o estudo de caso é pertinente como forma de generalização, não de resultados, mas de proposições teóricas. “[...] Neste sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma ‘amostragem’, e, ao fazer isso, seu objetivo é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística)” (YIN, 2005, p. 30).

Portanto, em termos de aplicação metodológica, nossa proposta consiste em realizar uma pesquisa exploratória, sugerindo e aprimorando hipóteses acerca do que

emerge quando o jornalismo, embora já legitimado como forma narrativa que referencia o real, utiliza recursos literários voltados a autenticar seu discurso como transmissor do real. Para tanto, estamos adotando, como procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, esse, sobre a obra de Laurentino Gomes (2007). Porém, mostra-se necessária ainda a adoção de um procedimento de análise do conteúdo jornalístico da obra sobre a qual procederemos com o estudo de caso.

Como nossa intenção é analisar estratégias narrativas que geram determinados efeitos no leitor, nossa opção recairá sobre a análise da narrativa. Adotaremos como procedimento a análise pragmática da narrativa jornalística, apresentada por Motta (2007). Essa opção coincide com nosso entendimento de que o conteúdo jornalístico também é uma forma de narrativa e, como tal, é construído mediante a aplicação de estratégias discursivas que têm determinados objetivos, dentre os quais, produzir certos efeitos em leitores, ouvintes ou telespectadores. Porém, também faremos algumas adaptações do método original sugerido por Motta (2007), conforme explicaremos mais adiante.

3.1 A análise pragmática da narrativa jornalística

Conforme vimos no primeiro capítulo, embora a análise da narrativa tenha raízes no Período Clássico, sua aplicação aos conteúdos jornalísticos é bastante recente e pode ser constatada, particularmente, em pesquisas de autores vinculados à Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), dentre os quais Luiz Gonzaga Motta. Para compreendermos o procedimento de análise da narrativa jornalística proposto por Motta (2007), temos que ter em conta que, conforme citamos há pouco, para esse autor, a narrativa não é apenas uma forma de representação, mas uma ação sociocultural articulada mediante determinados objetivos do narrador, dentre os quais, a geração de certos efeitos em seus destinatários. Portanto,

[...] Os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) linguísticas e extralinguísticas para realizar certas intenções e objetivos. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto. Realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produz certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário. (MOTTA, 2007, p. 144).

Nota-se, no fragmento acima, uma relação de proximidade entre o pensamento do autor e a proposta de nossa pesquisa, visto nosso entendimento de que a existência de determinados artifícios literários no texto jornalístico é uma estratégia comunicativa que advém da intenção do narrador-jornalista de causar certos efeitos no leitor – como a legitimação da narrativa. Portanto, nossa pesquisa deve reconhecer a intencionalidade e as estratégias narrativas do escritor-jornalista.

Visto este ponto, podemos ingressar no estudo dos procedimentos de análise pragmática da narrativa jornalística elencados por Motta (2007). O autor lista seis movimentos de análise em uma ordem que, segundo ele, não precisa ser seguida pelo pesquisador. Para compreendê-los, temos que ter em conta, inicialmente, que Motta (2007) elaborou sua metodologia para possibilitar o estudo, sob o prisma da análise da narrativa, de conjuntos de notícias sobre determinado acontecimento veiculadas de forma dispersa em dias diferentes ou mesmo em diferentes veículos de comunicação. Como vimos em nosso primeiro capítulo, esse autor entende que notícias diversas, sobre um mesmo assunto, se convertem em uma narrativa única quando são interpretadas e relacionadas umas às outras pelo destinatário, o qual ajusta mentalmente os conteúdos informativos dispersos em uma sequência linear (na *mimese III*).

Motta (2007) defende que o pesquisador pode analisar esses conjuntos de notícias dispersas como uma única narrativa, desde que realize um processo semelhante ao que ocorre por ocasião da *mimese III*. Para tanto, deve reunir notícias isoladas, mediante a continuidade do acontecimento que elas abordam, reconstituindo assim a narrativa. As notícias fragmentadas, ao serem conectadas e estruturadas em sequência, revelarão um enredo coerente e complexo, já dotado de uma nova significação. Essa reunião de notícias constitui o primeiro dos seis movimentos sugeridos por Motta (2007), chamado pelo autor de *recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico*.

Neste ponto surge, no âmbito de nossa pesquisa, a necessidade de uma primeira adaptação da metodologia de Motta (2007), posto que nosso objeto de análise não é um conjunto de notícias dispersas. Nosso corpus de pesquisa, a obra *1808, como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes (2007), é uma narrativa integral, linear, apresentada na forma de um livro e, por esse motivo, não iremos aplicar, em nossa adaptação metodológica, o primeiro movimento. Porém, a metodologia adaptada que pretendemos aplicar comporta a realização de outros

movimentos dentre os sugeridos por Motta (2007). Desta forma, faremos agora um estudo de cada um dos outros cinco movimentos, para depois revelarmos como se dará o seu emprego em nossa pesquisa.

O segundo movimento consiste na *identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios*. Motta (2007) observa que o conflito é o núcleo da narrativa, em torno do qual gravitam os demais fatos do enredo, particularmente, no jornalismo, que costuma noticiar acontecimentos de conotações conflitantes, dramáticas, ambíguas. O fato se torna interessante a ponto de ser noticiado quando enfoca o anormal, o crime, a disputa, a ruptura. É em torno desse evento conflitante, que vai provocando outras ações e eventos, que a narrativa jornalística se estrutura. A partir da identificação do conflito, o analista poderá compreender as diversas funções dos episódios, entendidos como unidades narrativas analíticas intermediárias, que relatam ações relativamente autônomas, as quais vão gerando as transformações narradas ao longo da história. O conceito de função é o sugerido por Propp (1984), ou seja, diz respeito às ações exercidas em cada episódio, conforme estudamos no primeiro capítulo. Motta (2007) sugere que o analista atribua nomes a cada episódio – situação estável, clímax, vitória, desfecho, punição, recompensa, etc. – conforme sua função no âmbito da narrativa. O procedimento facilita a identificação de estratégias textuais que geram, por exemplo, aumento da tensão, criação de expectativas, sensações de suspense.

A *construção de personagens jornalísticas (discursivas)* diz respeito ao terceiro movimento. Concomitantemente à identificação da funcionalidade de cada episódio, o analista pode identificar os personagens e sua dinâmica funcional. Com base na identificação dos conflitos, também pode atribuir papéis aos personagens, os quais podem ser classificados como protagonistas, antagonistas, heróis, anti-heróis, etc. a partir de sua intervenção na história. Motta (2007) ressalta que, muito embora o jornalismo faça referência a pessoas reais, interessa ao analista o personagem conforme ele é apresentado pela narrativa, ou seja, de que forma o jornalista, influenciado por sua subjetividade, construiu a imagem do personagem e como o leitor (*mimese III*) a reconstrói a partir da sua subjetividade diante do conteúdo jornalístico, não interessando quem é este personagem ou o que ele faz na vida real – mesmo porque, o conhecimento do receptor acerca dele vem justamente da narrativa jornalística.

O quarto movimento é a *identificação das estratégias comunicativas* e nos interessa particularmente, por prever a identificação de dispositivos retóricos nas narrativas jornalísticas, que revelam o uso de recursos linguísticos e extralinguísticos

com intenção de produzir determinados efeitos de sentido – inclusive, o efeito de real. Como citamos anteriormente, no entender de Motta (2007) a narrativa jornalística pode ser entendida como uma ação sociocultural que tem objetivos, dentre os quais, a geração de efeitos no público. Para identificar tais dispositivos, Motta (2007) sugere que o analista reconheça sua distinção entre *estratégias de objetivação* e *estratégias de subjetivação*.

As *estratégias de objetivação* visam fazer com que os receptores interpretem os fatos narrados como verdades, o que passa pela geração de efeitos de real. Para Motta (2007), o efeito de real, no jornalismo, pode ser produzido de várias formas, inclusive através de recursos de linguagem que naturalizam o leitor com o discurso jornalístico – dentre os quais, a nosso ver, está a descrição de certos pormenores, conforme apontamos no capítulo anterior. Motta (2007), porém, sugere que o analista pode encontrar outras expressões no texto jornalístico geradoras de efeito de real, dentre as quais, a identificação de locais geográficos e períodos temporais nos quais os fatos narrados aconteceram. Tratam-se de indicações que, referenciando rigorosamente lugares, dias e horas, transmitem ao leitor ou ouvinte a impressão de haver precisão na narrativa dos fatos e, portanto, reforçam a crença de que o conteúdo remete, de fato, ao real.

A identificação nominal de personagens e instituições, o emprego de números e estatísticas, geram o mesmo efeito. Motta (2007) sugere também que o uso de citações dos personagens, dispostas como se não houvesse a interferência do jornalista em sua recomposição, são formas de autenticação da narrativa jornalística e, aqui, podemos acrescentar a citação de documentos consultados pelo jornalista e apresentados como fontes da informação. O autor observa ainda que o analista pode descobrir, dentre as expressões geradoras de efeito de objetivação na narrativa jornalística, algumas que remetem à legitimidade do próprio jornalismo como transmissor do real.

As *estratégias de subjetivação* dizem respeito ao que Motta (2007) chama de construção de efeitos poéticos. Tratam-se de efeitos que, gerados pela narrativa jornalística, provocam no leitor, ouvinte ou telespectador, diferentes graus de comoção. É, portanto, uma forma de lidar com as emoções, gerando efeitos catárticos, através de estratégias textuais que remetem a interpretações subjetivas. Tais estratégias envolvem recursos linguísticos e extralinguísticos, tais como figuras de linguagem (por exemplo, metáforas, sinédoques, hipérboles), ironias e paródias, narrativas em tom dramático, expressões de alerta, adjetivos ou substantivos estigmatizados (terroristas, radicais,

bandidos). Para o autor, é impossível enumerar ou classificar todos os recursos linguísticos empregados pelo jornalismo na geração de efeitos poéticos, cabendo ao analista identificá-los em cada situação distinta de pesquisa.

O quinto movimento é a análise da *relação comunicativa e o “contrato cognitivo”*, e envolve a relação entre as intenções do jornalista-narrador e as interpretações da audiência. Portanto, tem-se que leitor, ouvinte ou telespectador também participa da construção da narrativa. Como vimos no primeiro capítulo, o autor entende que o leitor reconfigura a narrativa por ocasião da *mimese III*. Em sua análise pragmática da narrativa, Motta (2007) também cita o entendimento, advindo da teoria da recepção⁵⁴, de que o leitor preenche lacunas e hiatos do texto com auxílio de sua memória e imaginação. As lacunas e os hiatos são as informações e significados que não estão expressos no texto e que, desta forma, advém da subjetividade do leitor, possibilitando a interpretação. Para estudar como ocorre este movimento interpretativo do leitor, o analista deve levar em conta a relação de tempo e espaço onde se dá a *relação comunicativa*, de forma a compreender em que circunstância ocorre o ato de enunciação. Deve, portanto, verificar aspectos como o contexto físico, ou seja, qual é o veículo (jornal, rádio, televisão, etc.) de comunicação; e os contextos socioculturais onde os interlocutores estão inseridos, tais como os contextos histórico e cultural.

Motta (2007) observa que, no caso do jornalismo, o analista precisa ter em conta a questão do *“contrato cognitivo”* firmado entre o narrador-jornalista e seu público. Trata-se do pacto, firmado no âmbito do paradigma da objetividade jornalística, de transmissão da verdade a respeito dos fatos, de forma isenta e precisa. Tal pacto gera estabilidade entre os interlocutores, na medida em que o público entende o conteúdo jornalístico como transmissor do real. A partir desta relação de confiança e estabilidade, o analista pode interpretar como ocorrem as violações ao pacto jornalístico, bem como compreender como agem outros efeitos de sentido presentes no conteúdo jornalístico mais vinculados à subjetividade, tais como as ironias, insinuações e pressuposições.

Por fim, o sexto movimento consiste na identificação dos *significados de fundo moral* ou da *fábula da história*. Como afirma Motta (2007), toda narrativa tem um fundo moral e ético, que remete, portanto, aos valores morais e éticos da cultura onde está inserido o narrador. A narrativa jornalística, muito embora vinculada ao paradigma

⁵⁴ A teoria da recepção, ou estética da recepção, envolve o estudo de manifestações artísticas com foco voltado também à participação do receptor no processo comunicacional, interessando-se, portanto, pelos processos de interpretação e pelos contextos que o influenciam.

da objetividade, também se desenha sobre um pano de fundo ético e moral. Os fatos costumam originar notícias jornalísticas justamente quando envolvem uma transgressão a esses valores. Ao estudar os valores de fundo presentes da narrativa, o analista poderá chegar aos mitos que permeiam a cultura, os quais transmitem valores e significados, e que guiam as narrativas jornalísticas mesmo quando jornalistas e destinatários não o percebem conscientemente.

A aplicação desses movimentos, em nossa pesquisa, ocorrerá mediante determinadas opções metodológicas, como veremos a seguir. Conforme buscaremos demonstrar, para atingirmos nossos objetivos de pesquisa faz-se necessária a criação de uma metodologia particular, inspirada em Motta (2007), mas com certas adaptações.

3.2 Nossa metodologia de análise pragmática da narrativa jornalística

A partir de agora, apresentaremos a metodologia que vamos aplicar, elaborada mediante adaptações da metodologia de análise pragmática da narrativa de Motta (2007). Como já antecipamos, não iremos executar em nossa pesquisa o primeiro dos seis movimentos sugeridos por Motta (2007), visto que trabalhamos, não sobre notícias fragmentadas, mas sobre uma narrativa que já se apresenta de forma linear.

Três movimentos serão executados durante a apresentação da obra de Laurentino Gomes (2007), que será realizada no capítulo seguinte. Nesta apresentação, nos propomos a oferecer um resumo dos acontecimentos narrados no âmbito de nosso corpus de análise e, simultaneamente, proceder com a identificação dos conflitos (segundo movimento), identificar como se apresentam os principais personagens (terceiro movimento), e detectar a existência de valores morais como pano de fundo da narrativa (sexto movimento). A execução destes movimentos ocorrerá de forma sucinta, para evitarmos um desvio de nosso objetivo principal de pesquisa, que consiste na verificação do que emerge com o emprego de artifícios literários geradores de efeito de real.

Esta verificação ocorrerá mediante uma aplicação adaptada do quarto movimento, chamado por Motta (2007) de *identificação das estratégias comunicativas*. Nossa adaptação consiste, inicialmente, em privilegiar a primeira parte desse movimento, ou seja, a *identificação das estratégias de objetivação*, entendidas como recursos jornalísticos empregados como forma de gerar efeito de real. Como entendemos que o

efeito de real surge tanto a partir de estratégias jornalísticas quanto literárias, buscaremos verificar como ocorre a aplicação de ambas na obra.

Desta forma, em cada capítulo da obra vamos inicialmente identificar o emprego de estratégias de objetivação vinculadas à práxis jornalística, como as citadas por Motta (2007) por ocasião da conceituação do quarto movimento. Assim, observaremos os momentos em que o narrador, com intuito de transmitir a impressão de precisão, faz menção precisa a datas, lugares geográficos, personagens, instituições, fontes de informação consultadas, números e estatísticas, bem como faz uso de citações diretas (entre aspas) de fontes consultadas. Entendemos que, detectando a existência dessas estratégias de objetivação, reforçaremos a hipotética constatação de existir, por parte do narrador, uma intencionalidade em termos de obter o efeito de autenticação.

Em seguida, vamos verificar se ocorre o emprego de estratégias literárias para a geração do efeito de real. Para isso, observaremos o aparecimento, no texto, de descrições de pormenores que geram efeito de real ao se apresentarem na forma de relações diretas entre signo e referente, sem, aparentemente, transmitir novos significados além do próprio, conforme sugere Roland Barthes (1984). Advinda da adaptação da metodologia de Motta (2007) ao nosso objetivo de pesquisa, a identificação da descrição de pormenores é a parte da execução do movimento que consideramos mais importante, por permitir o estudo de como o efeito de real emerge da narrativa jornalística a partir de recursos literários. Em virtude da identificação inicial das expressões jornalísticas de objetivação, poderemos também observar como estratégias literárias e jornalísticas atuam em conjunto na geração de efeito de real.

Para realizar tais observações, optamos por criar um formato de tabela que facilitará a identificação do emprego, por Gomes (2007), tanto de estratégias de objetivação vinculadas ao jornalismo quanto de descrições pormenorizadas. Para cada capítulo da obra haverá uma tabela, dotada de subdivisões destinadas às categorias de expressões geradoras de objetivação jornalística que encontraremos e às descrições pormenorizadas que atuam como potenciais geradoras de efeito de real. Estes quadros possibilitarão a reprodução dos trechos onde constam as expressões que nos interessam. Desta forma, propomos o modelo de tabela a seguir:

Tabela 1 – Capítulo 1 (título do capítulo)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referências precisas a datas (dia/mês/ano)	
Referências precisas a lugares	
Nomes completos de personagens	
Referências a instituições	
Referências a pessoas-fontes	
Referências a documentos-fontes	
Números e/ou estatísticas	
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor e página

A parte superior da tabela se destina às categorias de expressões de objetivação, que dizem respeito às estratégias de objetivação jornalística que geram o efeito de real ao transmitirem ao leitor da sensação de precisão em relação ao texto. As categorias que elencamos na tabela são:

a) Referências precisas a datas: expressões onde constam datas devidamente identificadas por dia, mês e ano.

b) Referências precisas a lugares: expressões que informam com precisão endereços ou outras localizações geográficas.

c) Nomes completos de personagens: identificação precisa de personagens com nome e sobrenome. Engloba, além de personagens com funções importantes no âmbito da intriga, indivíduos sem maior participação no curso dos eventos, mas que são eventualmente citados pelo autor.

d) Referências a instituições: expressões que remetem a instituições, tais como organizações públicas e privadas. Durante a análise, citaremos neste quadro as referências onde as instituições são apresentadas pelo autor com objetivo de legitimar

determinadas informações. Observamos que isso ocorre quando, por exemplo, certa informação é relacionada a uma instituição produtora de conhecimento que, dessa forma, surge como fonte da informação citada. Ou ainda quando um pesquisador que serve de fonte é vinculado à instituição onde atua.

e) Referências a pessoas-fontes: expressão onde a origem de determinada informação é atribuída a alguma pessoa, a qual aparece, portanto, como fonte legítima da informação. Para fins desta análise, entendemos que Gomes (2007) faz referência a pessoas-fontes quando atribui determinadas informações a autores (historiadores, pesquisadores e, mesmo, personagens) cujas publicações pesquisou, mas com os quais não teve conversas ou entrevistas. Optamos por essa interpretação porque Gomes (2007), no decorrer da narrativa, costuma apresentar como fontes os autores (por seus nomes completos), mas não as suas obras ou os anos de publicação (as referências às obras constam na bibliografia ou em notas).

f) Referências a documentos-fontes: neste caso, a fonte das informações não são autores – ou suas obras –, mas documentos, tais como registros de passageiros, relatórios governamentais, ocorrências policiais, decretos ou panfletos.

g) Números e/ou estatísticas: expressões que provocam efeito de real gerando sensação de precisão jornalística através de dados relativos a números ou estatísticas.

h) Citações entre aspas (atribuídas a fontes): expressões onde, além de citar um indivíduo como fonte, o autor transcreve entre aspas uma citação dele, reforçando o caráter de legitimidade da informação e da narrativa.

Transcreveremos, na tabela, os trechos da obra de Gomes (2007) que servirão como exemplos de expressões de objetivação, conforme a classificação por categorias. Haverá transcrições onde identificamos mais de uma categoria, bem como categorias que não serão encontradas em todos os capítulos do livro.

Na parte inferior da tabela, destacaremos as expressões pormenorizadas entendidas como potenciais geradoras de efeito de real. Do lado esquerdo, relacionaremos qual é a descrição pormenorizada que nos interessa e, do direito, transcreveremos o trecho onde ela aparece. Abaixo de cada tabela, explicaremos porque entendemos os trechos transcritos como geradores de efeito de real.

Acreditamos que, através dessas tabelas, poderemos dimensionar a intencionalidade do narrador em termos de gerar autenticação e, ao mesmo tempo, verificar qualitativamente de que forma e com que regularidade ele descreve

pormenores, entendidos como geradores de efeito de real. Esperamos que as tabelas, ao destacarem os trechos onde constam expressões de objetivação e, particularmente, descrições pormenorizadas, facilitem uma análise acerca de como o autor emprega o efeito de real para gerar a autenticação de sua narrativa. Nossos apontamentos advindos dessa análise irão configurar as considerações finais deste trabalho.

Optamos por executar o quarto movimento sugerido por Motta (2007) parcialmente. Não pretendemos analisar, no âmbito desta pesquisa, as *estratégias de subjetivação*, ou seja, as expressões que visam gerar emoções catárticas⁵⁵ junto aos leitores. Entendemos que a análise das expressões que remetem à catarse complexificaria nosso trabalho a ponto de incorreremos no risco de nos distanciarmos do foco de análise, mais voltado aos efeitos de autenticação da narrativa.

Pelo mesmo motivo, não nos deteremos muito na execução do quinto movimento, a análise da *relação comunicativa e o “contrato cognitivo”*. Em parte, verificaremos de que forma certas descrições geram novos significados, no decorrer da análise atrelada ao quarto movimento, ou seja, durante a identificação do emprego de estratégias que provocam o efeito de real. O objetivo principal deste procedimento é diferenciar essas descrições de outras que, através da relação direta entre signo e referente, são potenciais geradoras de autenticação da narrativa⁵⁶. Porém, acreditamos que a análise aprofundada de como o leitor chega a diversos significados e preenche hiatos da narrativa a partir de sua subjetividade, conforme prevê o quinto movimento, consistiria em um desvio em relação ao nosso estudo, mais concentrado no efeito do real. Com relação ao contrato cognitivo, identificamos previamente a obra de Laurentino Gomes (2007) como um livro-reportagem, portanto, um conteúdo jornalístico no qual o autor tem a pretensão de fazer asserções verdadeiras, disposto na forma de livro.

Com essas observações, concluímos a apresentação de nossa metodologia e passamos a sua aplicação, no capítulo seguinte.

⁵⁵ Optamos pela expressão emoções catárticas entendendo que o sentimento de naturalização com a narrativa, que emerge do efeito de real, também pode ser considerado uma emoção.

⁵⁶ Complexificaremos esse procedimento no momento em que iniciaremos a análise, no capítulo seguinte.

4 O EFEITO DE REAL NA OBRA 1808

Neste capítulo, vamos demonstrar como ocorre o emprego de pormenores geradores de efeito de real e de expressões de objetivação na obra *1808, como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes (2007), utilizando a tabela que desenvolvemos e apresentamos no capítulo anterior. Como o foco desta pesquisa é o emprego de artifícios da narrativa literária pelo jornalismo, dedicaremos mais atenção às descrições pormenorizadas que atuam no texto como geradoras de efeito de real. Tais descrições consistem em um artifício literário utilizado como forma de naturalizar o leitor à narrativa, a autenticando, conforme procuramos demonstrar até aqui. Já as expressões de objetivação, como vimos em nosso capítulo anterior, são artifícios jornalísticos empregados também como forma de geração de efeito de real. Embora com foco de análise mais voltado aos artifícios literários, também buscaremos identificar o uso de expressões de objetivação jornalística para sugerir que existe, por parte do jornalismo, interesse na geração de efeito de real. Entendemos também que a identificação dessas expressões possibilitará o estudo do emprego de artifícios literários em conjunto com os artifícios jornalísticos.

Dividimos este capítulo em quatro subcapítulos. No primeiro, faremos uma contextualização da obra que será analisada, o que possibilitará a execução de parte dos movimentos sugeridos por Motta (2007) para a análise pragmática da narrativa jornalística, mediante a aplicação das adaptações metodológicas que elaboramos no capítulo anterior. Nosso objetivo com tal procedimento é possibilitar uma melhor compreensão acerca do enredo tanto pela contextualização da obra quanto pela simultânea execução de parte dos movimentos de análise pragmática da narrativa.

O primeiro movimento a ser executado é a *identificação dos conflitos* em torno dos quais gravitam os demais fatos do enredo. Após a identificação dos conflitos, procederemos, ainda no primeiro subcapítulo, com a análise da *construção dos personagens* principais e com a identificação dos *significados de fundo*. Já a *identificação da funcionalidade de cada episódio*, que integra o segundo movimento (junto com a *identificação dos conflitos*) na metodologia sugerida por Motta (2007), em nossa adaptação será realizada à medida que apresentamos as tabelas de cada capítulo, considerando os capítulos como episódios no âmbito da intriga. Desta forma, cada tabela será precedida por uma contextualização do capítulo ao qual ela se refere.

Acreditamos que, apresentando resumidamente os eventos e/ou a temática de cada capítulo, poderemos expor também sua funcionalidade para a narrativa.

Para não correremos o risco de nos desviarmos de nosso foco principal de estudo, a realização desses movimentos ocorrerá de forma sucinta, visto que nossa prioridade é verificar o que emerge do emprego de artifícios literários geradores de efeito de real, que diz respeito ao movimento classificado por Motta (2007) como *identificação das estratégias comunicativas*. A execução desse movimento, na qual empregaremos nossas tabelas, ocupará os subcapítulos 2, 3 e 4. A distribuição da análise das estratégias comunicativas entre esses subcapítulos seguirá uma divisão da obra em três blocos temáticos, realizada por nós. Para facilitar a compreensão dos temas abordados em cada um desses blocos, vamos, antes, ingressar na contextualização da obra, que será realizada simultaneamente aos três primeiros movimentos de análise da narrativa a serem executados.

4.1 Contextualização da obra 1808

Segundo Motta (2007), o núcleo das narrativas, particularmente, as jornalísticas, é um evento conflitante, ou seja, dotado de antagonismos, atípico, ambíguo e dramático. Observamos que isso ocorre na obra *1808, como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. No livro de Laurentino Gomes (2007), o conflito em torno do qual giram os demais eventos do enredo é a fuga da corte Portuguesa para o Brasil e sua permanência na colônia ao longo de 13 anos.

A fuga para o Brasil tem caráter conflitante, particularmente, na medida em que foi atípica. Conforme Gomes (2007), foi a primeira vez na história que um governo se transferiu da sede para uma colônia. O motivo da fuga também remete a uma situação instável e conflitante: a família real decidiu abandonar a Europa para escapar das tropas de Napoleão Bonaparte, que ordenou o ataque a Portugal em represália pelo apoio português à Inglaterra. A decisão de abandonar Portugal foi dramática para a corte, que às pressas embarcou em navios rumo ao outro lado do Oceano Atlântico, e para a população portuguesa, abandonada por seus líderes de um dia para o outro. Já para o Brasil, a instalação da família real trouxe uma série de mudanças econômicas, políticas e sociais, elencadas por Gomes (2007) no decorrer da obra. A fuga, portanto, foi um

fato conflituoso, atípico e grave a ponto de ter provocado grandes alterações no curso da história de Portugal e do Brasil.

Dentre vários personagens citados ao longo do livro, optamos por destacar dois, que consideramos os principais devido à regularidade com que aparecem na história, bem como por seu status na família real. Executaremos o movimento de análise de construção dos personagens sobre D. João, o príncipe regente de Portugal, e sobre sua esposa, a princesa Carlota Joaquina. Para não nos alongarmos nesse movimento, nos deteremos em apontar quais as suas funções no âmbito do enredo e como Gomes (2007) cria o retrato de ambos.

D. João é personagem central da obra. Em última instância, é dele a controversa decisão de fugir de Portugal, o que faz do príncipe o agente causador do conflito principal do enredo. Gomes (2007) o apresenta como um homem baixo, gordo, de rosto redondo, bochechas caídas, olhos esbugalhados, mãos e pés pequenos, preguiçoso, medroso, inseguro e desleixado com a própria aparência. Já sua esposa, Carlota Joaquina, é apresentada como uma mulher de estatura baixa, magra, com os traços do rosto retos e pele repleta de cicatrizes decorrentes da varíola; de caráter autoritário, inteligente, brigona e pouco confiável. No âmbito da narrativa, exerce a função de ser um estorvo na vida do marido, com quem estava sempre brigando e contra o qual conspirou várias vezes; sem, entretanto, conseguir derrubá-lo do trono.

Esses retratos de D. João e de Carlota Joaquina são montados tanto por meio de referências diretas às características de cada um, quanto pelo viés de descrições com função simbólica. Chamamos de referências diretas as afirmações explícitas de que determinado personagem tem certas características. Já o conceito de descrição com função simbólica é o sugerido por Genette (1973), que diz respeito a descrições que transmitem novos significados, conforme estudamos no capítulo 2 de nossa pesquisa. O exemplo abaixo auxilia a diferenciar as duas formas e a entender como Gomes (2007) constrói o retrato dos personagens:

[...] D. João era gordo, letárgico e bonachão. Preguiçoso, detestava andar a cavalo e uma simples caminhada de poucos metros o deixava exausto. Costumava bocejar durante festas e recepções oficiais. [...] Carlota Joaquina, ao contrário, era vivaz, hiperativa e falante. Mesmo claudicante, cavalgava como poucos homens de sua época. (GOMES, 2007, p. 163).

Expressões como gordo, letárgico, bonachão, preguiçoso, vivaz, hiperativa e falante são referências diretas às características dos personagens. Já a descrição da

postura de D. João durante as festas tem função simbólica, visando transmitir a impressão de que o príncipe, de fato, era sonolento e preguiçoso. A descrição de como Carlota Joaquina cavalgava também visa transmitir significado, remetendo a sua hiperatividade, destreza e coragem. Retomaremos mais adiante o conceito de descrições com fundo simbólico, visto que também pretendemos destacar suas distinções em relação às descrições pormenorizadas que geram efeito de real, cuidado necessário para identificarmos na obra os artifícios literários que nos interessam nesta pesquisa.

Passando ao movimento seguinte, buscaremos identificar agora os *significados de fundo moral* da narrativa analisada. O mais evidente, dentre os valores que emergem do livro, é a importância dada pelo autor à manutenção, por parte do poder público, de referências à História do Brasil, preocupação que se relaciona a outros valores, particularmente, cultura e educação. O próprio Laurentino Gomes (2007) demonstra, na introdução, estar inconformado com o descaso em relação aos prédios e monumentos históricos relacionados ao período em que a família real portuguesa esteve no Brasil e revela que seu objetivo, com o livro, é resgatar a história dessa época “[...] do relativo esquecimento a que foi confiada” (GOMES, 2007, p. 21).

A preocupação com as referências à história do Brasil é um valor que, revelado pelo autor, se apresenta de forma nítida no livro. Mas também identificamos outros significados de fundo moral ou ético, menos ostensivos, inclusive no âmbito do conflito que guia a narrativa. Como observamos anteriormente, o conflito central da obra é a fuga da família real portuguesa e sua instalação no Brasil. O termo fuga, empregado por Gomes (2007), remete a medo e covardia, sentimentos que o autor atribui a D. João em vários momentos ao longo da narrativa. Foi devido a seu medo e sua letargia que o príncipe regente, conforme Gomes (2007), preferiu fugir ao invés de enfrentar as tropas de Napoleão, empreitada da qual poderia até sair vencedor, conforme suposições de historiadores citados pelo autor. A covardia, a inoperância e a insegurança de D. João, na medida em que serviram de força motriz aos eventos relatados no livro, são antivalores muito presentes na obra; e a aversão a essas características personificadas no príncipe consiste em um dos principais significados de fundo moral por trás da história narrada.

Também identificamos outros valores morais isolados em determinados episódios da narrativa. A importância culturalmente atribuída à fidelidade entre marido e mulher, por exemplo, surge como significado de fundo no capítulo 14, que trata de Carlota Joaquina e aborda as suspeitas de infidelidade sexual – além de política – da princesa

em relação a D. João. Já no capítulo 15, Gomes (2007) narra, em tom de condenação, vários episódios de corrupção que aconteceram durante o período em que a família real esteve no Rio de Janeiro. A honestidade, portanto, também é um significado de fundo moral presente na obra. Mais adiante, no capítulo 20, a narrativa adota como significado de fundo o senso de humanidade, ao denunciar os maus-tratos e as torturas impostas aos escravos no Brasil colônia. Ao longo da obra, descrições acerca da pujança na economia do Brasil no início do século XIX evidenciam ainda a importância atribuída ao desenvolvimento econômico.

Com esses apontamentos, concluímos aqui a contextualização da obra *1808, como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil* (2007), bem como os três primeiros movimentos de análise pragmática da narrativa, dentre os quatro que nos propomos a executar. A partir deste ponto, ingressamos em nosso quarto movimento, a *identificação das estratégias comunicativas*, onde analisaremos o uso de artifícios jornalísticos e, particularmente, literários, na obra.

4.2 Primeiro bloco: da situação de Portugal à viagem da corte

Conforme antecipamos, para fins desta análise dividimos a obra de Laurentino Gomes (2007) em três blocos temáticos e cada um deles será abordado em um subcapítulo. O primeiro bloco temático, que será analisado neste subcapítulo, segue da introdução até o capítulo 7. No trecho, Gomes (2007), após as preliminares introdutórias, aborda desde o contexto político da Europa no período que antecedeu a fuga, até a viagem pelo Oceano Atlântico. O segundo bloco engloba os capítulos de 8 a 21, trecho que aborda o período em que a família real portuguesa permaneceu no Brasil. Os últimos oito capítulos, que constituem o terceiro bloco temático, tratam dos eventos e fatores ligados ao retorno da corte à Europa.

Para cada capítulo da obra há uma tabela produzida nos moldes que expomos no capítulo anterior, ou seja, com trechos do livro onde constam, quando encontradas, expressões de objetivação e descrições que geram, ao nosso entender, o efeito de real. Conforme demonstraremos, também há trechos, aqui destacados, onde categorias diferentes de expressões de objetivação atuam em conjunto, ou onde há tanto expressões de objetivação quanto construções literárias geradoras de efeito de real. Abaixo de cada

tabela incluiremos nossas observações acerca do emprego dessas expressões e artifícios pelo autor.

Com relação à geração de efeito de real por meio de descrições pormenorizadas, faz-se necessária, antes do início da exposição das tabelas, uma observação. Constatamos, no decorrer da análise dos três blocos temáticos da obra, poucas referências a pequenos objetos que compõem os cenários onde transcorrem os fatos, comparáveis, por exemplo, ao barômetro citado por Gustave Flaubert (1987) na descrição da sala da residência de madame Aubain, em *Um coração singelo*, barômetro este que é classificado por Barthes (1984) como um pormenor inútil e, portanto, gerador de efeito de real, conforme estudamos no capítulo 2 desta pesquisa. A escassez de pequenos objetos nas descrições de Laurentino Gomes (2007) deve-se ao fato de o autor não ter encontrado muitas referências desse tipo nos documentos e livros históricos que pesquisou para escrever a obra⁵⁷, a qual, como já dissemos, busca referenciar eventos que realmente ocorreram, sendo entendida como uma narrativa de não ficção. Portanto, como a intencionalidade de Gomes (2007) envolveu a realização de asserções verdadeiras, tanto a narrativa quanto as descrições do autor dependeram de evidências de veracidade, encontradas em documentos da época dos fatos ou em pesquisas de historiadores.

Porém, encontramos na obra descrições de objetos maiores, do clima, de personagens, hábitos e modos de se vestir, por exemplo, que não interferem no andamento dos eventos narrados, bem como não têm a função simbólica citada por Genette (1973), ou seja, aparentam não transmitir novos significados além do próprio e, assim, operam naturalizando o leitor à narrativa, conforme estudamos no segundo capítulo desta pesquisa. Para salientar a distinção entre descrições dotadas de função simbólica e descrições que, aparentemente, não transmitem outros significados que não o próprio, citamos dois trechos tirados da obra aqui sob análise. Em um deles, Gomes (2007) descreve como se vestia o príncipe regente português, D. João:

[...] Repetia a mesma roupa todos os dias e recusava-se a trocá-la mesmo quando já estava suja e rasgada. 'A sua roupa habitual era uma vasta casaca sebosa de galões velhos, puída nos cotovelos', conta Pedro Calmon. Na algibeira dessa casaca, o rei levava os famosos franguinhos assados na manteiga, sem ossos, que devorava no intervalo das refeições. (GOMES, 2007, p. 158).

⁵⁷ A informação foi repassada pelo próprio Gomes (2012b), em resposta a entrevista encaminhada via e-mail por esta pesquisa, conforme pode ser observado no anexo 2.

Observamos que o trecho tem função simbólica. A descrição de D. João o apresenta como um homem desleixado, glutão e pouco higiênico, reforçando o caráter de fraqueza atribuído a ele ao longo da obra, na medida em que tais características não condizem com a altivez que se espera de um soberano. Mesmo a descrição dos franguinhos assados na manteiga tem significado, remetendo à imagem de um indivíduo aparentemente repugnante, com roupas e mãos sempre recobertas com a gordura desse alimento.

Já no trecho abaixo, temos outra descrição de D. João, onde consta a roupa que o príncipe trajava ao desembarcar no Rio de Janeiro:

[...] Na descrição de outro historiador, Tobias Monteiro, “D. João trajava casaca comprida de gola alta, colete branco bordado, calções de cetim, botas curtas, dragonas, um enorme chapéu armado, com enfeites de arminho, e trazia na cintura um espadagão, pendente de cordões de fios de ouro com as respectivas bolas”. (GOMES, 2007, p. 132).

Entendemos que parte dos adereços, tais como as dragonas ou o espadagão com fios de ouro, são símbolos da realeza e podem conceder uma visão mais nobre de D. João, possuindo assim função simbólica. Entretanto, na citação de vestes como a casaca comprida ou as botas curtas há uma ligação direta entre signo e referente, sem novos significados. Portanto, no caso da casaca e das botas há uma descrição que, como afirma Barthes (1984), se apresenta denotativa como forma de gerar efeito de real. Tal constatação se reforça com o olhar de Jaguaribe (2007), segundo a qual se obtém a naturalização do leitor à narrativa o ambientando ao cenário mediante a descrição pormenorizada⁵⁸. Essas, portanto, serão as distinções que adotaremos para classificar determinadas descrições como potenciais geradoras de efeito de real.

Vistos estes pontos, ingressaremos agora na exposição de nossas tabelas, a começar pela que apresenta trechos da introdução da obra *1808, como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil* (2007). Na introdução, o autor apresenta informações preliminares acerca da obra, aborda seus propósitos com o livro e critica o que

⁵⁸ Podemos ainda destacar que, em ambos os trechos que reproduzimos, Gomes cita entre aspas descrições fornecidas por historiadores, o que, ao nosso entender, consiste em uma estratégia de objetivação jornalística, conforme estudamos no capítulo anterior. O uso de citações entre aspas foi detectado ao longo de quase toda a obra, como demonstraremos a partir de nossas tabelas.

considera um descaso para com os monumentos e prédios históricos relacionados ao período em que a família real portuguesa esteve no Brasil. Vejamos a tabela:

Tabela 1 – Introdução

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (dia/mês/ano)	“[...] A Wikipédia tem quase tudo a respeito dos personagens e acontecimentos relatados neste livro, mas pode errar em coisas básicas, como por exemplo, a data da partida da família real portuguesa de Lisboa para o Brasil. Numa consulta feita em meados de 2006, a enciclopédia <i>on-line</i> afirmava ter sido no dia 7 de novembro de 1807. A data correta é 29 de novembro de 1807 ” (GOMES, 2007, p. 25).
Referência precisa a lugares	“[...] Localizado na Praça 15 de Novembro, em frente à estação das barcas que fazem a travessia da Baía da Guanabara em direção a Niterói , o antigo Paço Imperial é um casarão de dois andares do século XVII” (GOMES, 2007, p. 20).
Nomes completos de personagens	“[...] Segundo as evidências reunidas no último capítulo desta obra, foi uma filha que o arquivista real Luiz Joaquim dos Santos Marrocos , um dos protagonistas centrais da história da corte portuguesa no Brasil, teve antes do casamento [...]” (GOMES, 2007, p. 26-27).
Referência a pessoas-fontes	“[...] Este livro chama o evento (a vinda da corte de Portugal para o Brasil) de fuga, substantivo adotado igualmente pelos historiadores Pereira da Silva, Jurandir Malerba e Lilia Moritz Schwarcz ” (GOMES, 2007, p. 23).
Referência a documentos-fontes	“[...] Usei, por fim, alguns serviços do podcast no site iTunes, da Apple . Ali estão disponíveis desde 2006, por exemplo, todas as aulas de graduação da

Referência a instituições	Universidade da Califórnia em Berkeley.” (GOMES, 2007, p. 26).
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
A descrição do Meteorito de Bendegó.	“[...] Com dois metros de diâmetro e mais de cinco toneladas de peso, o Meteorito de Bendegó é o maior já encontrado na América do Sul. Está hoje exposto no Museu Nacional do Rio de Janeiro” (GOMES, 2007, p. 19).
A vista do Museu Nacional do Rio de Janeiro.	“[...] Situado na Quinta da Boa Vista, a algumas centenas de metros do Estádio do Maracanã, com vista para o Morro da Mangueira, este é um dos museus mais estranhos do Brasil” (GOMES, 2007, p. 19).

Já na introdução da obra encontramos cinco categorias de expressões de objetivação, empregadas pelo jornalismo para transmitir ao leitor a impressão de precisão e, assim, também gerar efeito de real. Destacamos que na primeira citação da tabela, Gomes (2007) não só faz referência a datas como corrige uma data incorreta no site Wikipédia, reforçando a impressão de rigor que o jornalismo busca transmitir. Também faz uma referência precisa à localização do antigo Paço Imperial, fornecendo pontos de referência atuais do entorno do prédio histórico. Gomes (2007) também apresenta o nome completo de um personagem e cita historiadores, nos quais se embasa para justificar a opção pelo termo fuga quando se refere à vinda da família real portuguesa ao Brasil, como consta no trecho destacado. A última transcrição do campo das expressões de objetivação faz referência aos serviços do *podcast* no *site* iTunes, que entendemos como uma fonte documental, e a uma instituição, a Universidade da Califórnia em Berkeley, como formas de transmitir impressão de autenticação, com base na legitimação tanto do serviço de pesquisa quanto da universidade.

Destacamos duas descrições pormenorizadas que, ao nosso ver, podem ser geradoras de efeito de real. A primeira delas é a do Meteorito de Bendegó, hoje em exposição no Museu Nacional do Rio de Janeiro, instalado no prédio que, há duzentos anos, serviu de Palácio Imperial à corte portuguesa. Gomes (2007) parte da descrição do meteorito para falar do museu e criticar o fato de estar abarrotado de antiguidades sem relação alguma com o passado da edificação. Porém, nos chamou a atenção que a

descrição da pedra espacial informa detalhes como peso e diâmetro, que aparentemente não acrescentam novos significados à narrativa.

Entendemos que o mesmo ocorre quando, mais adiante, Gomes (2007) descreve a vista que se tem do museu. No trecho destacado, o autor apresenta a localização do museu – o que pode ser considerada uma estratégia de objetivação – e acrescenta que o prédio oferece vista para o Morro da Mangueira. A vista que o visitante tem a partir do museu não tem relação com o passado histórico do prédio ou com as antiguidades ali expostas e, ao nosso ver, não tem função simbólica. Portanto, as descrições do meteorito e da vista que se tem do museu podem ser entendidas como estratégias para naturalizar o leitor à narrativa, por meio do efeito de real.

Passaremos agora à análise do primeiro capítulo. Nele, Gomes (2007) aborda de forma sucinta a fuga da corte portuguesa para o Brasil, evento que relatará em detalhes mais adiante. Também faz uma apresentação inicial dos principais personagens da história. A função do capítulo, portanto, é oferecer um resumo do conflito em torno do qual será desenvolvido o enredo.

Tabela 2 – Capítulo 1 (A fuga)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (dia/mês/ano)	“[...] Na manhã de 1º de setembro de 1807 , os habitantes de Copenhague, a capital dinamarquesa, acordaram sob uma barragem de fogo despejada pelos canhões dos navios britânicos ancorados diante do seu porto” (GOMES, 2007, p. 35).
Nomes completos de personagens	“[...] A fuga para o Brasil foi resultado da pressão irresistível exercida sobre ele (D. João) pelo maior gênio militar que o mundo havia conhecido desde os tempos dos césares do Império Romano: Napoleão Bonaparte ” (GOMES, 2007, p. 34).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘Preferindo abandonar a Europa, D. João procedeu com exato conhecimento de si mesmo’ , escreveu o historiador Tobias Monteiro” (GOMES, 2007, p. 36).

Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
Detalhes acerca do Palácio de Mafra.	“[...] Mistura de palácio, igreja e convento, tinha 264 metros de fachada, 5200 portas e janelas e 114 sinos. O refeitório media cem metros de comprimento” (GOMES, 2007, p. 36).

Como mostra a tabela, destacamos três expressões de objetivação: referência à data, nome de personagem (Napoleão Bonaparte) e uma citação, entre aspas, do historiador Tobias Monteiro. As citações entre aspas, muitas delas atribuídas a historiadores, estão muito presentes ao longo da obra, como demonstraremos em nossas tabelas.

Destacamos também a descrição pormenorizada e com números do Palácio de Mafra, onde D. João residia em Portugal. Salientamos que a referência a números também é uma expressão de objetivação, na qual o jornalismo busca transmitir impressão de rigor. No trecho transcrito entendemos que o emprego dos números, além de uma forma de expressão de objetivação, é gerador de efeito de real por meio da pormenorização. Se, por um lado, podemos afirmar que os números simbolizam a imponência do castelo, por outro, podemos também dizer que imponência é justamente o que se espera de um castelo e que, desta forma, os números não trazem significações novas e apenas fazem referência direta aos detalhes do prédio.

Concordamos com Jaguaribe (2007), segundo a qual a naturalização do leitor também é obtida mediante a descrição pormenorizada de objetos que devem estar no cenário descrito – no caso do castelo, objetos que remetem à grandeza do prédio. Portanto, acreditamos que no trecho destacado há uma redundância na geração do efeito de real, que se dá tanto pela expressão de objetivação (números), que é um artifício jornalístico, quanto pela descrição pormenorizada, que é um artifício literário.

No segundo capítulo, Gomes (2007) aborda a loucura da rainha Maria I, mãe de D. João, e a compara com o rei George III, da Inglaterra, também considerado insano na mesma época. O capítulo apresenta um quadro do momento de crise política enfrentando no começo do século XIX pelas monarquias europeias, ameaçadas pelas revoluções populares. Segue a tabela:

Tabela 3 – Capítulo 2 (Os reis enlouquecidos)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Nomes completos de personagens	“[...] O fornecimento de armas e dinheiro para os exércitos do general e primeiro presidente americano George Washington foram fundamentais para a expulsão dos ingleses dos Estados Unidos, mas deixaram a França financeiramente arruinada” (GOMES, 2007, p. 40).
Números e/ou estatísticas	“[...] A França, que tinha 18 milhões de habitantes em meados do século XVIII, chegou a 26 milhões em 1792. Era o segundo país mais populoso da Europa, atrás da Rússia, com 44 milhões de habitantes ” (GOMES, 2007, p. 43).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes) Referência a instituições	“[...] ‘No século anterior à Revolução Francesa, as guerras tinham se tornado um negócio formal, perseguido com recursos limitados, com objetivos também limitados por exércitos profissionais altamente treinados e disciplinados, comandados por aristocratas’ , escreveu o historiador Gunther Rothenberg, especialista militar do Smithsonian Institute [...]” (GOMES, 2007, p. 42-43).
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
As madrugadas frias e enevoadas no Palácio de Queluz, onde viveu reclusa a rainha Maria I.	“[...] Seus gritos de terror ecoavam nas madrugadas frias e enevoadas do Palácio de Queluz” (GOMES, 2007, p. 37).

Dentre as expressões de objetivação que encontramos no segundo capítulo, estão uma referência a personagem histórico (George Washington) e outra a números – na qual o autor aborda o crescimento populacional da França e situa o país no ranking populacional da época, informando também o número de habitantes da Rússia, primeira colocada no ranking, transmitindo assim a ideia de precisão. Também destacamos mais

uma citação entre aspas atribuída a um historiador, o qual é apresentado com pessoa legitimada para tratar do assunto em questão, visto seu vínculo com o Smithsonian Institute – o que consiste em referência também à instituição.

Como pormenor, destacamos a descrição das madrugadas – frias e enevoadas – do Palácio de Queluz, onde está reclusa a rainha Maria I, mãe de D. João, considerada louca. Entendemos que a referência ao clima, durante as madrugadas no local, pode gerar dois efeitos no leitor. A descrição, em conjunto com a narrativa, dos gritos da rainha em seus acessos de loucura, pode transmitir a sensação de terror ante a cena – gritos em meio à neblina. Porém, também podemos levar em conta que a descrição faz referência direta ao clima típico das noites nos arredores do palácio, detalhe que o autor acrescentou à narrativa seguindo o compromisso de veracidade – ou seja, trata-se, de fato, do clima típico nos arredores do Palácio de Queluz. Portanto, podemos interpretar que, neste caso, a referência às madrugadas frias e enevoadas também visa naturalizar o leitor com o ambiente.

O capítulo 3 aprofunda a contextualização da crise política que culminará na fuga da família real. No episódio, Gomes (2007) revela que já havia antigos planos de transferir a corte portuguesa para o Brasil e que a ideia começou a se concretizar a partir das ameaças de Napoleão a Portugal, decorrente das ligações entre os portugueses e os ingleses, inimigos da França. Não encontramos no capítulo pormenores geradores de efeito de real, apenas expressões de objetivação, como demonstra a tabela:

Tabela 4 – Capítulo 3 (O plano)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (dia/mês/ano)	“[...] D. João chegou a assinar, em 2 de outubro de 1807 , uma proclamação ao povo brasileiro, pedindo que recebesse e defendesse o príncipe” (GOMES, 2007, p. 50).
Nomes completos de personagens	“[...] Seu comandante, o general Jean Andoche Junot era um oficial de segunda linha – bravo combatente, mas péssimo estrategista” (GOMES, 2007, p. 52).

Referência a pessoas-fontes	“[...] Sérgio Buarque de Holanda [...] mostrou que no Brasil colônia se tinha aversão ao trabalho” (GOMES, 2007, p. 58).
Números e/ou estatísticas Referência a pessoas-fontes	“[...] estima-se que entre 1000 e 3000 toneladas de ouro foram transportadas do Brasil para a capital do império. O historiador mineiro Pandiá Calógeras calculou em 135 milhões de libras esterlinas o valor desse metal enviado para Portugal entre 1700 e 1801. Em moeda atual, seria o equivalente a 7,5 bilhões de libras esterlinas ou 30 bilhões de reais ” (GOMES, 2007, p. 59).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘na guerra entre França e Inglaterra, Portugal fazia o papel de marisco na luta entre o rochedo e o mar’ , assinalou o historiador brasileiro Tobias Monteiro” (GOMES, 2007, p. 49).

Dentre os trechos transcritos, destacamos o da página 59, onde constam duas formas de expressão de objetivação. Neste, o autor faz referência a números e reforça a sensação de precisão jornalística da informação citando um historiador como fonte dos cálculos.

Voltamos a encontrar uma descrição dotada de um pormenor no capítulo 4, como demonstra a tabela:

Tabela 5 – Capítulo 4 (O império decadente)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (dia/mês/ano)	“[...] Esse lampejo de reformas (promovidas pelo marquês de Pombal em Portugal) terminou abruptamente em 24 de fevereiro de 1777 , com a morte de D. José I [...]” (GOMES, 2007, p. 61).
Nomes completos de personagens	“[...] Curiosamente, a tragédia (o terremoto que destruiu Lisboa) resultou no único e breve surto de modernidade em terras portuguesas. Foi o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de

	Pombal ” (GOMES, 2007, p. 60).
Números e/ou estatísticas	“[...] devido ao ataque de corsários franceses, de 1794 a 1801 o comércio do reino sofreu prejuízos avaliados em mais de 200 milhões de francos [...]. Em valores de 2007, seria o equivalente a 414 milhões de euros ou 1,2 bilhão de reais ” (GOMES, 2007, p. 55-56).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes) Referência a instituições	“[...] ‘A tendência de a abundância de riquezas naturais enfraquecer as instituições e solapar o desenvolvimento sustentado das nações é quase uma maldição’ , apontou a economista Eliana Cardoso, Ph.D. pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e professora visitante da Fundação Getúlio Vargas ” (GOMES, 2007, p. 58).
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
A referência ao Dia de Todos os Santos.	“[...] Em 1755, uma catástrofe natural agravou a decadência econômica e ajudou a reduzir ainda mais a autoestima portuguesa. Na manhã de 1º de novembro, Dia de Todos os Santos, um terremoto devastador atingiu Lisboa, matando entre 15000 e 20000 pessoas” (GOMES, 2007, p. 60).

Esse capítulo aborda a decadência econômica enfrentada por Portugal, principalmente a partir de 1755, ano em que um grande terremoto devastou Lisboa. Ao deixar Portugal em posição de inferioridade diante das potências europeias (principalmente, em relação à França), a crise portuguesa surge, no âmbito da narrativa, como outro fator que terá influência da decisão da corte de fugir da Europa. Portanto, trata-se de mais um capítulo de contextualização.

Destacamos expressões de objetivação de cinco categorias, duas delas em um único trecho, na página 58. Nesse caso, observamos um reforço da objetivação, por meio da relação apresentada por Gomes (2007) entre a fonte autora da citação entre aspas, a economista Eliana Cardoso, e duas instituições às quais ela se vincula – o MIT e a Fundação Getúlio Vargas. Nisso observamos o emprego de instituições ligadas ao conhecimento para legitimar o discurso entre aspas, como forma de reforçar o efeito de objetivação.

Entendemos como um pormenor a referência ao dia da tragédia como Dia de Todos os Santos. A data em que houve o terremoto está informada: 1º de novembro de 1755. A referência ao Dia de Todos os Santos, muito embora possa gerar também uma sensação de dicotomia – visto relacionar uma tragédia a uma data festiva religiosa – consiste em um detalhe a mais na narração, podendo ser entendido como uma forma de melhor contextualizar e, assim, naturalizar o leitor em relação ao dia da tragédia. Notamos também que o trecho comporta duas expressões de objetivação: a data precisa da tragédia e estimativas em torno do número de mortos. Portanto, no trecho identificamos três artifícios que podem ser entendidos como potenciais geradores de efeito de real, dois jornalísticos e um literário.

A narrativa atinge um clímax no capítulo 5, onde é narrado o principal episódio da intriga: a partida da corte portuguesa, juntamente com nobres e famílias ricas, em direção ao Brasil. Vejamos o que mostra a tabela:

Tabela 6 – Capítulo 5 (A partida)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Nomes completos de personagens	“[...] À meia-noite, Joaquim José de Azevedo , oficial da corte e futuro visconde do Rio Seco, foi acordado por um mensageiro e instruído a se dirigir ao Palácio Real” (GOMES, 2007, p. 66).
Números e/ou estatísticas Referência a documentos-fontes Referência a pessoas-fontes	“[...] Entre 10000 e 15000 pessoas acompanharam o príncipe regente na viagem ao Brasil. Era muita gente, levando-se em conta que a capital Lisboa tinha cerca de 200000 habitantes . [...] As poucas listas oficiais existentes relacionam 536 pessoas , mas o total era certamente muitas vezes maior, uma vez que ao lado desses nomes apareciam descrições imprecisas, como ‘visconde de Barbacena com sua família’, segundo observou a historiadora Lilia Schwarcz ” (GOMES, 2007, p. 65).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘Três séculos antes, Portugal embarcara, cheio de esperanças e cobiças, para a Índia; em

	1807, embarcava um cortejo fúnebre para o Brasil , comparou o historiador português Oliveira Martins” (GOMES, 2007, p. 65).
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
Descrição do clima em Lisboa no dia da partida da família real.	“[...] O dia 29 de novembro de 1807 amanheceu ensolarado em Lisboa. Uma brisa leve soprava do leste. Apesar do céu azul, as ruas ainda estavam tomadas pelo lamaçal, devido à chuva do dia anterior” (GOMES, 2007, p. 64).
A saudação dos canhões aos ouvidos do menino.	“[...] Por volta das 3 horas da tarde, o menino José Trazimundo estava jantando em companhia dos pais e dos irmãos quando ouviu o troar distante dos canhões. Era a esquadra inglesa do almirante Sidney Smith saudando, com uma salva de 21 tiros, o pavilhão real da nau que conduzia o príncipe regente [...]” (GOMES, 2007, p. 72).

Dentre as cinco categorias de expressões de objetivação que destacamos na parte superior da tabela, três estão presentes em um único trecho, na página 65. Ali encontramos uma estimativa de passageiros que embarcaram para o Brasil, uma referência aos documentos da época onde constam os registros de passageiros e o nome da historiadora Lilia Schwarcz, que aparece citada como uma fonte que legitima as estimativas relativas ao número de pessoas que embarcaram.

Como demonstra a transcrição da página 64, mais uma vez encontramos referências diretas ao clima, o que classificamos como uma descrição pormenorizada geradora de efeito de real. Entendemos que se enquadram nesta categoria as referências à manhã ensolarada, à brisa leve que soprava do leste e ao céu azul. Tal descrição não terá interferência nos fatos que transcorrem na ocasião, mas contribuem na montagem do cenário, naturalizando o leitor à narrativa. Já a referência à lama nas ruas vai interferir na geração de novos significados mais adiante, quando Gomes (2007) relatará que, para chegar ao navio, D. João teve que cruzar sobre tábuas colocadas às pressas sobre o barro – o que indica o imprevisto com que foi realizado o embarque. Vale citar ainda que o trecho contém uma expressão de objetivação: a data do embarque.

Mais adiante, a referência ao menino José Trazimundo, que ouve o som dos canhões enquanto janta, também nos parece um pormenor. O garoto não participa da intriga, não esteve envolvido nos preparativos do embarque e sequer subiu aos navios. O fato de ele ouvir os estampidos em nada altera o curso dos eventos. Porém, por meio da referência a ele, Gomes (2007) naturaliza o leitor aos fatos narrados, na medida em que “coloca” o leitor na sala de jantar onde está o menino, a ouvir as salvas de canhões. Além disso, José Trazimundo, assim como o almirante Sidney Smith, são personagens, devidamente identificados, consistindo, em nossa perspectiva, expressões de objetivação.

Ingressaremos agora na observação do capítulo 6, onde o autor nos apresenta com maiores detalhes o arquivista real Luiz Joaquim dos Santos Marrocos. Trata-se de um personagem que ganhou importância para os historiadores como fonte de pesquisa, graças às cartas que, após se instalar no Brasil, remeteu para a família, em Lisboa, relatando os hábitos de portugueses e brasileiros no período em que a corte esteve instalada na colônia. A função do capítulo é apresentar esse personagem, que voltará a aparecer mais adiante. Aqui não encontramos descrições pormenorizadas, mas seis categorias de expressões de objetivação, conforme a tabela:

Tabela 7 – Capítulo 6 (O arquivista real)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência a documentos-fontes Referência precisa a datas (dia/mês/ano) Nomes completos de personagens	“[...] Outras (cartas) para fofoca pura e simples. É o caso de uma correspondência de 19 de maio de 1812 , em que Marrocos critica as aventuras sexuais do conde de Galvêas, D. João de Almeida de Melo e Castro , ministro dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos” (GOMES, 2007, p. 77).
Referência a pessoas-fontes	“[...] a simples existência da Biblioteca da Ajuda representava uma excentricidade. Indicava que a corte portuguesa se pretendia mais ilustrada do que de fato

	era, na opinião da historiadora Lilia Moritz Schwarcz [...]” (GOMES, 2007, p. 81).
Números e/ou estatísticas	“[...] Seu acervo (da Biblioteca da Ajuda), de 60000 volumes , era na época vinte vezes maior do que o da Biblioteca Thomas Jefferson, do Congresso americano em Washington, considerada hoje, duzentos anos depois, a maior do mundo” (GOMES, 2007, p. 75-76).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘Atirava-se pela janela, sem aviso nenhum e a qualquer hora do dia ou da noite, a água suja, as lavaduras da cozinha, as urinas, os excrementos acumulados de toda a família’ , registrou o francês J. B. F. Carrère, morador de Lisboa no final do século XVIII” (GOMES, 2007, p. 78).

O trecho da página 77 ilustra uma característica do capítulo, construído principalmente por meio da releitura de várias cartas escritas por Marrocos. Tem referência a data (quando a carta foi escrita), referência a documento (no caso, a própria carta) e um personagem citado pelo arquivista real. Convém também destacar a citação entre aspas da página 78, no último quadro da tabela. Embora seja uma descrição acerca de certos hábitos dos portugueses do final do século XVIII, não pode ser entendida, sob o aspecto da pormenorização, como geradora de efeito de real, visto que transmite significado – no caso, remete à falta de cuidados de higiene no período. Neste caso, o efeito de real se dá não por meio da descrição, mas pela expressão de objetivação decorrente do uso de aspas.

O capítulo 7, que narra como foi a viagem da corte portuguesa ao Brasil, é repleto de descrições sobre a rotina no interior das embarcações. Porém, observamos que todas as descrições têm função simbólica, na medida em que demonstram o quanto eram penosas aos tripulantes as viagens marítimas do período, como vemos no trecho:

[...] Para fazer as necessidades fisiológicas usavam-se as cloacas, plataformas amarradas à proa, suspensas sobre a amurada dos navios, por onde os dejetos eram lançados diretamente ao mar. A dieta de bordo era composta de biscoitos, lentilha, azeite, repolho azedo e carne salgada de porco ou bacalhau. No calor sufocante das zonas tropicais, ratos, baratas e carunchos infestavam os depósitos de mantimentos. A água apodrecia logo, contaminada por bactérias e fungos. (GOMES, 2007, p. 82).

Tratam-se, portanto, de descrições que, dotadas de significados, não contém pormenores inúteis, como Barthes (1984) chama os elementos geradores de efeito de real. Porém, encontramos no capítulo expressões de objetivação:

Tabela 8 – Capítulo 7 (A viagem)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (o ano é 1807 e foi citado anteriormente ao trecho transcrito) Números e/ou estatísticas	“[...] No dia 22 de janeiro , após 54 dias de mar e aproximadamente 6400 quilômetros percorridos, D. João aportou em Salvador. O resto do comboio tinha chegado ao Rio de Janeiro uma semana antes, no dia 17 de janeiro ” (GOMES, 2007, p. 95).
Nomes completos de personagens	“[...] A bordo de um desses navios viajava o primeiro-tenente irlandês Thomas O’Neill , um personagem que se tornaria fundamental na história da mudança da família real para o Brasil. Como oficial do <i>HMS London</i> , O’Neill presenciou o embarque da corte portuguesa em Lisboa e cada um dos eventos que marcaram a viagem até o Rio de Janeiro” (GOMES, 2007, p. 94).
Referência a documentos-fontes	“[...] Os registros nos diários de bordo dos navios britânicos revelam, no entanto, que, sem saber, os dois comboios seguiram em curso paralelo e bem próximos entre si até a altura da costa do Brasil” (GOMES, 2007, p. 92).
Números e/ou estatísticas	“[...] Lançado ao mar em novembro de 1804 como navio de primeira classe da Marinha Real Britânica, o <i>Hibernia</i> tinha 110 canhões , 203 pés de comprimento (cerca de 62 metros) e pesava 2530 toneladas ” (GOMES, 2007, p. 93).

Destacamos, portanto, quatro categorias de expressões de objetivação em meio à narrativa da viagem da família real portuguesa ao Brasil: datas precisas, nome de personagem, referência a documentos (os diários de bordo dos navios) e números. No caso

dos números da transcrição da página 93, observamos que, além de indicarem precisão no relato jornalístico, eles transmitem significado, fornecendo uma boa impressão a respeito do navio britânico, em termos de capacidade de transporte e poder de fogo.

Com a análise do capítulo que narra a viagem da família real ao Brasil, encerramos nosso primeiro bloco temático do livro *1808, como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil* (2007).

4.3 Segundo bloco: a chegada e a permanência da família real no Brasil

O capítulo 8 abre nosso bloco temático acerca da permanência da família real portuguesa no Brasil. Ele aborda a chegada da corte a Salvador, onde D. João vez escala antes de seguir para o Rio de Janeiro. Nele encontramos, além de sete categorias de expressões de objetivação, pormenores geradores de efeitos de real, conforme demonstra a tabela:

Tabela 9 – Capítulo 8 (Salvador)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Citação de documentos-fontes Citação de pessoas-fontes Referência precisa a datas (dia/mês/ano) Nomes completos de personagens	“[...] Segundo os documentos coletados por (Kenneth) Light , no dia 21 de dezembro de 1807 o príncipe regente comunicou ao capitão James Walquer , comandante do <i>Bedfort</i> , que havia decidido ir para Salvador, sem cumprir a rota planejada” (GOMES, 2007, p. 99).
Referência precisa a datas (dia/mês/ano) Referência precisa a lugares	“[...] Às 11 horas da manhã de 22 de janeiro de 1808 , os navios ancoraram dentro da barra, perto do ponto em que hoje estão situados o Mercado Modelo e o Elevador Lacerda , mas ninguém apareceu” (GOMES, 2007, p. 101).

Números e/ou estatísticas	“[...] Apesar de seu movimentado porto e da sua importância econômica e política, Salvador era uma cidade relativamente pequena, de apenas 46000 habitantes , um pouco menor do que o Rio de Janeiro, que, nessa época, tinha 60000 pessoas ” (GOMES, 2007, p. 104).
Citação entre aspas (atribuída a fontes)	“[...] ‘Não há na cidade baixa senão comerciantes’ , descreveu o pintor Johann Moritz Rugendas, que visitou Salvador alguns anos mais tarde” (GOMES, 2007, p. 104).
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
Descrição dos solares, em meio à descrição mais ampla da cidade de Salvador do início do século XIX.	“[...] Os solares da cidade alta eram divididos em dois pavimentos. Os aposentos principais, ocupados pelos quartos avarandados e pelas salas de estar e refeições, ficavam no andar de cima. O térreo era reservado para acomodação dos escravos e mercadorias pesadas” (GOMES, 2007, p. 105).

O trecho transcrito da página 99 comporta quatro categorias de expressões de objetivação. Nele, Gomes (2007) faz referência a documentos e à fonte que os encontrou. No mesmo trecho, faz referência precisa à data e a personagem histórico. Também encontramos no capítulo uma indicação precisa de lugar, que faz uso de pontos de referência contemporâneos para indicar onde os navios ancoraram na chegada ao Brasil. O mesmo trecho, retirado da página 101, informa de forma precisa não só a data, mas o horário em que os barcos ancoraram. Temos ainda novas referências a números e citações entre aspas.

Interpretamos como pormenorizada a descrição, no âmbito de como era Salvador, dos solares existentes na cidade alta, como consta na parte de baixo de nossa tabela. Podemos até observar uma possível função simbólica na descrição do andar de baixo, a qual sugere que, na época, havia uma relação de equivalência entre escravos e mercadorias, ambos restritos às partes inferiores das residências. Porém, não encontramos novas significações na descrição dos andares superiores, onde consta, inclusive, que os quartos eram avarandados. Portanto, entendemos que a descrição tem, também, função de naturalizar o leitor com a Salvador do século XIX.

O capítulo 9 se apresenta como uma contextualização em torno do Brasil colônia, abordando aspectos econômicos, logísticos e sociais. Nele encontramos quatro categorias de expressões de objetivação e mais um exemplo de descrição geradora de efeito de real:

Tabela 10 – Capítulo 9 (A colônia)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Nomes completos de personagens	“[...] O jornalista Hipólito José da Costa , dono do jornal Correio Braziliense, publicado em Londres, achava que as pessoas naturais do Brasil deveriam se chamar brasileiros” (GOMES, 2007, p. 111).
Referência a pessoas-fontes Números e/ou estatísticas Citação entre aspas (atribuída a fontes)	“[...] Von Eschwege , geólogo e viajante alemão, contabilizou que no começo do século XIX ainda havia na colônia 555 minas de ouro e diamantes , que empregavam diretamente 6662 trabalhadores , dos quais só 169 eram livres . Os demais 6493 eram escravos . Eram regiões de terra devastada pelo garimpo e pela atividade mineradora. ‘Por todos os lados, tínhamos sob os olhos os vestígios aflitivos das lavagens, vastas extensões de terra revolvida e montes de cascalho’ descreveu o botânico Auguste de Saint-Hilaire ao percorrer o interior de Minas Gerais” (GOMES, 2007, p. 120).
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
A alimentação dos tropeiros.	“[...] No percurso das tropas havia ranchos e vendas, que serviam de abrigo e locais de reabastecimento para os tropeiros e seus animais. ‘É costume não carregar o viajante alimentos’, anotou (Karl von) Martius. ‘Pois em toda parte encontra vendas para lhe fornecer gêneros e os ingredientes necessários ao seu preparo.’ Essas refeições consistiam em geral de feijão cozido com toucinho, acompanhado de carne-

	seca assada, e a sobremesa, de queijo e banana” (GOMES, 2007, p. 118).
--	---

Só no trecho da página 120 encontramos três categorias de expressões de objetivação. Vemos ali um geólogo apresentado como fonte de informações que envolvem números e, posteriormente, uma citação entre aspas de outra fonte.

Destacamos como pormenor gerador de efeito de real a alimentação dos tropeiros. O fato de os tropeiros adquirirem comida nas vendas – localizadas em toda a parte – sugere a existência de um comércio pujante de beira de estrada no Brasil colônia, ou seja, gera novos sentidos acerca da economia do período. Já a descrição da alimentação dos tropeiros, aparentemente, se apresenta na forma de uma relação direta entre signo e referente, sem novos significados. Não se pode concluir, por exemplo, que os tropeiros tinham uma alimentação sofisticada, tampouco, ruim. A descrição, ao nosso ver, naturaliza o leitor à rotina dos tropeiros, no âmbito de uma explicação mais ampla sobre a logística do período no Brasil. Nota-se também no trecho o emprego de uma frase de uma fonte entre aspas, entendida como expressão de objetivação.

O capítulo 10 apresenta o padre Luis Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca, que escreveu vários relatos da chegada da família real ao Brasil. Com base nesses relatos de Perereca, o capítulo também oferece descrições sobre o momento em que a corte aportou no Rio de Janeiro. Dentre estas descrições, destacamos três como potenciais geradoras de efeito de real, conforme consta na tabela:

Tabela 11 – Capítulo 10 (O repórter Perereca)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a lugares	“[...] Encarregado de organizar a recepção, o vice-rei, conde dos Arcos, deixou sua moradia, um prédio acanhado, de dois pavimentos, situado bem em frente ao cais do porto, onde hoje é a Praça 15 de Novembro. [...] Ali deveriam ser hospedados o príncipe regente e sua família” (GOMES, 2007, p. 129).

<p>Nomes completos de personagens</p>	<p>“[...] Luis Gonçalves dos Santos não era um jornalista de profissão, mas um cronista por vocação. Aos quarenta anos, versado em latim grego e filosofia, exercia a função de cônego da Igreja Católica. Embora ocupasse um cargo importante da hierarquia católica, tinha um apelido engraçado, Padre Perereca, devido à estatura baixa e franzina e os olhos esbugalhados” (GOMES, 2007, p. 128).</p>
<p>Números e/ou estatísticas</p>	<p>“[...] Por uma casa térrea fora da cidade, o diplomata Maler, encarregado de negócios da França, pagava 800000 réis por ano, o equivalente hoje a cerca de 45000 reais. Uma excursão numa carroça puxada por mulas até a Fazenda de Santa Cruz, situada a menos de cem quilômetros da capital, saía por quase 400 francos, cerca de 4000 reais em valores atuais” (GOMES, 2007, p. 136).</p>
<p>Pormenor</p>	<p>Reprodução do trecho onde consta o pormenor</p>
<p>O tempo no dia da chegada da família real.</p>	<p>“[...] A esquadra de D. Pedro e da família real portuguesa entrou na Baía da Guanabara no começo da tarde de 7 de março de 1808. Havia sol e o céu estava azul, sem uma única nuvem. Um vento forte soprava do oceano para aliviar o calor ainda sufocante do final do verão carioca” (GOMES, 2007, p. 127).</p>
<p>Descrição das melhorias no Paço dos Vice-Reis, onde a família real foi hospedada.</p>	<p>“[...] Como não havia tempo para fazer uma reforma completa, o local foi caiado por fora. Seu interior recebeu uma nova pintura e forração de seda com várias cores” (GOMES, 2007, p. 129-130).</p>
<p>Descrição das vestes de D. João por ocasião do desembarque no Rio de Janeiro, conforme Tobias Monteiro.</p>	<p>“[...] Na descrição de outro historiador, Tobias Monteiro, ‘D. João trajava casaca comprida de gola alta, colete branco bordado, calções de cetim, botas curtas, dragonas, um enorme chapéu armado, com enfeites de arminho, e trazia na cintura um espadagão,</p>

	pendente de cordões de fios de ouro com as respectivas bolas” (GOMES, 2007, p. 132).
--	--

Dentre as três categorias de expressões de objetivação que destacamos, vale citar que a primeira – referência precisa a lugares – conta, novamente, com um ponto de referência atual para facilitar a localização do endereço histórico.

A primeira das quatro descrições pormenorizadas que transcrevemos aborda o clima no dia da chegada de D. João ao Rio de Janeiro, recurso que, conforme demonstramos anteriormente, foi empregado pelo autor também na narrativa do embarque da família real, em Lisboa. A seguir, vemos uma descrição de como ficou o Paço dos Vice-Reis após as melhorias realizadas por ocasião da chegada do príncipe regente. O fato de o prédio, por fora, ter sido apenas caiado, tem relação com a falta de tempo para as melhorias; porém, nada na descrição da parte interna do prédio transmite impressão de improvisado. A referência à forração e às várias cores nos parece uma forma de ambientar o leitor ao cenário.

O trecho com a descrição das vestes de D. João durante o desembarque é o mesmo que transcrevemos no segundo subcapítulo, buscando exemplificar como distinguimos descrições com novos significados aparentes de descrições cujo novo significado é a autenticação decorrente do efeito de real. Como antecipamos, detalhes como as dragonas e o espadagão remetem à nobreza, ao passo que as botas curtas se apresentam, aparentemente, em relação direta entre signo e referente.

Vale ainda acrescentar que, no trecho, Gomes (2007) reproduz descrições que, devido aos componentes citados acima, já tinham a capacidade de gerar efeito de real – fruto dos apontamentos do historiador Tobias Monteiro, seu autor original. Entendemos que a transcrição textual destas descrições, além de configurar uma estratégia de objetivação, é uma forma de transferir para o livro as suas potencialidades em termos de geração de efeito de real.

O capítulo 11 é bastante peculiar. Ele, basicamente, consiste em uma transcrição de uma carta do arquivista real Luiz Joaquim dos Santos Marrocos para o pai, na qual narra a precariedade da fragata Princesa Carlota, onde embarcou rumo ao Brasil, junto com parte dos livros da Biblioteca Real, em 1811. A função do capítulo, portanto, é fornecer ao leitor uma nova contextualização acerca dos perigos da jornada pelo Oceano Atlântico a bordo dos velhos navios portugueses. Ao apresentar a carta, Gomes (2007) oferece uma descrição que consideramos geradora de efeito de real:

Tabela 12 – Capítulo 11 (Uma carta)

Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
A ambientação em torno de Marrocos ao escrever a carta.	“[...] Mergulhada na escuridão do Oceano Atlântico, às 10 horas da noite de 12 de abril de 1811, uma Sexta-feira da Paixão, a fragata Princesa Carlota vencia as ondas na altura das ilhas de Cabo Verde, na costa da África, a caminho do Rio de Janeiro. Sozinho em sua cabine iluminada pela chama indecisa de um candeeiro, o arquivista Luiz Joaquim dos Santos Marrocos escreveu a seguinte carta ao pai, Francisco José, que ficara em Lisboa: [...]” (GOMES, 2007, p. 138).

Na introdução apresentada por Gomes (2007), temos uma ambientação do cenário que cerca Marrocos quando ele escreve a carta ao pai. A fragata está mergulhada na escuridão e a luz que possibilita ao arquivista escrever vem de um candeeiro com uma chama fraca. Entendemos que se trata de uma forma de naturalizar o leitor ao cenário. Novamente, vemos também uma referência à data religiosa, o que não transmite novos significados aparentes.

Além disso, o trecho também gera efeito de real por meio da data e horários precisos em que transcorre a cena, o que consiste em estratégia de objetivação. A própria transcrição da carta, que segue a descrição do ambiente feita por Gomes (2007), é uma referência a documento e, portanto, também é expressão de objetivação.

Vejamos agora a tabela do capítulo 12, onde o autor apresenta o Rio de Janeiro da época em que a família real ali se instalou, descrevendo sua geografia, características econômicas e sociais e os hábitos dos cariocas:

Tabela 13 – Capítulo 12 (O Rio de Janeiro)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a lugares	“[...] A via principal era a Rua Direita, atual Primeiro de Março . Ali ficavam a casa do governador, a alfândega e, mais tarde, o Convento do Carmo, a Casa da Moeda e o próprio Paço Real” (GOMES, 2007, p. 147).

Nomes completos de personagens	“[...] Em janeiro de 1818, Henry Marie Brackenridge , oficial da Marinha dos Estados Unidos, entrou na Baía da Guanabara a bordo da fragata <i>Congress</i> , em missão oficial do governo americano” (GOMES, 2007, p. 148).
Citação de pessoas-fontes	“[...] Segundo cálculos do historiador Manolo Garcia Florentino , nada menos do que 850000 escravos africanos tinham passado pelo porto do Rio no século XVIII, o que representava pouco menos da metade de todos os negros cativos trazidos para o Brasil nesse período” (GOMES, 2007, p. 143).
Números e/ou estatísticas	
Citação de documentos-fontes	“[...] outro inventário, do boticário Antônio Pereira Ferreira , morto também em 1798, serve para dar uma ideia de como era o sortimento de uma farmácia da época. A lista inclui cascas, emplastros, fungos, minerais, óleos, raízes, sementes e um item chamado ‘animais e suas partes’ [...]” (GOMES, 2007, p. 151).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘ Nenhum porto colonial do mundo está tão bem localizado para o comércio geral quanto o do Rio de Janeiro ’, ponderou o viajante John Mawe” (GOMES, 2007, p. 140).
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
Descrição da faca.	“[...] Convidado para um desses jantares na casa de uma família rica, (John) Luccock surpreendeu-se ao descobrir que cada pessoa deveria comparecer com sua própria faca, ‘em geral larga, pontiaguda e com cabo de prata’” (GOMES, 2007, p. 145).

Transcrevemos trechos que remetem a seis categorias de expressões de objetivação. No primeiro, a referência ajuda o leitor a identificar um lugar com auxílio de um endereço atual, o que reforça o caráter de precisão. Também reforçam a impressão de precisão as referências a personagem e ao historiador Manolo Garcia Florentino, o qual aparece como fonte dos números apresentados na transcrição da

página 143, sendo que os números também consistem em uma estratégia de objetivação. O inventário do boticário Antônio Pereira Ferreira surge como referência a documento e, por fim, temos ainda uma citação entre aspas.

Apresentamos como descrição pormenorizada a citação do relato do inglês John Luccock. Além de ser expressão de objetivação, reproduzida por Gomes (2007) entre aspas, a descrição de Luccock detalha como eram as facas que os convidados costumavam levar aos jantares. A informação de que cabia aos convivas levar o talher aos jantares retrata um hábito curioso no Rio de Janeiro do século XIX, mas o detalhamento em torno da faca, particularmente, no que diz respeito ao fato de ser larga e pontiaguda, aparentemente, consiste em uma relação direta entre signo e referente.

A função do capítulo 13 é fornecer uma apresentação mais complexa do personagem principal da obra, D. João. É neste capítulo que o personagem é, de fato, construído, mediante descrições da sua aparência, hábitos e personalidade, a maioria delas atribuídas a fontes, como demonstra a citação entre aspas que incluímos na tabela abaixo. Em todas as descrições detectamos funções simbólicas, visto que remetem ao caráter desleixado, inseguro e letárgico de D. João. Portanto, no capítulo 13 a geração de efeito de real ocorre por meio das expressões de objetivação, em quatro categorias, como vemos na tabela:

Tabela 14 – Capítulo 13 (D. João)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
<p>Nomes completos de personagens</p> <p>Referência precisa a datas (dia/mês/ano)</p>	<p>“[...] D. João teria se apaixonado por Eugênia José de Menezes, dama de honra da própria princesa Carlota. [...] Eugenia foi recolhida pela freiras do Convento de Conceição de Puerto de Santa Maria, onde teve a sua filha. Dali, mudou-se para outros dois conventos religiosos. Morreu num deles, na cidade de Portalegre, em 21 de janeiro de 1818, quando D. João já tinha sido coroado rei no Rio de Janeiro” (GOMES, 2007, p. 155-156).</p>
<p>Citação de pessoas-fontes</p>	<p>“[...] O historiador Vieira Fazenda conta que Matias Antônio, agraciado com o título de barão e, mais</p>

	tarde, visconde de Magé, morava no Paço da Cidade, ao lado da Igreja de São José, em aposento contínuo ao dormitório de D. João” (GOMES, 2007, p. 158).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] O viajante prussiano Theodor von Leithold, que chegou ao Brasil em 1819, confirma que D. João tinha medo de trovões. ‘Se o rei não se sente bem, se adormece ou se sobrevém uma tempestade, o que produz sobre ele forte impressão, encerra-se em seus aposentos e não recebe ninguém’ , escreveu, ao explicar o cancelamento de uma das cerimônias no Palácio de São Cristóvão” (GOMES, 2007, p. 158).

Voltamos a encontrar descrições pormenorizadas, com relação direta entre signo e referente, no capítulo 14. Este também tem a função de construir um personagem, desta vez, a esposa de D. João, a princesa Carlota Joaquina. Vejamos a tabela:

Tabela 15 – Capítulo 14 (Carlota Joaquina)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (dia/mês/ano)	“[...] A menina Carlota chegou a Portugal em maio de 1785 . [...] Na noite de 9 de junho , durante uma festa no Palácio de Vila Viçosa, Carlota teria mordido a orelha do marido e lhe atirado um castiçal na testa. Fazia apenas dois meses que estavam casados” (GOMES, 2007, p. 164).
Nomes completos de personagens	“[...] Gertrudes Pedra Carneiro Leão , nora de D. Ana Francisca Rosa Maciel da Costa , baronesa de São Salvador de Campos dos Goitacazes, foi assassinada a tiros de bacamarte, ao apelar da carruagem em frente a sua casa [...]” (GOMES, 2007, p. 165).
Números e/ou estatísticas	“[...] (Carlota Joaquina) estava pobre, falida, mas teve dinheiro para encomendar 1200 missas. Cem delas

	para a alma do marido, o rei D. João VI, morto quatro anos antes” (GOMES, 2007, p. 168).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] Oliveira Lima diz que D. João ‘não tinha grande certeza da paternidade dos últimos filhos’ e que Carlota Joaquina foi ‘traidora como cônjuge, conspiradora como princesa, desleal sempre e sem interrupção’ ” (GOMES, 2007, p. 165).
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
Descrição física de Carlota Joaquina	“[...] Carlota Joaquina tinha os olhos negros e graúdos e a boca larga e voluntariosa, de lábios finos, sobre os quais se destacava o buço escuro e pronunciado. [...] Magra, de estatura baixa e cabelos escuros, tinha a pele morena marcada pelas cicatrizes da varíola, contraída quando ainda era criança” (GOMES, 2007, p. 161-162).

Além de expressões de objetivação de quatro categorias, transcrevemos uma apresentação de Carlota Joaquina onde há possíveis relações diretas entre a descrição e as características físicas da personagem. Alguns detalhes – tais como o buço ou as cicatrizes – podem até sugerir que a princesa não era uma mulher muito bonita, mas outros – os olhos, a boca, a estatura – não apresentam novos significados aparentes. A descrição física da princesa não transmite as características de sua personalidade que, como se observa em outros trechos do capítulo, era maquiavélica⁵⁹. A descrição detalhada de Carlota, mesmo de suas características físicas menos belas, nos parece uma forma de naturalizar o leitor à personagem e, dessa forma, de autenticar a narrativa.

O capítulo 15 traz novas informações acerca do período em que a família real portuguesa viveu no Rio de Janeiro. Aborda as elevadas despesas da corte com alimentação e pessoal; e narra casos de corrupção envolvendo altos funcionários do império. Como mostra a tabela, encontramos quatro categorias de expressões de

⁵⁹ Ao longo do capítulo, o autor narra uma série de conspirações promovidas pela princesa contra D. João e, referindo-se a ela, afirma que “[...] inegável foi a sua vocação para o poder e a ambição desmedida [...]” (GOMES, 2007, p. 161). Relata também que Carlota Joaquina exigia, em seus passeios, que os súditos se ajoelhassem em sua presença, sob risco de punições, e cita as suspeitas dos historiadores de que a princesa pode ter sido mandante do assassinato de Gertrudes Pedra Carneiro Leão, devido a um suposto relacionamento amoroso entre a esposa de D. João e o marido da vítima do crime.

objetivação jornalística, mas nenhuma descrição pormenorizada geradora de efeito de real:

Tabela 16 – Capítulo 15 (O ataque ao cofre)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Nomes completos de personagens	“[...] A área de compras e os estoques da casa real eram administrados por Joaquim José de Azevedo – o mesmo oficial que, em novembro de 1807, fora convocado às pressas ao Palácio de Queluz para organizar o embarque da nobreza” (GOMES, 2007, p. 173).
Citação de pessoas-fontes Números e/ou estatísticas	“[...] O historiador Luiz Felipe Alencastro conta que, além da família real, 276 fidalgos e dignatários régios recebiam verba anual de custeio e representação, paga em moedas de ouro e prata retiradas do tesouro real do Rio de Janeiro” (GOMES, 2007, p. 170).
Números e/ou estatísticas	“[...] entre 10000 e 15000 portugueses atravessaram o Atlântico junto com D. João. Para se ter uma ideia do que isso significava, basta se levar em conta que, ao mudar a sede do governo dos Estados Unidos da Filadélfia para a recém-construída Washington, em 1800, o presidente John Adams transferiu para a nova capital 1000 funcionários . Ou seja, a corte portuguesa no Brasil era entre 10 e 15 vezes mais gorda do que a máquina burocrática americana nessa época” (GOMES, 2007, p. 169).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘ A época de D. João VI estava destinada a ser na história brasileira, pelo que diz respeito à administração, de muita corrupção e peculato ’, avaliou Oliveira Lima” (GOMES, 2007, p. 172).

Observamos que a impressão de precisão jornalística se reforça no caso da transcrição da página 169, onde o autor, além de apresentar números, usa estatísticas comparando o caso do Brasil com o dos Estados Unidos. Neste caso, também

percebemos uma redundância no emprego, como expressão de objetivação, dos números de pessoas que embarcaram para o Brasil, visto que a mesma informação já havia aparecido no capítulo 5. Nos demais casos, a referência ao personagem e às fontes – inclusive, com trecho entre aspas – também contribuem para geração de efeito de real através das expressões de objetivação.

No capítulo 16 encontramos mais expressões de objetivação. O capítulo enfoca outra peculiaridade do período em que D. João viveu no Brasil: a formação de uma nova corte no Rio de Janeiro, por meio da concessão excessiva de novos títulos de nobreza.

Tabela 17 – Capítulo 16 (A nova corte)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (dia/mês/ano)	“[...] Em 28 de agosto de 1812 , o príncipe regente assinou decreto nomeando Amaro e o irmão, Manuel, para a função de conselheiros de Sua Majestade” (GOMES, 2007, p. 178).
Nomes completos de personagens Números e/ou estatísticas	“[...] José Inácio Vaz Vieira responderia sozinho por 33% do tráfico catalogado entre 1813 e 1822” (GOMES, 2007, p. 178).
Referência a pessoas-fontes	“[...] O historiador João Luis Ribeiro Fragoso relata o caso de um imigrante que saiu pobre de Portugal, virou comerciante no Rio de Janeiro e, no ano da chegada da corte ao Brasil, havia acumulado um patrimônio de fazer inveja à maioria dos nobres acompanhantes de D. João” (GOMES, 2007, p. 176).
Referência a documentos-fontes	“[...] Em 1816, um despacho do intendente de Polícia, Paulo Fernandes Viana , fazia referência a um grupo de índios que queria participar da cerimônia (do beija-mão)” (GOMES, 2007, p. 181).
Números e/ou estatísticas	“[...] Desde sua independência, no século XII, até o final do século XVIII, Portugal tinha computado dezesseis marqueses, 26 condes, oito viscondes e quatro barões . Ao chegar ao Brasil, D. João criou 28

	marqueses, oito condes, dezesseis viscondes e quatro barões ” (GOMES, 2007, p. 177).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘Em Portugal, para fazer-se um conde perdiam-se quinhentos anos; no Brasil, quinhentos contos’ , escreveu Pedro Calmon” (GOMES, 2007, p. 177).

Como vemos na tabela, encontramos expressões de objetivação com referências precisas à data, personagem, estatística e fontes, inclusive com citação entre aspas. Também é apresentado um despacho do intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana, o que entendemos como referência a documento. O capítulo ainda aborda números, através de uma comparação entre a concessão de títulos de nobreza pela corte portuguesa no período entre os séculos XII e XVIII e no período em que esteve no Brasil.

Não há, no capítulo 16, descrições pormenorizadas, constatação que se repete na análise do capítulo 17, que trata dos interesses econômicos da Inglaterra em relação ao Brasil durante o período de permanência da corte portuguesa na colônia. A função deste capítulo é mostrar que houve um crescimento econômico no Brasil, decorrente da abertura dos portos, medida adotada por D. João assim que chegou de Portugal. A tabela mostra que voltamos a encontrar expressões de objetivação:

Tabela 18 – Capítulo 17 (A senhora dos mares)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (dia/mês/ano)	“[...] No dia 25 de junho de 1808 , cinco meses após a assinatura da carta régia de abertura dos portos no Brasil, 113 comerciantes ingleses se reuniram numa taverna de Londres. Estavam ali a convite de D. Domingos de Souza Coutinho , o embaixador português na Inglaterra.
Nomes completos de personagens	D. Domingos era irmão do homem forte do novo ministério organizado por D. João no Rio de Janeiro, D. Rodrigo de Souza Coutinho , futuro conde de Linhares” (GOMES, 2007, p. 182).

Referência a documentos-fontes	“[...] No encontro, relatado nas páginas do <i>Correio Braziliense</i> , os 113 comerciantes fundaram a Sociedade dos Negociantes Ingleses que Traficam para o Brasil [...]” (GOMES, 2007, p. 183).
Números e/ou estatísticas	“[...] Entre 1800 e 1830, o consumo de algodão pelas indústrias têxteis na região de Liverpool saltou de 5 milhões para 220 milhões de libras, um crescimento de 44 vezes em apenas três décadas” (GOMES, 2007, p. 185).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘Vendiam-se turmalinas por esmeraldas, cristais por topázios, e pedras comuns e imitações de vidros por diamantes’ , contou John Mawe” (GOMES, 2007, p. 190).

A apresentação de números, particularmente, relacionados a valores monetários, predomina no capítulo 17, justamente em função do tema abordado, voltado a questões econômicas. Mas também encontramos referências precisas a datas, personagens e documentos (no caso da transcrição, o jornal *Correio Braziliense*), além de citações entre aspas.

O capítulo 18 contextualiza as transformações culturais, políticas e econômicas pelas quais o Brasil passou em função da instalação da corte na colônia. Aqui, voltamos a encontrar, além de expressões de objetivação de seis categorias, descrições de pormenores, como demonstra a tabela:

Tabela 19 – Capítulo 18 (A transformação)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (dia/mês/ano)	“[...] D. João não perdeu tempo. No dia 10 de março de 1808 , quarenta e oito horas depois de desembarcar no Rio de Janeiro, organizou seu novo gabinete” (GOMES, 2007, p. 192).

Nomes completos de personagens	“[...] A navegação a vapor foi inaugurada em 1818 por Felisberto Caldeira Brant , futuro marquês de Barbacena e primeiro embaixador do Brasil em Londres depois da Independência” (GOMES, 2007, p. 194).
Citação de documentos-fontes Referência precisa a datas (dia/mês/ano) Referência precisa a lugares	“[...] Pela edição de 26 de junho de 1817 da <i>Gazeta (do Rio de Janeiro)</i> , o comerciante Carlos Durante avisava a seus clientes que havia se mudado da Rua do Ouvidor, número 28 , para a Rua Direita, número 9, primeiro andar [...] ” (GOMES, 2007, p. 201).
Números e/ou estatísticas	“[...] Os concertos eram realizados na Capela Real e no recém-inaugurado Teatro São João, com 112 camarotes e lugares para 1020 pessoas na plateia” (GOMES, 2007, p. 198).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘O país era desmesurado e virgem, enquanto que o novo governo, adventício e indigente, tinha de improvisar e criar tudo’ , escreveu o historiador Pedro Calmon” (GOMES, 2007, p. 191-192).
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
Descrição dos componentes da família rica, no caminho à igreja.	“[...] ‘É nos domingos e nos dias de festa que se exibem toda a riqueza e magnificência das famílias brasileiras’, relatou o viajante inglês Alexander Caldcleugh, que esteve no Rio de Janeiro entre 1819 e 1821. ‘Logo cedo o dono da casa se prepara para ir à igreja, e marcha, quase sem exceção, na seguinte ordem: primeiro, o senhor, com seu chapéu alto, calças brancas, jaqueta de linho azul, sapatos de fivelas, uma bengala dourada. Em seguida, vem a dona da casa, em musselina branca, com joias, um grande leque branco na mão, meias e sapatos brancos; flores ornamentam seus cabelos escuros. Em seguida vêm os filhos e filhas, depois as mulatinhas favoritas da senhora, duas ou três, com meias e sapatos brancos;

	<p>o próximo é um mordomo negro, com chapéu alto, calças e fivelas; por fim, negros dos dois sexos com sapatos, mas sem meias, e vários sem um nem outro. Dois ou três garotos negros, mal cobertos com alguma roupa, fecham a fila” (GOMES, 2007, p. 202-203).</p>
--	---

O emprego de números, transcrito da página 198, pede uma observação. Em um primeiro momento, a referência aos camarotes e lugares na plateia, no Teatro São João, poderia ser comparada à citação do número de portas, janelas e sinos do Palácio de Mafra, que classificamos como uma descrição geradora de efeito de real na análise do primeiro capítulo do livro. Porém, no caso do teatro, entendemos que os números ganham nova significação, ao sugerirem uma ampliação dos espaços destinados à cultura no Brasil por ocasião da instalação da família real no Rio de Janeiro. A construção do teatro, no Rio, é decorrente dos eventos narrados e, em sua imponência, remete a uma preocupação cultural que não existia antes da chegada da realeza. Mesmo assim, na descrição do teatro se obtém o efeito de real, através da impressão de precisão jornalística decorrente da referência aos números.

Já na descrição pormenorizada encontramos, novamente, tanto detalhes que remetem a novos significados quanto detalhes que aparentam relação direta com seus referentes. Em uma visão geral da descrição fornecida por Alexander Caldcleugh e citada entre aspas por Gomes (2007), notamos que a qualidade das vestes dos indivíduos, bem como sua posição na fila, decaem conforme o grau de importância de cada um no âmbito da família. No entanto, alguns detalhes, especialmente se observados isoladamente, aparentemente não apresentam relação simbólica com o status do indivíduo, tais como as cores das calças e jaqueta do senhor, ou dos sapatos e meias da dona da casa. A exemplo do que observamos em descrições anteriores, nessa notamos que a naturalização do leitor à narrativa ocorre em conjunto com a transmissão de novos significados. Convém ainda citar que se trata de outro caso onde a citação entre aspas, atribuída a uma fonte, reforça o caráter de precisão na narrativa jornalística.

O capítulo 19 também trata de mudanças decorrentes da instalação da corte no Brasil. Entretanto, se concentra no Rio de Janeiro, narrando os investimentos realizados na cidade pelo chefe da polícia, Paulo Fernandes Viana, nomeado pelo príncipe regente. O capítulo também narra como eram realizadas as ações policiais na época. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela 20 – Capítulo 19 (O chefe da polícia)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
<p>Nomes completos de personagens</p> <p>Referência a instituições</p> <p>Referência precisa a datas (dia/mês/ano)</p>	<p>“[...] A tarefa de colocar alguma ordem no caos foi confiada por D. João ao advogado Paulo Fernandes Viana. Desembargador e ouvidor da corte, nascido no Rio de Janeiro e formado pela Universidade de Coimbra, Vianna foi nomeado intendente-geral da polícia pelo alvará de 10 de maio de 1808, cargo que ocupou até 1821, o ano de sua morte” (GOMES, 2007, p. 205).</p>
<p>Citação de documentos-fontes</p> <p>Referência precisa a datas (dia/mês/ano)</p> <p>Nomes completos de personagens</p> <p>Números e/ou estatísticas</p>	<p>“[...] Registro policial de 15 de abril de 1818 revela que ‘José Rebolo, escravo de Alexandre Pinheiro, foi preso por usar um boné com fitas amarelas e vermelhas’. Tinha em seu poder uma faca de ponta. A punição: trezentos açoites e três meses de prisão” (GOMES, 2007, p. 207).</p>
<p>Números e/ou estatísticas</p>	<p>“[...] Uma bomba populacional abalou o Rio de Janeiro nos treze anos em que a corte portuguesa esteve no Brasil. O número de habitantes, que era de 60000 em 1808, tinha dobrado em 1821” (GOMES, 2007, p. 204).</p>
<p>Citações entre aspas (atribuídas a fontes)</p>	<p>“[...] ‘A capoeira era um símbolo de cultura africana, ostentado orgulhosamente pelos escravos nas ruas do Rio de Janeiro’, relata a historiadora Leila Mezan Algranti” (GOMES, 2007, p. 207).</p>

Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
A vista do morro do Vidigal.	“[...] Em recompensa por seus serviços, Vidigal recebeu de presente dos monges beneditinos, em 1820, um terreno ao pé do Morro Dois Irmãos. Invadido por barracos a partir de 1940, o terreno está hoje ocupado pela Favela do Vidigal, de onde se tem uma vista privilegiada das praias de Ipanema e do Leblon” (GOMES, 2007, p. 209-210).

No trecho que retiramos da página 205 encontramos expressões de objetivação de três categorias. A referência ao personagem principal do capítulo, Paulo Fernandes Viana, apresenta não só o seu nome completo, mas sua naturalidade, suas funções, formação e universidade onde estudou. Vemos na citação da universidade também uma outra expressão de objetivação, no caso, referência à instituição. O trecho também apresenta uma data completa. A tabela mostra ainda que encontramos referência a um documento utilizado como fonte, no caso, um registro policial devidamente datado, referências a números e uma declaração entre aspas.

Classificamos como pormenor a descrição da vista que se tem atualmente a partir da Favela do Vidigal. A própria referência à favela, aparentemente, não tem relação com a intriga, visto que ela sequer existia na época dos fatos. Tal referência pode ser interpretada como uma forma de facilitar ao leitor a localização do antigo terreno que Vidigal recebeu dos monges, o que a coloca na condição de expressão de objetivação da categoria de referência a lugares. Já a vista das praias de Ipanema e do Leblon, logradouros que sequer eram conhecidos por esses nomes na época da doação do terreno, é um detalhe a mais, um pormenor e, assim, uma possível forma de naturalizar o leitor contemporâneo com o cenário descrito.

No capítulo 20, Gomes (2007) aborda a questão da escravidão no Brasil colônia. O capítulo tem várias descrições de instrumentos de tortura e de castigos impostos aos escravos, as quais mostram ao leitor o caráter de barbárie da escravidão e, desta forma, têm função simbólica. O efeito de real aqui é jornalístico, ou seja, se restringe às expressões de objetivação:

Tabela 21 – Capítulo 20 (A escravidão)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
<p>Números e/ou estatísticas</p> <p>Citação de pessoas-fontes</p> <p>Nomes completos de personagens</p> <p>Números e/ou estatísticas</p>	<p>“[...] Uma besta adestrada custava no Rio de Janeiro cerca de 28000 réis, valor que, segundo o historiador Almeida Prado, o botânico austríaco Karl Friedrich Phillip von Martius teria pago por um animal em 1817. Ou seja, o preço do escravo comprado pelo arquivista Marrocos era equivalente ao de três mulas de carga” (GOMES, 2007, p. 219).</p>
<p>Números e/ou estatísticas</p>	<p>“[...] Entre os séculos XVI e XIX, cerca de 10 milhões de escravos africanos foram vendidos para as Américas. O Brasil, maior importador do continente, recebeu quase 40% desse total, algo entre 3,6 milhões e 4 milhões de cativos, segundo as estimativas aceitas pela maioria dos pesquisadores” (GOMES, 2007, p. 215).</p>
<p>Citações entre aspas (atribuídas a fontes)</p>	<p>“[...] ‘Por volta de 1807, o trabalho escravo no Brasil havia se tornado um deus econômico, com o comércio escravo como seu todo poderoso braço direito. Tentar suprimir o tráfico [...] era uma atividade vã’, avaliou o historiador Alan K. Manchester” (GOMES, 2007, p. 215).</p>

No trecho da página 219 encontramos expressões de objetivação de três categorias. Nele, o número que remete ao valor de uma besta adestrada está relacionado ao nome completo de um personagem que comprou um destes animais, sendo que um historiador aparece como fonte da informação. Tal transação é citada para possibilitar um comparativo entre o preço dos animais e dos escravos, ampliando a impressão de precisão jornalística. Na transcrição de baixo temos mais números e estatísticas e, ao final da tabela, uma citação entre aspas.

Também não há descrições geradoras de efeito de real no capítulo 21. Nele, Gomes (2007) aborda as impressões que viajantes tiveram do Brasil, após visitas realizadas no período em que a família real viveu na colônia. O capítulo apresenta descrições realizadas por esses viajantes, as quais concedem ao leitor uma ideia acerca da realidade social e econômica do Brasil no período, bem como dos hábitos e costumes dos viajantes. Desta forma, tais descrições exercem função simbólica. Novamente, o efeito de real ficou a cargo das expressões de objetivação:

Tabela 22 – Capítulo 21 (Os viajantes)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Nomes completos de personagens Referência precisa a datas (dia/mês/ano)	“[...] James Henderson , que saiu de Londres em 11 de março de 1819 a bordo do navio <i>Echo</i> , é um dos viajantes tardios do período de D. João VI no Brasil” (GOMES, 2007, p. 238).
Citação de pessoas-fontes Números e/ou estatísticas	“[...] Em 1949, o pesquisador Rubens Borba de Moraes catalogou um total de 266 viajantes que haviam escrito sobre o povo, a geografia e as riquezas brasileiras” (GOMES, 2007, p. 230).
Números e/ou estatísticas	“[...] Ao final da viagem, levaram para Munique 85 espécies de mamíferos, 350 de aves, 130 de anfíbios, 116 de peixes, 2700 de insetos, 80 de aracnídeos e crustáceos e 6500 plantas ” (GOMES, 2007, p. 240).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘No Rio me deparei com um mundo inteiramente novo, em que me atirei para reproduzir o que via, dia e noite, até cair exausto’ , contou o pintor austríaco Thomas Ender, que chegou ao Brasil em 1817, junto com a missão científica que acompanhou a princesa Leopoldina” (GOMES, 2007, p. 230).

Como demonstra a tabela, encontramos no capítulo 21 expressões de objetivação de cinco categorias. No primeiro trecho transcrito na tabela, temos o nome de um

personagem e uma data, em seguida, um número informado por um pesquisador apresentado como fonte e, abaixo, mais referências a números e uma citação entre aspas, dentre várias encontradas neste capítulo.

4.4 Terceiro bloco: a volta da família real e os fatores desta mudança

A partir do capítulo 22, Gomes (2007) passa a descrever o contexto político, tanto no Brasil quanto na Europa, que influenciou no retorno de D. João para Portugal. O autor aborda a queda de Napoleão Bonaparte, fato que fez com que o imperador francês deixasse de ser uma ameaça à corte portuguesa, viabilizando seu retorno à Europa e gerando, entre os portugueses, pressões para que isso de fato ocorresse, como será relatado mais adiante.

Aqui voltamos a encontrar descrições geradoras de efeito de real, além de expressões de objetivação.

Tabela 23 – Capítulo 22 (O Vietnã de Napoleão)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (dia/mês/ano) Números e/ou estatísticas	“[...] No dia 24 de junho de 1808, quarenta estudantes à frente de 2000 camponeses cercaram uma guarnição francesa encarregada de vigiar a Fortaleza de Santa Catarina na cidade de Figueira da Foz” (GOMES, 2007, p. 245).
Nomes completos de personagens	“[...] Embora fosse um velho amigo do imperador francês, o general Jean Andoche Junot estava longe de ser um oficial de primeira linha. Tinha feito uma carreira mediana quando comparado aos grandes generais de Napoleão, como André Masséna, Nicolas Soult ou Louis Davoust ” (GOMES, 2007, p. 243-244).
Números e/ou estatísticas	“[...] De um total de 29000 soldados que participaram da invasão de Portugal, só 22000 voltaram para casa. Os outros 7000 – quase um quarto do total –

	morreram nas marchas forçadas, nos campos de batalha ou nas emboscadas armadas pelos portugueses” (GOMES, 2007, p. 245).
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
Descrição da cicatriz de Junot e de sua esposa, Laura.	“[...] Na época em que recebeu a missão de invadir Portugal, estava com pouco mais de trinta anos. Conhecido pelo apelido ‘A Tempestade’ devido à índole feroz e irascível, exibia no rosto as marcas das batalhas de que havia participado. Num lado da face, uma cicatriz profunda, de alto a baixo, era o resultado de um golpe de sabre recebido durante a campanha da Itália. [...] Era casado com Laura Junot, a duquesa de Abrantes, que entrou para a história como autora dos comentários mais picantes e irreverentes sobre os costumes da corte portuguesa. Registradas em seu diário pessoal, as críticas da duquesa fazem até hoje a delícia dos historiadores e estudiosos do período” (GOMES, 2007, p. 244).

Encontramos no capítulo 22 três categorias de expressões de objetivação. Na primeira transcrição da tabela constam data e número, na seguinte, o nome completo de Junot, personagem-chave do capítulo, depois, mais números.

Dois detalhes no trecho transcrito na página 244 surgem como possíveis geradores de efeito de real. O fragmento apresenta uma descrição do general Jean Andoche Junot, cuja campanha desastrosa em Portugal é considerada um dos motivos da queda de Napoleão. As referências ao apelido de Junot – A Tempestade – e às cicatrizes de batalha em seu rosto são simbólicas e revelam a personalidade combativa do militar, não só no âmbito político, mas também nos campos de batalha. Mas nos chama a atenção que Gomes (2007) não se limita a dizer que Junot tinha cicatrizes no rosto. O autor dá destaque a uma das cicatrizes, que desce pelo rosto do personagem, e informa em que campanha militar ocorreu o ferimento. A referência a essa cicatriz em particular é um pormenor no âmbito da descrição de Junot.

O outro é a referência à esposa de Junot, Laura. O fato de Laura ser autora de comentários picantes sugere tratar-se de uma mulher irônica, crítica ou, no mínimo,

afeita a esse tipo de assunto. É uma descrição simbólica, mas que remete a ela, e não ao marido, tema principal da descrição que transcrevemos acima. Entendemos que a referência aos comentários picantes configura uma descrição simbólica da personalidade de Laura, ao passo que a referência a Laura como esposa de Junot é um pormenor, gerador de efeito de real, na descrição do general. O casamento com Laura não nos parece sugerir novos significados sobre a personalidade de Junot, tampouco tem relação com o desfecho de sua campanha em Portugal. Acreditamos que existe, na referência a Laura, uma redundância na produção de efeito de real, que ocorre tanto por meio do artifício literário (a descrição pormenorizada) quanto jornalístico, visto que a referência precisa a nomes de personagens também é uma expressão de objetivação.

O capítulo 23 trata do movimento revolucionário que eclodiu em Pernambuco em 1817. A conspiração, cujo objetivo era fundar uma república independente no Nordeste brasileiro, foi reprimida pela corte portuguesa. Porém, é apresentada no capítulo como um dos eventos que abalaram a estabilidade do governo português no Brasil e influenciaram na decisão pela partida de volta a Portugal. Segue a tabela:

Tabela 24 – Capítulo 23 (A república pernambucana)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (dia/mês/ano)	“[...] Os revolucionários ocuparam Recife em 6 de março de 1817 ” (GOMES, 2007, p. 254).
Referência precisa a lugares	“[...] No interior, a batalha decisiva foi travada na localidade de Ipojuca, hoje sede do município em que está a Praia do Porto de Galinhas ” (GOMES, 2007, p. 257).
Referência a pessoas-fontes Nomes completos de personagens	“[...] O historiador Tobias Monteiro conta que o chefe rebelde Domingos José Martins e sua esposa convidaram as senhoras pernambucanas a cortar os cabelos, considerados ‘vãos ornamentos’, como sinal de adesão à república” (GOMES, 2007, p. 255-256).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] O historiador Oliveira Lima, ao avaliar essa relação secreta, dizia que Hipólito José da Costa , ‘ se não foi propriamente venal, não foi todavia

Nomes completos de personagens	incorrupível, pois se prestava a moderar seus arrancos de linguagem a troco de considerações, de distinções e mesmo de patrocínio oficial” (GOMES, 2007, p. 256-257).
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
O vento frio da primavera.	“Em maio de 1817, um misterioso personagem percorria as ruas batidas pelo vento frio da primavera na cidade de Filadélfia, a antiga capital dos Estados Unidos. O comerciante Antônio Gonçalves Cruz, o Cabugá, era o agente secreto de uma conspiração em andamento em Pernambuco. Levava na bagagem 800000 dólares, quantia assombrosa para a época. Atualizada pelo valor de compra, seria o equivalente em 2007 a cerca de 12 milhões de dólares” (GOMES, 2007, p. 250).

Encontramos no capítulo seis categorias de expressões de objetivação. Em uma delas, transcrita no segundo quadro da tabela, o autor volta a utilizar um ponto de referência atual. Também encontramos referência precisa à data e referências a fontes que, por sua vez, referenciam personagens – uma delas em uma citação entre aspas.

No trecho da página 250, elencamos como pormenor uma nova descrição climática. O vento frio da primavera naturaliza o leitor ao cenário onde está Cabugá. No mesmo trecho, o efeito de real se potencializa também com três expressões de objetivação jornalística: as referências precisas à data, a personagem e a número – no caso, a quantia em dinheiro levada por Cabugá, em valores da época e com atualização monetária.

O capítulo 24 surge como uma breve interrupção na narrativa de eventos críticos que influenciaram a decisão de partida da família real. O capítulo aborda o ano de 1818, considerado muito positivo para a nobreza. No período houve a coroação de D. João VI como rei e o casamento de seu filho, D. Pedro, com dona Leopoldina. Tratam-se de eventos que, embora em dicotomia em relação à linha de narração de crises que começa no capítulo 22, são relevantes no âmbito da história da permanência da família real no Brasil. Vejamos na tabela a seguir como se dá o efeito de real:

Tabela 25 – Capítulo 24 (Versailles tropical)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (dia/mês/ano)	“[...] A coroação aconteceu em 6 de fevereiro de 1818 . Foi a primeira e única vez que um soberano europeu foi aclamado na América” (GOMES, 2007, p. 260).
Referência a pessoas-fontes	“[...] O historiador Tobias Monteiro acrescenta um detalhe pitoresco desses passeios: o ritual que envolvia as necessidades fisiológicas do rei” (GOMES, 2007, p. 267).
Números e/ou estatísticas	“[...] Além de patrocinar a festa de arromba, Marialva levou para distribuir como presentes na corte austríaca 167 diamantes , no valor total de 6873 libras esterlinas , dezessete barras de ouro , no valor de 1100 libras , além de condecorações cravejadas de pedras preciosas e muitas joias avaliadas em 5800 libras ” (GOMES, 2007, p. 261).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘ Desde o desembarque de dona Leopoldina até o aniversário de D. João, a corte do Rio de Janeiro foi, por assim dizer, uma festa só ’, observou o historiador Jurandir Malerba” (GOMES, 2007, p. 260).
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
A rotina de D. João VI	“[...] Fora desses momentos de celebração, o rei D. João VI levava no Rio de Janeiro uma vida pacata e tranquila. Acordava às 6h, vestia-se com ajuda de seu camareiro, Matias Antônio Lobato, o visconde de Magé, e ia rezar no oratório. Comia frangos com torradas durante as audiências matinais, nas quais recebia os fidalgos mais íntimos e os serviçais da corte. [...] As refeições principais eram feitas com os filhos. Na sobremesa, havia sempre a pequena

	cerimônia conhecida como ‘o lava-mãos’: o príncipe D. Pedro, filho mais velho, segurava uma bacia de prata, enquanto o mais novo, D. Miguel, despejava água para que D. João lavasse as mãos sujas de gordura. Depois do almoço, o rei dormia uma ou duas horas e, no final da tarde, saía para passear, às vezes, dirigindo ele próprio uma pequena carruagem puxada por mulas” (GOMES, 2007, p. 266-267).
--	---

Elencamos, dentre as expressões de objetivação, referência precisa à data e a valores monetários (números) e citação de fontes, inclusive com declaração entre aspas. Na transcrição das páginas 266 e 267, temos uma longa descrição dos hábitos de D. João no período. De forma geral, a descrição tem caráter simbólico, ao confirmar a tranquilidade da vida do soberano, como o próprio Gomes (2007) antecipa no início do trecho. A descrição da cena do lava-mãos também é simbólica, demonstrando o respeito dos príncipes em relação ao pai. A bacia, no caso, é de prata, remetendo à nobreza. Até a referência da opção de D. João em passear guiando mulas – animais mais dóceis que os cavalos – sugere uma busca pela tranquilidade. O pormenor, no caso, é a referência ao camareiro.

O fato de D. João vestir-se com auxílio também é simbólica, remetendo à busca por conforto mesmo na hora de se vestir, mas Gomes (2007) acrescenta a essa descrição simbólica um pormenor: o camareiro é Matias Antônio Lobato, o visconde de Magé. Além de expressão de objetivação (referência a nome completo de personagem), a citação de Lobato como quem ajudava o rei nos parece um pormenor no âmbito da descrição da rotina de D. João. Novamente, notamos uma potencialização da geração do efeito de real, o qual pode emergir tanto mediante o artifício jornalístico (expressão de objetivação) quando literário (descrição pormenorizada), ou ainda por meio de ambos.

No capítulo 25 Gomes (2007) volta a abordar crises que motivaram a família real a ir embora do Brasil. A função do capítulo, portanto, é acrescentar motivos que justificam a decisão de D. João de voltar à Europa. São abordados o estado de abandono em que estava Portugal após a expulsão dos franceses e a pressão dos portugueses pelo retorno da corte. Como demonstra a tabela, o efeito de real surge por meio de expressões de objetivação.

Tabela 26 – Capítulo 25 (Portugal abandonado)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (dia/mês/ano)	“[...] Na manhã de 30 de novembro de 1807 , dia seguinte ao da partida da família real, as velas da esquadra portuguesa ainda não tinham desaparecido no horizonte quando o pânico tomou conta de Lisboa” (GOMES, 2007, p. 270).
Nomes completos de personagens	“[...] Antes de ocupar Lisboa, o general Jean Andoche Junot ainda tentou, inutilmente, tranquilizar os portugueses com uma proclamação na qual prometia protegê-los e preservar os seus direitos” (GOMES, 2007, p. 271).
Citação de documentos-fontes	“[...] O clima de ressentimento dos portugueses em relação ao Brasil pode ser medido no panfleto assinado por Manuel Fernandez Thomaz , um dos chefes revolucionários de 1820, no qual atacava de forma preconceituosa os brasileiros” (GOMES, 2007, p. 279).
Números e/ou estatísticas	“[...] Prejudicado pela concorrência britânica, o comércio de Portugal para o Brasil despencou. As exportações para a colônia, que eram de 94 milhões de cruzados entre 1796 e 1807, caíram para apenas 2 milhões de cruzados nos dez anos seguintes. No sentido contrário, as exportações do Brasil para Portugal se reduziram de 353 milhões de cruzados para a metade, 189 milhões ” (GOMES, 2007, p. 276).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘À fome generalizada, à carência de gêneros alimentícios, à desorganização da produção de vinho e azeite, somava-se a paralisação dos portos, de início fechados por Junot e depois desvitalizados e sem movimento por causa do tratado de 1810’ , observou a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias” (GOMES, 2007, p. 276).

As expressões de objetivação do capítulo remetem a datas, nomes de personagens, documentos pesquisados pelo autor (no exemplo transcrito, o panfleto assinado por Manuel Fernandez Thomaz) e números referentes a valores monetários. Também transcrevemos uma citação. Chama a atenção a opção do autor pela redundância: ele repete informações que já são do conhecimento do leitor que chegou a este capítulo. É o que ocorre no caso da data seguinte ao dia da partida da família real e da identificação do general Junot. Ambas as informações, também entendidas como expressões de objetivação, voltam a aparecer de forma exata, evidenciando interesse em demonstrar apego à precisão.

A confluência de eventos citados por Gomes (2007) neste terceiro bloco temático culminará no embarque da família real rumo à Europa no capítulo 26. Nele, encontramos expressões de objetivação e a referência a um pormenor.

Tabela 27 – Capítulo 26 (O retorno)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a lugares	“[...] Na manhã de 26 de fevereiro, uma multidão aglomerada no Largo do Rocio, atual Praça Tiradentes , exigia a presença do rei no centro do Rio de Janeiro e a assinatura da Constituição Liberal” (GOMES, 2007, p. 282).
Citação de documentos-fontes Nomes completos de personagens Citação de pessoas-fontes	“[...] Uma prova de que o rei não queria voltar é um panfleto que circulou no Rio de Janeiro e nas principais cidades brasileiras em janeiro de 1821 . Escrito por Francisco Cailhé de Geine , o texto em francês defendia a permanência de D. João no Rio de Janeiro. [...] O historiador Tobias Monteiro encontrou provas de que D. João não só tomou conhecimento do texto como autorizou sua divulgação” (GOMES, 2007, p. 283-284).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘ A realeza, que acabava de viver na corrupção, fizera um verdadeiro assalto ao erário brasileiro ’, escreveu o historiador Oliveira Lima” (GOMES, 2007, p. 284).

Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
Os archotes.	“[...] Na noite de 24 de abril de 1821, um cortejo fúnebre atravessou em silêncio as ruas do Rio de Janeiro. Transportava para a câmara ardente de uma fragata ancorada no porto os restos mortais da rainha D. Maria I, falecida em 1816, e do infante D. Pedro Carlos, vítima de tuberculose em 1812. D. João VI acompanhou a procissão à luz dos archotes, atrás dos dois esquifes [...]. Era o final da corte portuguesa no Brasil” (GOMES, 2007, p. 281).

Dentre as expressões de objetivação, novamente encontramos uma identificação precisa de lugar, que emprega um ponto de referência atual. Também encontramos referência a documento (o panfleto de Francisco Cailhé de Geine, personagem identificado por nome completo,) e mais referências a fontes, inclusive com declaração entre aspas.

Na narrativa do embarque dos restos mortais, nos chamou a atenção a referência aos archotes. O autor já havia informado que o cortejo seguia à noite – inclusive, fazendo referência precisa à data do fato, gerando objetivação. Por mais que parecesse óbvio o emprego de luz artificial para iluminar o cortejo, o autor acrescenta esse pormenor à descrição da cena: a luz vinha de archotes. Entendemos que se trata de mais um detalhe, sem grande importância para o andamento da intriga e sem a função de transmitir significado, mas com a capacidade de naturalizar o leitor ao ambiente.

Após narrar o retorno da família real a Portugal, Gomes (2007) apresenta uma avaliação das mudanças econômicas e sociais atribuídas à presença da corte na colônia ao longo de 13 anos. O capítulo 27 é repleto de avaliações de historiadores e pesquisadores acerca do assunto, o que se refletiu no aparecimento de determinadas categorias de expressões de objetivação. Como vemos na tabela abaixo, no capítulo há referências a fontes, inclusive, com aspas, e números.

Tabela 28 – Capítulo 27 (O novo Brasil)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referências a pessoas-fontes	“[...] o americano Roderick J. Barman , autor do livro <i>Brazil: the forging of a nation</i> , levanta algumas hipóteses sobre qual teria sido o destino dos territórios portugueses na América sem a vinda da corte para o Rio de Janeiro” (GOMES, 2007, p. 290).
Números e/ou estatísticas	“[...] Em 1881, quando a chamada Lei Saraiva estabeleceu, pela primeira vez, a eleição direta para alguns cargos legislativos, somente 1,5% da população tinha direito ao voto” (GOMES, 2007, p. 295).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘As portas fechadas durante trezentos anos estavam abertas de repente, e a colônia ficou fora do controle da metrópole’ , assinalou o historiador Alan K. Manchester” (GOMES, 2007, p. 292).

Não encontramos no capítulo descrições geradoras de efeito de real, o qual ocorre, aqui, em função das expressões de objetivação jornalística, particularmente, relativas às três categorias que elencamos na tabela acima.

Como forma de ilustrar as mudanças que ocorreram no Brasil por ocasião da estada da família real na colônia, Gomes (2007) apresenta, no capítulo 28, o que chama de conversão de Marrocos. Conforme o autor, o arquivista real, que nos capítulos anteriores aparecia cultivando uma forte aversão ao Brasil, passa a gostar da colônia; tanto, que se casa com uma carioca e não retorna com a corte a Portugal. Aqui voltamos a encontrar uma descrição pormenorizada.

Tabela 29 – Capítulo 28 (A conversão de Marrocos)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
Referência precisa a datas (dia/mês/ano)	“[...] Luiz Joaquim e Anna Maria casaram-se no dia 22 de setembro de 1814 . A notícia só é comunicada à família dois meses mais tarde, em carta de 1º de

Citação de documentos-fontes	novembro ” (GOMES, 2007, p. 299).
Referência precisa a lugares	“[...] (Marrocos) foi sepultado na catacumba 85 da Igreja de São Francisco de Paula , no Rio de Janeiro” (GOMES, 2007, p. 303).
Nomes completos de personagens	“[...] O arquivista real Luiz Joaquim dos Santos Marrocos foi um dos milhares de portugueses ligados à corte que ficaram no Brasil depois da partida da família real” (GOMES, 2007, p. 296).
Citação de documentos-fontes	“[...] Exatamente um mês antes do embarque de D. João de volta para Portugal, ele escreveu a última das 186 cartas que enviou ao pai, Francisco José, e à irmã, Bernardina, desde que chegara ao Rio de Janeiro, em 1811. O tom é de lamento e de despedida” (GOMES, 2007, p. 296).
Números e/ou estatísticas	“[...] O restante do acervo da antiga Biblioteca Real permaneceu no Brasil e mais tarde foi comprado de Portugal por D. Pedro I para formar a base da atual Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O preço pago por esses livros, de 800 contos de réis (cerca de 250000 libras esterlinas na época), correspondia a 12,5% da indenização exigida pelo governo português para reconhecer a Independência Brasileira” (GOMES, 2007, p. 301).
Citações entre aspas (atribuídas a fontes)	“[...] ‘Criar uma família no Rio resultou (para Marrocos) numa transformação de filho em pai que se assemelhava à própria mudança do Brasil, de uma colônia a centro do império’ , observou a historiadora americana Kirsten Schultz” (GOMES, 2007, p. 303).
Pormenor	Reprodução do trecho onde consta o pormenor
A descrição de características do escravo de Marrocos	“[...] Antes de encerrar a carta, Marrocos faz duas observações curiosas sobre o escravo. A primeira é que o negro ‘tem um grande rancor a mulheres e a

	gatos'. A segunda é o hábito de observar o arquivista enquanto dorme para evitar que os mosquitos o ataquem” (GOMES, 2007, p. 300).
--	---

O capítulo apresenta seis categorias de expressões de objetivação. Novamente, constatamos a repetição de informações já dadas anteriormente – como o nome completo de Marrocos, conforme o trecho que transcrevemos da página 296 – o que entendemos como mostra do interesse em transmitir ao leitor a sensação de precisão. Também merece destaque o trecho da página 301, onde há referência precisa a números e também a estatísticas.

Como afirma Gomes (2007), as observações de Marrocos em relação ao escravo, que transcrevemos na parte inferior da tabela, são realmente curiosas. Notamos que parte no trecho consiste em uma descrição simbólica do escravo. A descrição do hábito de vigiar o sono de Marrocos sugere um zelo excessivo ao dono, ao passo que o rancor por mulheres abre a possibilidade de se interpretar que o escravo seria homossexual, ou que se irritava diante de alguma característica feminina. Já a aversão a gatos, aparentemente, não remete a segundos significados. Trata-se de uma descrição do escravo que não possibilita maiores interpretações sobre a sua personalidade. Ele, simplesmente, não gostava de gatos. Portanto, é um pormenor na descrição do escravo, inicialmente apresentado por Marrocos em sua carta e transcrito por Gomes (2007).

O autor encerra o livro, no capítulo 29, apresentando uma descoberta feita por ele mesmo. Marrocos, o personagem que ilustra as mudanças ocorridas no Brasil e que, graças a suas cartas, tem hoje grande importância para o trabalho dos historiadores, teve uma filha antes do casamento. A criança, conforme as apurações de Gomes (2007), foi deixada pelo arquivista em uma instituição destinada a órfãos. O capítulo aborda um evento sem importância alguma no âmbito da intriga narrada ao longo da obra, mas traz à tona o destino de crianças consideradas bastardas em uma época onde ter um filho antes do casamento era um fato escandaloso.

A tabela a seguir, onde elencamos expressões de objetivação, evidencia a preocupação do autor em buscar demonstrar precisão jornalística em sua investigação:

Tabela 30 – Capítulo 29 (O segredo)

Categorias de expressões de objetivação	Reprodução do trecho onde consta a expressão de objetivação
<p>Referência precisa a datas (dia/mês/ano)</p> <p>Nomes completos de personagens</p>	<p>“[...] No dia 15 de junho de 1814, uma criança chamada Joaquina dos Santos Marrocos nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Joaquina é uma filha que o arquivista real teve antes do casamento e cuja existência manteve em sigilo nas 186 cartas que enviou do Rio de Janeiro para a família, em Lisboa.” (GOMES, 2007, p. 305).</p>
<p>Referência a instituições</p>	<p>“[...] Santíssimo Sacramento era o nome de uma das irmandades religiosas mais antigas do Brasil colônia. Mantida por leigos de alta distinção social, tinha entre suas responsabilidades abrigar e dar assistência a crianças órfãs de mães solteiras de famílias abastadas” (GOMES, 2007, p. 309).</p>
<p>Referência a documentos-fontes</p> <p>Referência a instituições</p>	<p>“[...] Aos quatro meses de idade, no dia 22 de novembro, Joaquina foi batizada na Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé. As anotações de suas certidões de nascimento e batismo estão guardadas na forma de microfilme em um banco de dados que reúne mais de um bilhão de nomes na cidade de Salt Lake City, a sede fundadora dos mórmons nos Estados Unidos. Podem ser consultadas pela Internet no site www.familysearch.org, mantido pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e considerado um dos maiores e mais completos serviços de genealogia do mundo” (GOMES, 2007, p. 306).</p>
<p>Números e/ou estatísticas</p>	<p>“[...] Estatisticamente, seria quase impossível que no Rio de Janeiro de 1814, uma cidade de apenas 60000 habitantes, dos quais menos da metade eram brancos como a família do arquivista real, houvesse um casal homônimo” (GOMES, 2007, p. 306).</p>

Como mostra a tabela, não encontramos no último capítulo artifícios literários geradores de efeito de real. Porém, fica nítida, particularmente, na transcrição da página 306, a intenção do autor em fazer referência aos documentos que utilizou em sua pesquisa (anotações de certidões de nascimento e batismo, guardadas na forma de microfilme), bem como à instituição que fornece acesso a estes dados (a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias). Além de fazer referência à instituição, Gomes (2007) a legitima, afirmando que seu serviço de genealogia é um dos mais completos do mundo. Nesse trecho, há uma clara intenção do autor de demonstrar a precisão de sua pesquisa, explicando ao leitor como obteve os dados.

O capítulo todo pode ser considerado uma forma de legitimação do jornalismo como instituição capaz de pesquisar e trazer novas informações. Nele, Gomes (2007) faz questão de mostrar ao leitor que descobriu um fato até então desconhecido, inclusive, pelos historiadores. É como se todo o capítulo operasse como uma expressão de objetivação jornalística.

Com as observações acerca do capítulo 29, concluímos nossa demonstração do emprego de expressões de objetivação e de descrições pormenorizadas, como artifícios geradores de efeito de real, na obra *1808, como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil* (2007).

Observamos na análise das tabelas o predomínio do emprego de expressões de objetivação, artifício vinculado à prática jornalística encontrado em todos os capítulos e na forma de várias categorias. Por um lado, essa presença constante de expressões de objetivação ao longo da narrativa se relaciona, ao nosso entender, com o conteúdo informativo que emerge da maioria dessas expressões, visto que datas, nomes de personagens, números, estatísticas e referências a lugares, por exemplo, fornecem informações ao leitor, algumas, imprescindíveis para a compreensão dos eventos narrados. Por outro, entendemos que o uso de tais expressões também sugere intenção de gerar efeito de real, o que se evidencia na repetição dos mesmos números, datas e nomes completos de personagens, como assinalamos durante a análise dos capítulos 15, 25 e 28. Outro indício desta intenção de gerar efeito de real é o uso recorrente de referências às fontes das informações, inclusive, com vários trechos entre aspas.

Acreditamos que o uso das expressões de objetivação, ao indicar uma intencionalidade em termos de geração de efeito de real, sugere que as mesmas intenções regem o uso de recursos literários vinculados a este mesmo efeito,

particularmente, as descrições pormenorizadas e destituídas de segundos significados aparentes. Ao longo da obra, encontramos descrições deste tipo em 18 dos 29 capítulos, muitas delas agindo em conjunto com expressões de objetivação, nos mesmos trechos. Portanto, a análise de nossas tabelas sugere a intenção, por parte do autor, de autenticar a narrativa através de recursos tanto jornalísticos quanto literários. O que nos intriga desde o início da pesquisa é o que emerge da opção do autor pelo emprego de recursos literários geradores de efeito de real, visto que o jornalismo, por si só, já conta com a autenticação decorrente não só das expressões de objetivação, como também de sua legitimidade como transmissor do real.

É dessa questão que passaremos a tratar no capítulo seguinte, destinado às nossas considerações interpretativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da obra *1808, como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, Laurentino Gomes (2007) oferece um texto, a título de prefácio, intitulado *O editor, a professora e o bibliófilo*. Nele, homenageia três colaboradores que, de uma forma ou de outra, tiveram participação na pesquisa que originou o livro⁶⁰. Chama a atenção, neste prefácio, sua primeira frase: “Este livro é o resultado de dez anos de investigação jornalística” (GOMES, 2007, p. 15, grifo nosso).

A intenção do autor em evidenciar o caráter jornalístico de seu trabalho reapareceu três anos depois na obra *1822, como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado* (2010). Continuação da narrativa de *1808*, a obra *1822* tem como protagonista D. Pedro I, filho de D. João e Carlota Joaquina, e aborda as circunstâncias que envolveram a Independência do Brasil. Na introdução, Gomes (2010) afirma que

[...] pesquisar o tema e escrever este livro envolveu um intenso *trabalho de reportagem*, no qual me vali de três décadas de experiência como *repórter e editor em redações de jornais e revistas* para construir um mosaico do Brasil e de Portugal entre 1821, ano da volta de D. João VI a Lisboa, e 1834, data da morte do imperador Pedro I. (GOMES, 2010, p. 23, grifo nosso).

Gomes (2010), em seguida, afirma que empregou em sua pesquisa técnicas jornalísticas e chama sua obra de livro-reportagem. Tomando emprestado um termo comum ao estudo do cinema e do documentário, podemos afirmar que o autor realiza uma indexação, processo onde, conforme Ramos (2008), são fornecidos elementos para viabilizar a identificação do conteúdo como ficcional ou não ficcional, revelando as intenções de quem o produz em termos de realizar asserções ou de fingir realizá-las. A indexação passa também pelo estilo do texto (seja impresso ou em filme), ou seja, pode ocorrer a identificação da narrativa como não ficcional através, por exemplo, do uso de recursos linguísticos comuns à reportagem jornalística, tais como as expressões de objetivação. Gomes (2007 e 2010), porém, prefere deixar claro ao leitor suas intenções e

⁶⁰ São eles o jornalista e antigo colega de Laurentino Gomes, Tales Alvarenga, do qual partiu a ideia embrionária de se produzir um conteúdo jornalístico acerca da História do Brasil; a professora Maria Odila Leite da Silva Dias, que orientou o autor; e o bibliófilo José Mindlin, que franqueou o acesso de Gomes a sua biblioteca particular onde guarda 38 mil títulos raros e antigos.

indexa ele próprio suas narrativas como não ficcionais, ao chamá-las de livros-reportagem.

Em texto encaminhado a nossa pesquisa, ao ser entrevistado via e-mail⁶¹, Laurentino Gomes (2012a) busca salientar o caráter jornalístico de sua obra. O autor volta a ressaltar que se valeu de 30 anos de experiência como jornalista para realizar a pesquisa e afirma que emprega, em sua narrativa, recursos linguísticos comuns ao jornalismo para tornar seu texto mais acessível a leitores menos habituados com os textos acadêmicos, que ele classifica como áridos e incompreensíveis aos olhos destes leitores, como consta no fragmento abaixo.

[...] Procuo observar os acontecimentos e personagens *sob a ótica do jornalismo*. [...] Na essência, a pesquisa de um escritor para escrever um livro sobre História do Brasil é muito semelhante ao *trabalho de reportagem*. É preciso ler muito, consultar documentos, confrontar diferentes fontes de informação na tentativa de chegar o mais próximo possível da verdade. *Uso a linguagem e a técnica jornalísticas* para tornar História um tema acessível e atraente para um público mais amplo, não habituado ao estilo árido e, às vezes, incompreensível dos livros acadêmicos. Portanto, tento servir de filtro entre a linguagem especializada da academia e o leitor médio. (GOMES, 2012a, grifos nossos).

Procuramos, aqui, salientar o caráter jornalístico da narrativa produzida pelo autor que estudamos em virtude da *aparente impressão* de existir um predomínio das expressões de objetivação jornalísticas, encontradas na introdução e em quase todos os capítulos da obra analisada, em relação aos artifícios da narrativa literária geradores de efeito de real. Entendemos que tal predomínio é apenas aparente, visto que as expressões de objetivação se mostram presentes ocupando um espaço que lhes cabe no âmbito de uma narrativa que, como buscamos demonstrar, é jornalística. Portanto, observamos que existe não uma hegemonia dos recursos jornalísticos sobre os literários, mas uma relação onde os recursos literários se integram aos jornalísticos, agindo em conjunto na transmissão de significados, dentre os quais, a autenticação decorrente do efeito de real. Desenvolveremos mais essa questão adiante.

Antes, convém registrar que, em nossa análise do emprego de expressões de objetivação, observamos que delas emergem outros significados além da autenticação.

⁶¹ Na entrevista encaminhada por e-mail, questionamos, particularmente, os motivos que levaram Laurentino Gomes a empregar descrições pormenorizadas e expressões de objetivação, conceituadas no corpo da entrevista. O autor, inicialmente, preferiu responder encaminhando um texto onde descreve seus objetivos em recontar a História do Brasil pelo viés da narrativa jornalística, que incluímos no anexo A. Após nossa insistência, remeteu novo e-mail, com respostas pontuais a nossos questionamentos, conforme pode ser visto no anexo B.

Notamos que tais expressões também operam fornecendo ao leitor novas informações – estatísticas, números, endereços e nomes, por exemplo –, cumprindo assim uma função que, justamente, remete a um dos principais objetivos do jornalismo, ou seja, informar.

Percebemos que Gomes (2007), pelo viés do emprego de expressões de objetivação, fornece a seu leitor variadas informações relativas ao período em que transcorre a história narrada, formando um mosaico acerca do Brasil do início do século XIX, por meio da contextualização das características econômicas, sociais e geográficas da então colônia portuguesa. Entendemos que, com essa contextualização, Gomes (2007) auxilia a compreensão do leitor em torno das causas e consequências dos fatos narrados, como sugere, por exemplo, o trecho abaixo:

[...] Von Eschwege, geólogo e viajante alemão, contabilizou que no começo do século XIX ainda havia na colônia 555 minas de ouro e diamantes, que empregavam diretamente 6662 trabalhadores, dos quais só 169 eram livres. Os demais 6493 eram escravos. (GOMES, 2007, p. 120).

No fragmento, os números são entendidos como expressões de objetivação, mas são também informações que possibilitam uma contextualização das características econômicas e sociais do Brasil colonial. Por meio dos números, o leitor tem uma ideia da abrangência da exploração mineral e do trabalho escravo no Brasil, o que lhe auxilia, por exemplo, a compreender porque Portugal tinha tanto interesse na manutenção do Brasil como colônia extrativista e na exploração da mão de obra escrava. A desproporção entre os números de trabalhadores livres e escravos também ajudará a compreender os motivos do medo, entre os portugueses e brasileiros livres, de possíveis revoltas protagonizadas pelos cativos, assunto que a obra aborda mais adiante.

Assim, a contextualização concede ao leitor a possibilidade de participar da narrativa, na medida em que ele também formula hipóteses acerca dos fatores que motivaram determinados eventos relatados na obra, bem como tira suas conclusões com relação às consequências de tais eventos. Trata-se de um movimento onde o conhecimento anterior do leitor dialoga subjetivamente com as informações que obtém da narrativa, como afirma Ricoeur (1994) ao conceituar a *mimese III*. Entendemos que desse movimento surge o processo dialógico de que fala Resende (2009a), ou seja, um diálogo entre o conteúdo oferecido pelo jornalista e as interpretações do leitor. Como vimos em nosso primeiro capítulo, para Resende (2009a) são justamente estes espaços

de diálogo que convertem um texto jornalístico em narrativa, visto que a narrativa envolve também uma troca de experiências.

Acreditamos que a constatação em torno dessa função informativa e contextualizadora das expressões de objetivação reforça o entendimento de que tais expressões, muito embora *aparentemente* predominantes em relação aos artifícios literários, na verdade estão ocupando o espaço que lhes cabe no âmbito de uma narrativa jornalística, na medida em que atendem a um dos principais preceitos do jornalismo: o de informar. Se as expressões de objetivação cumprem o papel de fornecer informação, vindo ao encontro de um objetivo que é do jornalismo, podemos entender que seu uso, no conteúdo citado, é parte da tessitura da narrativa jornalística.

Entretanto, entendemos que das expressões de objetivação emerge também a autenticação da narrativa, nos moldes sugeridos por Motta (2007), ou seja, ocorre por meio delas a geração do efeito de real. Na obra de Gomes (2007), este interesse em autenticar a narrativa pelo viés de recursos jornalísticos se mostrou visível, particularmente, nas várias expressões entre aspas e referências a fontes, documentos e instituições, expressões de objetivação que nos parecem ainda mais vinculadas à autenticação, na medida em que de caráter informativo menos nítido em relação a outras expressões, tais como números ou referências a datas e lugares. No fragmento da obra que transcrevemos anteriormente, vemos que Gomes (2007), antes de citar os números relativos a minas e trabalhadores, revela a origem dessas informações – o geólogo e viajante alemão Von Eschwege – como forma de fornecer maior autenticidade aos dados informativos apresentados. Outro exemplo disso pode ser observado na transcrição abaixo:

[...] Registro policial de 15 de abril de 1818 revela que ‘José Rebolo, escravo de Alexandre Pinheiro, foi preso por usar um boné com fitas amarelas e vermelhas’. Tinha em seu poder uma faca de ponta. A punição: trezentos açoites e três meses de prisão. (GOMES, 2007, p. 207).

No trecho, vemos que o narrador cita um documento (o registro policial) como forma de autenticar as informações que vêm a seguir – no caso, a data do fato, os nomes do escravo e do seu dono, os números de açoites e de meses de prisão –, sendo que tais informações são também expressões de objetivação, vale destacar. Sob esse aspecto, percebemos que esta narrativa jornalística, muito embora polifônica ao permitir a

participação do leitor, denota também uma preocupação com a autoafirmação do jornalismo como discurso verdadeiro.

Porém, embora a narrativa que analisamos tenha caráter jornalístico, os recursos de autenticação empregados na obra não são apenas os jornalísticos. Constatamos o emprego também de artifícios literários geradores do efeito de real, ao nos depararmos com descrições aparentemente destituídas de função simbólica e capazes de naturalizar o leitor aos fatos narrados, conforme sugere Barthes (1984). Ao longo de nosso estudo da obra de Gomes (2007), encontramos, por exemplo, descrições do clima, de roupas, calçados e outros objetos pessoais, de edificações e mesmo de características físicas de personagens, onde, conforme acreditamos, o narrador aparentemente buscou a ambientação do leitor com a narrativa como forma de a autenticar, por meio do emprego de relações diretas entre signo e referente.

Antes de ingressarmos em nossas considerações acerca desse fenômeno, é pertinente registrarmos que, ao situarmos as expressões de objetivação jornalísticas como artifícios que estão presentes na narrativa jornalística ocupando um espaço que lhes cabe, não pretendemos situar os recursos literários como estranhos no âmbito dessa narrativa. Como afirma Marcondes Filho (2000), jornalismo e literatura mantêm relações de proximidade, pelo menos, desde o final do século XVIII, período classificado pelo autor como *primeiro jornalismo*. O emprego de elementos da narrativa literária pelo jornalismo sobreviveu ao paradigma da objetividade nascido no *segundo jornalismo*⁶² e perdura atualmente, hoje inserido em um processo de adaptações da prática jornalística às transformações decorrentes do profundo desenvolvimento tecnológico da sociedade, como constatou Soster (2011 e 2012) em recentes pesquisas que analisaram conteúdos jornalísticos em jornais e revistas.

O autor insere o emprego de recursos da narrativa literária pelo jornalismo em um contexto de jornalismo midiaticizado, ou seja, influenciado pela midiaticização da sociedade como um todo. O termo midiaticização, conforme Soster (2009), diz respeito ao estágio onde a sociedade, inserida em um quadro de profunda imersão tecnológica, converte-se em um novo ambiente, no qual dispositivos⁶³ comunicacionais

⁶² Como vimos no primeiro capítulo, o *segundo jornalismo* é aquele onde as empresas jornalísticas, objetivando ampliar o comércio de jornais, buscaram substituir o caráter político dos textos por notícias consideradas isentas e destituídas de subjetividades.

⁶³ O conceito de dispositivo não se restringe ao suporte tecnológico, ou meio, que possibilita a geração de sentidos. Conforme Ferreira (2002), o dispositivo consiste no conjunto de relações práticas, discursivas e tecnológicas do qual emerge a enunciação, a geração de sentidos. Assim, “[...] o conceito de dispositivo abrange as mediações situacional e tecnológica e também os aspectos discursivos, normativos,

interconectados em rede, pela internet, atuam na geração de novos sentidos. Como geradores de novos sentidos, tais dispositivos regulam e explicam este novo ambiente social, mas são também, eles próprios, reconfigurados durante este processo, como demonstraremos a seguir. É por isso que o jornalismo, como agente em uma sociedade midiaticizada, acaba também se reconfigurando e se convertendo em jornalismo midiaticizado.

No âmbito deste novo ambiente social, o jornalismo situa-se como parte do sistema midiático-comunicacional, entendido como um sistema onde dispositivos comunicacionais (jornais, revistas e noticiários de rádio, televisão e portais de notícias na internet), interconectados em rede (internet), se influenciam mutuamente e, em função desta influência recíproca, reconfiguram conteúdos informativos, gerando novas significações a cada reconfiguração. De acordo com Soster (2011 e 2012), no interior deste sistema, nenhum dispositivo ocupa lugar central – todos são entendidos como conexões pelas quais os fluxos de informação passam e são reconfigurados.

Neste processo de reconfiguração da informação, os dispositivos se autorreferenciam e se correferenciam, ou seja, produzem novas significações a partir de conteúdos anteriores produzidos/reconfigurados tanto por eles próprios quanto por seus pares⁶⁴. Soster (2011 e 2012) ressalta que a reconfiguração não se restringe à informação: no processo, os próprios dispositivos, ao se correferenciarem, se modificam, seja sob aspectos operacionais, seja sob aspectos discursivos, na medida em que as reconfigurações exigem adaptações, correções e mudanças de enfoque, por exemplo.

Por um lado, a processualidade pela qual ocorre a reconfiguração (dos conteúdos e dos dispositivos) acontece de forma relativamente uniforme, na medida em que os dispositivos se encontram inseridos em um mesmo sistema – no caso, o midiático-comunicacional. Por outro, ocorrem variações significativas no processo, decorrentes, entre outras questões, da natureza dos diferentes dispositivos comunicacionais e, particularmente, do diálogo que eles mantêm com o ambiente externo ao sistema e com outros sistemas – como o literário. Este diálogo com outros sistemas consiste no que

simbólicos, funcionais e referenciais que incidem nas interações, no tempo e espaço, propiciadas pela conexão de suportes tecnológicos” (FERREIRA, 2002, p. 1). O dispositivo apresenta-se, portanto, como um lugar de geração de sentidos.

⁶⁴ Uma notícia jornalística veiculada inicialmente por um dispositivo pode gerar, como desdobramentos, novas notícias ou conteúdos opinativos, por exemplo, tanto no mesmo dispositivo quanto nos demais.

Soster (2012) considera a quarta característica⁶⁵ do jornalismo midiaticizado, que o autor chama de dialógica.

Gomes (2012a), no texto encaminhado a esta pesquisa por e-mail, confirma que também dialoga com o sistema literário para compor sua narrativa. O que busca com esse diálogo, segundo conta, é tornar a narrativa mais atraente⁶⁶: “[...] O texto é sempre construído com base nas lições que a literatura ensina para capturar e encantar os leitores. Portanto, minha fórmula combina jornalismo e literatura” (GOMES, 2012a).

Para Soster (2012), do diálogo com outros sistemas emerge a complexificação das formas pelas quais o jornalismo estabelece seus relatos e gera sentidos. No caso da imbricação com o sistema literário, integram esta complexificação, por exemplo, formas de expressão e significação mais comuns à literatura (tais como interjeições e diálogos), a interferência mais nítida da subjetividade do autor, a apresentação das fontes da informação como se fossem personagens literários e a opção por uma forma narrativa onde o relato parece vir de um narrador que, muitas vezes, testemunhou ou mesmo participou dos eventos que relata – diferentemente do formato textual despersonalizado do jornalismo objetivo.

Em nossa análise também observamos uma complexificação, geradora de novos sentidos, decorrente da dialogia entre os sistemas midiático-comunicacional⁶⁷ e literário. Mostra desta complexidade é a geração de novos significados, no âmbito da narrativa jornalística de Laurentino Gomes (2007), por meio das descrições que, seguindo o conceito de Genette (1973), classificamos como simbólicas. Percebemos que estas descrições simbólicas exercem uma ação contextualizadora semelhante à de determinadas expressões de objetivação jornalísticas, na medida em que, através da função simbólica, também transmitem informações. Para tornar mais claro este ponto de

⁶⁵ As outras três características são a autorreferência (referência do dispositivo a suas próprias operações, a seus próprios conteúdos), a correferência (referência do dispositivo a seus pares) e a descentralização (inexistência de dispositivos que ocupam um lugar central, visto que todos são conexões por onde passam e são reconfigurados os fluxos de informação); características que abordamos há pouco, na descrição do processo de reconfiguração da informação e dos próprios dispositivos. Optamos por focar nossa atenção na quarta característica, particularmente, na dialogia com a literatura, entendendo que dela emergem as complexificações que estudamos nesta pesquisa, conforme buscaremos demonstrar mais adiante.

⁶⁶ Retomaremos mais adiante a questão do interesse inerente aos dispositivos comunicacionais em atrair o leitor para si mediante o emprego de determinadas estratégias.

⁶⁷ Embora a obra de Gomes (2007) tenha o formato de livro e não esteja disponível na internet, a inserimos como parte do sistema midiático-comunicacional porque, como produto jornalístico, é influenciada pelas mudanças decorrentes da midiaticização do jornalismo – como também o são, por exemplo, os jornais e revistas impressos. Como veremos a seguir, o livro-reportagem também pode ser entendido como um dispositivo comunicacional.

vista, podemos recuperar uma das descrições que Gomes (2007) faz de D. João VI, reproduzida no fragmento abaixo:

[...] Príncipe regente e, depois de 1816, rei do Brasil e de Portugal, D. João tinha medo de siris, caranguejos e trovoadas. Durante as frequentes tempestades tropicais do Rio de Janeiro, refugiava-se em seus aposentos na companhia do roupeiro predileto, Matias Antônio Lobato. Ali, com uma vela acesa, ambos faziam orações a santa Bárbara e são Jerônimo até que cessassem os trovões. (GOMES, 2007, p. 152).

No trecho, Gomes (2007) faz uma descrição simbólica da personalidade de D. João. Ao descrever seus medos, apresenta-o como um homem que, embora sendo príncipe e, posteriormente, rei, era covarde. O procedimento de D. João durante as tempestades reforça tal descrição. Trata-se de uma descrição contextualizadora porque, ao dar uma ideia do grau de covardia de D. João, ajuda o leitor a entender, entre outras coisas, porque o príncipe fugiu de Portugal e, anos depois, logo cedeu às pressões populares e aprovou uma constituinte que lhe tirava muitos poderes. Esta descrição simbólica consiste em um recurso literário que atua na transmissão de significados, mesmo quando inserida no âmbito de uma narrativa jornalística.

Entendemos que isso não acontece por acaso. Como afirma Motta (2007), a transmissão de significados na narrativa ocorre mediante a adoção de estratégias comunicativas que objetivam, justamente, essa transmissão. Quem narra, portanto, usa das estratégias narrativas para transmitir significados mediante suas intenções⁶⁸. Soster (2011 e 2012), que concorda com Motta (2007), entende que por trás da reconfiguração influenciada pela dialogia entre jornalismo e literatura também há intencionalidades, dentre as quais, a tentativa de diferenciar, em relação aos seus pares, o dispositivo comunicacional que acopla recursos literários. Tal diferenciação é necessária para a sobrevivência do dispositivo no interior de um sistema que se mantém por meio das reconfigurações entre dispositivos, ou seja, por meio da geração de diferenças.

Chegamos, portanto, à questão da importância da intencionalidade no narrador na organização da tessitura da narrativa, assunto que reforça nosso entendimento de que Gomes (2007) empregou artifícios, tanto da narrativa literária quanto jornalística, com determinados objetivos.

⁶⁸ Esse ponto de vista não anula o papel do leitor ou ouvinte na interpretação da narrativa, como vimos no estudo da *mimese III* proposto por Ricoeur (1994) e abordado pelo próprio Motta (2004 e 2006). Porém, evidencia o papel do narrador como um guia que busca conduzir leitores ou ouvintes conforme suas intenções.

Segundo Motta (2012), manifesta-se na narrativa jornalística uma disputa entre intencionalidades de diferentes narradores, cada qual desejando transmitir determinados significados. O autor se embasa em uma teoria de Gerard Genette, segundo a qual existem nas narrativas literárias sucessivos narradores, que se distinguem em uma escala de níveis de domínio da voz. Quem detém o maior domínio da voz é o narrador *A*, que é extradiegético, ou seja, aquele que está fora da história e relata os eventos. Nesta condição, sua voz é a predominante. A seguir vem o narrador *B*, que é intradiegético (está dentro da história) e cuja voz surge, no âmbito da história, subordinada à do narrador *A*. Basicamente, o narrador *A* relata, com sua voz predominante, o que diz o narrador *B*. Este, por sua vez, também pode relatar o que diz um narrador *C*, cuja voz está subordinada às duas anteriores, e assim sucessivamente. Conforme a teoria, todas as vozes estão subordinadas à do narrador extradiegético, que narra o que dizem os narradores intradiegéticos.

Motta (2012) propõe a aplicação do esquema ao conteúdo jornalístico, entendendo tratar-se de uma narrativa com múltiplas vozes – múltiplos narradores⁶⁹ – que disputam espaço e também surgem em posições de hierarquia. Neste caso, o narrador extradiegético é o veículo de comunicação, instituição previamente legitimada como voz pública autorizada pela sociedade a narrar, mas também dotada de interesses ideológicos e comerciais que a impulsionam a sempre tentar seduzir o leitor, ouvinte ou telespectador, atraindo-os para si por meio dos títulos das reportagens, das chamadas e das manchetes⁷⁰, dentre outros recursos. Assim,

[...] sua performance narrativa se conduz em torno da finalidade de atrair a audiência genericamente definida: ‘vender’ a estória através de uma apresentação sedutora dos conflitos, tensões e contradições relatados nas páginas e telas. O veículo joga, assim, um jogo de atração, sedução e persuasão no sentido semiótico da palavra, mas que põe também em operação, além dos interesses comerciais, interesses políticos e institucionais deste narrador. (MOTTA, 2012, p. 30).

⁶⁹ Ao elaborar seu esquema, Motta (2012) observa que a teoria literária distingue o narrador do autor, atribuindo a ambos funcionalidades distintas e conceituando o autor como sujeito real e empírico, historicamente situado, e o narrador como entidade trans-histórica e fictícia, tal qual os personagens acerca dos quais ele narra. Porém, Motta (2012) constata que a distinção não se aplica ao caso de muitas narrativas contemporâneas, onde os narradores “[...] são sujeitos reais ativos que interferem diretamente na configuração da estória, fazem parte dela, posicionam-se, apresentam certa visão de mundo, etc.” (MOTTA, 2012, p. 19). Pode-se dizer que é este o caso da narrativa jornalística.

⁷⁰ As chamadas são recursos utilizados para anunciar à audiência quais reportagens serão abordadas no interior de um noticiário. No caso dos jornais, são os títulos impressos na capa, que remetem a textos que estão na parte interna. A manchete é a principal chamada da edição.

O veículo de comunicação – ou dispositivo, sob a ótica do jornalismo midiaticizado – subordina o narrador-jornalista, considerado intradieético porque se envolve na história, apurando os fatos, selecionando e hierarquizando as ações e conflitos. Este segundo narrador também é dotado de valores pessoais e profissionais, que interferem em sua participação como narrador. Motta (2012) salienta que o narrador-jornalista também age imbuído de um desejo de narrar uma história verídica, coerente e surpreendente. Buscando atender a este desejo, e movido por seus valores pessoais, este segundo narrador negocia com o primeiro narrador formas de configurar uma narrativa que considere adequada.

Submetida à voz dos veículos e jornalistas está a fala dos personagens, ou seja, das pessoas envolvidas nos eventos narrados, também dotadas de diversos valores e interesses. Sua voz pode aparecer na forma de um discurso direto (entre aspas) ou reconfigurado conforme as interpretações dos veículos e jornalistas, que também selecionam quais falas dos personagens serão incluídas na narrativa. Motta (2012) salienta que essa escala de poder nem sempre se manifesta de forma linear, visto que ocorrem negociações entre os narradores, onde os menores na escala hierárquica tentam aumentar seu domínio de voz. Nem por isso se deixa de constatar, na escala, que tendem a prevalecer as intencionalidades dos narradores que têm mais poder de voz.

O esquema sugerido por Motta (2012) visa facilitar a compreensão do papel de cada narrador em uma análise de conteúdo jornalístico e, a partir daí, verificar como se dão os enfrentamentos pelo poder de voz. Em nossa pesquisa, ele contribui para evidenciar o predomínio das intencionalidades de transmissão de significado de determinados narradores, detentores das posições mais elevadas de domínio de voz, os quais, ao nosso ver, são o dispositivo livro-reportagem e o autor desse livro-reportagem.

No caso de nossa pesquisa, não temos a figura de um veículo de comunicação institucionalizado. Porém, temos o livro-reportagem, entendido como um dispositivo segundo o conceito sugerido por Ferreira (2002), ou seja, um dispositivo que não é apenas suporte físico – papéis impressos e encadernados –, mas um lugar de enunciação, dinâmico, composto por relações discursivas e simbólicas que agrega, entre seus agentes, o autor da obra, aqui entendido como segundo narrador, mas também outros indivíduos envolvidos em sua publicação (revisores, editores, artistas gráficos). Este dispositivo específico, assim como os veículos de comunicação (dispositivos do sistema midiático-comunicacional), busca atrair o leitor para si através de determinados recursos, a começar pelo título e subtítulo, na capa.

No texto encaminhado por e-mail à nossa pesquisa, Laurentino Gomes (2012a) revelou que o subtítulo da obra utiliza expressões como “uma rainha louca” e “um príncipe medroso” com intenção de aguçar a curiosidade do leitor. Segundo ele, “[...] esse recurso bem-humorado é usado com o propósito de provocar o interesse do leitor, como se faz, por exemplo, num título de capa de revista ou numa manchete de jornal”, (GOMES, 2012a). Nota-se, na afirmação do autor, que o dispositivo livro-reportagem age intencionalmente da mesma forma que os dispositivos midiático-comunicacionais, que buscam seduzir a audiência por meio dos títulos, chamadas e manchetes.

Outra estratégia empregada por este dispositivo para atrair leitores é a manutenção de um site (www.laurentinogomes.com.br) com informações sobre o autor e resenhas de suas obras. Por meio de *links* no endereço eletrônico também é possível acessar o blog, o Facebook e o Twitter⁷¹ do autor, além de um ambiente virtual denominado *Sala de Imprensa*, onde estão disponibilizados *links* que remetem a reportagens acerca do autor e de seus livros, veiculadas em outros dispositivos midiático-comunicacionais. Com isso, constatamos que o livro-reportagem em questão, ao buscar atrair para si a atenção do leitor, também se envolve em relações de autorreferenciação e correferenciação, operações características dos dispositivos inseridos no âmbito do jornalismo midiaticizado, conforme vimos anteriormente⁷².

Tais constatações, ao nosso ver, reforçam o entendimento de que o livro-reportagem pode ser entendido como um dispositivo que opera de forma semelhante aos veículos de comunicação institucionalizados e, assim, adquire status de primeiro narrador, ou de narrador *A*. Já o narrador *B* da escala seria o narrador-jornalista (Laurentino Gomes), que é intradieético na medida em que se envolveu nos fatos objetiva e subjetivamente durante a apuração, selecionou e hierarquizou ações e conflitos, privilegiou ou não certos personagens. A seguir vêm, como narradores *C*, os autores consultados por Gomes (2007) – pesquisadores, historiadores e testemunhas oculares dos fatos⁷³ – que, por sua vez, referenciam as ações e falas dos personagens

⁷¹ Blog é um site que possibilita a seu autor a veiculação, na internet, de textos e imagens. Facebook é uma rede social, também com base na internet, que possibilita a seus usuários a veiculação de textos e imagens, além da comunicação instantânea, entre os membros da rede. O Twitter também é uma rede social da internet, onde a comunicação entre seus membros ocorre pelo viés de pequenos textos, de até 140 caracteres.

⁷² Além disso, o dispositivo se encontra descentralizado e, como veremos mais adiante, mantém uma relação de dialogia com a literatura. Detém, dessa forma, as quatro características atribuídas por Soster (2012) ao jornalismo midiaticizado.

⁷³ No caso, testemunhas oculares que deixaram escritos (livros e diários), que foram consultados por Gomes (2007).

históricos envolvidos nos eventos narrados e que classificamos como narradores *D*. Desta forma, a transmissão de significados decorrente da fala produzida pelos personagens da história (narradores *D*) foi, inicialmente, selecionada e reconfigurada pelos historiadores, pesquisadores e testemunhas (narradores *C*), e, depois, novamente selecionada e reconfigurada pelo autor (narrador *B*), que se encontra atrelado ao dispositivo (narrador *A*). O exemplo abaixo ilustra essa escala de vozes:

[...] O historiador Tobias Monteiro conta que o chefe rebelde Domingos José Martins e sua esposa convidaram as senhoras pernambucanas a cortar os cabelos, considerados ‘vãos ornamentos’, como sinal de adesão à república. (GOMES, 2007, p. 255-256).

Nesta reprodução, a voz dos personagens Domingos José Martins e de sua esposa (narradores *D*) foi subordinada ao historiador Tobias Monteiro (narrador *C*) e, posteriormente, ao narrador-jornalista (narrador *B*), que, por fim, se adapta às demandas do dispositivo (narrador *A*). O exemplo, inserido em nosso esquema de domínio de vozes, mostra o predomínio da voz resultante das adequações de Gomes (2007) a seus interesses e aos do dispositivo e, portanto, evidencia o predomínio das intenções dos narradores *A* e *B*. Se concordamos que o narrador adota estratégias narrativas que visam atender suas intenções, e que prevalece a voz (e as intenções, portanto) dos primeiros narradores, constatamos que todas as expressões que transmitem alguma forma de sentido na obra analisada ali estão atendendo, em última instância, a intenções de Gomes (2007) e do dispositivo, mesmo quando tais expressões vêm dos narradores situados mais abaixo na escala hierárquica de vozes.

Esta constatação, somada ao fato de que cabe ao narrador *B*, selecionar e hierarquizar as demais vozes (para atender suas intenções e as do narrador *A*), evidencia o papel de Gomes (2007) como um narrador de suma importância, que, dessa forma “[...] dispõe do poder de voz para organizar, encadear, posicionar, hierarquizar, dar ao interlocutor as pistas e ‘instruções de uso’ através das quais indica como pretende que seu discurso seja interpretado” (MOTTA, 2012, p. 13). Mesmo que a interpretação do leitor tenha outras interferências – de seu conhecimento prévio, de suas leituras anteriores – como sugere Ricoeur (1994) ao abordar a *mimese III*, ele segue guiado por um narrador que articula as expressões linguísticas conforme suas intenções. Assim, podemos, por exemplo, relacionar o conteúdo simbólico que surge da descrição dos medos de D. João de crustáceos e trovões às intenções de Gomes (2007) em termos de

transmitir a mensagem de que o príncipe era um covarde, intenção essa que relacionamos à tentativa de gerar contextualização e que coincide também com as intenções do dispositivo.

Entendemos que a mesma interpretação pode ser aplicada ao caso das expressões jornalísticas e literárias que, conforme buscamos demonstrar, agem como geradoras de efeito de real. Esta constatação, advinda da linha argumentativa que expomos acima, se reforça diante das respostas que o autor da obra, entrevistado, encaminhou a esta pesquisa. Questionado acerca dos motivos que o levaram a empregar descrições pormenorizadas em sua narrativa, Gomes (2012b) confirmou que buscava, intencionalmente, a ambientação do leitor aos cenários da época:

[...] Relatos de viajantes, diplomatas e testemunhas, me ajudaram a entender como estava o ambiente (o clima, o badalar dos sinos, coisas assim) no dia da partida de D. João de volta para Lisboa, em 1821. Acredito que essas descrições mais detalhadas, e baseadas em fontes autorizadas daquela época, ajudam a situar no leitor de hoje no ambiente da história. (GOMES, 2012b).

Acreditamos que, por meio desta ambientação, também se obtém a autenticação da narrativa. O mesmo efeito é obtido com as expressões de objetivação jornalísticas, inseridas intencionalmente na narrativa como geradoras de autenticidade – constatação também confirmada pelo próprio autor, em resposta encaminhada a esta pesquisa:

[...] Essas referências ajudam a dar credibilidade e consistência à obra. Para fazer os meus livros, eu pesquiso centenas de outras obras. Só para o 1889, sobre a Proclamação da República, já li ou consultei até agora mais de 150 livros. Muitas vezes, além dos fatos, números e informações objetivas, eu encontro nessas obras frases dos autores que ajudam a referendar o que eu estou escrevendo. Gosto de citar essas frases como um aval à linha de raciocínio que escolhi. Portanto, está correta a sua afirmação de que se trata de um mecanismo destinado a dar mais credibilidade à narrativa jornalística. (GOMES, 2012b).

Neste ponto, entramos em uma questão-chave do nosso trabalho, ou seja, a dúvida em torno do que emerge do emprego (intencional, vale ressaltar) de artifícios literários geradores de efeito de real por um discurso que, além de já se apresentar previamente legitimado como verdadeiro – como afirma Resende (2009a) –, ainda utiliza artifícios próprios (jornalísticos) para reforçar essa legitimidade.

O fragmento a seguir, a título de exemplo, tende a nos auxiliar nessas considerações:

[...] Convidado para um desses jantares na casa de uma família rica, Luccock surpreendeu-se ao descobrir que cada pessoa deveria comparecer com sua própria faca, “em geral larga, pontiaguda e com cabo de prata”. (GOMES, 2007, p. 145).

Conforme buscamos demonstrar no capítulo anterior, entendemos que no trecho ocorre a geração de efeito de real por meio de uma descrição pormenorizada que apresenta uma relação direta entre signo e referente, caso da faca. A informação de que cada convidado tinha de levar seu próprio talher revela um hábito curioso das famílias do Brasil colônia e, agindo como geradora de novos sentidos, sugere que faltava refinamento a essas famílias, mesmo quando abastadas. Porém, a descrição da faca como larga e pontiaguda, aparentemente, não abre espaços para a transmissão de novos significados e, desta forma, ambienta o leitor ao que é descrito, podendo gerar autenticação da narrativa pelo efeito de real – o que também acaba consistindo em uma geração de novos sentidos, conforme Barthes (1984).

Sob a ótica da teoria da escala de domínio de vozes, Luccock, como testemunha ocular cujos escritos foram consultados pelo autor, aparece como um narrador *C*. Portanto, ele selecionou e escreveu o que viu conforme suas intenções em termos de transmissão de significados, mas sua narrativa foi também selecionada por Gomes (2007), o narrador *B*, que age movido por suas intenções e pelas do narrador *A* (o dispositivo). Podemos presumir que, se Luccock teve intenção de naturalizar o leitor de seus escritos ao ambiente dos jantares no Brasil colônia, Gomes (2007) teve intenção coincidente e, como narrador *B*, selecionou este trecho com intuito de também gerar ambientação e autenticação. Percebemos que esse efeito, decorrente de artifício literário, mostra-se reforçado pela presença de expressões de objetivação jornalísticas no trecho, sendo elas a referência a John Luccock como fonte da informação e a reprodução de sua citação entre aspas.

Neste ponto, notamos que ocorre uma dialogia entre recursos literários e jornalísticos, complexificando a geração de sentidos no âmbito da narrativa jornalística, como aponta Soster (2012). Essa complexificação, portanto, potencializa o efeito de real, na medida em que tanto os recursos jornalísticos quanto os literários atuam gerando autenticação. Ao longo da análise, no capítulo anterior, encontramos diversos

trechos onde expressões de objetivação e descrições geradoras de efeito de real aparecem juntas, como no exemplo abaixo, onde a data (expressão de objetivação) surge junto às referências ao clima (descrição pormenorizada):

[...] A esquadra de D. Pedro e da família real portuguesa entrou na Baía da Guanabara no começo da tarde de 7 de março de 1808. Havia sol e o céu estava azul, sem uma única nuvem. Um vento forte soprava do oceano para aliviar o calor ainda sufocante do final do verão carioca. (GOMES, 2007, p. 127).

Na análise realizada no capítulo anterior, também elencamos fragmentos onde, diferentemente do exemplo acima, há expressões de objetivação sem a presença de descrições pormenorizadas e, em alguns casos, também o contrário, ou seja, descrições geradoras de efeito de real pelo viés literário separadas de artifícios jornalísticos. Porém, tendo-se que esses fragmentos diversos integram a tessitura da obra como um todo, constata-se que agem em conjunto na geração do efeito de real, complexificando a narrativa e reforçando o efeito de autenticação, como deseja o narrador *B*, de pleno acordo com o narrador *A*.

A esta constatação, temos que adicionar ainda outro fator complexificador: a questão da legitimidade prévia do jornalismo, justamente um dos pontos geradores da inquietação que nos motivou neste trabalho. Deparamo-nos, portanto, com uma narrativa que já se apresenta legitimada como transmissora do real, que utiliza recursos próprios (jornalísticos) para reforçar essa legitimação e que, indo além, busca se autenticar também pelo emprego de recursos literários, dispostos intencionalmente pelo narrador.

O que emerge desta imbricação de artifícios literários geradores de efeito de real à narrativa jornalística, a nosso ver, é uma complexificação geradora de novas ofertas de sentido, na qual se amplia a sensação de autenticação da narrativa jornalística. Falamos em complexificação geradora de novas ofertas de sentido porque, como afirma Soster (2012), a narrativa jornalística se complexifica e gera novos sentidos em decorrência do diálogo com outros sistemas, externos ao midiático-comunicacional, particularmente, o literário. Já a ampliação da sensação de autenticação se vincula à funcionalidade atribuída aos componentes jornalísticos e literários geradores de efeito de real envolvidos nessa simbiose de sistemas que estudamos aqui. Surge, portanto, uma oferta maior de legitimação, que estabelece entre autor e leitor novos pactos, ainda mais intensos, de existência de verdade no âmbito das asserções realizadas pelo narrador.

Não pretendemos tentar mensurar em que grau essa ampliação da legitimidade da narrativa jornalística ocorre. Observamos que o efeito é influenciado por três fatores – a legitimidade preexistente, as expressões de objetivação jornalísticas e as descrições pormenorizadas advindas do sistema literário. Porém, entendemos que estes fatores, no processo, encontram-se à mercê da subjetividade do leitor, visto que a geração de efeitos pela narrativa, embora guiada intencionalmente pelo narrador, depende também do leitor, convertido em agente no decorrer da *mimese III*. Conforme apontamos acima, o pacto de existência de verdade, ampliado pelo fenômeno que aqui estudamos, firma-se entre narrador e leitor. Assim, o grau de ampliação da legitimidade, e a própria ocorrência da autenticação, dependem também da carga de subjetividade de cada leitor envolvido no processo.

Também não entraremos, no âmbito deste trabalho, na análise dos motivos que levam o narrador-jornalista a ter a intenção de ampliar a oferta de legitimidade, questão que extrapola nosso problema de pesquisa. Podemos até supor que o fenômeno se vincula ao conceito de realidades em disputa citado por Jaguaribe (2007), que estudamos no segundo capítulo e que diz respeito à concorrência estabelecida contemporaneamente entre diversos aparatos midiáticos (ou dispositivos), onde cada um busca fazer prevalecer, perante o público, a sua visão acerca do real. Sob esta ótica, o reforço da autenticidade em determinadas narrativas poderia ser entendido como uma tentativa de fazê-las se sobressair sobre as demais, na medida em que as apresenta como as mais verdadeiras. Trata-se, portanto, de uma questão que se oferece para estudos futuros, em continuidade ao que pesquisamos até aqui.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra-D.C. Luzzatto Editores, 1996.

ASSIS, Francisco de. Gênero diversional. In: ASSIS, F.; MELO, J. M. (Org.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 141-162.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

ARNT, Hérís. *A influência da literatura no jornalismo: o folhetim e a crônica*. Rio de Janeiro: E-papers, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARBOSA, Marialva. O filósofo do sentido e a comunicação. *Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 139-149, 2006. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/209/200>>. Acesso em 27 jan. 2012.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: _____. et al. *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 19-60

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: _____. et al. *Literatura e realidade: que é realismo?*. Tradução de Tereza Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. p. 87-97.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina/Ari, 1980.

BENETTI, Márcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI; M. FONSECA, V. P. S. (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 143-164.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.

BERSANI, Leo. O realismo e o medo do desejo. In: BARTHES, R. et al. *Literatura e realidade: que é realismo?*. Tradução de Tereza Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. p. 51-86.

BULHÕES, Marcelo Magalhães. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.

CHKLOVSKI, Vítor. A arte como procedimento. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da literatura: formalistas russos*. Tradução de Ana Mariza Ribeiro Filipouski et al. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 39-56.

COELHO, L. A.; BULHÕES, I. C.. A poesia no Livro X da República de Platão. *Existência e Arte*, Rio de Janeiro, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/1_Edicao/A%20poesia%20no%20livro%20X%20da%20republica%20de%20Platao%20Leandro%20Anesio%20Coelho.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2012.

COIMBRA, David. Algumas pessoas têm sorte. *Blog do David Coimbra*, Porto Alegre, dez. 2012. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/davidcoimbra/?topo=13,1,1,,10,13>>. Acesso em 04 jan. 2013.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

COSTA, Cristina. *A milésima segunda noite: da narrativa mítica à telenovela : análise estética e sociológica*. São Paulo: Annablume, 2000.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.

DEMO, Pedro. *Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento*. São Paulo: Atlas, 2002.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura ocidental: autores e obras fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto 1: Prolegômenos e teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1995.

DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 214-235.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERREIRA, Jairo. Mídia e conhecimento: objetos em torno do conceito de dispositivo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: INTERCOM, 2002. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP11FERREIRA.pdf>. Acesso em 24 fev. 2012.

FLAUBERT, Gustave. *Um coração singelo*. Tradução de Luís de Lima. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 3. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GAI, Eunice Piazza. Romances brasileiros contemporâneos: algumas reflexões estético-filosóficas. In: GAI, E. P.; OLIVEIRA, V. L. (Org.). *Narrativas brasileiras contemporâneas em foco*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012. p. 23-41.

GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 1991

GENETTE, Gérard. Fronteiras da narrativa. In: BARTHES, R. et al. *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 255-247.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. *Métodos em pesquisa social*. Tradução de Carolina Martuscelli Bori. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Hacker, 2000.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2007.

GOMES, Laurentino. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GOMES, Laurentino. *Entrevista com Laurentino Gomes* [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ricardoduren@mx2.unisc.br> em 12 out. 2012a.

GOMES, Laurentino. *Entrevista com Laurentino Gomes* [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ricardoduren@mx2.unisc.br> em 26 nov. 2012b.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Tradução de Luís Manuel Dionísio. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.

HAMON, Philippe. Um discurso determinado. In: BARTHES, R. et al. *Literatura e realidade: que é realismo?*. Tradução de Tereza Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. p. 129-194.

IMBERT, Enrique Anderson. *A crítica literária: seus métodos e problemas*. Coimbra: Almedina, 1986.

JAGUARIBE, Beatriz. *O choque do real: estética, mídia e cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

JAGUARIBE, Beatriz. Ficções do real: notas sobre as estéticas do realismo e pedagogias do olhar na América Latina contemporânea. *Ciberlegenda*, Rio de Janeiro, n. 23, 2010. Disponível em: <www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/148/43> Acesso em: 9 jun. 2012.

JAKOBSON, Roman. Do realismo artístico. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da literatura: formalistas russos*. Tradução de Ana Mariza Ribeiro Filipouski et al. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 119-127.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

JAMESON, Fredric. *As marcas do visível*. Tradução de Ana Lúcia de Almeida Gazolla et al. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

KRAUSE, Gustavo Bernardo. *O problema do realismo de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

LACOSTE, Jean. *A filosofia da arte*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

LAURENTINO GOMES. Homepage desenvolvida por Laurentino Gomes. 2010-2012. Apresenta informações diversas sobre o autor e sua obra. Disponível em: <<http://www.laurentinogomes.com.br>>. Acesso em 12 out. 2012.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas: Unicamp, 1993.

LIMA, Luiz Costa. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker, 2000.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Povo e personagem*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1996.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MELO, J.M.; ASSIS, F. (Org). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2004. V. 3.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In.: LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 143-167.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. *Compós*, n. 1, p. 1-26, dez. 2004. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/8/9>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativa jornalística e conhecimento imediato de mundo: construção cognitiva da história do presente. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 45-70, 2006. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/1ART02%20Luiz%20Gonzaga.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativas: representação, instituição ou experimentação da realidade? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 7, 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo, SBPjor, 2009. Disponível em: <http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/luiz_gonzaga_motta.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Vozes e narrativas e jogos de poder no jornalismo: modelo plurivocal. In: PICCININ, F.; SOSTER, D. A. (Org.). *Narrativas comunicacionais complexificadas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012. p. 12-44.

MUECKE, D. C.. *Ironia e o irônico*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MUNGIOLI, Maria Cristina Palma. Apontamentos para o estudo da narrativa. *Comunicação e Educação*, São Paulo, n. 23, p. 49-56, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/viewFile/4173/3912>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

PAZ, Octavio. *O Arco e a Lira*. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Introdução. In: PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. p. V-LXI.

PICCININ, Fabiana. Da ascensão do realismo como narrativa da experiência contemporânea: “Cidade de Deus” e o cinema de realidade. In: GAI, E. P.; OLIVEIRA, V. L. (Org.). *Narrativas brasileiras contemporâneas em foco*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012. p. 59-76.

PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

PROPP, Vladimir I. *Morfologia do conto maravilhoso*. Tradução de Jasna Paravich Sarhan. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984

RAMOS, Fernão. *Mas afinal... o que é mesmo documentário?*. São Paulo: SENAC-SP, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. O efeito de realidade e a política de ficção. Tradução de Carolina Santos. *Novos Estudos*. São Paulo. n. 86. p. 75-90, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000100004&script=sci_arttext>. Acesso em 5 jul. 2012.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REIS, C.; LOPES, A. C. M. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

RESENDE, Fernando. O olhar às avessas: a lógica do texto jornalístico. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 13, 2004, São Bernardo do Campo. *Anais...* São Bernardo do Campo, Compós, 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_668.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. *Contracampo*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 85-101, 2005. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_846.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2012.

RESENDE, Fernando. Discursividade e narratividade: vértices e redimensionamento no jornalismo. *Fronteiras*, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 81-90, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/fronteiras/article/view/5746/5204>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. *Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 31-43, 2009a. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/download/2629/1671>. Acesso em: 18 fev. 2012.

RESENDE, Fernando. A narratividade do discurso jornalístico: a questão do outro. *Revista Rumores*, São Paulo, v 1, n. 6, p. 1-12, 2009b. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/rumores/article/viewFile/6799/6142>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Constança Marcondes Cesar Campinas: Papyrus, 1994. v. 1.

RIFFATERRE, Michael. A ilusão referencial. In: BARTHES, R. et al. *Literatura e realidade: que é realismo?*. Tradução de Tereza Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. p. 99-128.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In.: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 27-33.

- ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. 20. Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.
- SALOMÃO, Pedro Eduardo Pereira. *Realismos contemporâneos: a inserção da realidade na ficção cinematográfica*. 2005. 99 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura)– Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=168159>. Acesso em 11 jan. 2012.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SCHOLES, R; KELLOGG, R. *A natureza da narrativa*. Tradução de Ger Meyer. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.
- SCHOLLHAMMER, Karl Erik. *Ficção brasileira contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Tradução de Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SEARLE, John R. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala*. Tradução de Ana Cecília de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000024.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2011.
- SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SODRÉ, M.; FERRARI, M. H.. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.
- SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: Além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular, 2009.
- SOSTER, Demétrio de Azeredo. *O jornalismo em novos territórios conceituais: internet, midiaticização e a reconfiguração dos sentidos midiáticos*. 2009. 185 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Doutorado em Comunicação), Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
- SOSTER, Demétrio de Azeredo. A midiaticização das narrativas jornalísticas na seção Diário da Revista Piauí. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 9., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, SBPJor, 2011. CD-ROM.
- SOSTER, Demétrio de Azeredo. Sistemas, complexidades e dialogias: narrativas jornalísticas reconfiguradas. In: PICCININ, F.; SOSTER, D. A. (Org.). *Narrativas comunicacionais complexificadas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012. p. 89-110.

STUMPF, Ilda Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 51-61.

TADIÉ, Jean-Yves. *A crítica literária no século XX*. Tradução de Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

TEIXEIRA, Ivan. O formalismo Russo. *Cult*, São Paulo, n. 13, p. 36-39, 1998. Disponível em: <http://textoterritorio.pro.br/alexandrefaria/recortes/cult_fortunacritica_2.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2012.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. Tradução de Moysés Baumstein. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.

TODOROV, Tzvetan. Introdução. In: BARTHES, R. et al. *Literatura e realidade: que é realismo?*. Tradução de Tereza Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. p. 9-12.

TOMACHEVSKI, Boris. Temática. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da literatura: formalistas russos*. Tradução de Ana Mariza Ribeiro Filipouski et al. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 169-204.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: _____ (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 167-176.

VALENTE, Ana Maria. Prefácio. In: ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

WATT, Ian. Realismo e forma romanesca. In: BARTHES, R. et al. *Literatura e realidade: que é realismo?*. Tradução de Tereza Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. p. 13-50.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.

WOLFE, Tom. *Radical chique e o novo jornalismo*. Tradução de José Rubens Siqueira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZILLBERMAN, Regina. *Teoria da Literatura*. Curitiba: Iesde, 2008.

ZOLA, Emile. *Do romance*. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: EDUSP, 1995.

ANEXO A – Texto encaminhado por Laurentino Gomes

O desafio da linguagem no ensino de História no Brasil

Laurentino Gomes

Minha contribuição ao estudo da História do Brasil é de linguagem. Na pesquisa dos meus livros, eu uso a técnica da reportagem, mas tomo sempre como referência as fontes acadêmicas autorizadas. Ou seja, não tento reinventar a roda nem desautorizar o que os historiadores já produziram na academia. A novidade é que procuro observar os acontecimentos e personagens sob a ótica do jornalismo. O texto é sempre construído com base nas lições que a literatura ensina para capturar e encantar os leitores. Portanto, minha fórmula combina jornalismo e literatura. Um bom escritor precisa ter a habilidade de escolher as palavras adequadas para contar uma estória ou transmitir uma ideia. O jornalismo desenvolveu técnicas capazes de atrair e reter a atenção do leitor. Isso explica, por exemplo, os subtítulos dos dois livros, que se referem a “uma rainha louca” e a “um príncipe medroso” na obra “1808” ou a “um escocês louco por dinheiro”, em “1822”. Esse recurso bem-humorado é usado com o propósito de provocar o interesse do leitor, como se faz, por exemplo, num título de capa de revista ou numa manchete de jornal.

Procuro aplicar nos meus livros o conhecimento e a experiência adquiridos ao longo de mais de três décadas como repórter e editor em redações de jornais e revistas. Na essência, a pesquisa de um escritor para escrever um livro sobre História do Brasil é muito semelhante ao trabalho de reportagem. É preciso ler muito, consultar documentos, confrontar diferentes fontes de informação na tentativa de chegar o mais próximo possível da verdade. Uso a linguagem e a técnica jornalísticas para tornar História um tema acessível e atraente para um público mais amplo, não habituado ao estilo árido e, às vezes, incompreensível dos livros acadêmicos. Portanto, tento servir de filtro entre a linguagem especializada da academia e o leitor médio. O que pretendo demonstrar com os meus livros é que a História pode ser fascinante, divertida e interessante, mas sem ser banal.

Um grande desafio é ampliar o interesse do público pelo tema sem banalizar o conteúdo. Nos meus livros, procuro usar elementos pitorescos, engraçados, às vezes até bizarros, de um acontecimento ou personagem para chamar a atenção de um leitor mais leigo. Mas em seguida, tendo capturado sua atenção, é necessário também dar um mergulho mais profundo. Essa é uma linha tênue e perigosa. Se o autor ficar só na superfície e na banalidade, o livro não oferecerá contribuição alguma, será irrelevante. Se, ao contrário, der um mergulho muito profundo, não conseguirá prender a atenção desse leitor menos especializado.

Um segundo grande desafio é tentar desvendar os personagens em carne e osso por trás dos mitos. As pessoas que fizeram a história eram reais, porém os protagonistas geralmente são alvo de uma construção posterior que reflete mais os desejos, os valores e os sonhos das gerações futuras do que a realidade do passado. Por isso é importante tentar entender também como esses mitos foram construídos. Infelizmente, a História do Brasil que aparece nos livros didáticos, com raras exceções, é muito contaminada por dois tipos de deturpações.

A primeira distorção aparece na chamada história oficial, que se esforça em fazer em celebração épica dos heróis e acontecimentos, como se eles tivessem construído ou dado origem a um Brasil melhor do que o que vemos hoje nas ruas, esquinas, morros e favelas. É uma visão da história que predomina especialmente em período de ditaduras, como no ensino nas disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica durante o regime militar de 64. A segunda deturpação é marcada por uma tentativa de desconstrução dessa história oficial. São livros, filmes e minisséries que banalizam os fatos e personagens, como se pertencessem a um Brasil vira-latas indigno do seu passado. É o que se vê, por exemplo, no filme “Carlota Joaquina, Princesa do Brasil”, de Carla Camurati, e na série de televisão “Quinto dos Infernos”. A verdade, como sempre, está no meio. O que procuro mostrar nos meus livros é que a História do Brasil tem, sim, personagens engraçados, pitorescos e caricatos, como D. João VI e Carlota Joaquina, mas não se resume a isso.

O segredo da boa reportagem, e também do bom livro, está no planejamento. Jornalista ou escritor que não se planeja corre dois riscos opostos: ou trabalha demais ou trabalha de menos. Se você vai para a rua sem saber se a sua matéria será reportagem de capa, de apenas uma página ou uma coluna de uma revista, acaba apurando ou mais informação do que deve ou voltando para a redação com menos material do que o necessário. Aprendi isso a duras penas nesses trinta anos de carreira. Ao começar a escrever um novo livro, eu planejo com detalhes todos os passos da pesquisa: quantos e quais livros terei de ler, quem poderá me dar orientação sobre o tema, que lugares visitarei, quanto tempo cada uma dessas etapas do trabalho vai exigir.

Nunca imaginei que livros de História do Brasil pudessem ter uma repercussão tão grande. Ainda hoje me surpreendo com a reação dos leitores. Eles me enviam várias mensagens todos os dias, sugerem temas para novos livros, pedem que eu não pare de escrever. Fico muito feliz ao observar esse tipo de reação ao meu trabalho, especialmente quando vem de estudantes adolescentes que estão descobrindo o prazer de estudar História. Às vezes, dou palestras nas escolas e costumo ouvir delas uma observação curiosa: “por sua causa passei a gostar de História”. É, portanto, uma missão que me cabe, como jornalista e escritor, de ajudar as novas gerações a entender um pouco melhor este nosso Brasil pelo foco da História. Ninguém reagiu de forma tão entusiasmada ao meu trabalho quanto os professores e estudantes de História no ensino fundamental e médio. Por essa razão, os dois livros, felizmente, já foram adotados como obras paradidáticas por centenas de escolas em todo o Brasil. Meu objetivo é ajudar os professores na difícil tarefa de despertar nos estudantes o interesse pela História.

O livro “1808” nasceu de uma reportagem que eu fazia para a revista Veja, onde trabalhei durante quinze anos. Essa reportagem nunca chegou a ser publicada. Como o projeto foi cancelado pela revista, decidi por conta própria transformá-lo em livro. O “1822” é uma continuação óbvia do primeiro livro porque seria impossível entender a Independência do Brasil sem estudar o que aconteceu nos treze anos anteriores, durante a permanência da corte de D. João VI no Rio de Janeiro. Agora estou trabalhando na próxima obra, “1889”, sobre o Segundo Reinado e a Proclamação da República. Essa é uma ideia que foi ganhando corpo desde o lançamento do meu primeiro livro. O objetivo é fechar uma trilogia com datas que explicam a construção do Brasil durante o século 19, mas pretendo me manter fiel à fórmula que consagrou as duas obras anteriores, ou seja, pesquisa aprofundada aliada a uma linguagem jornalística acessível, fácil de entender. Ninguém precisa sofrer para estudar História.

Acredito que a tão discutida rivalidade entre historiadores acadêmicos e jornalistas é mais aparente do que real. Acho que o jornalismo e a produção acadêmica não são excludentes. Uma área tem muito a aprender com a outra. Historiadores podem ensinar

aos jornalistas método e disciplina na pesquisa. Os jornalistas, por sua vez, tem contribuição de linguagem e estilo a dar no ensino e na divulgação do conhecimento da história.

Há um fenômeno inteiramente novo na sociedade brasileira, que é o interesse pela História. Curiosamente, esse interesse coincide com outra grande novidade no Brasil de hoje: o exercício continuado da democracia por 27 anos, sem rupturas. É a primeira vez em que todos os brasileiros estão sendo chamado a participar da construção nacional. E o estudo de História é uma ferramenta imprescindível nesse trabalho de construção coletiva. Portanto, os brasileiros estão olhando o passado em busca de explicações para o país de hoje e como forma de se preparar para a construção do futuro. E a História serve para isso mesmo. A resposta a esse fenômeno exige a soma de esforços entre professores, jornalistas, historiadores acadêmicos, pesquisadores independentes, escritores – ou seja, quem tiver alguma contribuição a dar deve se pronunciar. Os brasileiros estão pedindo isso. Precisamos ser generosos com esses novos leitores de História. Temos de usar uma linguagem didática, acessível, de fácil entendimento.

Estudar História ajuda a entender o Brasil de hoje. Uma sociedade que não estuda História não consegue entender a si própria porque desconhece as razões que a trouxeram até aqui. E, se não consegue entender a si mesma, provavelmente também não estará preparada para construir o futuro de forma organizada e estrutura. Para compreender o Brasil de hoje é importante estudar a vinda da corte de D. João para o Rio de Janeiro e a influência decisiva que esse acontecimento teve na Independência em 1822. Quase todas as nossas características nacionais, todos os nossos defeitos e virtudes, já estavam presentes lá. O estudo de História é, portanto, fundamental para a construção do Brasil dos nossos sonhos. Por isso, vejo com grande alegria a presença de tantos livros de história nas listas de best-sellers. É sinal que os brasileiros estão olhando o passado em busca de explicações para o país de hoje. E isso é fundamental para a construção do futuro.

ANEXO B – Entrevista com Laurentino Gomes

Questão 1) Em determinados pontos da obra, observamos certas descrições (de ambientes, do clima, de vestes) que não interferem no enredo, tampouco fornecem informações acerca de características psicológicas ou sociais dos personagens inseridos nesses ambientes.

É o caso, por exemplo, da descrição do clima em Lisboa no dia da partida da corte para o Brasil: “[...] O dia 29 de novembro de 1807 amanheceu ensolarado em Lisboa. Uma brisa leve soprava do leste” (GOMES, 2007, p. 64).

Outro exemplo é a descrição das melhorias no Paço dos Vice-Reis: “[...] Como não havia tempo para fazer uma reforma completa, o local foi caiado por fora. Seu interior recebeu uma nova pintura e forração de seda com várias cores” (GOMES, 2007, p. 129-130).

Diante disso, gostaríamos de saber o motivo pelo qual o senhor empregou essas formas de descrição na obra.

Resposta: Eu faço livros-reportagens. Ou seja, são resultado de uma longa e profunda reportagem baseada em fontes autorizadas, entrevistas e também visitas aos locais dos acontecimentos. Isso quer dizer que eu não faço ficção. Tudo que publico nesses livros é rigorosamente baseado na apuração jornalística, o que inclui a descrição de locais, ambientes, acontecimentos ou personagens. Então, quando eu digo que a manhã do dia 7 de março de 1808 amanheceu ensolarada e que uma brisa leve soprava do oceano, isso não é invenção minha: é parte do relato que o padre Luis Gonçalves dos Santos, também conhecido como Padre Perereca, escreveu sobre o dia da chegada da corte à Baía da Guanabara. Outros cronistas escreveram também sobre o clima no dia da partida da corte de Lisboa, 29 de novembro de 1807. Da mesma forma, relatos de viajantes, diplomatas e testemunhas, me ajudaram a entender como estava o ambiente (o clima, o badalar dos sinos, coisas assim) no dia da partida de D. João de volta para Lisboa, em 1821. Acredito que essas descrições mais detalhadas, e baseadas em fontes autorizadas daquela época, ajudam a situar no leitor de hoje no ambiente da história.

Questão 2) Por outro lado, também observamos que, muito embora existam na obra descrições como as que apontamos acima, não encontramos muitas descrições de pormenores, de detalhes relativos aos cenários onde transcorreram os fatos, como é comum observarmos em narrativas literárias ficcionais (particularmente, nas de caráter realista). Retomando o exemplo do Paço dos Vice-Reis, observamos não haver ali descrições de quadros nas paredes, lustres, vasos, jarros ou outros adereços que poderiam estar nesse ambiente. Presumimos que isso se deve a inexistência de descrições deste tipo nos documentos e relatos sobre os quais o senhor se debruçou em sua pesquisa. Nossa suposição está correta?

Resposta: A sua suposição está correta: quando não encontro documentos, relatos ou testemunhos de determinado ambiente ou situação, eu simplesmente deixo de registrá-lo no livro. Prefiro não preencher lacunas no conhecimento histórico com ficção. Isso seria enganar o leitor e distorcer a narrativa jornalística. Em resumo, tudo que aparece no livro é baseado nas fontes que pesquisei.

Questão 3) Ao longo da obra encontramos várias expressões que se enquadram no conceito de *expressões de objetivação*, termo que remete a pesquisadores que aplicam a narratologia ao jornalismo. Tais expressões teriam a função de autenticar a narrativa, concedendo-lhe credibilidade. Tratam-se, por exemplo, de referências precisas a datas, lugares, nomes completos de pessoas citadas na obra; bem como referências a fontes da informação (historiadores, pesquisadores, documentos, livros) e emprego de expressões entre aspas atribuídas a fontes. O senhor entende que, no caso de sua obra, o emprego dessas expressões é uma forma de autenticação? Seu objetivo com tais expressões foi conceder mais credibilidade à narrativa?

Resposta: Essas referências ajudam a dar credibilidade e consistência à obra. Para fazer os meus livros, eu pesquisei centenas de outras obras. Só para o 1889, sobre a Proclamação da República, já li ou consultei até agora mais de 150 livros. Muitas vezes, além dos fatos, números e informações objetivas, eu encontro nessas obras frases dos autores que ajudam a referendar o que eu estou escrevendo. Gosto de citar essas frases como um aval à linha de raciocínio que escolhi. Portanto, está correta a sua afirmação de que se trata de um mecanismo destinado a dar mais credibilidade à narrativa jornalística.